

LEANDRO BALLER

CULTURA, IDENTIDADE E FRONTEIRA:  
Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)

**DOURADOS**  
**2008**

LEANDRO BALLER

**CULTURA, IDENTIDADE E FRONTEIRA:  
Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite

Dourados - 2008

LEANDRO BALLER

CULTURA, IDENTIDADE E FRONTEIRA:  
Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

**Presidente e orientador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Eudes Fernando Leite**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired**

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa de Fátima Lomba de Farias**

Dourados, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

## DADOS CURRICULARES

### LEANDRO BALLER

NASCIMENTO: 05/04/1978 – Santa Helena – Pr.

FILIAÇÃO: Oterno Baller  
Leonida Baller

#### FORMAÇÃO:

2000/2004: Curso de Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon – Pr.

2006/2008: Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – Ms.

## RESUMO

A dissertação intitulada “*Cultura, identidade e fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*”, tem como objetivo compreender o amplo fluxo migratório entre os dois países. O complexo movimento de pessoas que contempla os recortes estipulados leva em consideração questões amplas e agentes que não se definem facilmente no interior das Ciências Humanas. Por meio de diferentes tipologias de fontes como entrevistas, matérias jornalísticas e imagens, a pesquisa foi direcionada para identificar cultural e socialmente os agentes fronteiriços que vivem entre Brasil e Paraguai e vice-versa, mais precisamente no extremo-oeste paranaense e no extremo-leste do departamento de Canindeyu. Neste contexto encontram-se aspectos de fundamental importância para a análise histórico-sócio-cultural do complexo fluxo de pessoas, especialmente na segunda metade do século XX. O trabalho trata também de questões como a abertura das fronteiras agrícolas, o stroessnismo, Itaipu Binacional, a queda dos regimes autoritários, as influências culturais entre os povos, a questão de terras, os trabalhadores, as formas de trabalho e de vivência no conturbado ambiente fronteiriço sul americano.

Palavras-chaves: Migração internacional, Brasiguaios, Identidade, Fronteira, Cultura.

## ABSTRACT

The dissertation entitled “*Culture, identity and frontier: Brazil/Paraguay transitoriness (1980-2005)*”, has as objective to comprehend the ample migratory flux between the two countries. The complex movement of the people that contemplate the records stipulated takes in consideration ample questions and agents that don't define easily in the interior of the Human Sciences. Through different typology of sources as interviews, journalistic matter and images, the search was conducted to identify culturally and socially the frontier agents who live between Brazil and Paraguay and vice-versa, more precisely in the western-extreme from Parana and in the eastern-extreme of the department of Canindeyu. In this context there are aspects of fundamental importance for the analysis historical-cultural-social from the complex flux of people, specially in the second half of century XX. The work treats questions like the opening of the agricultural frontiers, the stroessnismo, Binacional Itaipu, the fall of the authoritarian regimes, the cultural influences among the people, the question of lands, the forms of work and of life in the troubled frontier south American environment.

Key-words: International migration, Brasiguaios, Identity, Frontier, Culture.

*Para todos que fazem parte da minha vida;  
indistintamente.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente para toda a minha família que sempre me *empurrou* ao encontro de meus objetivos, aos meus pais e irmãos, com toda consideração.

Aos professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, grandes formadores de opinião e construtores do árduo conhecimento na área de humanas.

Ao orientador Eudes Fernando Leite, sempre ponderando coerentemente nas minhas pesquisas e na tarefa da escrita.

À Selma e a Gisele que me abriram as portas de sua casa num primeiro momento.

À todos os amigos da turma que entrou na pós-graduação em 2006, em especial àqueles com quem compartilhei momentos de boas conversas e alguns que por algum tempo tornaram-se parte da minha própria família, Márcia, Thiago e Adilso.

À professora e pesquisadora Luíza Mandotti por se mostrar disposta em me auxiliar pondo a disposição seu rico acervo de entrevistas e por ser uma pessoa maravilhosa.

Agradeço à CAPES por ter me dado subsídios financeiros durante esse importante período de minha vida; foi primordial.

A toda população fronteiriça entre Brasil e Paraguai, que entendeu o propósito do trabalho e auxiliou para que esse pudesse se desenvolver.

Para todos os titulares e funcionários dos Núcleos de Estudos, Centros de Pesquisas e de Documentação, dos Museus, das Prefeituras e Municipalidades visitados, tanto no Brasil quanto no Paraguai, que se dispuseram a encaminhamentos e aberturas de materiais para pesquisa.

Aos professores Antônio Paulo Benatte, Antônio Marcos Myskiw e Danieli de Oliveira por seus depreendimentos com leituras, confecção de mapas e também de abstract do trabalho.

Meu sincero obrigado, com a certeza de outros encontros entre nós; *gracias!*



“Quer se trate de jornal ou de Proust, o texto só tem sentido graças aos leitores, muda com eles, ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de ardis entre duas expectativas combinadas: aquela que organiza um espaço legível – uma literalidade – e aquela que organiza uma diligência, necessária à efetuação da obra – uma leitura.”

Michel De Certeau

## SUMÁRIO

RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	12
LISTA DE SIGLAS / ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo. I – Expansionismo: o movimento sulista brasileiro e o desenvolvimento interno paraguaio.....	33
1.1 – A experiência de quem foi e voltou.....	38
1.2 – Brasiguai: ator indefinido.....	41
1.2.1 – Do conturbado retorno até a chegada.....	47
1.3 – A perspectiva de alguns setores paraguaios sobre o fluxo.....	52
1.4 – A propriedade estrangeira nas fronteiras paraguaias.....	56
1.4.1 – Expansão: desenvolvimento ou crise.....	58
1.4.2 – Campesinos no Paraguai.....	64
1.5 – A perspectiva paraguaia sobre o latifúndio estrangeiro.....	70
1.5.1 – As leis paraguaias.....	78
Capítulo II – O imaginário social em ambiente de fronteira.....	84
2.1 – Fronteira.....	86
2.2 – Compreensões e experiências das pessoas.....	89
2.3 – A Itaipu como um limitador.....	105
2.4 – A prática e a teoria em uma relação de <i>habitus</i> .....	111
2.5 – Questões acerca do nacionalismo paraguaio.....	117
Capítulo III – Cultura e Identidade.....	125
3.1 – Cultura: reflexões acerca das fronteiras.....	133
3.2 – Práticas culturais: multiplicação de variáveis.....	138
3.3 – O outro: análises pertinentes.....	144
3.4 – Supremacia paraguaia e a luta pela hegemonia cultural e identitária.....	152
3.5 – Processos históricos.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167
FONTES.....	173
ANEXOS.....	176

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 01	Mapa da área de maior influência da pesquisa.....	14
Figura 02	Fotografia de uma frase de manifestação em Assunção.....	81
Figura 03	Fotografia de Porto Mendes possivelmente das décadas de 50/60...92	
Figura 04	Fotografia atual de Porto Mendes.....	92
Figura 05	Mapa dos municípios limieiros do lado brasileiro.....	107
Figura 06	Fotografia do Porto Mendes Gonçalves de 1982.....	108

## LISTA DE QUADROS E TABELAS:

Quadro 01	Denominações do termo brasiguaiio pela imprensa.....	43
Quadro 02	Distribuição de terras no Paraguai e suas extensões.....	57
Quadro 03	Produção e rendimento da soja no Paraguai.....	60
Quadro 04	Propriedades urbanas e rurais desapropriadas.....	107
Quadro 05	Municípios atingidos e sua população.....	108
Quadro 06	Principais destinos dos expropriados.....	109

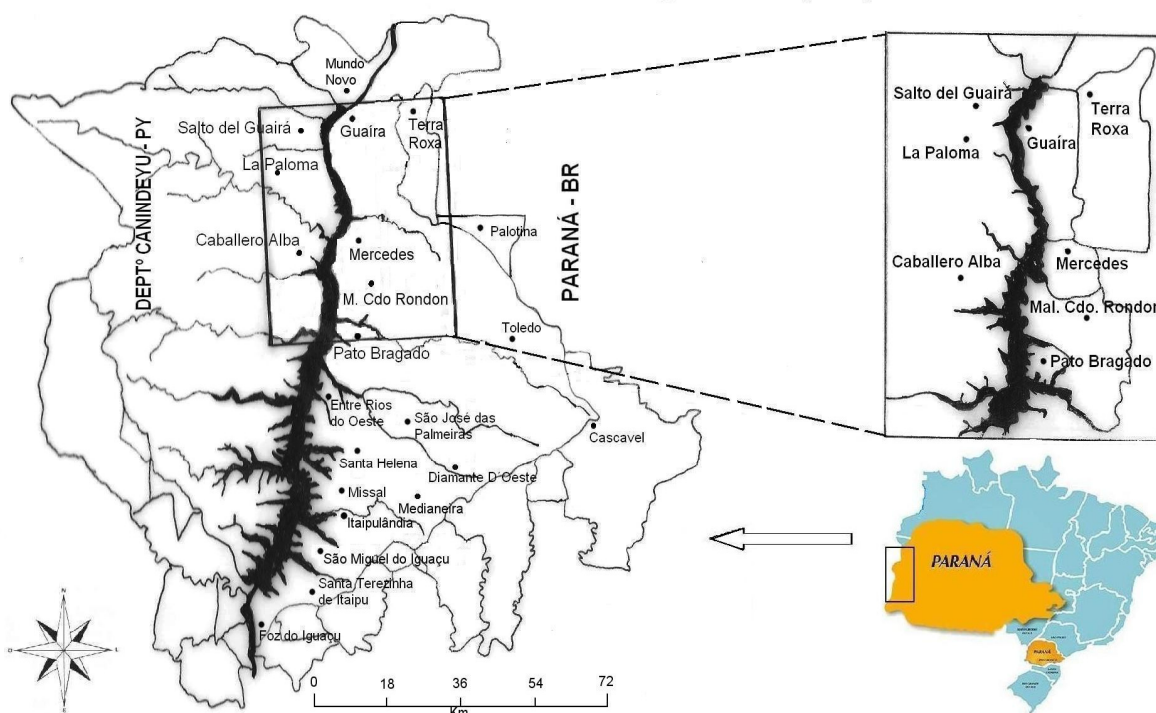
## LISTA DE SIGLAS / ABREVIATURAS:

BRAVIACO	Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CBr	Correio Brasiliense
CIPASA	Compañia Industrial Paraguayo Argentina S.A.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EPH	Estadísticas, Encuestas y Censos
ESP	Estado de São Paulo
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNC	Federação Nacional Campesina
FSP	Folha de São Paulo
HAS	Hectares
IBR	Instituto de Bienestar Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JB	Jornal do Brasil
KM	Quilômetros
MCNOC	Mesa Coordenadora Nacional de Organizaciones Campesinas
MST	Movimento Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PY	Paraguai
SMT	Antigo Sul de Mato Grosso
TERRASUL	Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso do Sul
UH	Ultima Hora

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é compreender historicamente a movimentação de pessoas entre o Brasil e o Paraguai durante os anos de 1980 a 2005, na região oeste paranaense, espaço que faz divisa com a zona alta do departamento de Canindeyu, no leste paraguaio. Dentre os grupos de pessoas que se movem constantemente entre um país e outro, com deslocamentos temporários curtos ou mais longos, destacam-se como representantes típicos dessa transitoriedade os chamados *brasiguaios*. Permeia o estudo a tríade que contorna a gama de aspectos de formação do grupo social: as categorias de cultura, identidade e fronteira. O estudo se estende aos grupos fixos nas margens do ambiente fronteiriço no Brasil e no Paraguai.

MAPA - Área de maior abrangência da pesquisa



Fonte: Elaborado por Antônio Marcos Myskiw e Leandro Baller.

A utilização do termo *transitoriedade* no título do trabalho deriva das reflexões do sociólogo José de Souza Martins sobre “a vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”.<sup>1</sup> Martins emprega a denominação *transitório* em referência aos movimentos sociais que se processam na fronteira, movimentos estes marcados pelos valores e concepções residuais do *transitório*, atrelados ao desdobramento do indefinido. O termo é aqui adotado por nós para designar o movimento que ocorre nos espaços

<sup>1</sup> Título original do último capítulo do livro “*História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*”.

fronteiriços entre Brasil e Paraguai, ou seja, a *transitoriedade* no sentido de fluxo ou de movimentos populacionais.

A análise terminológica da historiografia busca auxílio em teorias sociológicas e antropológicas na tentativa de explicar o fenômeno da transitoriedade. Muitos são os fatores ligados a essa questão e a principal está na propriedade de terras no Paraguai. Procuramos estender o assunto para além dos recortes da pesquisa, com o objetivo de mostrarmos a complexidade do tema, especialmente para o Paraguai.

O primeiro capítulo trata dos principais fatores que influenciaram o fluxo de pessoas, mostrando como o movimento migratório iniciou com os governos ditatoriais militares do Brasil e do Paraguai, especialmente com a política de desenvolvimento interno do então presidente Stroessner.

Na segunda metade do século XX, aumenta gradativamente a imigração e a presença brasileira no Paraguai atinge aproximadamente 10% da população paraguaia, ou seja, entre 350 a 400 mil brasileiros.<sup>2</sup> Nesse tempo, ocorre a repulsão agrícola no sul do Brasil, que sofre uma aceleração na modernização da agricultura. Nesse contexto, milhares de agricultores procuram meios para sobreviver buscando espaços de cultivo para plantarem e se fixarem. Por outro lado, há a atração às terras paraguaias devido a própria semelhança com as terras do sul do Brasil; são férteis, clima agradável, bom rendimento, grandes extensões de terras planas e especialmente o baixo preço.

Ao longo da década de 1980, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio, os brasiguaios são objeto de importantes e variadas análises nas ciências sociais; no mesmo momento em que pesquisadores começam a investigar as características de tal fenômeno, os discursos políticos contrários à Stroessner constroem a representação de que o Paraguai estaria a sofrer uma verdadeira *invasão* estrangeira.

No final dos anos 1980 e adentrando pela década seguinte, assistiu-se a um significativo retorno de agricultores brasileiros. Não podemos chamar o retorno de um contra-fluxo, pois há uma grande quantidade de pessoas que diariamente atravessam essas fronteiras tanto de um lado quanto do outro, aumentando ainda mais a dinâmica fronteiriça.

As fronteiras secas do Estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai representam uma grande complexidade nos movimentos de retorno, até mesmo por possuir um melhor

---

<sup>2</sup> Os dados quantitativos acima expostos não são exatos, pois não existia um controle alfandegário rigoroso. Há vários autores que trabalham com números diferentes do contingente na época, mas os números giram entre 300 a 400 mil pessoas.

acesso de transposição, o que não ocorre na fronteira com o Estado do Paraná, que tem como divisão territorial o Rio Paraná, e posteriormente o Lago Internacional de Itaipu.

No ambiente fronteiriço há a corrupção das autoridades dos dois países, que fomentam a cobiça dos exploradores das terras paraguaias. O desmatamento e o contrabando de madeiras abriram caminho para a plantação de grandes extensões de soja no país vizinho, com o consentimento das autoridades fiscais, políticas e militares.

Na tentativa de compreender as implicações sociais inerentes ao fluxo de pessoas, formulamos a hipótese da dinâmica cultural que tais mudanças geram, não apenas no tocante à questão identitária da população “flutuante”, mas, sobretudo no que concerne à condição das populações fixas. Ou seja, no vai-e-vêm dos fluxos, a população paraguaia encontra-se em números comparativamente menores nas cidades fronteiriças em seu próprio país, o que tem conseqüências diretas ou indiretas na educação dos filhos, nos modelos de cultivo e produção agrícola, no idioma, no comércio, nos meios de comunicação, entre outras práticas cotidianas; estas são algumas questões que apontam para a complexidade do fenômeno em estudo.

Com a grande demanda de brasileiros ao Paraguai começam a surgir problemas de ordens diversas, especialmente ligados à agricultura, com os camponeses criticando a propriedade da terra pelos brasileiros e o seu modelo de cultivo. Assim nascem outras divergências que vão culminar em um retorno em massa de pequenos agricultores ao país de origem, os denominados Brasiguaios.

Esses brasileiros que migraram para o Paraguai e depois de aproximadamente quatro décadas voltaram e continuam voltando para o Brasil, aumentam as frentes de acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra no Mato Grosso do Sul, ou, como no caso mais específico do Paraná, engrossam as periferias das pequenas cidades do Oeste do Estado.

Nesse sentido, buscamos saber quem são os brasiguaios, como se deu o retorno ao Brasil e ainda como foram recebidos de volta no país os grupos que vieram organizados em grande número de integrantes. Chegando ao Brasil motivados por promessas políticas de reforma agrária os agricultores encaram outros dilemas, pois já não eram mais reconhecidos como brasileiros e, portanto, vêm seus direitos de cidadania serem questionados e sua identidade nacional ser deteriorada.

Embora houvesse e continue a haver o retorno desses agricultores ao Brasil, as propriedades e a população brasileira nas fronteiras do Paraguai ainda é grande, o que



preocupa as autoridades paraguaias, pois fere várias leis de segurança nacional referente a agricultura, impostos, migração e até mesmo de relações internacionais, pois obedecem a uma dinâmica fronteiriça diferenciada.

Assim sendo, percebe-se a continuidade de uma luta que não cessou desde o dia em que essas populações começaram a fazer parte da massa de manobra de um plano de desenvolvimento interno no Paraguai, política intermediada pelos governos ditatoriais de ambos os países.

Um dos fatores que norteia a pesquisa é a lógica expansionista brasileira em detrimento do país vizinho. Para além dos problemas agrícolas internos ao Paraguai, mostrar esse processo é perceber como os dois países, em diferentes momentos históricos, sofreram intervenções para que a demanda de brasileiros ao Paraguai ocorresse.

O contexto de Marcha para Oeste do governo brasileiro estreita as relações posteriormente com o programa Marcha al Este do governo paraguaio, momento em que o Brasil pretende povoar mais suas fronteiras do oeste, e o Paraguai busca um impulso econômico para se desenvolver. Neste sentido, os mecanismos de migração se produzem em maior escala entre os dois países originando outras questões, em geral tensas e conflituosas.

É claro que a população paraguaia não compactua com os mesmos ideais em relação ao fluxo de pessoas do Brasil para o seu país. Os camponeses, os pesquisadores, estudiosos e até mesmo os artistas possuem diferentes e divergentes pontos de vista sobre a demanda de pessoas, especialmente porque há uma grande concentração de propriedades de terras em mãos de estrangeiros em uma zona de risco, que são as fronteiras internacionais com o Brasil.

Ao mesmo tempo em que assistimos, naquele momento, a uma tentativa de desenvolvimento paraguaio, vimos que esta provável expansão caracteriza uma intensa crise, não econômica ou monetária propriamente dita, mas que envolve diversos setores internos no Paraguai.

A perspectiva nacional paraguaia sobre os proprietários estrangeiros em seu país sofre influências bilaterais, em primeiro lugar por haver um conflito interno entre camponeses e governo quanto à reivindicação de terras. Em segundo lugar, porque as leis criadas pela Constituição Nacional do Paraguai de 1967 e posteriormente reformuladas em 1992 não atendem aos direitos e às reclamações da maioria da população paraguaia que necessita da proteção dessas leis.

No segundo capítulo procuramos compreender os diversos sentidos da fronteira, adentrando em um campo conflituoso de análise: o imaginário social que permeia o ambiente estudado, intimamente ligado com a relação de *habitus* das pessoas.

A noção de fronteira, nesse contexto, comporta vários significados; atentamos à experiência das pessoas que produzem esses sentidos, entender o “real” significado dos limites entre os dois países e as ações dessas pessoas no intrincado meio social fronteiriço. A fronteira muda de forma e conteúdo passando do Rio Paraná para o Lago Internacional de Itaipu, e tal mudança afeta os agentes sociais que vivem e transitam entre os limites territoriais; é nesse meio que surge a maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu.

A instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu funciona como um marco fronteiriço importante nesse ambiente. O número de migrantes brasileiros que foram ao Paraguai devido à construção da usina não é elevado; mas tentamos mostrar que a dinâmica fronteiriça se altera significativamente na região por causa de sua construção, o que afeta a vida cotidiana de grandes contingentes de pessoas em ambos os países.

Para a compreensão das relações sociais fronteiriças, são importantes os estudos sociológicos em torno da teoria de *habitus*. Norbert Elias e Pierre Bourdieu auxiliam nosso entendimento sobre as experiências dessas pessoas, levando em consideração os sentidos múltiplos de fronteira por elas externalizados. O *habitus* age como uma mediação entre as estruturas que se organizam e passam a ter uma determinada configuração e as aquisições que ela mesma produz. Instrumentalizando as ferramentas teóricas dos dois sociólogos, buscaremos compreender melhor o processo de relação entre os indivíduos, por mais diferentes que sejam relativamente a outros membros da sociedade, um pequeno grupo, uma família ou um Estado nacional.

Nesse sentido, surgem várias questões acerca do nacionalismo paraguaio. Os produtores agrícolas buscam meios para sobreviver no espaço fronteiriço e vão surgindo problemas de ordem internacional, como a frágil soberania cultural e identitária que o Paraguai exerce em seus territórios fronteiriços. Quanto a esses problemas, uma breve discussão sobre o conceito de nação, nacionalismo e consciência nacional ajuda-nos a adentrar em tais questões.

No terceiro e último capítulo trabalhamos especificamente com abordagens em torno da cultura e da identidade das pessoas no espaço estudado. Para buscar apreender e compreender o comportamento cultural dos agentes sociais e as formas como estes se identificam com o espaço ora pesquisado, consideramos desde o início essas pessoas como

produtores de uma cultura mesclada entre dois países; duas linguagens, duas histórias, produzindo a si mesmos na intermediação diária com o diferente, com o outro, com a alteridade.

As possibilidades de análise em torno da cultura e da identidade assumem direções diferentes e variadas. Partimos de um pressuposto em que é possível perceber as semelhanças e as discrepâncias que atuam no complexo campo fronteiriço local, onde convivem etnias díspares com traços culturais transpostos por migrações, viagens, fugas, mudanças, perdas de propriedade, entre outros fatores que motivam o fluxo migratório das pessoas.

Assim, atrelamos a noção de cultura diretamente à compreensão das práticas culturais e da história cultural, formando um *corpus* teórico-metodológico passível de ser utilizado na análise dos agentes que fomentam a multiplicação de variáveis culturais. Dessa forma contribuimos com o trabalho coletivo não apenas no que diz respeito às reflexões acerca das fronteiras culturais, mas também e, sobretudo, das culturas fronteiriças, algo presente e perceptível no campo de pesquisa.

Para o tratamento das questões identitárias buscamos apoio nas teorias antropológicas, bem como nas reflexões sobre a cultura, também presente no corpo teórico e empírico dessa ciência social; desnecessário dizer que os conceitos de identidade e os de cultura guardam entre si estreitas relações. Evidentemente, não temos a pretensão de entrar em longas discussões teóricas sobre esses complexos conceitos, mas tão somente aplicá-los o mais coerentemente possível ao nosso esforço de compreensão histórica das identidades e culturas de fronteira. Enfim, os conceitos de cultura e identidade são responsáveis por promover grandes debates atualmente nas ciências sociais e humanas. Podemos até mesmo falar de uma identidade cultural em que o partilhamento de uma mesma “essência” é possível por diferentes indivíduos, grupos, Estados ou nações.

Para tanto, partimos de um pressuposto que é o reconhecimento do eu enquanto indivíduo ou grupo social em oposição ao outro. Identidade e alteridade se determinam recíproca e dialeticamente. A imagem do outro permeia a construção relacional da imagem de si mesmo, contantemente contrastado com alguém exterior à identidade, um não-eu. Assim, ao trabalharmos com as fontes, consideramos o processo de formação identitária de um grupo, no caso, os brasiguaios no contexto histórico aqui estudado. Para a historiografia contemporânea, apesar das inúmeras pesquisas levadas a efeito, o entendimento sobre o termo identidade ainda não é bastante claro; ademais, conforme os

paradigmas da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou da transdisciplinaridade o auxílio de outras disciplinas é fundamental para podermos desenvolver nossas análises e reflexões acerca do tema; a convivência com o diferente é fundamental para aflorar tais discussões e o trabalho de campo nos dá respaldo para que isso ocorra de maneira salutar.

A análise em torno da cultura e da identidade nos limites fronteiriços nos leva a uma questão delicada para o país vizinho. A luta paraguaia pela hegemonia cultural e identitária evidencia problemas ligados à soberania nacional daquele país; a perda de maneiras tidas como essenciais para manter hegemonicamente as bases nacionais preocupa as autoridades políticas, especialmente nas fronteiras territoriais. O idioma, os costumes, a moeda, os meios de comunicação podem ser citados como tais bases para a manutenção da soberania nacional.

Ao final do trabalho apresentamos rapidamente, várias questões que apareceram no decorrer da pesquisa e não compreendem os eixos centrais de análise sugeridos, e nem mesmo respondem a problemáticas levantadas. Essas questões, no entanto, as consideramos parte de um processo histórico com início na segunda metade do século XIX, a partir da Guerra do Paraguai e que se estende até aos dias atuais, perpassando diferentes fases e contextos, e que ganham minimamente um espaço aqui. Entendemos que tão ou mais importante que responder a questões é suscitar problemas históricos pertinentes, capazes de suscitar pesquisas a serem desenvolvidas por nós mesmos ou por outros pesquisadores, individual ou coletivamente.

As fontes documentais utilizadas no decorrer dos três capítulos da pesquisa são de diferentes tipos e naturezas. Buscamos cotejar, cruzar e combinar as narrativas orais, os textos da imprensa escrita (jornal) e as imagens fotográficas sobre a região, seus personagens, sua cultura e sua história. Esse tipo de tratamento documental faz emergir problemáticas como a memória, a seleção de fatos, os traumas, as diferenças de narrativas, o esquecimento, as múltiplas perspectivas, a composição material dos meios de informação, entre outros fatores percebidos que inconscientemente ou não modificam e/ou transformam os acontecimentos e processos.

Sabe-se que a memória, produção intrinsecamente social, é permeada não somente por lembranças exclusivamente pessoais, mas também por idéias e discursos correntes em uma época; as entrevistas, que permitem coletar e registrar memórias de indivíduos e de grupos possibilitam “recuperar” a narrativa e a tradição oral daqueles que não deixam registros sobre suas experiências vividas.

Conforme afirma Montenegro.

Os trabalhos com história oral podem divulgar para um público mais vasto o que antes estava confinado em seus próprios limites. A visão de mundo dos indivíduos, suas experiências passadas e presentes adquirem novo sentido quando divulgadas. Fortalece-se, dessa forma, a história como campo de luta (MONTENEGRO, 1992, p. 27).

A metodologia da história oral busca apreender registros da memória; memória que deve ser entendida, sobretudo, *“como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”* (POLLAK, 1992, p. 201). Esses registros da memória evidenciam acontecimentos e processos vividos pessoalmente, diretamente ou por tabela, e podem ser tratados pelo historiador como um fenômeno de projeção ou de identificação com um determinado passado coletivo.

As relações entre memória e identidade são muito estreitas. Quando a memória é organizada em função de preocupações pessoais e/ou políticas, torna-se um fenômeno construído; quando se trata de memória herdada, Pollak diz *“que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”* (IDEM, p. 204). Ainda para este autor, *“a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”* (IBIDEM). É necessário considerar ainda que tanto a memória quanto a identidade podem ser negociadas — e constantemente o são ao longo da história — portanto não deveriam ser tomadas como essências ou substâncias imutáveis de pessoas ou grupos sociais. E mais ainda, tanto a memória quanto a identidade *“são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”* (IDEM, p. 205).

O recurso às fontes orais implica em uma sensibilidade epistemológica específica e aguçada, algo diferente de uma metodologia histórica estritamente positivista. Obviamente, a crítica às fontes orais deve ser rigorosa, mas isso vale para qualquer tipologia documental.

Todavia, é certo que o uso das técnicas da história oral coloca a historiografia mais do lado dos métodos qualitativos das ciências sociais que dos métodos quantitativos e seriais. Talvez por isso tenha-se criado uma oposição entre história oral e história social quantificada, opondo assim o “científico” ao “literário”; nesse jogo de oposições e desqualificações, a história social foi considerada um discurso capaz de atingir e explicar mais objetivamente a realidade, enquanto a história oral, mais subjetiva e epistemologicamente fraca, não poderia transcender relatos impressionistas. Obviamente

não concordamos com tal caracterização, principalmente quando levamos em conta o pluralismo que o uso das evidências orais introduz nas ciências humanas.

Quanto a isso Pollak diz que:

se nos proporcionamos os meios e as condições para construir cientificamente, com todas as técnicas das quais dispomos hoje em dia, temos condições de produzir um discurso realmente sensível à pluralidade das realidades. Temos uma possibilidade, não de objetividade, mas de objetivação, que leva em conta a pluralidade das realidades e dos atos (IDEM, p. 211).

Nesse sentido, Joan del Alcàzar i Garrido defende a idéia de que devemos incorporar as fontes orais e seus estilos como uma fonte documental entre outras, sem desconsiderar suas especificidades. A fonte oral é fruto da dualidade investigador-testemunho, que é a entrevista. Para Ronald Fraser, nas palavras de Garrido (1993) a utilização de fontes orais permite articular a experiência daqueles que a partir de uma perspectiva histórica estão desarticulados. Garrido (1993) citando Paul Thompson caracteriza ainda o sentido humano das fontes orais, portadoras de dois elementos essenciais: a democratização da própria história, e a vitalidade de uma história que de alguma forma devolve às pessoas seu passado a partir de suas próprias palavras.

Em outras palavras.

Facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos, (...) possibilita incorporar não apenas indivíduos para a construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer situações insuficientemente estudadas até agora” (GARRIDO, 1993, p. 36).

Não há por que pensar que as fontes orais sejam mais ou menos impuras que qualquer outro tipo de fonte. As técnicas da história oral, a despeito de seus abusos, têm sido muito utilizadas pelos historiadores que estudam a experiência de pessoas que raramente deixam escritos. O seu uso é mais conseqüente quando cruzado com outros tipos de evidência empírica.

Como diz Gwin Prins.

Os dados orais servem para confirmar outras fontes, assim como as outras fontes servem para confirmá-los. Eles também podem proporcionar detalhes significantes que de outra forma são inacessíveis e, por isso, estimular o historiador a reanalisar outros dados de maneiras novas”. (PRINS. In: BURKE, 1992, p. 194-195).

Há, portanto, que se estabelecer uma relação dialética entre registros orais e outras fontes documentais, a fim de compreender e problematizar a experiência das chamadas “pessoas comuns”.

A aproximação crítica é fundamental para garantir o bom uso metodológico da fonte oral; mas isso é uma regra geral do método histórico, pois toda fonte histórica deve ser tratada e interpretada de uma perspectiva crítica, visto que também as fontes escritas, imagéticas, imprensa, etc., são manipuladas por pessoas e grupos com interesses, valores, crenças e ideologias próprias.

Nesse sentido, é interessante percebermos e mesmo estimular a tensão dialética entre diferentes tipos de evidências. A metodologia, em suma, pretende combinar e cruzar várias formas de documentação: dados orais, obtidos pela coleta de entrevistas; fontes escritas, obtidas pela heurística dos arquivos; dados etnográficos, obtidos pela observação participante. Para Goldenberg, *“A combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno [...] tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo”*. (GOLDENBERG, 2002, p. 63). O cotejo e cruzamento de indícios coletados através de técnicas variadas tendem a contribuir para a riqueza das informações e, conseqüentemente, para o produto final do estudo.

Assim, buscamos utilizar jornais, fotografias e alguns documentos escritos com a intenção de discutir melhor as hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa. As palavras de Garrido reforçam a idéia da proveitosa relação dialética que se pode estabelecer entre as fontes orais e documentos de outra natureza; cita Joutard que, a propósito, chega *“a afirmar que sem fontes escritas que permitam estabelecer a distância entre o dito e o não-dito, ou o que foi dito de forma diferente, não há verdadeira história oral”* (GARRIDO, 1993, p. 38).

Ao trabalhar com fontes orais, muitos pesquisadores formam uma rede de informantes com estudiosos que tenham experiências nos assuntos e com os sujeitos que permeiam estes temas; isso auxilia numa maior compreensão de assuntos e problemas. Garrido nos fala da organicidade e coerência necessárias para organizar um conjunto de entrevistas passíveis de serem utilizadas como fonte oral de informação histórica.

Dizendo que é necessário;

não esquecer que aquilo a que chamam de história oral — embora seja nossa preferência falar da utilização de fontes orais para fazer história — não é uma soma de entrevistas independentes entre si, mas um conjunto orgânico e coerente de entrevistas. Uma entrevista

concreta não é mais que uma parte do conjunto e somente adquire seu real significado no todo que integra a amostra (IBIDEM).

Esse ponto de vista não é simplista, pois a memória é seletiva e o entrevistado está sujeito a operar essa seleção e relatar o seu ponto de vista como uma verdade histórica. Segundo Garrido, “*a memória é essencialmente seletiva, e por isso mesmo, parcial e interessada*” (IBIDEM). A seletividade é um dos pontos mais complexos no trabalho com fontes históricas; todas as tipologias de fontes possuem tal problemática, pois sofrem ou sofreram algum tipo de manipulação ou organização; aqui entra em cena a complexa discussão sobre a objetividade e a subjetividade das fontes.

Quanto a isso, Garrido diz que:

Um dos aspectos mais interessantes do uso das fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos, mas também à forma como o grupo os vivenciou e percebeu. É de importância capital resgatar a subjetividade, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos. Esta aproximação crítica ao testemunho oral consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro, com o resto do *corpus* de documentos orais. Daí a importância de se estabelecer uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes (IDEM, p. 39).

As questões colocadas por Garrido comportam os principais debates em torno do método, quais sejam: a aproximação crítica, a memória, a subjetividade e a relação dialética com outras fontes, embora o autor apresente ainda outras perspectivas, como o problema da narratividade, que não trataremos aqui.

Em nosso conjunto de fontes, fizemos uso também das fontes imagéticas — no caso, a fotografia. Numerosos historiadores contemporâneos têm chamado a atenção para as possibilidades do uso da fotografia como fonte de informação histórica. A importância desta fonte, como dos materiais iconográfico em geral, também é seriamente questionada. Pois são consideradas suas especificidades, a imagem torna-se uma unidade auto-suficiente de manifestação, um texto ou discurso num todo de significação suscetível de análise. A fotografia não registra a realidade, mas as suas representações. Refletir sobre estas possibilidades nos leva a um grande desafio.

Segundo Ana Maria Mauad e Ciro F. Cardoso, a principal dificuldade está em “*como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos — homens e signos — interagem dialeticamente na composição da realidade*” (CARDOSO e MAUAD,



1997, p. 405). Tal composição auxilia-nos na compreensão de significados, que seria fundamental para se operar sobre a realidade.

A fotografia mais especificamente está pautada em códigos socialmente convencionais, ligada a um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir. Portanto, entre o sujeito que elabora a imagem e o que a olha, existe muito mais do que os olhos podem ver, e essa relação não é automática. A imagem fotográfica é uma fonte que tem o poder de nos remeter ao passado e até mesmo de trazê-lo à superfície da atualidade, revelando um tempo e um espaço que fazem sentidos individuais ou coletivos. O individual envolve uma escolha realizada, e o coletivo remete ao sujeito e sua época, tornando-se uma imagem/documento, como uma mensagem que se processa através do tempo.

A fotografia “revela” elementos com características detalhadas, que a descrição verbal não daria conta. Conforme Cardoso e Mauad, a sua crítica documental exige “*uma leitura que ultrapasse a avaliação da fotografia como mera ilustração*” (IDEM, p. 406). Ela, a fotografia, está inserida em um mais amplo sistema de significados não-verbais e de fundamentos sociais, fruto de um trabalho social; ela compõe o quadro cultural de uma sociedade e é este sistema de significados que faz com que haja a compreensão da cultura imagética enquanto forma de apreender e representar as relações sociais. Os procedimentos críticos mostram as implicações ideológicas e culturais deste processo de produção de sentido, pois a imagem coloca-se como uma escolha realizada, num conjunto de escolhas possíveis. Assim, o cuidado ao trabalhar com essa tipologia de fonte é essencial.

Para compreendermos a fotografia como uma fonte imbuída de mensagens compostas por significados não-verbais, devemos acima de tudo, como nos alerta Emílio Garroni, considerar “*(...) a imagem no interior de um paradigma que relaciona o efetivo ao possível, o realizado às possibilidades de realização. Além da própria referência sintagmática. Ao compor essa dupla referência, a fotografia é mensagem*” (GARRONI, apud CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 408).

As significações estabelecem o conteúdo e o plano da forma de expressão; a sua identificação se dá pelo desenvolvimento da mensagem de base conotativa a partir de uma mensagem de códigos, o código em questão é histórico e cultural. Com o código conotativo a leitura é histórica, pois a prática social é o que une o significado e o significante, ou seja, a transmissão e a recepção finalizam o plano semiótico. Os historiadores buscam na mensagem fotográfica elementos que se localizam num

determinado tempo e espaço. Os elementos são capazes de informar aspectos materiais e imateriais, e revelar uma imagem, um monumento, ou ainda a memória capaz de mostrar “fatos” e personalidades que a própria sociedade pereniza. A fotografia, nesse sentido, pode ser considerada uma das formas de registro, construção e transmissão de memórias e identidades sociais.

A tarefa que o historiador exerce ao perceber e esclarecer estas representações nos leva a ver que as imagens figurativas não são modelos fidedignos e reais do passado, ou de fatos. Ana M. Mauad, esclarece que, “*na estruturação da mensagem fotográfica, múltiplos recortes espaciais se entrecruzam e, através de sua delimitação precisa, pode se chegar (...) aos códigos de representação social inerentes à própria construção da noção de espaço*” (MAUAD, 1993, p. 27). A análise interpretativa da fotografia por trás da imagem na sociedade, e não de suas especificidades técnicas, “*atua como importante meio através do qual se podem reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos*” (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 411-412).

Utilizaremos ainda as fontes oriundas da imprensa escrita — no caso, os jornais. Na perspectiva da história tradicional, as fontes jornalísticas eram desprezadas como documento, pela extrema subjetividade nelas implícita. Contudo, dadas as transformações na concepção de história, como diz Vavy Pacheco Borges, “*Hoje é sabido que um órgão da imprensa está sempre defendendo posições, querendo formar opiniões, através de uma venda de informações*” (BORGES, 1988, p. 59-60). E é exatamente esse caráter formativo e informativo que torna a imprensa interessante para os historiadores.

Os textos jornalísticos são aqui considerados essenciais em nosso conjunto de fontes, e colocados em diálogo constante com evidências de outras naturezas. Ao historiador/pesquisador, os textos jornalísticos são tidos como um segmento da grande imprensa. Obviamente, os textos dos periódicos devem ser analisados com o mesmo rigor e espírito crítico empregados no tratamento das fontes orais e imagéticas.

Fazer história “por meio” da imprensa é um desafio aos historiadores, embora reconheçamos que, com a abertura historiográfica do final do século XX, “*novas abordagens, novos problemas e novos objetos*” reconfiguraram a historiografia, oferecendo-lhe um amplo instrumental de análise e uma variada tipologia documental. Nesse contexto, a imprensa — e aqui mais propriamente o “jornal escrito” —, aparece como um das principais fontes indiciárias. Especialmente a chamada História do Tempo

Presente tem demonstrado as potencialidades desse tipo de fonte ou objeto da história, uma vez que não devemos entendê-la como um modelo exclusivo para jornalistas; o campo histórico é participativo nesse sentido, e a interdisciplinaridade fomenta as possibilidades quanto a esses novos suportes de pesquisa.

Os usos dos discursos da imprensa como fonte vêm acompanhando o desenvolver do saber histórico contemporâneo; ainda que de forma tímida, a história informada por esse tipo de evidência adentra a prática historiográfica, antes mesmo dos historiadores acadêmicos se aterem ao seu valor enquanto fonte, e antes mesmo de serem analisadas teoricamente; ou seja, há uma valoração prática fora das universidades, por historiadores “amadores”, para daí encontrarem legitimidade nos meios acadêmicos.

Um ponto principal nessa questão é a transformação da imprensa de meio de comunicação de segmentos privilegiados em veículo de comunicação e cultura de massas; e isso nos leva diretamente a outra dificuldade, qual seja, perceber a atuação do emissor e do receptor. Francisco Rüdiger expressa essa questão da seguinte maneira:

A relação entre emissor e receptor não depende da vontade do primeiro nem pode ser por ele controlada: é uma variável, entre outras, do sistema social em que está inserida (...) a concepção do público como coletivo de receptores mais ou menos passivos cedeu lugar à idéia de sujeito ativo, que se conduz de maneira consciente e motivada, visando satisfazer certas necessidades via os meios de comunicação. (RÜDIGER, 2002, p. 56-57).

Nesse diálogo, nem a imprensa nem o público fazem o papel de manipulados ou manipuladores, mas essa propensão depende de suas necessidade de crer em algo. Ou seja, independente da notícia ou do anúncio, é necessário que se os analise em um plano estrutural, descobrindo assim os significados da mensagem, admitindo que o “processo” pode ser por ambos os lados organizado.

Para transformarmos nossas discussões em algo embasado cientificamente, optamos por não exaurir as especificidades teóricas possíveis da imprensa escrita como notícias, anúncios, fatos entre outras “narrativas” ou discursos que os especialistas abordariam. Trabalharemos de um modo próximo ao modelo de análise formulado por Luiz Gonzaga Motta, quando enfatiza que,

não se trata (...) de tentar ‘enquadrar’ este tipo de notícia num suposto conceito universal. O que pretendemos é explorar a peculiaridade delas e a sua aparente negação do conceito usual de notícia, para entender mais profundamente os mecanismos envolvidos na relação entre o real e o simbólico na produção jornalística” (GONZAGA MOTTA, In: DAYRELL PORTO, MOUILLAUD, 2002 p. 307).

A utilização do jornal como fonte pode suscitar muitas divergências de ordem teórico-metodológica, e muitas tem sido as críticas que se lhe faz. Ora, é evidente que as fontes da imprensa também são manipuladas por interesses de indivíduos, instituições e grupos sociais. Mas poderíamos perguntar: qual fonte não é? Melhor que alimentar a suspeição generalizada quanto a uma ou outra linguagem, é buscar desenvolver ferramentas críticas capazes de lidar com as especificidades de cada uma delas.

Nossa pesquisa de matérias veiculadas pelos meios de comunicação estrangeiros esteve focada principalmente em dois jornais: os periódicos *Ultima Hora* e o *ABC Color*, ambos de Assunção. Preocupamo-nos em analisar as especificidades de postura desses jornais frente à sociedade de fronteira, especialmente quanto aos períodos cronológicos em que mais utilizamos suas matérias para fomentar a pesquisa; logicamente, a trajetória deles é o que fica mais evidente num primeiro momento.

O periódico *ABC Color*, desde sua fundação em 8 de agosto de 1967, caracteriza-se por representar uma grande força política contestatória: foi fechado e proibido de operar em 22 de março de 1984 por defender a liberdade democrática no país. Reiniciou suas atividades editoriais e de publicação em 22 de março de 1989, exatamente cinco anos após ter sido barrado e coincidentemente no ano em que Stroessner deixou o controle político ditatorial paraguaio. Durante a época da ditadura paraguaia, o *ABC Color* defendeu e estimulou atitudes democráticas de liberdade social ou que minimamente pudessem se assemelhar a tais propósitos, especialmente contra os intentos stroessnistas. Atua sob a divisa patriótica de “*un diario joven con fe en la patria*”.

Atualmente, o periódico possui circulação diária e é de propriedade de um empresário; nos últimos tempos, vem sofrendo algumas críticas por distorções ou desinformações, especialmente em matérias de cunho político. A opinião pública acredita que seu jornalismo esteja sendo influenciado por forças políticas do país, embora reconheça que não há envolvimento direto com partidos ou indivíduos da política. Comenta-se que o periódico não possui mais a mesma credibilidade jornalística que tinha em tempos passados, mas é destacado como um dos jornais de maior reputação, juntamente com o *Ultima Hora*.

O jornal *Ultima Hora* foi criado em 8 de outubro de 1973; inicialmente pertencia ao então Coronel e logo General Pablo Rojas. Através da pessoa de Isaac Kostianovski, reconhecido jornalista, o periódico possuía uma postura crítica da sociedade e do cotidiano paraguaio e internacional, dentro da relativa liberdade que lhe era permitida. Ao final do

regime ditatorial de Stroessner, lutou por democracia e em alguns momentos foi a única “voz” de oposição ao sistema. Em fevereiro de 1976, Kostianovski foi exilado por ter afrontado o Ministro do Interior em assuntos diretamente ligados à liberdade de imprensa; depois disso, assumiu a direção o filho de Pablo Rojas, o licenciado Demetrio Rojas; e em dezembro de 1976 o jornal *Ultima Hora* volta às ruas mais moderno e sofisticado. Pode ser considerado o periódico mais aprimorado do Paraguai, com tecnologia aperfeiçoada.

Em 1999, o jornal passou a publicar edições matutinas e vespertinas, e em julho de 2002 voltou a publicar apenas a matutina. Em março de 2003, Antonio J. Vierce, conhecido empresário paraguaio, entrou como sócio majoritário do periódico que acabou fazendo parte de uma rede de empreendimentos do ramo de comunicação, juntamente com o canal de televisão Telefuturo e com as emissoras de rádio Estación e Urbana, consideradas as maiores e de maior abrangência no país.

Em 2004, após 30 anos de existência, publicou sua primeira edição dominical. Em 2006 se tornou o primeiro jornal paraguaio eletrônico, com muitas novidades, oferecendo canais de informação de hora em hora e com portais comunicativos, departamentos comerciais e outros setores disponíveis ao público leitor. Com uma evolução própria dentro desse mercado, o jornal *Ultima Hora* trabalha com o intuito de elaborar um “*diário plural, crítico, independente, embasado em credibilidade*”.

A opinião pública acredita que a grande expansão desse empreendimento se deu por influência e manipulação política no país em épocas passadas, hipóteses que não se comprovam ou não nos foi possível apurar; também não nos foi possível perceber se estes meios ou seus proprietários estiveram ligados à grupos ou pessoas políticas. Nos seus primórdios, o periódico tinha certa fragilidade e era obrigado a obedecer ao poder de mando das classes dirigentes no poder; mas, com o processo de democratização, essas relações se tornaram mais complexas e “difusas”.<sup>3</sup>

Após períodos turbulentos na vida nacional do Paraguai, o jornal *Ultima Hora* adquiriu autonomia e, na atualidade, age sem distinção e com independência na sua publicação diária, seja em aspectos políticos, econômicos, sociais, agrícolas ou quaisquer outros temas; alcançou uma grande reputação e é um dos maiores jornais do Paraguai ao lado do periódico *ABC Color*.

---

<sup>3</sup> As informações referentes aos dois periódicos aqui destacados foram colhidas dos históricos de ambos e também em trabalho de análise editorial dos mesmos. No que concerne à opinião pública que também buscamos mostrar, ocorreram diálogos com cidadãos de locais fronteiriços e da capital Asunción, de forma geral destacamos o que privilegia a pesquisa e o comportamento desses periódicos nesse contexto.

O trabalho de pesquisa nos leva a fazer recortes, seleções, escolhas, enfim nos faz elaborar uma triagem do que oferece maiores possibilidades para o desenvolvimento dos estudos. A escolha dos periódicos *ABC Color* e *Ultima Hora*, não se deu de forma aleatória, mas sim por se constatar que são jornais que surgiram em um contexto conturbado da vida política no Paraguai e acompanham os temas que buscamos entender, desde longa data, seja nas maiores cidades ou mesmo em ambientes fronteiriços no interior do país vizinho. É válido lembrar que de forma alguma desprezamos ou menosprezamos outros periódicos, tanto que ao longo da pesquisa se constata a internalização de outros jornais na pesquisa.

As questões do poder, da política, da ideologia e da propriedade dos meios de comunicação merecem ser destacados; certamente há jogos de interesses que norteiam o material divulgado. Por outro lado, existem as questões que afloram buscando o interesse do leitor; nesse ponto, a coerência e a severidade para com a análise do periódico são fundamentais, muito embora saibamos que a recepção é o ponto mais crítico desta análise.

Vera Regina Veiga França em suas reflexões estabelece que,

muito tem sido dito sobre as relações nem sempre limpas e transparentes mantidas pelo jornal com os grupos no poder. Reputo da maior importância tais estudos que se propõem a deslindar e denunciar expedientes de toda sorte já utilizados pelo jornal, contrários e danosos ao papel que se espera da imprensa. A mim, no entanto, interessava um outro aspecto. O que mantém um jornal não são (apenas) favores e dinheiro, mas leitores (inclusive é importante lembrar que um jornal apenas serve ao poder na medida de sua força e repercussão junto ao seu leitorado) (VEIGA FRANÇA, In: DAYRELL PORTO, MOUILLAUD, 2002 p. 484).

Nesse sentido, ao trabalharmos com fontes jornalísticas, dois aspectos importantes foram percebidos, os quais a autora muito bem destaca. Em primeiro lugar, a “construção do problema”, e em segundo a “constituição de uma concepção abrangente e circular do processo de comunicação”. A imprensa não pode ser vista sob uma única perspectiva. Maurice Mouillaud, estudioso que trabalha há vários anos as formas de análise do jornal escrito, utiliza-se das afirmações dinâmicas de Labrousse para descrever o jornal como uma membrana viva, um campo de atividade e que elabora um trabalho de criação sócio-simbólica.

Mouillaud abre ainda mais esse campo ao explicitar que

O jornal — e a mídia em seu conjunto — não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam (não apenas por intermédio das agências internacionais, mas de uma multiplicidade de agências,

descritas por Mark Fishmann, de instituições públicas e privadas), um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de ‘fato’, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (MOUILLAUD, In: DAYRELL PORTO, MOUILLAUD, 2002 p. 51).

Assim, podemos minimamente estabelecer alguns pontos de reflexão que tiveram ao longo da pesquisa um aprofundamento maior. A utilização de várias tipologias de fonte torna o trabalho de pesquisa e escrita da história ainda mais árduo; porém, insistimos que esse tipo de combinação, cruzamento e confronto de evidências empíricas torna mais sólidas — ao menos assim desejamos — as bases do fazer historiográfico. Levando em consideração a especificidade do objeto — a cultura transitória da fronteira — esse ideal nos levou a combinar o mais dialeticamente possível as fontes orais, imagéticas e da imprensa.

Da mesma forma, o trabalho foi conduzido de maneira mais acentuada e elaborada mostrando os percalços no Paraguai, compreendemos que esse movimento possui dinâmicas extensas de trocas, reclamações, interesses e contribuições em ambos os países. Ou seja, assim como acreditamos que há em torno de 450 mil brasileiros no Paraguai, concordamos que esses números coincidem com a quantidade de paraguaios no Brasil. Embora a pesquisa voltou-se mais para a preocupação da influência brasileira no lado paraguaio, esse movimento não é, e não pode ser visto de maneira unilateral, há a dualidade na dinâmica migracional e no Brasil existem centenas de milhares de paraguaios.<sup>4</sup>

No campo de pesquisa e na pesquisa de campo, levando em consideração a problemática das fontes e da dualidade migracional que existe, observamos que as mudanças na imagem e na vivência das pessoas, a partir de uma série de aspectos destacados por nós possivelmente repercutiram nas características culturais, na política, no imaginário social e identitário, especialmente das pessoas ligadas a essa mudança e processo migratório fronteiriço. Entender a transitoriedade na relação que se estabeleceu

---

<sup>4</sup> Acentuamos ainda a intensa disputa por terras atualmente envolvendo os brasiguaios que ocorre na localidade de Marangatu no extremo leste do Departamento de Canindeyu – PY. Questões que remontam a mais de quatro décadas voltam a ser discutidas afoitamente, esse “problema” não foi possível de ser analisado nesse estudo, mas encontramos a grande maioria dos agentes históricos que identificamos ao longo da nossa pesquisa nessa disputa recente. Isso mostra também a relevância do trabalho para questões que ainda devem ser discutidas.

entre o rio, o indivíduo e a sociedade são pertinentes, e, para buscar os fragmentos da memória que dão sentido à história, a análise da imagem, da oralidade, e dos discursos jornalísticos é essencial.



## **I – EXPANSIONISMO: O MOVIMENTO SULISTA BRASILEIRO E O DESENVOLVIMENTO INTERNO PARAGUAIO**

O desenvolvimento agrícola que ocorreu no sul do Brasil a partir da década de 1960 trouxe significativas transformações econômicas e sociais. A principal característica desse desenvolvimento é a modernização nas lavouras, com a prática e a utilização de maquinários para o cultivo. Para Gregory, *“até o início da década de 60, a diversificação e, em alguns casos, a recuperação da agricultura se fez lentamente, sem trazer maiores alterações na base tecnológica ou na estrutura de mercado, salvo exceções localizadas”* (GREGORY, 2002, p. 65). Nas décadas posteriores, a intensificação do processo de modernização da agricultura altera esse panorama até certo ponto calmo e acaba acelerando os setores agrícolas no sul do Brasil. A expulsão de pequenos agricultores especialmente e da mão-de-obra agrícola braçal é um dos resultados mais evidentes e dramáticos desse processo.

Em grande parte, o êxodo de agricultores brasileiros foi promovido como um marco da política de expansão das fronteiras agrícolas na região contígua ao Brasil, empreendida especialmente por Stroessner no Paraguai. Posta em prática como um amplo programa de colonização pública, essa política respondia a dois critérios ambivalentes e contraditórios. De um lado, o objetivo consistia na criação de zonas de pequena agricultura no Paraguai, com a finalidade de acabar com a pressão pela terra existente nas regiões de antigos povoamentos rurais no Brasil especialmente no sul, onde o empobrecimento da população agrícola se tornava cada vez mais notório e crítico. Por outro lado, esta política consistia na expansão e modernização capitalista da estrutura agrária, incentivando a difusão de unidades produtivas empresariais, com alta tecnologia intensivamente aplicada na produção voltada para a exportação.

Embora o aspecto de expansão e ocupação territorial brasileiro no Paraguai permeie o tema, não podemos desconsiderar, nesse mesmo contexto, o plano de desenvolvimento interno do governo paraguaio, fundamental para que a migração alcançasse números tão elevados. Segundo o senador e escritor paraguaio Domingo Laino ainda em fins da década de 1970, o governo ditatorial de Stroessner permitiu em grande parte que houvesse uma verdadeira ocupação brasileira nas fronteiras entre os dois países.

Grandes latifúndios, terra virgem e fértil, riquezas florestais, cafezais, plantações de erva e serrarias são alienadas em favor de brasileiros. E como complemento, a moeda, os

costumes e muitas vezes até a educação e o idioma das fronteiras nacionais com o Brasil já não são paraguaios. O regime de Stroessner tolera com complacência toda essa situação e ainda muito mais. As instituições oficiais encarregadas dos créditos e do regime das terras no Paraguai concedem todo o tipo de ajuda e facilidades às empresas e colonos do país vizinho (LAINO, 1979, p. 35).

O regime de doação do governo de Stroessner das riquezas do Paraguai, conforme diz Laino, recebe o respaldo tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, potência interessada que houvesse na fronteira dos dois países o domínio de sociedades e pessoas de nacionalidade brasileira em detrimento da nacionalidade paraguaia.

Nesse sentido, para Domingo Laino

é evidente que o governo militar do Brasil está concedendo um apoio sem precedentes ao general Stroessner e este apoio nunca foi tão oportuno como é agora. O regime paraguaio, mais do que nunca debilitado, obsoleto e corrupto, completou 23 anos de poder absoluto mediante a ajuda externa que recebe especialmente dos Estados Unidos, e a utilização difundida dos instrumentos de repressão contra opositores paraguaios (IDEM, p. 34).

O apoio dos Estados Unidos aos governos ditatoriais do terceiro mundo caracteriza de maneira bem objetiva a política de Washington por se tratar de uma maneira tradicional de agir naquele contexto.

No Brasil, há uma ampla difusão de tecnologias sendo empregadas na agricultura, especialmente no sul do país, o que de certa forma torna-se uma faca de dois gumes quando lembramos que o que marca esse movimento é o dilema dos agricultores brasileiros como portadores da modernização em um país estrangeiro — Paraguai — ao mesmo tempo em que haviam sido vítimas desse mesmo processo que os expulsara de seu próprio país.

Para o historiador Valdir Gregory, a idéia de ocupação é inicialmente pensada nas fronteiras nacionais, em zonas próximas ao Paraguai e a Argentina, mas não com o intuito de invasão.

No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para o Oeste”. Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los quando necessário. (GREGORY, 2002, p. 65).

No plano das respectivas políticas de governo, as estratégias de aproximação entre o Brasil e o Paraguai favoreceram a entrada de brasileiros no território paraguaio; mas não podemos concluir que a presença de milhares de brasileiros na fronteira foi somente obra das políticas governamentais dos dois países. O que ocorreu foi também, ou principalmente, a junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido à concentração da propriedade fundiária nos Estados do sul do Brasil. Esse movimento migratório de certa forma foi ao encontro dos interesses geopolíticos do governo brasileiro em ter um maior controle das fronteiras do oeste, bem como dos interesses do governo paraguaio em desenvolver o país. Com efeito, é difícil separar, como causa eficiente dos fluxos migratórios, processos socio-econômicos e políticas de Estado; é mais correto observar que eles se determinam mutuamente.

A segunda questão a se destacar é decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no oeste do Estado do Paraná, no lado brasileiro e que faz fronteira com o Paraguai. Construída para utilizar o potencial energético das águas do Rio Paraná, Itaipu foi um projeto pensado nos anos 1960 e que toma proporções na década seguinte para se concretizar no início da década de 1980. Esse fator é historicamente relevante, por que há a desapropriação da terra de milhares de famílias de agricultores cujas propriedades margeavam o Rio Paraná, posteriormente represado para formar o Lago Internacional de Itaipu. A construção de grande porte – como foi o caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu – que se prolongou por anos a fio contribuiu para que houvesse transformações de grande monta em diversos cenários, seja econômico, político, cultural, social, nas esferas rurais e urbanas, tanto no Brasil quanto no Paraguai. As interseções desse mega-projeto também ocasionaram relevantes transformações na Argentina, mas que não é o interesse maior na pesquisa.

Para o sociólogo José de Souza Martins, modificações dessa magnitude refletem conseqüências visíveis tanto geográfica quanto historicamente. Analisando o avanço das fronteiras internas provocadas pela expansão do capitalismo, escreve que *“a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga de áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente.”* (MARTINS, 2002, p. 664). Para o trabalhador ou pequeno agricultor, o sentido diverso a que se refere o sociólogo se dá pelos interesses ou necessidades de migrar, num movimento impulsionado por planos governamentais ou grandes ações empresariais capitalistas.

Situar historicamente a região sul no momento em que essa demandava um contingente razoável de pessoas para as mais diferentes fronteiras é uma operação um tanto complexa. Suas fronteiras territoriais, políticas, agrícolas direcionam-se para vários lugares nas últimas décadas do século XX.

Gregory constrói uma ótima síntese do processo:

Durante o século XX, a diversificação econômica do país tirou do setor cafeeiro o mando político exclusivo, exigindo governos que articulassem, democraticamente ou ditatorialmente, novas forças políticas alicerçadas em outros setores da economia. As classes médias urbanas, os militares, a burguesia foram reivindicando e ocupando espaços econômicos, culturais e políticos em articulação com oligarquias regionais. Esta diversificação se manifestou de formas diferentes nas diversas regiões. Na região sul, os eurobrasileiros foram conquistando espaços em consequência da criação e do desenvolvimento de colônias. Ou seja, houve uma redistribuição espacial do poder e da economia no Brasil. Alguns destes novos espaços, no caso do Sul, seriam ocupados e criados pela população migrante. (GREGORY, 2002, p. 65).

As reflexões de Gregory deixam transparecer a multiplicidade de fatores econômicos e políticos envolvidos nas diferentes conjunturas ao longo do século XX. Certamente, a passagem citada não mostra as especificidades do processo, mas pode-se dizer, de modo geral, que há simultaneamente uma pressão social contra as formas mais tradicionais naquele momento, inclusive a ditadura nacional brasileira. As novas fronteiras de certa forma representam uma possibilidade de mudança, a busca da modernidade, da ruptura com a tradição. Os denominados eurobrasileiros vão em busca dessas novas fronteiras estimulados pela Marcha para o Oeste, e é na continuidade desse processo que adentram o Paraguai.

Enfatizar a questão das migrações é algo complexo; trata-se de um movimento dinâmico, comportando vários aspectos a serem percebidos, que influenciaram ou influenciam fluxos e refluxos de pessoas, e que envolvem fatores políticos, territoriais, identitários, fronteiriços, etc; em suma, esses fatores estão inseridos em uma ampla gama sócio-cultural que envolve as populações residentes nesses espaços, e não obedecem a uma lógica única: cada caso se torna diferenciado pelas características de seus habitantes, de seus territórios e de seus interesses.

As diferenças culturais que de alguma forma afetam as consciências no tocante à identidade nacional, cultural e étnica, mostra o comportamento social das pessoas na busca de adaptações menos traumática e de uma relação harmônica com o “outro”; esses indivíduos, todavia, participavam de um mesmo espaço-nação e tendem a promover, nas

novas condições e circunstâncias, um *modus vivendi* que se assemelhe com o estilo de vida construído social e culturalmente no país de origem.

As reflexões de Martins mostram esses movimentos modernizantes com a constância sócio-cultural nas fronteiras.

São essas ondas revoltas de modernização superficial, nem sempre duradouras, essas formas irracionais de expansão territorial e econômica, que revelam um fenômeno singular e essencial para a compreensão histórica e sociológica das persistências culturais, dos costumes antigos que afloram constantemente nesse cenário que combina temporalidades com datas e historicidades distintas (MARTINS, 2002, p. 683).

Certamente não podemos generalizar. Irracional na perspectiva de quem? Do capital? Dos trabalhadores? Dos proprietários? Do sistema? De uma razão superior e transcendente ao processo histórico? Difícil responder. Mas não é difícil constatar que, ao menos no sul do Brasil, a experiência dos brasiguaios não aparece para eles próprios sob formas irracionais; é necessário, para tentar melhor compreender, atentarmos aos anseios de uma população específica que via nas novas fronteiras a possibilidade de produzirem e sobreviverem.

A maioria da população sulina<sup>5</sup> possui especificidades, como o poder de posse e a proliferação familiar nas áreas rurais, mantendo em seu desenvolvimento elementos característicos nas formas de produção da vida material e espiritual; percebe-se isso nos três estados sul-brasileiros: quando a busca da formação do *modus vivendi* não se dá de maneira satisfatória, indivíduos, famílias e grupos sociais inteiros demandam novos espaços de vida e trabalho. Fundamental na origem desses deslocamentos é a questão do acesso a terra: “*Os colonos sulinos tornaram-se policultores em base à unidade da produção familiar e, quando o acesso à propriedade rural era dificultada na terra natal, a migração para novas fronteiras agrícolas era a alternativa à proletarização e ao êxodo rural das regiões*” (IDEM, 2002, p. 15).

Obviamente, essa realidade, bastante típica do capitalismo agrário ou do processo de capitalização da agricultura, não se dá apenas internamente à região, mas em vários outros tempos e espaços em que o mesmo processo se efetiva. Na segunda metade do século XX, ocorre inclusive uma demanda populacional “camponesa” para outros países, conforme “*as fronteiras agrícolas que se lhes apresentavam nos diferentes espaços e nos*

---

<sup>5</sup> Não negamos a especificidade da migração no Paraguai de outras regiões; mas evidenciamos, ainda que brevemente, apenas as características marcantes das populações migrantes oriundas do sul do Brasil, em conformidade aos objetivos da pesquisa.

*diferentes tempos e de acordo com as exigências das estruturas e reestruturas das realidades locais, nacional e internacional” (IDEM, p. 16).*

Buscamos situar brevemente a movimentação populacional em dois diferentes momentos no sul do Brasil, deslocamentos estes que contribuíram para que a entrada de agricultores brasileiros se desse de maneira intensa no Paraguai a partir da segunda metade do século XX, tendo por um lado a modernização agrícola e por outro a implantação de Itaipu, cada qual com suas especificidades e obedecendo a diferentes conjunturas espaço-temporais.

Pontuamos minimamente os anseios do governo paraguaio em desenvolver economicamente o país; essa política era implantada ditatorialmente e recebia apoio dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para fortalecer um sistema interno de dominação política e controle social interno baseado muitas vezes na violência. A entrada de milhares de brasileiros era vista por parte do governo paraguaio como um meio de estimular o progresso interno; por outro lado, a oposição à ditadura de Stroessner via que *“dentro do contexto das nações afetadas surgem as fronteiras do Paraguai como as de penetração mais sensível, sistemática e de mais fácil acesso”* de populações estrangeiras (LAINO, 1979 p. 11).

A seguir passamos a discutir as influências da transitoriedade fronteiriça entre os dois países, em que a experiência das pessoas será levada em consideração, a imprensa será visualizada como um meio de propagação de idéias e as imagens vez por outra aparecerão no intuito de mostrar as características visuais do espaço em análise.

### **1.1 – A experiência de quem foi e voltou**

Situar historicamente um começo para o movimento de migração brasileira ao Paraguai é algo complexo, mas mostrar o seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980 é a prioridade desta pesquisa. O movimento sulista de agricultores se deslocando para o Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e outros Estados brasileiros, é direcionado também ao país vizinho. Dizer que há apenas pressão social contra governos ditatoriais no Sul do Brasil não abrange a gama de especificidades do setor agrícola, pois ocorre uma modernização conservadora, além do início de alguns latifúndios agrários.

Intimamente ligado às características da Marcha para o Oeste e tendo como principal causa a intensa modernização agrícola no sul, o movimento vai ao encontro da Marcha al Este no Paraguai, pensado por Stroessner para desenvolver a agricultura e abrir as fronteiras agrícolas do país à economia de mercado. Em grande parte, a imigração foi promovida como um marco da política de expansão das fronteiras agrícolas, na região contígua ao Brasil, empreendida especialmente pelo governo paraguaio e posta em prática como um amplo programa de colonização pública.

Portanto, não há apenas fatores de repulsão por parte dos agricultores sulistas, como citamos acima; há também fatores de atração derivados da política econômica do país vizinho, como também salientamos. A proximidade das fronteiras e a facilidade de trânsito é algo indiscutível: são aproximadamente 1440 km de fronteiras entre Brasil e Paraguai, o que aumenta a viabilidade de migrar em direção a esse país. Os baixos preços das terras e a sua grande fertilidade vêm ao encontro das necessidades de muitos pequenos agricultores do sul do Brasil, e cujo trabalho na terra é o único e tradicional meio de vida. Condições geográficas semelhantes estimulam também o deslocamento populacional, pois o clima do leste paraguaio é similar ao da região sul brasileira; enfim, outros aspectos poderiam ser mostrados aqui, mas de modo geral podemos dizer que as terras vizinhas oferecem tudo (ou quase tudo) o que lhes seria necessário para cultivar a agricultura.

Uma rápida abordagem dos agentes envolvidos nesse movimento entre Brasil e Paraguai permite ver que as soluções da política desenvolvimentista implementada pelos dois governos autoritários não eram tão “simples” quanto parecia aos tecnocratas.

Os objetivos desenvolvimentistas eram claros para ambos os governos. Em primeiro lugar, o governo Stroessner objetivava alcançar maior desenvolvimento interno, especialmente na produção agrícola; para tanto, a tecnologia e a mão-de-obra brasileira já eram consagradas neste aspecto e foram de suma importância. Em segundo lugar, o governo brasileiro esperava resolver em curto espaço de tempo o problema de desvalorização da mão-de-obra “exportando” ao país vizinho trabalhadores que não competiam com a modernização agrícola incentivada por subsídios estatais.

A maioria das pessoas que fizeram parte dessa migração ao Paraguai e posteriormente retornaram ao Brasil, ou mesmo as pessoas que permaneceram em trânsito constante entre um país e outro percebem isso como algo dissociável ou até desconhecem as “artimanhas” dos planos políticos. Para eles, mais uma vez se viram como “desbravadores” que, ao fim de uma jornada de trabalho em um determinado lugar,

tiveram que regressar, atraídos por uma promessa de Reforma Agrária destinada a assentar trabalhadores rurais sem terra.

As famílias de “cultura” sulista — especialmente as do Rio Grande do Sul —, com traços fortes da imigração européia ao Brasil meridional, têm como uma de suas principais características a busca de uma vida melhor e também o desejo de garantir alguma posse a seus filhos. Esses traços culturais, funcionando como motivações econômicas de deslocamento geográfico, leva essas famílias a buscarem os mais distintos lugares para “melhorar de vida”; migrações internas deste tipo ocorrem desde o início do século XX, tendo uma intensificação especificamente ao Paraguai a partir da segunda metade do século XX. Nesse período há um elevado número de pessoas do sul migrando para garantir alguma posse e cultivar a terra, especialmente no cultivo de grãos.

A migração de sulistas brasileiros ao Paraguai era motivada por intensa propaganda, que prometia terras férteis e baratas e apoio bilateral dos dois governos.

Do outro lado da fronteira, a população paraguaia assistia a uma legítima invasão estrangeira ao seu país, especialmente de brasileiros. Estes cumpriram as várias etapas do ciclo agrícola, dando condições ao solo paraguaio de um “bom” plantio. Ou seja, há uma espécie de fluxo de mão única desse tipo de mão-de-obra entre os dois países, com o Brasil exportando trabalhadores e o Paraguai absorvendo-os, bem como aos investidores; o resultado a médio prazo foi uma ampla capacidade de produção, especialmente de grãos, como nunca ou raramente se viu na história do Paraguai.

No início, os objetivos do movimento foram se concretizando de maneira “coerente”, conforme haviam pensado os respectivos governos. Na década de 1960, quando tem início de maneira mais forte a migração brasileira ao Paraguai, o país vizinho tinha mais de 60% de sua população vivendo nas cidades, especialmente na capital Assunção; de maneira semelhante, a maior parte do percentual restante estava localizada nas principais cidades e departamentos, como Ciudad del Este, Salto del Guairá e em Caazapá. Percebe-se que o espaço rural é pouco habitado, e a cultura de grãos é praticamente de subsistência, vivendo de acordo com a sua cultura originária, em grande parte descendente de indígenas. Da década de 1980 em diante, há um número considerável de agricultores brasileiros retornando ao país de origem, do que se pode depreender que aquela acessibilidade à terra verificadas no começo dos anos 1960 não vigorava mais no Paraguai.



Num primeiro momento, a migração ao Paraguai não é a do grande fazendeiro, do latifundiário, embora isso também ocorresse; mas é especialmente o deslocamento de agricultores que já possuíam pequenas propriedades no Brasil, e que se viam acudados pela modernização, sentindo a necessidade de se reproduzirem enquanto agricultores e ao mesmo tempo não tinham a perspectiva de dar um futuro substancial a seus descendentes. A mão-de-obra braçal foi aos poucos sendo substituída no sul do Brasil pelas máquinas e muitas das características que levaram os agricultores ao Paraguai daí derivam e se explicam, embora muitos outros sejam os fatores que permeiam o fenômeno. Não queremos insistir numa determinação tecnológica da história, apenas ressaltar que, nesse contexto e conjuntura específicos, a mecanização da agricultura teve um papel fundamental como fator migratório.

De modo algum a síntese que brevemente esboçamos expressa a totalidade dos acontecimentos e processos desse conturbado movimento de pessoas do Paraguai com destino ao Brasil que se iniciou mais especificamente na década de 1980; mas serve para adentrarmos no assunto e entendermos como o retorno ocorreu e ainda continua a ocorrer, até mesmo originando uma nova denominação e um novo “sujeito” nesse meio, ou seja, o *brasiguaio*.

## **1.2 – Brasiguaio: ator indefinido**

Adentramos o diálogo sobre o movimento fronteiriço dos dois países, desenvolvendo uma discussão em torno do indivíduo e da palavra *brasiguaio*. A apreciação e significado deste termo parecem simples, uma vez que tem a intenção de designar as pessoas brasileiras que de alguma forma mantêm algum tipo de atividade no Paraguai em torno da agricultura. O senso comum designa-as pessoas brasileiras que possuem terras no país vizinho e lá trabalham. Para alguns pesquisadores o significado não condiz com o aparecimento do indivíduo de maneira que contemple todas as suas especificidades, mas ao mesmo tempo esses pesquisadores não discordam de seu sentido. De modo geral, entre os pesquisadores brasileiros há consenso em relação ao seu emprego e significado, o mesmo ocorrendo entre alguns pesquisadores do Paraguai, onde a denominação também é de uso corrente; porém — e isso é significativo — os sentidos e usos de *brasiguaio* não são os mesmos de um país a outro.

Ao analisarmos fontes como entrevistas e jornais, e também em leituras de autores de ambos os países, percebemos que a denominação, para a maioria dos pesquisadores brasileiros, gira em torno de indivíduos brasileiros que foram ao Paraguai trabalhar e, com o passar do tempo, não conseguiram se estabelecer enquanto agricultores retornaram ao Brasil, aumentando com isso a massa de pessoas nas margens das estradas, especialmente junto ao movimento de trabalhadores sem-terra e nas periferias das cidades no oeste do Estado do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Ou seja, ao retornarem são denominados de brasiguaios.

Os pesquisadores do tema no Paraguai os definem como os brasileiros que trabalham no Paraguai, e não necessariamente retornam ao Brasil; que continuam lá a viver e voltam para passeio e/ou talvez encaminhar os filhos em escolas ou coisas desse gênero. Brasiguaios, para os estudiosos paraguaios, são os brasileiros que vivem entre eles, não se identificam com eles, não adquirem seus costumes, não comem suas comidas, em suma, não internalizam a cultura e permanecem no país apenas na condição de exploradores de sua economia.

Parece que essas pessoas têm tal denominação a partir do momento em que se tornam um “problema” em um ou outro país. São chamados de brasiguaios no Brasil quando retornam e são responsabilidades deste governo, e são chamados de brasiguaios no Paraguai quando estão lá, sob a responsabilidade de suas autoridades. Num e noutro caso, atribui-se aos brasiguaios uma espécie de “identidade estigmatizada” contraposta a uma identidade nacional “pura”: não são nem brasileiros, nem paraguaios, são “mistos” perdidos entre duas culturas e duas nacionalidades.

A discussão teórica sobre o agente e também sobre o termo contempla várias visões nos dois países; outros estudos que refletem sobre o tema auxiliam para maiores conclusões. O que percebemos claramente é que muitos desses trabalhos foram escritos no calor dos acontecimentos, quando houve um retorno mais acentuado de brasileiros vindos do Paraguai em meados da década de 1980.

As análises fomentam vários trabalhos de pesquisa. Um ponto que julgamos importante ressaltar é que, no princípio dos acontecimentos, a denominação do termo é praticamente indiscutível e sua conceituação é do brasileiro que retornou ao país; mas, com o passar do tempo, outros trabalhos vão se desenvolvendo na década de 1990 e até no século XXI. Alguns surgem trazendo novos olhares sobre os agricultores; constatamos que há um alargamento teórico em relação à terminologia “brasiguai”. Em hipótese alguma os

primeiros trabalhos são carentes de informações; mas, com o desenrolar do processo histórico, outros elementos vão sendo agrupados nesse complexo movimento e há a ampliação do termo. Para nós o termo brasiguaiio, por conseguinte, é algo indefinido ou está ainda em formação.

Um exemplo pode ser percebido na pesquisa de mestrado da historiadora e antropóloga Márcia Anita Sprandel, denominado “*Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*”, de 1992; o tema é trabalhado com evidências empíricas do momento em que ocorria o retorno acentuado de brasileiros do Paraguai. Em um breve balanço, Sprandel encontra mais de uma dezena de denominações diferentes na imprensa relativa aos anos de 1985 e 1986 para designar os brasiguaios. Segundo Sprandel<sup>6</sup>, a imprensa denominava-os como:

*Quadro 01 – Denominações do termo brasiguaiio pela imprensa*

Definição de Brasiguaios	Fonte
“Colonos brasileiros que se mantêm ilegalmente em território paraguaio, passando necessidades”	CBr 10/09/85
“Lavradores brasileiros que trabalham no Paraguai e tiveram que voltar movidos pela pressão do trabalho quase escravo a que lá estavam submetidos”	O Globo 15/09/85
“Agricultores brasileiros expulsos do Paraguai”	FSP 20/09/85
“Colonos que trabalhavam no Paraguai e retornaram ao Estado”	UH 20/09/85
“Os últimos exilados (...) agricultores brasileiros banidos para o Paraguai pela falta de emprego resultante de uma política de mecanização agrícola e concentração fundiária iniciada nos anos 70 no oeste dos Estados do Paraná e Santa Catarina (...) lavradores sem terra”	FSP 22/09/85
“Conseguem driblar a vigilância, colocando em polvorosa a cúpula da sociedade novo-mundense”	O Repórter 03/10/85
“Como são conhecidos na região os brasileiros que vivem em território do país vizinho próximo à fronteira com o Brasil”	UH 10/10/85
“Nome dado aos brasileiros que, depois de viverem algum tempo no Paraguai como agricultores, resolvem retornar ao Brasil, na condição de sem terra (...) com os membros da Pastoral da Terra, as famílias dos sem terra, logo receberiam a denominação de brasiguaios”	Diário da Serra 08/12/85
“Colonos brasileiros vindos do Paraguai”	CBr 08/12/85
“O lado feio do Programa Globo Repórter”	Diário da Serra 12/12/85
“Colonos brasileiros que vivem explorando agricultura no Paraguai”	O Norte 27/02/86
“Brasileiros que habitam território paraguaio”	UH 05/03/86
“Colonos brasileiros que há mais de 15 anos vivem da agricultura, em províncias paraguaias, que estão atravessando a fronteira”	JB 21/03/86
“Agricultores brasileiros que são no Paraguai meeiros, arrendatários, e bóias-frias”	GM 02/04/86
“São trabalhadores rurais que trabalhavam no Paraguai e resolveram retornar	JB 09/05/86

<sup>6</sup> SPRANDEL, 1992 p. 57/58.

ao Brasil”	
“Trabalhadores rurais brasileiros que vivem no Paraguai”	FSP 10/06/86
“São agricultores brasileiros no Paraguai, que voltaram ou estão pretendendo voltar para o Brasil, estimulados pelo anúncio da Reforma Agrária”	CBr 27/06/86
“Por definição, trabalhadores rurais brasileiros que migraram para o Paraguai nos últimos 20 anos”	Jornal O Estado 09/07/86
“Sem-terra que depois de deixar o Paraguai vieram para a região”	ESP 15/07/86
“Camponeses brasileiros que ocupam área no Paraguai e que já manifestaram seu desejo de regressar”	UH 23/01/86

Atualmente ainda permanecem dúvidas e confusões teóricas sobre a denominação do termo. É importante sua correta interpretação por que é daí que surgem os sujeitos que nessa terminologia de alguma maneira se encaixam ou dela fazem parte. Nossa correta interpretação é fundamental para que haja no contexto do estudo a externalização do objeto de nossa pesquisa de forma que se entenda quem realmente é e onde realmente estão.

O termo pode ser compreendido como uma identidade de fronteira e híbrida, formada pela junção das identidades nacionais, isto é, seriam ao mesmo tempo brasileiros e paraguaios. Mas o termo adquire sentidos variados ao longo dos anos, funcionando como uma identidade ambígua conforme os interesses que necessitam ser explicitados ou não. A identidade “brasiguai”, assim como a terminologia que a designa, é imprecisa e mutável. Quanto a seus sentidos, a “categoria” pode ser atribuída ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, e não conseguiu ascender socialmente e que muitas vezes regressou ao Brasil; aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; aos imigrantes e aos descendentes que já misturam, mas não plenamente, a cultura brasileira com traços da cultura paraguaia; e a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha.

As constatações sobre o uso do termo são bem gerais e praticamente englobam todos os migrantes brasileiros no país vizinho, independentemente se voltaram ou não. Quase todas as definições que Sprandel aborda em sua pesquisa são contempladas nesses cinco sentidos; essa constatação também é feita pelo sociólogo José Lindomar Coelho Albuquerque.

O geógrafo Luiz Carlos Batista emprega o termo para designar os agricultores brasileiros ainda no Paraguai e não somente os que retornaram; “*reflete-se nos brasiguaios um forte sentimento de desejo de voltar ao Brasil*” (BATISTA, 1990, p. 64). Constata-se que os trabalhadores já são considerados brasiguaios quando ainda viviam ou vivem no país vizinho.

Nivalcir Pereira de Almeida, em sua monografia, afirma que: “*o Brasiguaiio [é o] brasileiro que viveu ou vive no Paraguai*”, caracterizando-o “*pela busca incessante da terra para produção*” (ALMEIDA, 1994, p. 06); e mais ainda do que para a produção, para a sua própria sobrevivência enquanto agricultor.

No livro *Brasiguaios: destino incerto*, o jornalista José Luiz Alves trata os brasiguaios como “*os brasileiros que residem em território Guarani*” (ALVES, 1990, p. 08). Especialmente os que estão ao longo da fronteira que divide os dois países e que vivem um clima tenso e se vêem ameaçados de expulsão.

A jornalista Cácia Cortêz vai um pouco mais longe ao postular o termo como algo palpável em sua obra *Brasiguaios*. A jornalista é reconhecida como uma pessoa que acompanhou em grande parte o movimento de retorno ao Brasil dos agricultores que vieram do Paraguai e se estabeleceram no município sul mato-grossense de Mundo Novo em 1985. Para ela, “*brasiguaios são o resultado da expropriação e expulsão violenta de centenas de milhares de agricultores do sul do país, iniciada na década de cinqüenta, no sudoeste e oeste do Paraná*” (CORTÊZ, 1992, p. 13).

Para o então diretor do Terrasul — Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso do Sul —, Aparício Rodrigues de Almeida, brasiguaiio é uma “*auto-denominação em busca de impacto na imprensa e na opinião pública*” (IDEM, p. 131). Manipulando essa identidade mista, buscam de forma geral desestabilizar o meio rural em seus diferentes segmentos, especialmente a agropecuária. Observemos, de passagem, que os agricultores não tinham a intenção de provocar o transtorno que o diretor afirmara, e não seria a auto-denominação que causaria empecilhos ao latifúndio, ou até mesmo ao governo.

Segundo o jornalista Carlos Wagner, o termo nasceu em uma reunião na cidade de Mundo Novo, em 1985, quando se discutia a articulação do retorno dos agricultores para o Brasil, um deles falou “*então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?*” (WAGNER, 1990, p. 20). Ao que o Deputado Federal Sérgio Cruz respondeu, “*vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria*” (IBIDEM). O termo a partir de então tornou-se de uso corrente e passou a denominar de modo geral todos os agricultores que vivem ou que viveram naquele país.

Na obra da professora paraguaia Fernanda Feliú, “*Canindeyú – zona alta: los brasiguayos*”, a autora trata como brasiguaios as pessoas que, segundo ela, “*pasaron las*

*décadas, crecieron los hijos nacidos en esta tierra apareciendo un nuevo grupo humano: los brasiguayos” (FELIÚ, s/d, p. 11). A autora complementa dizendo que “actualmente, hay una nueva generación de niños y jóvenes, nacidos en la región e hijos de padres de distintas nacionalidades. Son ellos los nuevos ‘mestizos’ que conforman la nueva sociedad pluricultural en esta parte del territorio paraguayo” (IDEM, p. 41). A visão da autora para uma possível definição do termo é diferente dos demais autores brasileiros; há outros elementos além de serem agricultores: há a questão do tempo de permanência no país, além das novas gerações que vão nascendo e se firmando no país. Observemos que esses valores são importantes de serem percebidos e levados em conta, se quisermos buscar uma definição antropológica mais densa do termo e da identidade que ele designa.*

Para o sociólogo paraguaio Ramón Fogel, que pesquisa sobre o movimento na fronteira dos dois países, há que se perceber que

*hay diferencias, en destinto momento de tiempo en distintas regiones y tambien entre los propios brasileños y brasiguayos”, e que “este a que le lhamamos brasiguayos lo es un problema (...) porqué teoricamente san os que mantiene la identidad brasileña, lo gran problema del Paraguay” (ENTREVISTA. RAMÓN FOGEL, 2006).*

A visão do sociólogo é de que o brasiguai é assim denominado como o brasileiro que vive no Paraguai e que mantém a identidade brasileira; independentemente se houve ou não o retorno ao Brasil, esta referência ao termo é relacionada à identidade.

Tanto no decorrer da pesquisa quanto da escrita lançamos vistas sobre algumas possíveis auto-identificações dos próprios atores sociais aqui trabalhados – brasiguaio. As análises referente a essa tentativa de enquadramento identitário em que ‘eles’ moldam comportamentos, atitudes, e até mesmo estabelecem sentidos de valores distintos, aparecerão na seqüência do trabalho escrito, momento em que nos detivemos sobre o “outro” com uma investigação mais específica.

Ao trazermos o diálogo propondo minimamente entender a definição do que é o brasiguai, não pretendemos de forma alguma anular outras perspectivas de entendimento deste. Privilegiamos autores que possuem trabalhos sólidos e reconhecidos sobre o tema e em áreas distintas, unimos um cabedal interdisciplinar. Nosso objetivo com isso é mostrar as rupturas que vem ocorrendo em relação a esses atores sociais não apenas na historiografia, mas também em outras áreas. Um ponto que fica perceptível é quanto à produção destes trabalhos, historicamente, a grande maioria das análises elaboradas corresponde a momentos de grande efervescência desse processo. Ou seja, muitos pontos

de vista lançados sobre os brasiguaios ocorreram quando houve grandes manifestações e/ou em ápices de conflitos entre estes e outros segmentos dentro do Paraguai ou mesmo no Brasil.

Nossas fontes trazem nuances importantíssimas que auxiliam na busca de uma melhor conceituação do termo e do agente histórico em si, pois a aproximação terminológica nos leva a proximidade dos atores que permeiam o ambiente fronteiriço. Esta questão é enfatizada por nós, por que conseguimos perceber as discrepâncias em seu meio social, no momento em que suscitamos temas como a “internalização” cultural, o nacionalismo, o sucesso econômico ou o seu fracasso, entre outros aspectos. Pensamos que a correta interpretação dessas questões nos leva a um estreito conhecimento do brasiguai e com a possibilidade de compreensão de suas bases identitárias, por mais complexas que sejam, e as fontes nos dão ‘suportes’ para que ocorra esta auto-identificação.

Enfim, a presente discussão tem o intuito de contribuir para a problematização do termo e do agente denominado de brasiguai. Nossa posição frente a essas várias concepções por meio da análise bibliográfica e das fontes deixa transparecer que houve um significativo alargamento das definições feitas num primeiro momento. De maneira geral, praticamente todo brasileiro da área rural que tem algum tipo de atividade no país vizinho não estaria fora da abrangência semântica do termo “brasiguai”, e em consequência disso o seu personagem. Este ponto de vista defendido por nós leva em consideração as abordagens feitas sobre o tema nos dois países indistintamente, o que fica mais evidente para nós é que a evolução do significado acompanhou o desdobramento do processo histórico.

### **1.2.1 – Do conturbado retorno até a chegada**

Na atualidade há um intenso movimento na fronteira entre os dois países; é impossível designar esse movimento como um todo, a atitude das pessoas que vão ao Paraguai ou de lá estão voltando, indiferentemente se as travessias dos limites nacionais sejam por terra ou mesmo pelo Lago Internacional de Itaipu; ou ainda quais os motivos e interesses que impulsionam essas ações de travessia. Destacamos de maneira mais acentuada os primeiros movimentos organizados, de retorno ao Brasil, dos agricultores que

vieram do Paraguai, uma vez que em grande parte é a partir daí que se tem a definição mais acentuada termo.

A década de 1980 foi para muitos brasileiros um período de manifestações políticas que resultaram em grandes transformações, uma vez que se assistiu ao término da ditadura militar iniciada com o golpe civil-militar de 1964. Novos horizontes permitiam a manifestação de outros setores da população; mudanças na cultura e na educação também eram significativas; em suma, houve a abertura do sistema que vinha acuando parte da população através de meios coercitivos, como repressão, prisão, ameaças, torturas, entre outros. A década de 1980 pôs em cheque o poder ditatorial com o amplo movimento das Diretas Já, visto por muitos como um dos golpes finais no regime militar.

As conseqüências nefastas de duas décadas de governo autoritário são sentidas em muitos setores, como, por exemplo, o que aconteceu com inúmeros produtores rurais de pequeno porte especialmente no sul do país, com relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Há também a conclusão das obras e o início do funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itaipu, pensada e elaborada pelo poder ditatorial, apontada como impulsionadora do movimento na fronteira. No Paraguai, nesse contexto, ocorre uma forte repressão aos camponeses que reivindicavam acesso às terras tomadas pelo latifúndio.

Na segunda metade da década de 1980, o governo brasileiro anuncia o projeto de Reforma Agrária incrementado pelo INCRA. Há naquele momento a busca, por parte dos agricultores e trabalhadores rurais no Brasil, em saber como funciona a burocracia para assentar as famílias sem-terra do país.

Os trabalhadores brasileiros no Paraguai também se organizam para voltar, pois a vida no Paraguai ficava difícil por motivos de irregularidades nas propriedades e ainda com a documentação das pessoas, que sofriam com abusos de poder e corrupção das autoridades paraguaias. Entre outros, esses são alguns dos motivos que os impulsionam a atravessar em sentido contrário a fronteira e retornar ao Brasil: alimentava-os a ilusão de, em curto espaço de tempo, serem assentados como proprietários de terras no país de origem.

A organização das pessoas para que fosse possível o retorno ao Brasil não pode ser vista separadamente das ações do MST, de alguns Sindicatos Rurais, de Comissões da Igreja Católica como, por exemplo, a CPT, bem como do apoio da Igreja Luterana. Além, é claro, do próprio desejo dos agricultores de voltarem à terra natal.



A organização evidencia-se na fala das lideranças. Por exemplo, o relato de José Farias, líder de uma comunidade no Paraguai. Percebemos na obra de Cácia Cortêz em que ela afirma :

as reuniões eram marcadas em Mundo Novo ou Paranhos, do lado Brasileiro, só com os líderes, para pensar no jeito de voltar: “lá a gente se encontrava com o pessoal dos Sem-Terra, da CPT e do sindicato. Cada líder tinha que reunir na sua comunidade, ir de casa em casa ou nos roçados pra repassar o acontecido e fazer a lista de quem tava com planos de deixar o Paraguai” (CORTÊZ, 1992, p. 46).

O que impressiona é a capacidade de organização dentro do país vizinho, pois os agricultores estavam em localidades diferentes, morando “espalhados” por várias cidades e departamentos no Paraguai, e percebem a necessidade de organização para voltar ao Brasil e que deveria ser feita em grupo. Isso exigia um aparelhamento cuidadoso e preciso, não poderia ser como o movimento de entrada naquele país, que foi feita isoladamente. Para Carlos Wagner,

os camponeses que haviam emigrado para o Paraguai estavam usando dois caminhos: o primeiro e mais antigo era pela Foz do Iguaçu, que faz fronteira com o Alto Paraná, uma das primeiras regiões colonizadas pelos brasileiros. Por esta trilha estavam voltando desorganizadamente. O outro caminho era por Mundo Novo, Oeste do Mato Grosso do Sul, onde vinham organizadamente. Criaram um dos maiores focos de tensão, no que diz respeito à questão fundiária, daquele Estado (WAGNER, 1990, p. 24).

Apesar da Ponte da Amizade que liga a cidade de Foz do Iguaçu à Ciudad del Este ter sido o principal caminho de retorno ao Brasil pelos agricultores que vinham do Paraguai, estes não conseguiram com êxito se organizar no Estado do Paraná; já no Estado de Mato Grosso do Sul essa organização foi maior. A dificuldade se explica pelo fato das propriedades paranaenses serem na maioria de pequeno porte nessa região do Estado, não suportando assim uma Reforma Agrária que suprisse as necessidades de terra das pessoas que estavam retornando, muito menos dos trabalhadores do movimento sem-terra, o que desmantelava os grupos vindos do Paraguai. Em contrapartida, Mato Grosso do Sul era visto nesse contexto como um dos Estados com maior concentração fundiária do país, e, portanto, alvo em potencial de uma política séria de reforma agrária.

Um dos marcos iniciais do retorno dos então brasiguaios ao Brasil ocorreu, segundo Carlos Wagner, no início do segundo semestre de 1985, quando,

950 famílias de brasiguaios invadem a cidadezinha de Mundo Novo, no Oeste de Mato Grosso do Sul, e, depois de algum tempo acampados, conseguem forçar as autoridades

nacionais a reassentá-los. É o primeiro movimento de massa reivindicatório feito pelos brasiguaios” (IBIDEM).

A organização para o retorno ao país de origem foi algo que conseguiu num primeiro momento mostrar a capacidade associativa e mobilizatória dos agricultores. Após o episódio, outros fatos importantes vieram também a aumentar o contingente de trabalhadores rurais e reforçar o seu movimento.

O cenário nacional naquele contexto era agitado. Houve o plano de estabilização da economia nacional com o chamado Plano Cruzado, o Plano Nacional de Reforma Agrária e por último uma ampla campanha publicitária que teve na época a intenção de reativar o sentimento cívico, o que de algum modo contribuiu para atrair as pessoas de volta ao Brasil. É necessário lembrar, por fim, que a instabilidade política e econômica no Paraguai era grande em fins de 1986, o que estimulava o sentimento de desejo de retorno.

Conforme Sprandel, o ano de 1985 é particularmente importante por que:

não obstante existirem registros de retornos anteriores de grupos organizados ao Brasil, nenhum foi tão numeroso, e utilizou-se de uma identidade como bandeira de luta, como o levado a efeito pelos chamados brasiguaios (...). Ao se definirem como brasiguaios, trataram de diferenciar-se dos demais grupos camponeses organizados no Brasil, que também reivindicavam terras via reforma agrária; e dos demais brasileiros residentes no Paraguai, com trajetórias sociais distintas, e que pretendiam permanecer naquele país (SPRANDEL, 1993, p. 83).

A ênfase na data de 1985 por estes e outros autores reúne uma série de acontecimentos que funcionaram como um marco inicial concreto para os agricultores; esses acontecimentos são realmente significativos, tanto que até na atualidade permanecem na memória da população, sejam os sujeitos participantes deles, seja a população de modo geral. O próprio termo brasiguai foi construído e empregado pragmaticamente naquele momento de luta, mesmo que sofresse um significativo alargamento em fases posteriores.

A partir do momento em que um grande número de pessoas começou a chegar, a manutenção dos que retornavam ao país foi difícil; o “acampamento” nasceu da noite para o dia e o crescimento da população era inevitável, chegando diariamente em média 15 famílias, aumentando o núcleo improvisado que a jornalista Cássia Cortês chamou de “*a cidade de lona*”. Instalaram-se em um terreno baldio ao lado da prefeitura do município de Mundo Novo. Aos poucos, as adversidades foram sendo vencidas; criaram-se comissões

para que certas estruturas fossem organizadas, criando-se assim mínimas condições de vida onde estavam instalados.

A situação era administrada pelas próprias famílias que retornaram; era um ambiente totalmente insalubre, sem condições mínimas de higiene, limpeza, saúde e segurança; sem água potável, sem esgoto ou qualquer outro tipo de fossa coberta. Foi criada a Comissão de Higiene, responsável pela orientação para manter a limpeza nos barracos e também nas fossas coletivas e queimar o lixo acumulado.

Outro grupo formou a Comissão de Imprensa, responsável por atender e acompanhar os jornalistas dentro do acampamento, uma vez que era grande a “curiosidade” em torno do fenômeno que movimentou o município e a região do Mato Grosso do Sul.

A Comissão de Saúde ficou sob a responsabilidade de uma enfermeira prática de Santa Catarina, Dirce Gorch. No local não havia suprimentos médicos para atender de maneira salutar os pacientes; era comum acontecerem surtos de gripes especialmente em épocas chuvosas, e outras doenças como pontada de pneumonia, desidratação, hemorragias, entre outros males.

Havia a Comissão de Segurança para manter o local com um mínimo de ordem; as incumbências dessa comissão eram amplas, desde vigiar para evitar um possível ataque surpresa da própria polícia, até vigiar internamente o assentamento para evitar desordens, desentendimentos familiares e até a promiscuidade que era algo comum em um meio tão adverso.

Num primeiro momento esses foram os principais problemas, sem contar a falta de alimentos, pois a maioria dos agricultores saíram do Paraguai praticamente fugidos, largando tudo e trazendo a família e algumas coisas básicas; outros deixaram suas coisas em troca de dívidas ou as perderam na viagem. Em suma, as conseqüências atingiram ordens diversas e a manutenção dessas pessoas no Brasil foi negociada de maneira que tivessem as mínimas condições, ou seja, a pressão social sobre o grupo se dá tanto no Paraguai quanto no Brasil.

O que denotava uma preocupação maior das lideranças é que o Plano Nacional de Reforma Agrária não parecia tão concreto como se apresentava no início, e os assentamentos definitivos transformaram-se em acampamentos provisórios, onde muitas famílias permaneciam anos sem serem contempladas com algum tipo de propriedade rural. Outras tiveram a infelicidade de conseguir terras de baixa produtividade, sendo

praticamente impossível colher os frutos da terra em quantidade ou qualidade suficiente para se manterem. Havia (como ainda há) a falta de auxílio para plantios, moradias, escolas, enfim, a infra-estrutura necessária para mover a atividade agrícola. Embora houvesse grande apoio ao grupo por parte de entidades religiosas, populares e até mesmo a mobilização da imprensa auxiliando a luta dos agricultores, as dificuldades foram grandes, tanto que muitos se dispersaram, abandonando os próprios sonhos.

### **1.3 – A perspectiva de alguns setores paraguaios sobre o fluxo**

Desde o início da migração brasileira ao Paraguai, os discursos sobre o fluxo de pessoas são muitos e contraditórios, seja entre os cidadãos brasileiros, seja entre os paraguaios. Pretendemos minimamente evidenciar a visão paraguaia sobre esse movimento migratório.

É relevante destacar que, para os brasileiros, especialmente os agricultores e independentemente de que país estejam habitando, a migração tem caráter de trabalho. Ou seja, em suas representações, eles foram para o país vizinho para desenvolver a agricultura e torná-lo um dos grandes produtores de grãos — soja — com destaque internacional, fomentando assim a economia de exportação de um país “subdesenvolvido” que até então apresentava um setor agrícola praticamente de subsistência. Esse discurso autojustificador parece desconsiderar o fato de que os grandes produtores de soja são em geral grandes proprietários estrangeiros, especialmente brasileiros.

Da perspectiva dos paraguaios, estas são algumas situações que vêm ao longo dos anos se alterando, especialmente no cenário político, não apenas pelo término da ditadura, mas também porque a abertura das fronteiras internacionais não possui mais o mesmo significado de perda de autonomia, como era a sua preocupação primeira com o início da migração; no contexto mais atual, ela significa a abertura da economia entre os países da América Latina, onde as fronteiras são móveis. Territorialmente, os países cumprem com acordos, como por exemplo, a lei de fronteiras que Brasil e Argentina possuem, e que o Paraguai luta para constituir<sup>7</sup>.

Nas últimas décadas, a mentalidade paraguaia foi se transformando em forte oposição à propriedade estrangeira e aos produtores brasileiros naquele país. Quando não

---

<sup>7</sup> Esse tema receberá maior atenção no Capítulo 3.

está em jogo a soberania do país com a acusação de invasão, ou os poderes políticos desses estrangeiros no Paraguai, acusam os brasileiros de praticamente acabarem com as matas, transformando o seu território em um “deserto verde” com as plantações de soja, acabando com os bosques e as florestas nativas, entre outros problemas que o movimento campestino daquele país denuncia.

O movimento campestino paraguaio sempre existiu, mesmo antes de se ter intensificado de maneira mais acelerada a migração brasileira ao Paraguai nos anos 1960. O movimento já lutava especialmente pelo direito de terras, lembrando que no Paraguai se encontra um dos maiores índices de desigualdades de distribuição em toda a América Latina. Segundo Galeano e Yore,

el más importante antecedente de las organizaciones campesinas que existe en la actualidad han sido las Ligas Agrárias. Estas, constituídas hacia finales de los sesenta, a su vez tuvieron como precedente a la Tercera Orden Franciscana, organización laical que durante las décadas del 40 y del 50 tuvo gran difusión e implantación en los sectores campesinos (GALEANO; YORE, 1994 p. 45).

Atualmente, há uma grande mobilização em torno do problema de terras no Paraguai; as manifestações do campesinato vêm de longa data, mas outrora eram caladas pelos ditames do poder centralizador e ditatorial de Stroessner, enquanto que agora os campestinos encontram forças para minimamente se organizar e reivindicar direitos em seu próprio país, a começar pelo direito a terra.

As denúncias quanto à presença dos imigrantes brasileiros em território nacional são freqüentes no movimento campestino paraguaio; os objetos de denúncia são principalmente as compras de terras dos campestinos, o desmatamento com uma atitude predatória em relação ao meio ambiente e em especial com as pulverizações nas plantações de soja que envenenam os campestinos e afetam o ecossistema. Essa agricultura predatória acarreta a expulsão das famílias campestinas de suas propriedades, destrói as matas, inclusive as matas ciliares, contaminando com agrotóxicos os pequenos rios existentes no interior do país.

Neste sentido, Sprandel destaca que:

os campestinos afirmam que as propriedades dos brasileiros são ilegais e que foram apresentadas pelo General Stroessner. Em tom nacionalista afirmam que os brasileiros têm ‘tierras ilegales y no son ni paraguayos’ enquanto ‘nosotros, que somos paraguayos legítimos, no tenemos tierras’” (RODRÍGUEZ NUNES, líder campestino, apud SPRANDEL, 1992, s/p).

No meio campesino essa reclamação é corrente; em vários discursos pudemos observar esse fato.

Por outro lado, há paraguaios que incorporaram o modelo de produção implantado pelos brasileiros e reforçam a opinião de muitos brasileiros de que o paraguaio não gosta de trabalhar; afirmam ainda que os que trabalham aprendem muito com os brasileiros. Nesse tipo de discurso, os brasileiros aparecem como uma espécie de agente econômico modernizador que contribui para colocar o país na trilha do progresso.

Um agricultor paraguaio diz.

Aprendi a respetar y a apreciar el esfuerzo de los inmigrantes. Creo que ellos están haciendo un gran aporte a la economía del país. (...) Los paraguayos estamos aprendiendo a romper nuestras limitaciones, para incorporarnos a esta forma de agricultura más moderna, que nos ayude a progresar” (EMÍLIO PERALTA, apud ALBUQUERQUE 2005, p. 168-169).

Alguns agricultores paraguaios elogiam o modelo agrícola brasileiro e toda a modernização tecnológica levada ao país, como maquinários, adubos, fertilizantes, controle de pragas, entre outras técnicas e insumos. Atualmente há a cooperação entre segmentos de agricultores imigrantes e nacionais. Ressalta José Giacomelli que,

se desarrolla actualmente una de las más interesantes experiencias de cooperación e integración entre brasileños y paraguayos. Los inmigrantes no solo prestan sus tractores y maquinarias para mecanizar las parcelas de campesinos e indígenas, sino que muchos de ellos acuden personalmente a enseñar las técnicas modernas de producción” (ULTIMA HORA, 01/10/2003, p. 18).

Essa mesma reportagem do jornal *Ultima Hora* mostra que o maior fator de colaboração entre os dois povos foi a compreensão de suas diferenças e posteriormente o diálogo no sentido de possibilitar ajudas mútuas nos trabalhos da produção agrícola. Destaca ainda que há “*una organización de brasiguayos que asisten a 368 familias campesinas, aproximadamente*” (IBIDEM).

Outro aspecto destacado por alguns agricultores paraguaios diz respeito ao trabalho do imigrante brasileiro em geral. Admiram-no por trabalharem aos sábados, domingos e feriados, em jornadas que se estendem por várias horas seguidas durante o dia.

O paraguaio Balbino Benítez, reportando-se aos brasileiros, diz:

con ellos aprendí a trabajar en serio, también los domingos, los feriados, hasta en Semana Santa. Aprendí lo que es economía familiar. Ellos tienen otra manera de ver las cosas y están haciendo mucho por el país. Creo que, en lugar de atacar-los tanto, tenemos

que conocerlos, dialogar. Hay muchas cosas que corregir, pero es innegable que su presencia favorece al país (IDEM, 23/09/2003, p.07).

O agricultor paraguaio reconhece que há várias coisas a serem repensadas para melhorar a situação interna do Paraguai e o imigrante pode ajudar neste sentido, embora perceba que precisam ser revistos alguns trâmites legais de permanência de brasileiros no país, bem como a interação cultural destes com a população de origem. Quanto a esse ponto, há que se observar que existem diferenças culturais muito acentuadas entre o campesino paraguaio “típico” e o imigrante brasileiro “típico”. Essas diferenças manifestam-se em traços étnicos, lingüísticos, religiosos, de mentalidade, etc. Essas diferenças são históricas e por vezes tão sinificativas que qualquer comparação corre o risco de parecer etnocêntrica.

Por outro lado, como enfatizam os estudos da antropóloga paraguaia Raquel Peralta, a expansão rural capitalista comandada pelos brasileiros no Paraguai fez e ainda faz milhares de vítimas entre os indígenas. Há trinta anos atrás, segundo dados por ela coletados, existiam 17 etnias e aproximadamente 30 mil índios em solo paraguaio; na atualidade, não passam de 15 mil. Para a autora, um fator que agrava ainda mais esse quadro próximo do etnocídio é sem dúvida o processo de modernização agrícola, somado às práticas pré-capitalistas de escravização indígena.

Comentando o trabalho de Peralta, König escreve.

La antropóloga paraguaya Raquel Peralta, que hace ocho años trabaja como misionera en la región, le da el nombre de esclavitud moderna. Según ella, después de pasar por torturas físicas y psicológicas, ellos son forzados a trabajar casi sin remuneración en cosechas y carbonerías, la mayoría de brasileños. Los brasileños se asocian a políticos influyentes para expulsar a los indios. Además de perder su espacio, etnias como la Pai Tavyterã, Avá-guarani y Ache miran que su cultura es violentada por la imposición de costumbres extranjeras (KONIG, 2004, *Apud* ALBUQUERQUE, 2005, p. 161).

A constatação da antropóloga parece condizer com a realidade do Paraguai, uma vez que é perceptível esse tipo de atitude com relação aos indígenas em outras partes da América do Sul e da América Latina de modo geral. Sua denúncia condiz com a real situação vivida por essas minorias. Entretanto, muitas posições levadas ao conhecimento da opinião pública são estritamente nacionalistas, especialmente o discurso da imprensa e dos meios de comunicação em geral; a mídia paraguaia evoca um discurso difuso entre a população e reproduzem-no nos periódicos, amplificando-os e assumindo a autoria de tais

enunciados. Em outras palavras, há uma nacionalização de discursos sociais portadores de anseios emancipatórios e de justiça.

As contradições sobre este assunto são grandes e abrangem diversos segmentos. O compositor e músico paraguaio Victor “Pato” Brítez reflete com uma postura bastante crítica.

No seu modo de ver,

los brasileños no solo plantan soja transgénicas sino que nos imponen su cultura en la frontera, su lengua, su dinero (...). Es un fenómeno que, además de cultural, es político y económico. Es de anexión directa. Hoy resulta que el 80% de los dueños de tierra son brasileños. Obviamente se necesita una política contraria a eso y no creo que este gobierno pueda impulsar algo favorable en este sentido. Lenta e inexorablemente se va destrozando nuestra identidad (ULTIMA HORA, 09/05/2004, p. 39).

Alguns pontos da fala do artista exageram a real compreensão desse fluxo de pessoas entre os dois países; não obstante, ela traz pontos de vista e informações importantes para analisarmos discursos e representações não apenas de pesquisadores, camponeses e políticos, como da população paraguaia de modo geral.

Como se vê por essas poucas fontes citadas, a complexidade do problema é enorme; ele envolve as maneiras de luta do movimento camponês paraguaio; a grande presença de brasileiros não apenas nas regiões fronteiriças; e até mesmo a complexa questão fundiária no Paraguai. Obviamente não poderemos aqui aprofundar todas essas questões presentes quando se discute transitoriedade e cultura de fronteira no caso aqui estudado. Mas é necessário ter em mente que a preocupação desses trabalhadores frente a um problema visível como o da propriedade estrangeira é real e merece a nossa atenção.

Os pontos de vista sobre esse fluxo dentro do Paraguai são diferenciados; existem posições favoráveis e posições contrárias aos imigrantes brasileiros; certamente no Brasil essas posições se repetiriam em certos pontos comuns e em outros apresentariam discrepâncias. Temos então um conjunto de temas e situações em pleno desenvolvimento com uma ampla dinâmica do processo em consonância com as transformações históricas vivenciadas nas regiões de fronteira.

#### **1.4 – A propriedade estrangeira nas fronteiras paraguaias**



É desafiador mostrar as amarras de um poder externo no Paraguai, como a discussão sobre a propriedade privada, especialmente de grandes latifúndios, principalmente por que a maior parte dessas propriedades estão direta ou indiretamente nas mãos de políticos influentes. Para contemplar a discussão é importante destacar três tópicos de maneira mais específica, embora as questões gerais sobre o tema já permeiem o trabalho.

As queixas dos habitantes paraguaios giram em torno da propriedade estrangeira da terra, cuja expansão apresenta uma tripla face. Em primeiro lugar, sempre é vista como desenvolvimento para o Paraguai, embora acarrete uma verdadeira crise sócio-ambiental no país. Em segundo, grande parte dessa propriedade estrangeira é explorada por capitais externos que não giram economicamente dentro do Paraguai, num processo perverso que acaba por excluir amplos segmentos da população; partes desse contingente engrossam os movimentos migratórios, especialmente o êxodo rural, provocando graves problemas internos, como o que ocorre com os camponeses sem-terra. Por último, é necessário atentar para os movimentos sociais e os conflitos sócio-políticos como os que envolvem esses mesmos trabalhadores sem-terra, ou o camponado de maneira mais geral, suas reivindicações por propriedades nacionais.

A concentração de terras, especialmente grandes propriedades obedece a um índice elevado, enquanto as pequenas propriedades geralmente nas mãos dos paraguaios os índices são menores. Ou seja, quando se trata da grande propriedade, a presença do capital estrangeiro é comparativamente maior que a do capital nacional, o que repercute diretamente na economia, especialmente na agricultura.

A desigualdade na distribuição de terras no Paraguai vem de longa data. Os dados do Ministério da Agricultura y Ganaderia daquele país, no relatório elaborado em 1992, dá uma idéia da disparidade sobre a distribuição de terras no país.

*Quadro 02 – Distribuição de terras no Paraguai e suas extensões*

Tamaño	Distribución de la propiedad	% do territorio
Menores de 5 has	40.1%	1
De 5 a menos de 10 has	21.7%	2
De 10 a menos de 20 has	21.6%	3
De 20 a menos de 100 has	12.7%	6

De 100 a menos de 500 has	2.4%	7
De 500 y más de has	1.55%	81
Total	100%	100

Fonte: Ministério da Agricultura e Ganaderia, 1992.

Percebe-se a desigualdade na distribuição de terras no Paraguai, por exemplo, somando-se as propriedades com menos de 20 hectares, cujo total representa mais de 83% das propriedades existentes no país, ocupam apenas 6% do território nacional. As propriedades com mais de 500 hectares representam 1,55% das propriedades existentes e ocupam 81% do território nacional.

As grandes propriedades estrangeiras no Paraguai contribuem para fomentar esses dados, mesmo que aqui não apareçam separadas da grande propriedade paraguaia, ela encontra-se inserida nestas estatísticas.

Uma das constantes queixas dos camponeses, como também enfatizou a antropóloga Raquel Peralta, é que os grandes proprietários estrangeiros contam com o apoio interesseiro de políticos influentes no país, mostrando como a política paraguaia é adversa; pois enquanto uns trabalham na intenção de resolver o conflito interno envolvendo particularmente o movimento camponês, outros fomentam o capitalismo estrangeiro abrindo-lhes as portas e proporcionando-lhe um amplo campo de exploração.

Dentre os estrangeiros que possuem terras no Paraguai, podemos afirmar que a maioria é de empresários agrícolas brasileiros; há também os norte-americanos, os menonitas que defendem seu território; os chineses, e ainda outros povos sul-americanos que em menor grau possuem propriedades no Paraguai.

#### **1.4.1 – Expansão: desenvolvimento ou crise**

Em poucas décadas o Paraguai conquistou posições importantes no comércio exterior especialmente devido à produção de soja. Os dados estatísticos mostram o “salto” da produção nacional relativamente aos números de décadas anteriores e revelam o aumento da extensão das áreas de plantio. Em contraposição, é perceptível que há problemas ambientais, como dissemos; além disso, a concentração de terras para produção anexa progressivamente as propriedades de pequenos agricultores paraguaios, aumentando com isso o “domínio” brasileiro e de empresários de outros países naquele país. Estudos

mostram que dos dezessete Departamentos existentes no Paraguai, doze deles sofrem influências dos chamados “brasiguaios”, e apenas cinco Departamentos não estão “ocupados” pelos estrangeiros.

De los 17 departamentos que tiene el país, 12 departamentos han sido ocupados por inmigrantes de origen brasileño, 5 departamentos sin “brasiguayos”. Según estimaciones de la Cancillería del Brasil (Itamaraty), en Paraguay viven cerca de 500.000 inmigrantes brasileños. El Gobierno paraguayo, hasta ahora, no há admitido más de 108.000 brasileños en forma oficial. La Pastoral del Migrante llegó a estimar la presencia de inmigrantes brasileños en 350.000. Un alto porcentaje se encuentra en situación ilegal, sin documentación. Los únicos departamentos, donde aún no se registra presencia masiva de “brasiguayos” son, Presidente Hayes, Cordillera, Guairá, Paraguari e Central. (Cf. la Resolución nº 83, Ministério del Interior, julio 2003. “Población, migración e información básica sobre actores estratégicos en la frontera Paraguay-Brasil.” Marcial Antonio Riquelme, PhD. em Sociologia, Agosto 2003). In: (ULTIMA HORA, 17/09/2003, p. 17).

O termo *expansão*, freqüentemente utilizado quando se discorre sobre a presença de brasileiros no Paraguai, designa um meio de alavancar a economia do país no mercado exterior, mesmo quando se reconhece que essa “expansão” não tem um efeito positivo sobre o social, especialmente em relação a outros trabalhadores do mesmo segmento, ou seja, os agricultores paraguaios e os indígenas.

As constatações sobre a pobreza e a má distribuição de terras no Paraguai — lógica que parece estar em pleno desenvolvimento — são inversas ao desenvolvimento que sugere ser tão positiva em algumas regiões do país. É o que relatava já em 1990, em sua obra *Los campesinos sin tierra en la frontera*, o sociólogo Ramón Fogel.

Otra constante es la renuncia, por parte de los gobiernos, al ejercicio de la soberanía política y económica, a favor de las empresas de capital extranjero. La idea que el desarrollo viene con la inversión extranjera há tenido un fuerte arraigo en los grupos dominantes, a pesar de la evidencia histórica que muestra mayores niveles de pobreza crítica, de la población criolla, en las regiones más tocadas por la inversión extranjera (FOGEL, 1990, p. 15-16).

O alerta do sociólogo não se dá apenas em constatações sobre a condição das pessoas na agricultura, mas, sobretudo, denuncia as benesses políticas que esse capital estrangeiro recebe e de alguma forma concebe, o que constitui uma economia baseada num “apoio” que os paraguaios, especialmente os mais pobres, não possuem. Nesse sentido, também Albuquerque ressalta que:

el movimiento fue más fuerte en la frontera paraguaya por causa tanto de la ausencia del Estado paraguayo, como también de la complicidad y hasta el incentivo del Gobierno

dictatorial para la inmigración brasileña de descendência europea” (ALBUQUERQUE, p. 150. *Apud* FOGEL, 2005).

No início, a “ocupação” brasileira de terras paraguaias para o cultivo era mais acentuada nas faixas de fronteiras; essa prática, na atualidade, se dá em vários departamentos localizados no interior do país, e não apenas nos departamentos fronteiriços. Um caso particular acena para o fato de que, no contexto das nações afetadas, as fronteiras do Paraguai surgem como de penetração mais sensível, sistemática, e de mais fácil acesso para a expansão agrícola que age sob os ditames de capital estrangeiro.

A preocupação com a ação do Estado é nítida nos discursos; com efeito, a intervenção estatal no processo de redistribuição de terras se projeta em grande escala, sendo de inteira responsabilidade deste a determinação de seus possíveis futuros proprietários. Percebe-se de modo geral que aos “investidores” estrangeiros geralmente são dadas, ou vendidas as melhores terras para o cultivo, enquanto aos camponeses são distribuídas terras de baixa produtividade.

A projeção da soja paraguaia — que teve como impulso a propriedade latifundiária estrangeira e colocou o país no mercado internacional como exportador de peso — é visível tanto em quantidade como em área cultivada, embora se reconheça a retração econômica do país nesse contexto. O quadro estatístico abaixo mostra a evolução da produção e rendimento da soja paraguaia nas duas últimas décadas do século XX.

*Quadro 03 – Produção e rendimento da soja no Paraguai*

Prod. rend./anos	1982	1988	1989	1990	1992	1994	1995	1996	1997
Prod. mil/ton.	7769	11615	11795	11033	11793	22212	22395	22670	33000
Rend. ton./há.	11,94	11,88	11,98	11,87	22,82	33,01	22,87	22,84	22,82
Área cult. mil/ton	3397	8860	9907	5552	6635	7735	8833	9940	11065

Fonte: Fogel y Hay, 1999.

É notável o aumento gradativo na produção de soja no Paraguai desde o início dos anos 1980; esse aumento na produção foi acompanhado por um acelerado processo de concentração do principal fator produtivo, a terra, e da desnacionalização da sua propriedade; as grandes extensões de terra que o Estado relegou aos trabalhadores rurais foram destinadas aos que conhecemos como “empresários agrícolas”, isto é, estão em posse de grandes proprietários estrangeiros.

Observemos que os dados acima não estão inseridos no contexto dos anos 1970, período até então considerado o *boom* da soja naquele país; esses dados estão inseridos no cenário de grandes mudanças características das décadas mais recentes. Dentre essas mudanças, podemos citar o funcionamento da Itaipu com o início de geração de energia elétrica em 1982; o retorno de trabalhadores brasileiros — brasiguaios — vindos do Paraguai em 1985; ou ainda as transformações políticas com o fim da ditadura de Stroessner em 1989.

É nesse tumultuado cenário que a soja vem tendo um aumento gradativo nas lavouras paraguaias. Essa tendência acentuou-se nos anos seguintes. Dados recentes da FAO<sup>8</sup>, mais precisamente de 2003, mostram que a plantação de soja no Paraguai atingiu seu *boom* real entre os anos de 1995 e 2001, passando de 735.000 hectares para 1.350.000 hectares, um aumento de praticamente 84% na superfície cultivada, e em torno de 50% da superfície total de terra cultivada no país. Com isso o Paraguai emerge no ano de 2002 como o sexto maior produtor mundial de soja bruta.

Entre 1983 e 1989, há um período marcado pela crise inicial do modelo bimodal agro-exportador impulsionado pelo Estado autoritário, que apostou na consolidação das formas modernas de produção no campo. O desenvolvimento do setor praticamente triplica sua superfície cultivada, mas evidencia-se a retração da economia campesina com a queda de preços de produtos primários no mercado internacional. Ou seja, diminui a expansão da fronteira agrícola pela via pensada por Stroessner com o consentimento do governo brasileiro, a chamada “colonização programada”. O valor das exportações começa a cair.

Com a economia em retração e o baixo preço dos produtos primários, a insatisfação no meio rural é generalizada, e a saída dessa situação não tem uma fórmula rápida pensada pelas autoridades. A situação atingiu um ponto crítico com os desentendimentos e conflitos no setor agrário, com invasões de aproximadamente 15 mil famílias de campesinos aos latifúndios e também às terras livres no país. Mas, não há uma organização conjunta do movimento pela propriedade de terras: muitos aderem à luta com objetivos esparsos, o que de certa forma debilita a chance da ascensão das famílias à terra;

---

<sup>8</sup> FAO, fundada em 1945, tem por objetivos elevar os níveis de segurança alimentar, de nutrição e vida e de melhorar a produtividade agrícola e as condições da população rural e de gerir os recursos naturais de forma sustentável.

isso faz com que os movimentos tornem-se incipientes, por seus objetivos não terem uma reivindicação homogênea para a categoria e seus esforços não serem coordenados.

Com o incremento da produção de soja no Paraguai, a crise social e econômica torna-se mais nítida. Há também, denúncias partidas de ativistas “verdes” contra esses agricultores, por estarem eles provocando um sério problema ambiental, ou melhor, sócio-ambiental, uma vez que provoca uma série de danos não apenas ao meio ambiente, como também às pessoas que dependem dele de forma mais direta para produzir suas condições materiais de existência.

A intenção não é falar dos impactos do cultivo em grande escala no Paraguai, mesmo porque, segundo Fogel, este impacto não é direto, mas provoca “*a reducción del empleo, la concentración del ingreso y de la tierra, la degradación ambiental y la corrupción que alimenta*” (FOGEL, 2005, p. 46). Abordemos brevemente os impactos mais diretos, como a pulverização das plantações e suas conseqüências nefastas especialmente para o trabalhador campesino.

Este assunto vem sendo discutido há algum tempo; mas, na atualidade, ganha proporções, pois há evidências de que esta ação de uso indiscriminado de agrotóxicos e defensivos agrícolas nas plantações de soja — algo comum nas lavouras brasileiras — vem causando males à saúde das pessoas, como podemos perceber pelas manifestações das pessoas, especialmente nos jornais paraguaios. Dentre os muitos atritos que se têm verificado entre campesinos e produtores de soja, a questão das pulverizações está sempre presente. Pela análise do *ABC Color*, percebemos que “*sojeros y productores acordaron una nueva reunión, con el objetivo de intercambiar opiniones técnicas, en torno al uso de agroquímicos*” (ABC COLOR, 08/01/2004, p. 16); mas estas tensões chegam aos extremos do conflito e não ficam apenas em reuniões. O mesmo periódico destaca que “*cinco policías heridos y algunos lesionados fue el resultado de un intenso fuego cruzado entre campesinos y policías registrado en una colônia ubicada a unos 300 Km al este de Asunción. Los pobladores querían impedir la fumigación*” (IDEM, 21/01/2004, p. 15). Com os acontecimentos envolvendo ambos os lados, o conflito passa a ser “comum” entre plantadores de soja e campesinos.

Já o *Diário Última Hora* enfatiza a morte de um menino campesino por intoxicação, dizendo que “*la muerte del niño de 11 años es el primer caso de intoxicación por químicos agrícolas que llegó a la justicia. La causa que se tramita em los tribunales, está ya a un paso del juicio oral, y podría sentar jurisprudência para el futuro*” (ULTIMA

HORA, 10/12/2003, p. 19). Mesmo com a matéria enfatizando o primeiro caso que foi aos tribunais, esses temores dos camponeses frente à pulverização são anteriores; o que frequentemente ocorre são “acertos” com pagamentos de despesas ou tratamentos médicos, ou, em outras vezes com propina ou suborno para abafar o caso. É o que evidencia a mesma matéria do jornal, “*la familia (...) no se dejó subornar. Le ofrecieron hasta 200 millones de guaraníes para renunciar la causa por la muerte de su hijo*” (IBIDEM). Isso significa que essa prática é utilizada para silenciar os camponeses e tornar possível a continuidade da pulverização, que segue fazendo novas vítimas.

A discussão em torno desse problema, a partir dos registros nos periódicos mais atuais, parece discrepar dos interesses ou até mesmo dos recortes propostos para a pesquisa; mas é evidente que, senão no todo ao menos em parte, esse problema é fruto da expansão da economia agroexportadora, especialmente com o aumento do cultivo de soja a partir da região fronteiriça do Paraguai.

Esses problemas, obviamente, não se dão em decorrência apenas dos brasileiros produtores de soja, como também dos Menonitas, chineses, norte-americanos e alguns europeus. A culpabilização recai em grande parte sobre os brasileiros — brasiguaios — devido ao grande número, em termos comparativos, de propriedades brasileiras no Paraguai. Agricultores paraguaios denunciam que não há um estudo de impacto por parte dos produtores antes de começarem a desmatar e cultivar aquelas terras; denunciam ainda a poluição dos rios e pequenos arroios que abastecem as localidades; as técnicas mecanizadas de cultivo que contribuem para a perda gradual da riqueza dos solos e ainda pontuam que os brasileiros não se comprometem em reparar os danos ecológicos que eles provocam com tal “expansão”.

Em um estudo elaborado no Paraguai com a ajuda de organismos internacionais, comprovou-se que, entre os anos de 1976 e 1991, o leste do país perdeu mais de 20% de suas florestas para o avanço *sojero*; o relatório sugere ainda que, no ano 2000, os paraguaios estariam sem bosques.<sup>9</sup> Com efeito, é o que se constata na atualidade, ao menos onde essa expansão é mais notável, como nas zonas fronteiriças, em especial com divisas brasileiras.

---

<sup>9</sup> “El censo sobre el avance de la frontera agrícola realizado por el Ministerio de Agricultura, con cooperación de la GTZ alemana, indica un elevado incremento de las tierras de labranza a expensas de los recursos forestales. Este uso de la tierra es particularmente alto en la Región Oriental, en donde la agricultura mecanizada en departamentos como Canindeyú, Alto Paraná, Caagazú, San Pedro, principalmente, es causa de deforestación indiscriminada de los bosques.” (LA OPINIÓN, 27/07/2001, s/p).

#### 1.4.2 – Campesinos no Paraguai

Um ponto interessante na discussão é que, muito embora o movimento campesino exista no Paraguai desde meados da década de 1950, ele foi durante a maior parte desse período sufocado pela ditadura; com o processo de redemocratização e o avanço de conquistas sociais, a luta do campesinato aos poucos vem tomando corpo, buscando a “homogeneidade” em suas reivindicações.

O movimento social campesino sofre especialmente por falta de uma maior organização de base para que suas reivindicações possam ser atendidas da melhor maneira possível no jogo político de correlação de forças; mas, mesmo com muitas dificuldades, o movimento conseguiu crescer e ganhar visibilidade, tanto em termos numéricos como em organização, uma vez que conta com apoio mínimo de autoridades políticas - especialmente aquelas situadas ideologicamente no centro-esquerda do espectro político. Fazendo uma “guerra solitária” contra os grandes investidores agrícolas no Paraguai, contam com apoio de igrejas e outros segmentos; mas na esfera da política institucional, o apoio e cooperação obtidos são mínimos.

Há dois pontos centrais nessa questão; primeiramente, as atitudes do poder político do Paraguai em relação aos campesinos, historicamente marcadas por tentativas de repressão e desmobilização de líderes e militantes, embora haja esporadicamente algumas ações a seu favor. O segundo ponto vem a ser o conflito interno ao próprio movimento, marcados por tensões e cisões que, conjugadas às dificuldades externas, ameaçam a sua continuidade como movimento social organizado e impõe significativos limites às suas conquistas.

Trabalhamos a noção de “conflito interno” como decorrente da falta de organização do movimento campesino, que vem se aprimorando, mas ainda é deficiente do ponto de vista político de conquistas pragmáticas nas condições da democracia representativa. Neste caso os campesinos acabam desnorteando os interesses do seu povo em benefícios de estrangeiros, denotando um conflito não apenas no país, mas também no *corpus* representativo deste segmento.

Um exemplo do conflito é notado nos periódicos. No *ABC Color*, os senadores informaram sobre a venda de terras feita pelo IBR a empresários brasileiros, “*denunciaron la masiva venta de tierras a empresarios brasileños en Vaqueria, departamento de Caaguazú con la anuencia del Instituto de Bienestar Rural (IBR) y la complicidad de*



*fiscales y policías*”(FOGEL, 2006, p. 98). A coluna política do ABC Color retratada por Fogel, mostra que a situação interna no Paraguai frente a estes problemas rurais é frágil e compromete a distribuição de terras aos camponeses, privilegiando os empresários estrangeiros.

Na entrevista do Secretário Geral da FNC, Odilón Espínola, percebe-se que, enquanto o movimento tenta tomar corpo frente a esse novo cenário político paraguaio, o governo continua com discursos vazios para o setor e não alimenta grandes esperanças aos camponeses. A frase marcante do Secretário é quando diz que, “*el Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural*”, (ULTIMA HORA, 01/11/2004, p. 19). Essa afirmação do Secretário da FNC – uma das organizações que se caracterizam por apresentar propostas e projetos ao governo – diz ainda que “*el gobierno no pasa de los discursos*” (IDEM).

Outro fator é comentado pelo dirigente da MCNOC, Belarmino Balbuena, que fala sobre o novo Código Agrário paraguaio e suas alterações feita pela Câmara dos Senadores.

Las críticas de los camponeses hacia el proyecto del nuevo Código Agrario se van haciendo cada vez más fuertes (...) dijo que el documento no les sirve a los camponeses y que sólo empeorará las cosas para ellos, y que, sin embargo mantiene intocables los privilegios de los ganaderos. Por su parte, estos últimos están conformes con las modificaciones introducidas (LA OPINIÓN, 27/07/2001, s/p).

Não há uma política voltada aos interesses dos camponeses. Percebe-se a alusão que faz o dirigente aos *ganaderos*, ou seja, há uma propensão à grande propriedade e estas em grande parte pertencem a empresários agrícolas de fora do país.

Os freqüentes diálogos entre governo e lideranças camponesas não são produtivos para nenhuma das partes: enquanto o governo cede, os camponeses invadem propriedades; quando a proposta dos camponeses adentra no governo, batem de frente com os interesses de empresários agrícolas como, por exemplo, o desmatamento, a pulverização com agrotóxicos, e especialmente a distribuição de terras.

Em meio a propostas e desarranjos do poder governamental para com os camponeses, existe até mesmo o estigma a esses trabalhadores paraguaios; essas representações negativas alimentam o imaginário social, motivado por matérias que desabonam a cultura paraguaia, relegando a estes toda a culpa de um sistema governamental que não contribui ativamente para mudar a situação. Nesse sentido, o ABC

*Color* de 29/04/2004 faz críticas gerais ao sistema paraguaio desde o campesinato até a política:

El sistema democrático no tiene viabilidad en una sociedad que lleva como lastre una pesada carga de campesinos ignorantes. La corrupción de la clase política y la dirigencia social se nutre de la miséria que impera en el sector rural. El primer paso para romper esta perversión es convertir a los campesinos en agricultores productivos, capaces de obtener la renta necesaria para llevar una vida digna (ABC COLOR, 29/04/2004, p. 22).

A matéria acima mostra que além de todos os percalços da política e em especial aos “inimigos internos” dos campesinos no Paraguai, é relegado a estes o estigma de serem ignorantes, sem condições de produzirem seus próprios alimentos, ou ainda que o agricultor paraguaio trabalha como na Idade da Pedra, tendo que haver uma inversão cultural para que o “desenvolvimento” técnico seja introjetado em seu meio.

Norbert Elias destaca que o estigma imposto a um grupo social é visto pelo grupo estigmatizador como natural, imposto por uma força maior. Para este autor, “*o estigma social que seus membros atribuem ao grupo (...), transforma-se em sua imaginação, num estigma material — é coisificado. Surge como uma coisa objetiva, implantada (...) pela natureza ou pelos deuses*” (ELIAS, 2000, p. 35). Tal concepção acaba por eximir o grupo estigmatizador de qualquer responsabilidade com relação ao preconceito. O estigma, ainda segundo Elias, provém da necessidade de um grupo se afirmar enquanto superior.

Há um conjunto de representações impostas ao grupo que constroem uma imagem deteriorada dele. Parafraseando Roger Chartier, poderíamos dizer que essas representações são construídas a partir do real e, por vezes, são consideradas elas próprias a realidade. Ou seja, algo que é visto como natural é produzido por grupos, que forjam representações segundo suas intenções. Portanto, as representações não são neutras nem tampouco naturais, são elaboradas para legitimar ou consolidar interesses específicos (CF. CHARTIER, 1988 p. 16).

A questão cultural não é o alvo neste momento da análise; mas podemos antecipar que a proposta de conversão do campesino em produtor técnico não se dá rapidamente; pelo contrário, é um processo lento e problemático, pois a cultura de um povo não é melhor ou pior, ela é diferente, seus interesses são divergentes, enfim, há uma gama de fatores que permeiam essa problemática.

O importante é enfatizar aqui que de algum modo os “brasiguaios” — como denomina a imprensa paraguaia os agricultores brasileiros no Paraguai — fazem parte

deste truncado jogo “democrático” dentro do país. Há trabalhadores brasileiros dos dois lados, tanto entre os membros do campesinato quanto entre os empresários agrícolas. Em suma, a questão campesina no Paraguai — embora apareça bastante no decorrer deste trabalho — é tema a ser objeto de reflexões mais profundas, e que o tratem de maneira específica e detalhada. Não fizemos mais que observar alguns aspectos do problema que interessam mais diretamente aos brasiguaios.

Um ponto de vista interessante é o do sociólogo Paraguaio Ramón Fogel já nos anos 1990, e que parece não despertar maiores interesses dos intelectuais que refletem sobre a questão de terras no Paraguai.

Hace algunos años, parecía un absurdo hablar en Paraguay de campesinos sin tierra. En un país de grandes extensiones de campos, bosques y tierra fértil en la mayor parte de su territorio y al mismo tiempo de escasa población, el tema no merecía siquiera la atención de organismos privados que se esfuerzan por llenar los vacíos del Estado (FOGEL, 1990 p. 09).

Em decorrência da baixa densidade demográfica do país, bem como do fato de mais de 60% de sua população estar concentrada nas principais cidades, a agricultura de forma alguma poderia sofrer com o problema de falta de terras. A luta e as reivindicações de propriedades por parte desses trabalhadores rurais possuem influência brasiguai, uma vez que há muitos brasiguaios nas áreas rurais do Paraguai, especialmente nas fronteiras.

Notamos alguns valores dos campesinos para com as ações tomadas, como por exemplo, a sua própria visão de mobilização que se opõe a invadir grandes áreas que não serão exploradas - latifúndios improdutivos. É fato que o grupo ocupa uma fração de terras suficiente para cobrir seu sustento de maneira digna e honesta, cultivando-a para não se verem obrigados a roubar. Nas formulações de planos e projetos, não se assume que a distribuição dos direitos sobre a terra seja o único passo; mas é considerado o mais importante, acompanhado da organização campesina que possibilite uma participação efetiva dos cultivadores nos processos agrários.

A repercussão mais recente das reivindicações é motivada pela imobilidade ou a própria ausência do governo paraguaio em relação a esta questão<sup>10</sup>, se caracterizando

---

<sup>10</sup> A questão central neste ponto não vem a ser a discussão em torno dos problemas governamentais dentro do Paraguai. Se esta ausência e imobilidade é uma opção política ou falta de interesse político pelo segmento reivindicador. Mas mostrar a caracterização de um governo de pouca atuação na área rural para com os campesinos, resultando quase que em um descaso com a situação.

especialmente pelas invasões de imóveis de grandes extensões, principalmente de estrangeiros, mesmo os imóveis legais dentro do país.

Embora a onda de invasões tenha crescido amplamente no Paraguai, o que reaviva o tenso conflito seja no interior do país seja em áreas fronteiriças, nesse sentido detecta-se que a violência não é corriqueira da polícia para com os camponeses ou vice-versa; o que de certa forma reafirma a legítima intenção da busca pacífica pela terra para sua sobrevivência e reprodução enquanto agricultores.

O que ocorre de maneira mais comum, é que civis contratados para cuidar dessas propriedades contra-atacam, mas com a intenção primeira de intimidar o movimento. De modo geral, não se registra grandes ocorridos com relação à violência entre camponeses e policiais; o clima fica mais tenso quando essas reivindicações ganham as cidades ou a capital, quando aí invadem prédios públicos, bancos entre outras repartições; então a contenção dessas invasões é mais severa.

Para as lideranças da FNC, o termo utilizado pelo governo para definir as ações dos agricultores em busca de terras está deslocado de sua realidade. De acordo com o *ABC Color*, para essas lideranças as *“invasiones son lo que hacen los menonitas y brasileños en nuestro territorio, dijo estar de acuerdo con implementar medidas para que los camponeses recuperen todos los inmuebles que hoy se encuentran en manos de inmigrantes”* (ABC COLOR, 21/04/2004, s/p). Ao que parece, as ações tomadas pelos camponeses por suas lideranças não é normal — entrar em propriedades particulares especialmente dos grandes latifundiários estrangeiros — mas se caracteriza como forma tática de luta do movimento.

As contradições sobre o assunto estão inseridas no próprio corpo governamental, pois o governo afirma que não aceitará novas invasões de terra. Por outro lado, autoriza a compra de terras para entregar aos que estão ameaçando efetuar novas invasões. O Ministro da Agricultura e Ganaderia, Antonio Ibáñez, assegurou que desconhecia a situação; *“no tengo conocimiento de eso, no puedo opinar, no tengo conocimiento de la promesa del gobierno”* (IBIDEM). Nota-se, dentro do governo, contradições<sup>11</sup> claras que deixam o movimento camponês ainda mais descrente em uma solução para o problema. Enquanto o governo fica praticamente imóvel, os camponeses continuam ameaçando fazer invasões e também ameaçam barrar a imigração ao Paraguai: o camponês Elvio Benítez

---

<sup>11</sup> As contradições estão nas narrativas das pessoas do governo e não nos planos agrários, ou seja, há um mesmo segmento falando coisas diferentes e contraditórias.

declarou que “*si el Gobierno no frena la inmigración, varias organizaciones actuarán por su cuenta*” (IDEM).

A pressão dos camponeses ao governo com ameaças de novas invasões é o que faz a política paraguaia desorientar-se em alguns momentos; por exemplo, quando ocorrem as contradições decorrentes dos discursos do Ministro e do Presidente, alimentando a controvérsia. Por outro lado, entendemos que a possível radicalização por parte de algumas organizações não é contra os brasileiros que migram para o Paraguai, mas sim contra os *sojeros* que exploram grandes parcelas de terras naquele país.

Dessa forma, a situação fica cada vez mais crítica também para os denominados brasiguaios, que “sofrem” com as indecisões internas do governo paraguaio, que de alguma forma gera esse “conflito interno” provocando um clima tenso e de insegurança, pois vêm a possibilidade de serem expulsos daquele país.

O que motiva a ação de muitos camponeses são as estatísticas de ocupações de terras no Paraguai. Puente Kyjhá, localizada no Departamento de Canindeyú, em 2004 contou com dados da FNC e constatou que o Departamento tem em torno de 1.446.884 hectares de terras, das quais somente 205.350 hectares estão nas mãos de pequenos produtores — em grande parte paraguaios. Foram recenseadas mais ou menos 3.000 famílias na região<sup>12</sup>. Os números apontam que mais de 85% das terras estão nas mãos dos grandes proprietários. Em todo território fronteiriço com o Brasil, há cerca de 80% de brasileiros nos departamentos; logo, conclui-se que grande parte desses latifúndios pertencem a brasileiros — ou melhor, brasiguaios (Cf.: ULTIMA HORA, 20-21/09/03 p. 26).

A luta dos camponeses pela terra no Paraguai afeta diretamente os agricultores brasileiros que possuem terras ou trabalham naquele país. Porém, essa luta é legítima e necessita ser mais bem direcionada e até criar organismos de coordenação que trabalhem com o intuito de auxiliar os camponeses e que ao mesmo tempo formulem uma política migratória cuja execução seja eficiente.

A luta pela terra no Paraguai possui vários lados a serem analisados; há a discussão em torno da legalidade da propriedade estrangeira versus o movimento camponês; há a indulgência do governo paraguaio; há também a acusação, por parte dos camponeses, de que as melhores terras foram vendidas ou repassadas aos imigrantes estrangeiros.

---

<sup>12</sup> Conforme la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos – EPH 2004.

Um ponto desfavorável aos camponeses é a acusação de que eles adquiriram terras, venderam aos brasileiros por preços irrisórios e agora que as terras estão mecanizadas e prontas para o plantio — e, portanto, valendo bem mais do que o preço que venderam — querem recuperá-la a força, montando acampamentos para reprimir os proprietários quando das épocas de plantio. Mas observemos que esta prática não é comum entre os camponeses na busca pela terra.

Até a alguns anos, a terra no Paraguai não era motivo de tanto conflito, embora existisse, como dissemos, um movimento camponês relativamente organizado; mas os problemas se resolviam mais facilmente, dada as grandes extensões de terras cultiváveis e a fertilidade delas no país relativamente à rala população que a reivindicava, como muito bem pontua Fogel. Com a imigração brasileira àquele país, as terras foram sendo mecanizadas e valorizadas por meios de técnicas e a produção em larga escala de soja e milho; isso fez com que a disputa no campo aumentasse e houvesse uma inversão de valores.

Essa inversão significa passar do predomínio de uma economia de subsistência — historicamente praticada pelo camponês paraguaio — para o predomínio de uma economia especulativa que norteia em grande parte as ações capitalistas dos empresários agrícolas. Esse processo é permeado por interesses corruptos de autoridade fiscais, militares, políticas entre outras, e marcado pela completa ausência do Estado enquanto agente de resolução desses problemas, tanto do lado brasileiro quanto do paraguaio. A partir daí, a luta pela terra cria seus próprios conflitos que se desenrolam até a atualidade; e a “expansão” é vista como seu principal causador.

### **1.5 – A perspectiva paraguaia sobre o latifúndio estrangeiro**

A questão fundiária na América Latina apresenta “problemas” em vários países e no Paraguai a situação não é diferente; esses problemas vão desde as tensões no campo e as reivindicações do movimento camponês até o gradativo aumento da produção agrícola tendencialmente monocultora e voltada à exportação, em especial a da soja.

Para o paraguaio ocorre quase um processo de expropriação, a terra a que ele tem “direito” lhe é tirada e (re)passada para o empresário agrícola. Os pontos mais perceptíveis na visão dessa população — e que perpassam até mesmo alguns setores como o

governamental, a imprensa, as lideranças do movimento campestre e os próprios campestres — esses elementos são pertinentes de serem minimamente trabalhados.

Na intenção de ordenar esses pontos para análise, enfatizo o contraste entre a produção estrangeira e a nativa, ou seja, a cultura paraguaia e o seu modelo de exploração agrícola, que estão geralmente cercados por grandes extensões. O “*enclave sojero*” se materializa em meio à ‘*merma de soberania e pobreza*’ no país. Essas transformações, como insistimos, causam não apenas problemas sociais, econômicos e ambientais, mas até mesmo problemas de saúde ocasionados pela freqüente utilização de agrotóxicos nessas propriedades, doenças e até mortes de pessoas.

Uma das principais características históricas da estrutura agrária no Paraguai foi (e em parte continua sendo), o alto nível de concentração de terra, consequência da vigência do antigo sistema formado pelo latifúndio, que até certo ponto caracteriza a atual estrutura agrária. Esta posição é praticamente unânime entre os pesquisadores que estudam a questão; ao mesmo tempo, esses ressaltam o complexo e dinâmico processo que vem transformando a estrutura agrária nas últimas décadas, fato ligado diretamente à economia campestre e às pequenas propriedades naquele país; essas propriedades embora em superfície representem números comparativamente pequenos, atingem um grande número de agricultores e propriedades. Em contrapartida, verifica-se, nesse mesmo contexto, um crescente aumento das grandes plantações, especialmente de soja, feita por estrangeiros.

Um dos principais aspectos referentes à exploração de terras no país vizinho é sem dúvida o acentuado contraste entre a produção estrangeira — ou melhor, latifundiária — e a do campestre paraguaio. As características que percebemos nos padrões de produção situado em Puente Kyjhá, no departamento de Canindeyu, leste do Paraguai, são aqui analisadas com mais rigor; a forma de trabalhar e produzir ali verificada é bastante representativa de grande parte dos pequenos agricultores e campestres daquela região; ou seja, denotam traços da cultura paraguaia e do seu modelo de exploração agrícola.

O campestre paraguaio cultivava a terra segundo técnicas herdadas dos antepassados indígenas — guaranis — que demonstraram serem válidas estas técnicas pelo simples fato de terem vivido até os dias atuais. A utilidade e a exploração das terras pelo paraguaio têm ainda outros significados. A propriedade serve-lhe como um lugar que supre suas necessidades; a pesca e a caça eram práticas freqüentes e auxiliavam na alimentação da família; o cultivo da mandioca, do feijão, do milho, a criação de animais domésticos, entre outros produtos básicos, supriam a família e os grupos sociais campestres.

A diferenciação existente entre técnicas de cultivo e exploração de recursos naturais reside nas características culturais de cada povo, como mostram as pesquisas na área da antropologia econômica; falamos aqui de brasiguaios, que possuem outras técnicas: sua cultura, além de diferenciar-se da indígena, assemelha-se aos costumes europeus, uma vez que descendem em grande parte daqueles povos migrados para o sul do Brasil; por isso seus interesses são outros. Seguindo esse raciocínio Gregory diz que:

a localização e expansão dessas regiões coloniais [no sul brasileiro] obedeceram a critérios e interesses do próprio latifúndio e do sistema como um todo, que objetivavam o desbravamento, a inserção de novas áreas nas relações capitalistas de produção e a continuidade das migrações dos eurobrasileiros. Portanto são áreas controladas e se localizam nas fronteiras pioneiras do espaço capitalista” (GREGORY, 2002, p. 21).

Herdeiros da expansão capitalista, essa era a mentalidade predominante entre as pessoas que migravam para Paraguai.

Por outro lado, para os oriundos da terra, a produção para venda ou o excedente se dava quando havia uma parte considerável de produtos que não seriam utilizados; então, essa produção era vendida, caso contrário esses mantimentos seriam utilizados na manutenção da casa ou de sua propriedade como um todo. A propriedade, até poucas décadas atrás, não tinha para os paraguaios a expressão que tem atualmente; a utilização da terra era feita aos poucos com a derrubada e a plantação de pequenas áreas, com trabalho braçal, e aumentava lentamente; o valor da terra enquanto bem de troca era mínimo, servia-lhe quase que exclusivamente para o sustento da família.

Assim, a lógica de desenvolvimento do setor pode ser explicada a partir do modelo de exploração paraguaio da terra; esse elemento cultural não foi implantado de um momento para outro, é algo que se vem introjetando de geração em geração no meio social e cultural, e que não pode lhes ser tirado ou simplesmente substituído sem operar uma espécie de genocídio ou etnocídio. O modelo de cultura da terra é um dos mais arraigados estilos de vida do homem, seja em que país ou continente for, e sua mudança requer décadas, senão séculos de exploração para sofrer alterações que surtam alguns efeitos coletivos no setor. Evidentemente, a expansão do capitalismo no campo não leva em conta esses determinantes ou condicionantes sócio-culturais.

Não queremos afirmar que as pessoas do campo não tenham como ascender a níveis de desenvolvimento econômico por causa do conservadorismo agrícola visível em muitos lugares; mas sim, que a estrutura agrária de um país é algo muito complexo, e



“alterá-la” de maneira uniforme na busca de uma “melhor” ou “pior” forma de cultivo da terra é algo mais difícil do que pressupõem os que brandem estatísticas e argumentam em termos das supostas leis de mercado. Essas mudanças ocorrem, obviamente, mas são elas também mudanças históricas que se processam na longa duração, e a partir de “causas” que não são elas mesmas puramente econômicas, mas também culturais.

Sobre isso algumas ponderações podem ser feitas, pois a cultura agrícola paraguaia é compreendida por muitos como “primitiva”, essa questão é visível, não apenas no Paraguai como em outros países, todavia não podemos deixar o Estado e até mesmo outras instituições, como, por exemplo, a Igreja, isenta do papel de auxílio à população. Com o aumento da imigração estrangeira, e especialmente de brasileiros, àquele país, muitos vêm com preocupação essa situação, defendendo que algo seja feito para que essa mudança no setor agrário aconteça de maneira ordenada e o menos traumática possível para os contingentes populacionais envolvidos. Como esclarece Roque Gonzáles Vera,

El Ministerio de Agricultura y el IBR tienen absoluta conciencia de que la entrega de tierras no sirve para nada. Los campesinos cultivan en forma rudimentaria, aislados de los centros de comercialización y carentes de un mínimo de organización que les permita negociar con éxito el precio de sus productos. Los asentamientos campesinos no tienen futuro porque no tienen rentabilidad. Los ingresos obtenidos con la producción no garantizan una vida digna para las familias. Si apenas tienen para comer, mejor ni entremos en detalles como salud, educación, servicios básicos y planificación familiar (ABC COLOR, 29/04/2004, p. 22)

Na visão de alguns órgãos da imprensa escrita paraguaia, como o *ABC Color*, *La Opinión* e *Ultima Hora*, a situação dos campesinos e seu modelo de produção é em certo ponto compreensiva, por que é resultado de um “modelo de cultivo indígena” que enfrentou um longo período de ditadura. O sistema político vigente não permitia e nem mostrava interesse em proporcionar o acesso interno à tecnologia e à educação, evidenciando com isso uma das máximas da política ditatorial, a de que a imposição da ignorância é um elemento de dominação social.

Em grande parte, os conflitos verificados na fronteira são oriundos de “historicidades desencontradas”, conforme a sugestiva expressão do sociólogo José de Souza Martins. Para ele, esses encontros expressam uma:

dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possa existir na mediação da referida situação de fronteira. Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica por que encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos

sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas. (MARTINS, 1997, p. 182).

Martins destaca que os diferentes meios de cultura se dão, com efeito, como um conflito de historicidades, podendo estar desencontradas em um projeto de mediação entre os povos irmãos. Essa forma de sociologia histórica mostra que a fronteira não aparece apenas como um marco territorial, político ou geográfico, mas, sobretudo, como um lugar de desencontro das relações sociais.

Vera diz que na atualidade o IBR e o Ministério da Agricultura paraguaio não têm prioridade quanto às famílias camponesas; as instituições pouco ou nada fazem a não ser enganá-los com discursos vazios, e as melhorias que esse movimento conseguiu com o passar dos anos é mérito exclusivamente conquistado com esforço próprio dos trabalhadores, em suas reivindicações.

El principal engaño es la distribución de tierras, en las condiciones actuales. Se compran tierras, que en menos de un año tendrán un 40% de abandono. No existe un modelo de colonización, mucho menos un acompañamiento técnico, que permita a los campesinos llegar a convertirse en agricultores” (ABC COLOR, 29/04/2004, p. 22).

Há a clara impressão de abandono dos camponeses paraguaios pelo Governo, pois a agricultura na atualidade necessita da intermediação pública por parte dos governantes para criar infraestrutura e condições mínimas de produção e reprodução.

Nesse contexto há a ampla discussão que leva diretamente aos brasiguaios; pois como os camponeses paraguaios irão “competir” com os agricultores que vêm do Brasil e aí se instalam? Não é necessário precisar diferenças econômicas ou conhecimento técnico e tecnológico de “uns” em contrapartida dos “outros”; mas sim a carência de organização dos produtores, a falta de mecanismos de comercialização e ainda a ausência de caminhos minimamente aceitáveis, se somando aos valores de propriedade que a terra possui para o paraguaio e o seu modelo de cultivo.

Para Martins, esses desencontros da historicidade em detrimento do outro se dão porque “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 1997, p. 147). As práticas econômicas capitalistas dos grandes proprietários, latifundiários, fazendeiros ou empresários agrícolas fomentam essas revoltas; esses agentes

representam mais de 80% dos estrangeiros no Paraguai; desse contingente, mais de 85% são brasileiros, denominados por eles em grande parte como brasiguaios.

O Departamento de Canindeyú aparece como o terceiro maior produtor de soja do Paraguai, ficando atrás de Alto Paraná e de Itapúa. A soja, introduzida recentemente, impõe-se massivamente no extremo leste do país, caracterizando nessa região o chamado *Enclave Sojero*, com plantios de grandes extensões de lavoura totalmente mecanizada, e que, portanto, nem mesmo empregam mão-de-obra paraguaia. As exportações de soja no final do século XX representam mais de um terço do valor total das exportações<sup>13</sup> paraguaias, e são destinadas ao Brasil praticamente 30% de seu total (CF. FOGEL, In: RIQUELME, 2005, p. 44).

Embora seja visível que a questão fundiária no Paraguai está mais voltada para a produção de gado do que para a de soja, que é caracterizada por plantações médias e grandes, a segunda sempre foi mais debatida, porque o modelo agrícola de exploração é diferenciado da exploração campesina que observamos acima, bem como o da criação de gado.

Ao se tratar de grandes plantações, o auxílio ou não do Governo não impedirá que ocorra a produção, pois a influência dos proprietários em empresas de comercialização de produtos e insumos agrícolas é grande, obtendo assim o apoio ou o financiamento necessário para que o plantio e a colheita ocorram sem atrasos; o mesmo não acontece com os campesinos, que ficam na dependência de certos auxílios.

Uma das características da cultura sojeira é a monocultura, com solos planos e utilização intensa de tecnologia desde a preparação dos solos até a colheita, com utilização de maquinário pesado, como escler Sylvain Souchaud.

La producción de soja corresponde a las explotaciones familiares medianas y grandes. Exigentes de una alta productividad, la monocultura intensiva se reserva para ella los suelos más ricos y los de relieve plano. Desde las primeras cosechas las parcelas son trabajadas con máquinas pesadas (tractores, cultivadoras y hasta avionetas). Es necesario señalar igualmente que la superficie agrícola há tenido una progresión histórica en los últimos treinta años y el monocultivo de la soja há favorecido la aparición de la propiedad “mediana”, aunque el modelo de agricultura capitalista que se impone mantiene las dificultades del acceso al recurso tierra (SOUCHAUD, 2005, p. 28).

Sinteticamente, as palavras de Souchaud refletem a maneira como funciona a exploração da terra por parte dos grandes plantadores, e também o seu valor que está

---

<sup>13</sup> Trata-se de exportações legais com dados que comprovam as transações.

inserido diretamente no modelo capitalista com uma supervalorização da propriedade. É importante ainda perceber a dinâmica do espaço com relação a essa exploração de grandes parcelas de terras; segundo o mesmo autor, a produção de soja;

se distingue en el paisaje oriental por estar asociada a una estructura agrária entonces desconocida en Paraguay, marcada por la presencia de campos abiertos, así como de una baja densidad humana rural y un dispositivo urbano muy dinámico. En los departamentos donde la progresión es muy fuerte, (...) el mosaico de parcelas sin linderos constituye un paisaje uniforme; la soja se extiende hasta el horizonte, interrumpida solamente por algunos árboles, remanente del monte nativo (IDEM, p. 27).

O autor mostra que a cultura de soja provoca um grande desmatamento no Paraguai, bem como uma baixa densidade populacional, pois se caracteriza as grandes extensões para o plantio com poucos moradores nesses espaços; enquanto que na exploração das terras por parte dos paraguaios, a concentração de pessoas é grande.

Em síntese, podem-se caracterizar dessa forma a diferença entre os modelos de exploração dos camponeses paraguaios e o modelo de exploração dos grandes proprietários e seus devidos valores. Os primeiros produzem de maneira a conseguirem a subsistência e a própria reprodução enquanto agricultores; e os segundos, inseridos numa produção agrícola capitalista, voltam-se para a exportação em grande escala, concentrando a propriedade e explorando-a para o mercado; essas propriedades, em sua maior parte, estão nas mãos de estrangeiros.

Porém, a visão dos primeiros com relação aos segundos é de que estes se utilizam de suas terras para desenvolverem a produção em grande escala, em busca apenas do lucro, e não reverterem nada dessa renda obtida da produção em benefícios para o país. Percebe-se nas palavras do jornalista José Duarte esse ponto de vista, que tenta até mesmo fazer uma diferenciação entre empresários e agricultores naquele país.

Hay empresarios brasileños y hay agricultores brasileños. Los empresarios son aquellos que después se han venido a Alto Paraná, al departamento de Canindeyú con las tierras rojas, tierras fértiles, tienen dinero para comprar esas tierras. Son grandes empresarios que no viven acá, son gente que vienen a comprar extensiones de tierra, que muchas veces lo tienen aquí como un capital para sacar créditos, esos son los empresarios. Los agricultores son aquellos que tienen sus tierras, adquieren su plata, pero no se van, están montados en sus tractores, trabajando, sembrando, montados en sus cosechadoras y en sus camiones. (JOSÉ DUARTE. *Apud*, ALBUQUERQUE, 2005, p. 78).

Este ponto de vista é interessante e faz sentido em muitos aspectos; mas os interesses dos camponeses chocam-se diretamente com os interesses das grandes e médias

propriedades de cultivo, especialmente de estrangeiros. Não pudemos constatar, no discurso do campesinato paraguaio, essa diferenciação sócio-econômica entre empresários brasileiros e agricultores brasileiros, uma vez que indistintamente o “brasiguai” que contém grandes ou médias propriedades de terras e vive naquele país vive sob ameaça, especialmente se situado na faixa de fronteira. Segundo König e Iunovich, em 1999 os campesinos já denunciavam que:

dezenas de propriedades rurais das principais colônias brasileiras no Paraguai, na fronteira com o Paraná, estão sob permanente ameaça de invasão. Nem mesmo escrituras e décadas de cultivo são suficientes para assegurar a centenas de imigrantes o direito às terras compradas no país. Há três meses, grupos de sem-terra paraguaios estão saqueando e invadindo fazendas de brasileiros na localidade de Porto Índio, às margens do reservatório da Usina de Itaipu. Expulsos pelas invasões e ameaças, muitos dos agricultores estão acampados em Foz do Iguaçu, no Brasil (KONIG & IUNOVICH. *Apud*, ALBUQUERQUE, 2005, p. 118).

O ambiente é tenso, gerado por inseguranças e incertezas, uma vez que nesse contexto se discute a lei de fronteiras no Paraguai. Essa lei tem como principal objetivo criar uma faixa de segurança nacional de aproximadamente 50 km na fronteira do Paraguai com o Brasil; ela diz que os estrangeiros não podem ocupar essa zona de demarcação, mas não deixa claro o que aconteceria com os agricultores que já estão há anos vivendo nessa área. A incerteza quanto ao futuro cria intranqüilidade nas pessoas sejam estrangeiros ou paraguaios.

A temática desenvolvida em torno da questão fundiária no Paraguai é um “problema” complexo e, na medida em que essa discussão vai se prolongando, muitos aspectos vêm à tona. A tentativa de esclarecer alguns pontos nesse sentido nos fez perceber “os vários lados de uma mesma moeda”.

Notamos que há a indiferença política para com a questão; não há uma organização elaborada para reivindicações por parte dos campesinos; o que é certo que há, é o latifúndio *sojero*, que domina a paisagem e não apenas ela. Esse vai aumentando em grandes proporções no Paraguai e se reproduz rapidamente, deixando o paradoxo de expansão e pobreza.

Ao mesmo tempo, faz-se necessária a discussão sobre os valores e modelos de exploração agrícola latifundiária estrangeira e da pequena propriedade paraguaia; esta última se vê prejudicada diante da fúria e avareza do capital, que coloca até mesmo a questão da sobrevivência alimentícia de populações inteiras.

Por último vale destacar que há ainda o problema da intoxicação decorrente das pulverizações nas grandes propriedades de soja, que deixam ilhados milhares de camponeses em seus pequenos sítios onde desenvolvem um outro tipo de cultura agrária.<sup>14</sup>

### 1.5.1 – As leis paraguaias

Para esta pesquisa não há como deixar de tangenciar as grandes transformações sociais, econômicas e especialmente políticas ocorridas tanto no Paraguai como no Brasil nas últimas décadas do século XX. A questão da propriedade de terras no Paraguai se insere em todos os âmbitos destacados e adentra a esfera cultural de sua população. Na Constituição Nacional do Paraguai percebe-se que há um movimento “retrógrado” em relação ao desenvolvimento agrário camponês, momento em que há a discussão sobre a questão, em 1992, com relação a uma versão anterior, datada de 1967.

A legislação paraguaia que regula e garante a propriedade de terras e a propriedade em geral se faz presente em vários corpos legais, como a Constituição Nacional, o Código Penal, o Código Civil, entre outras. As várias leis existentes sobre a questão agrária não estão isentas de contradições, sendo em alguns casos parciais e em outros impraticáveis.

Por exemplo, o artigo 83 da Constituição Nacional de 1967, eliminado na nova Constituição de 1992, textualmente o artigo expressa.

Toda familia tiene derecho a um hogar asentado sobre tierra propia para lo cual se perfeccionarán las instituciones y se dictarán las leyes más convenientes a fin de generalizar la propiedad inmobiliaria urbana y rural y promover la construcción de viviendas económicas, cómodas e higiénicas, especialmente para trabajadores asalariados y campesinos” (ARTIGO 83, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1967, s/p).

---

<sup>14</sup> Os danos à saúde dos agricultores paraguaios que tem seus pequenos sítios encravados entre as grandes extensões de terras dos imigrantes são praticamente inevitáveis. As casas desses agricultores ficam margeadas por todos os lados pelas plantações; quando chegam as épocas de pulverização de agrotóxicos, a situação piora, pois não há como conter os efeitos dos venenos e a intoxicação é questão de tempo para ser constatada. Esta situação gera conflitos entre os trabalhadores, e faz com que muitos camponeses vendam suas propriedades por causa desse motivo; assim, o grande proprietário geralmente agrega várias pequenas propriedades, formando fazendas de grandes extensões especialmente destinadas ao cultivo de soja, enquanto muitos dos camponeses não conseguem adquirir novas terras para produzirem.

A lei que garantia os direitos acima descritos para todos os cidadãos e obrigava o Estado a cumprí-la desaparece na Constituição Nacional de 1992, que fala apenas do direito a uma casa digna — Artigo 100 — sem fazer qualquer menção à terra e à sua propriedade.

O Artigo 100 destaca.

Todos los habitantes de la República tienen derecho a una vivienda digna. El Estado establecerá las condiciones para hacer efectivo este derecho y promoverá planes de vivienda de interés social, especialmente las destinadas a familias de escasos recursos mediante sistema de financiamiento adecuado (ARTIGO 100, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1992, s/p).

Hipoteticamente, o objetivo com a alteração, é liberar o Estado da responsabilidade que tinha anteriormente sobre esta questão, e abrir espaço para o mercado ditar suas regras e intermediar as transações imobiliárias; os conflitos decorrentes disso são relegados à lei de oferta e procura.

O artigo 107 da Constituição de 1992 garante a competência ao mercado, mas menciona a igualdade de oportunidades. Conforme dita o texto do Artigo 107.

Toda persona tiene derecho a dedicarse a la actividad económica lícita de su preferencia, dentro de un régimen de igualdad de oportunidades. Se garantiza la competencia en el mercado. No serán permitidas la creación de monopolios y el alza o la baja artificiales de precios que traben la libre concurrencia. La usura y el comercio no autorizado de artículos nocivos serán sancionados por la Ley Penal (ARTIGO 107, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1992, s/p).

Contudo, ponderamos que a igualdade é superada por quem possui mais capital; ora, esta falta de capital é o grande problema do campesino; logo, essas relações socio-econômicas não seriam igualitárias.

O artigo 109 fala da indenização com pagamento antecipado para terras desapropriadas. Os “dispositivos legais” incorporados nas leis agrárias comprometem o regulamento da propriedade de terras pela intervenção do mercado e restringe o papel do Estado nessa questão. Nesse contexto, a intervenção dos latifundiários e a participação de setores empresariais foram decisivas na “reformulação” da Constituição Nacional em 1992, enquanto a participação de representantes do setor campesino e de pequenos proprietários foi praticamente nula no momento em que foram aprovados artigos que lesam o processo de mudanças no setor rural paraguaio. Essa característica não afasta a idéia de autoritarismo, mesmo esse regime tendo caído em 1989.

Um dos principais embates nesse sentido é o artigo 109; este Artigo apregoa que:

se garantiza la propiedad privada, cuyo contenido y límites serán establecidos por la ley, atendiendo a su función económica y social, a fin de hacerla accesible para todos. La propiedad privada es inviolable. Nadie puede ser privado de su propiedad sino en virtud de sentencia judicial, pero se admite la expropiación por causa de utilidad pública o de interés social, que será determinada en cada caso por ley. Ésta garantizará el previo pago de una justa indemnización, establecida convencionalmente o por sentencia judicial, salvo los latifundios improductivos destinados a la reforma agraria, conforme con el procedimiento para las expropiaciones a establecerse por ley” (ARTIGO 109, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1992, s/p).

A sua aplicação gerou várias expropriações que não puderam ser legalizadas por não ocorrer o acordo sobre o valor da propriedade entre os interessados e o Estado, inclusive sobre os latifúndios improdutivos que não estão contemplados por pagamento prévio, conforme reza o artigo 109. Um exemplo dessa situação é a CIPASA – Companhia Industrial Paraguayo Argentina S.A. – latifúndio improdutivo cuja destinação continua sem solução por desacordos de preços depois de dez anos de sua expropriação.

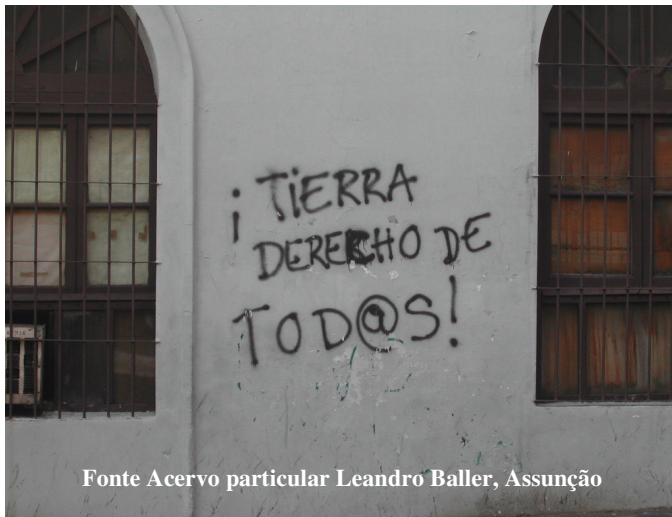
Na Constituição Nacional de 1992, o Artigo 114 reconhece a Reforma Agrária como um fator fundamental para o bem estar rural, e posterga um plano de distribuição praticamente perfeito. Infelizmente, a passagem desse plano do papel para a prática é algo precário e quem fica a mercê dessas decisões e sofrem as consequências são os camponeses. E a falta de capital aos camponeses nessa “lei” de mercado acaba com os preceitos de igualdade que a Constituição Nacional determina.

O Artigo 114 de 1992 expressa.

La reforma agraria es uno de los factores fundamentales para lograr el bienestar rural. ella consiste en la incorporación efectiva de la población campesina al desarrollo económico y social de la Nación. Se adoptarán sistemas equitativos de distribución, propiedad y tenencia de la tierra; se organizarán el crédito y la asistencia técnica, educacional y sanitaria; se fomentará la creación de cooperativas agrícolas y de otras asociaciones similares, y se promoverá la producción, la industrialización y la racionalización del mercado para el desarrollo integral del agro (ARTIGO 114, CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 1992, s/p).

Para os legalistas tudo funciona conforme a lei, e essas questões são indiscutíveis. Para os camponeses, tudo é discutível; para eles, a lei foi feita para proteger os poderosos e os estrangeiros, e argumentam que a vida e a dignidade das pessoas estão acima da lei.





Para o campesinato que “obedece” culturas ancestrais, a terra é parte de seu modo de ser; é a vida, é a mãe de tudo e essa visão possui raízes históricas profundas; o que predomina é a consciência da maioria dos campesinos. Muitas ocupações seguem um pretexto bíblico de que Deus criou a terra para todos, e os

humanos é que a distribuem mal; afinal, Adão não deixou testamento.

As manifestações que reivindicam o direito à terra para todas as pessoas também aparecem freqüentemente nas ruas da capital paraguaia, fixados em muros e paredes de casarões; frases de impacto fortalecem as matérias de jornais e conseqüentemente a luta pela terra dos campesinos.

A consciência campesina quanto ao valor da terra evoluiu no Paraguai. O campesino percebeu que ela é um bem pelo qual vale a pena lutar; essa consciência aumenta com a organização campesina em todo o país; por meio disso, o campesinato percebe as relações sociais que giram em torno dela enquanto propriedade, não apenas como um produto, mas também como uma ferramenta de trabalho e sobrevivência.

Embora se critique a inversão agrícola de estrangeiros e latifundiários no Paraguai nos tempos de Stroessner, a análise procura mostrar que foi após a sua saída do poder que houve transformações mais significativas na Constituição Nacional, prejudicando mais os campesinos e beneficiando os grandes proprietários. Atualmente, as leis que beneficiariam o país, na grande maioria das vezes são negligenciadas.

A discussão sobre direito e leis de propriedade enfoca atualmente o desrespeito às leis paraguaias especialmente por parte de latifundiários estrangeiros — que muitos identificam aos brasiguaios — que desviam mercadorias ou mesmo as comercializam no Paraguai, por terem nesse país menos impostos a pagarem; e, após a transação de compra ou venda de produtos, não aplicam os lucros e rendas obtidas naquele país. Há a nítida prática de exploração das terras paraguaias, sem qualquer retorno monetário ou benefício econômico.

O sociólogo Ramon Fogel diz que:

este és un fenómeno muy frecuente; esa colonización significa todo que no atienden nuestras leyes y (...) que 90% no pagan impuesto, impuesto territoriales; y tienen 10% que pagan, san paraguayos, so que no san todos, san los pocos paraguayos que están alla, no pagan, no respectan entonces nuestras leyes impositivas nen tampoco las leyes de migraciones, nen tampoco las leyes agrarias. Perdimos en todas las instâncias judiciales em todos los pleitos. (ENTREVISTA. RAMÓN FOGEL, 2006).

Este “fenômeno”, como o chama o sociólogo, acontece há anos e tem ficado impune; ele enfatiza essa prática de desvio de mercadorias.

Ahora Paraguay sigue-se nun paraíso fiscal; nosotros pagamos la pension tributaria, que llega a 10% en Produto Intierno Bruto; en Brasil varian a 32 e 36% por qué? Porque los Estados tambien cobran impuestos, algunos Estados cobran más que otros. Há algun tiempo que aca és un paraíso fiscal (IDEM).

Para Fogel, o Paraguai serve como um bom local para venda desses produtos por que sua carga tributária é menor em relação ao Brasil e a outros países; mas não há aplicação do dinheiro no país, o que caracteriza uma forma de colonização e não atende às leis em vários setores, sejam leis territoriais, agrárias ou de migração.

Outro aspecto diz respeito à utilização das terras indígenas para plantio, em que a maioria dos envolvidos são estrangeiros que desconhecem as leis nacionais e acabam fomentando uma prática altamente prejudicial em vários sentidos ao vizinho país.

La descomposición de la organización social de estas comunidades se ve alimentada en esas colonias por la corrupción — inducida por los sojeros — de los líderes, y sectores de los asentamientos indígenas, que se benefician con el arriendo ilegal de tierras, no prevista en la cultura de las etnias involucradas, y expresamente prohibida por leyes vigentes (FOGEL, 2005, p. 44).

Na afirmação de Fogel, nota-se a influência que o “brasiguai impõe” sobre a cultura dos paraguaios, passando por cima de suas leis e pervertendo a própria cultura étnica defendida por essas leis. A maioria das ações está sendo alimentada pela corrupção; em primeiro lugar, dos estrangeiros, por arrendar as terras e usufruírem do lucro expropriado; e posteriormente das lideranças, que se vêem condicionadas a aceitar quantias muitas vezes irrisórias por extensões de terra e verem suas reservas serem tomadas pela plantação de soja.

A desobediência das leis paraguaias ocorre em vários âmbitos e seus principais infratores são latifundiários estrangeiros. Essa prática, conforme alerta o sociólogo paraguaio, é “antiga” e a justiça daquele país não consegue fazer-se respeitar. Além disso,

o desrespeito acaba atingindo setores que fizeram ou estabeleceram leis baseadas em aspectos culturais para proverem indígenas de certos direitos que se anulam pela corrupção externa e interna.

Em grande parte, a atuação de estrangeiros nas fronteiras do Brasil com o Paraguai se dá de maneira corruptível e corruptora, especialmente com relação aos brasiguaios — sempre pensando o termo como mais flexível do que o modo como alguns pesquisadores o definiram. É necessário, para nossa melhor compreensão, mostrar o contraponto dessa investida a partir da perspectiva paraguaia, atrelando uma discussão em âmbito social, político, agrário e econômico, para então analisarmos algumas dinâmicas culturais nessa fronteira, especialmente quanto às identidades e ao imaginário.

## II – O IMAGINÁRIO SOCIAL EM AMBIENTE DE FRONTEIRA

Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. (BACZKO, 1985, p.311).

A realidade da fronteira é permeada de imaginários sociais. Diversos teóricos se debruçaram sobre o problema dos imaginários sociais, que rendeu até mesmo um verbete na prestigiosa *Enciclopédia Einaudi*. Nesse texto, fundamental para a discussão, Bronislaw Baczko considera o imaginário social um tema de estudo que, nos anos 1980, estava se difundindo nas ciências humanas; “*o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema da moda*” (BACZKO, 1985, p. 297), ganhando terreno no campo discursivo, especialmente nas áreas da antropologia, sociologia, história e psicologia, cujos estudos reconhecem as funções múltiplas e complexas do imaginário. Aludiremos aqui apenas aos aspectos mais significativos dessa problemática para a construção do objeto da pesquisa, qual seja, a transitoriedade da/cultura de fronteira.

Nas palavras de Baczko,

o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu pessoal. (IDEM, p. 309)

Desta forma, e trabalhando o conceito em relação ao estudo do nosso objeto de pesquisa, o imaginário seria uma das forças reguladoras da vida em coletividade na fronteira, considerando-se os conflitos simbólicos ou reais entre os diferentes agentes que constituem historicamente a cultura de fronteira.

Para o antropólogo Gilbert Durand, o imaginário faz parte de um conhecimento funcionando com comunicações entre o interno e o externo, como um trajeto onde ocorrem as traduções das coisas novas que terminam sendo vistas como tradições, fundamentos existenciais e epistemológicos do sujeito histórico; quando o imaginário é configurado acaba construindo-se como objeto do presente-passado.

Durand diz que o imaginário “(...) é o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens — aparece-nos como o grande

*denominador fundamental onde se vêm a encontrar todas as criações de pensamento humano”* (DURAND, 1997, p. 18).

Seja o sujeito histórico individual ou coletivo, são estes acordos mentais que criam formas de estabelecer as comunicações de seu interior com o exterior; seguindo o pressuposto apresentado por Durand, essa perspectiva nos leva da psicologia para a sociologia, e simultaneamente à história.

O sociólogo Pierre Ansart também tece proposições quanto ao tema; para o autor, o imaginário social abarca um conjunto de evidências implícitas das normas e dos valores que legitimam as relações sociais. O imaginário está intimamente relacionado às ideologias. Os ideólogos, nesse caso, possuem a função de racionalizar e criar as formas de legitimação das ideologias, conduzindo a população a um conjunto de práticas objetivadas pelo poder político. Assim, para Ansart, os imaginários atendem claramente às finalidades políticas que alguns intelectuais difundiam e difundem no Estado ou Nação, com vários dispositivos de veiculação, especialmente através da imagem como propaganda. (Cf. ANSART, *citado por*, FREITAG, 2001, p. 41).

As noções de imaginários sociais trabalhados na pesquisa se qualificam como um conjunto de imagens no inconsciente coletivo de um grupo social, o depósito de imagens de memória e imaginação; não é algo independente da vida cotidiana, pelo contrário, representam as “coisas” e relações que temos em nosso cotidiano.

As abordagens teóricas acima destacadas são relevantes e viáveis, mas é interessante interligarmos os conceitos de representação e imaginário, colocando-os lado a lado com o conceito de cultura. Com efeito, as imagens mentais constituem elementos da cultura, e tanto o material iconográfico quanto as entrevistas orais e o discurso da imprensa reproduzem imagens, figuras da memória representações das relações socioculturais de uma época. Dessa forma, a pesquisa elaborada não deve discutir conceitos em abstrato, mas levar em conta o contexto histórico a partir de uma análise crítica das fontes selecionadas.

Ao problematizar os imaginários sociais aproximamo-nos das reflexões de Roger Chartier. Parafraseando-o, podemos dizer que toda representação do mundo social é construída pelos interesses do grupo que a elaborou, sendo necessário observar as representações e os discursos a partir da posição social de quem os utilizam.

Assim como existe a luta econômica na sociedade em torno das relações materiais, existe também a luta de representações em torno das relações simbólicas, cada grupo,

classe ou segmento social tentando impor seus próprios valores; isso permite afirmar que não existe uma clara distinção entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Ou seja, para conhecer as representações de um grupo temos de conhecer todo seu sistema social, o imaginário perpassa todos esses elementos e só pode ser estudado em interação com a observação da totalidade da estrutura social, evidentemente por meio de recortes precisos e variações de escala. A história cultural se apresenta, assim, como um dos campos de pesquisa que integra a história das representações, tornando-se uma história social das representações coletivas.

Na visão da historiadora Helenice Rodrigues da Silva; Chartier estabelece em seus escritos sobre “*O estatuto da História*”<sup>15</sup> que:

o conceito de representação permite associar antigas categorias que a história social, a história das mentalidades e a história política mantinham separadas. Desse modo, ele possibilita unificar três dimensões constitutivas da realidade social (...), a matriz das formas de percepção, de classificação e de julgamento; em seguida as formas simbólicas por meio das quais os grupos e os indivíduos percebem suas próprias identidades, e por fim a delegação atribuída a um representante (indivíduo, coletivo, instância abstrata) da coerência e da permanência da comunidade representada (SILVA, 2002, p. 126).

A noção de imaginário social serve neste contexto para compreendermos a demanda de brasileiros para o Paraguai, seus modos de vida na fronteira, bem como os diferentes sentidos atribuídos à fronteira por esses mesmos agentes. Muitos dos elementos teóricos acima esboçados lançam luz sobre as complexas relações entre os diferentes grupos sociais que se encontram e se desencontram na fronteira, movidos por diferentes motivações e interesses; tanto os proprietários de grandes extensões rurais naquele país, terras que estão nas mãos de estrangeiros, e entre estes muitos empresários agrícolas do Brasil que apenas exploram sua produção em conluio com autoridades fiscais, políticas e/ou militares; quanto às pessoas que vivem em consonância nesse espaço, seja no trabalho, lazer ou como meio de vida.

## 2.1 – Fronteira

É importante definir conceitualmente o termo *fronteira*, que irá situar as relações entre as populações dos dois países. Percebemo-la como algo mais complexo do que

---

<sup>15</sup> No original: CHARTIER, Roger (1996). “Le statut de l’histoire”. Esprit, out.

apenas divisas entre territórios. Embora o termo pareça designar algo totalmente fixo um espaço traçado por marcos geopolíticos, há uma dinâmica fronteira que se estabelece na região, tornando-a uma realidade móvel e com ambíguos significados.

De forma alguma reduz ou resumo as tradicionais abordagens da fronteira sob a perspectiva da História Diplomática. É claro que as separações geográficas e políticas são fundamentais e importantes, e possuem um sentido mais estável para o termo, como bem ressalta Helen Osório.

Tradicionalmente a história diplomática e a história militar fazem da fronteira um espaço privilegiado, mas geralmente ela é abordada ou como fruto de tratados e de negociações hábeis de diplomatas pela primeira, ou como resultado de vitórias heróicas em campo de batalha pela segunda. Trata-se antes de tudo, de uma fronteira política e estatal. (OSÓRIO, 1995, p. 110).

Sob este ponto de vista, e no caso em tela, as reflexões do historiador José Adilçom Campigoto nos auxiliam mostrando ainda que:

na perspectiva da história diplomática, baseada no documento escrito, a fronteira acontece como resultado da luta dos diplomatas, dos militares e de administradores. A linha dos limites aparece como resultado de uma disputa na qual os bandeirantes desempenharam um papel equivalente ao dos diplomatas e militares (CAMPIGOTO, 2000, p. 22).

Não buscamos contar como se constituiu especificamente a linha fronteira que demarca os limites entre duas regiões, territórios ou países como aqui em questão. Quanto a isso, o relato diplomático valoriza a história dos grandes personagens, que batalharam pela conquista e defesa do território ao qual pertencem, enfatizando, além dos interesses em jogo das nações envolvidas, o patriotismo, a coragem e a honra. Estas disputas não competem apenas à luta em campo aberto, mas, sobretudo e também, desde os gabinetes dos palácios governamentais.

Os novos enfoques sociológicos, antropológicos e historiográficos têm propiciado uma abertura de estudos referente ao tema. Esses estudos focam as relações sociais e as práticas culturais e, por que não dizer, a cultura específica dessas populações no ambiente de fronteira. O aprofundamento do sentido mais amplo da definição de fronteira se faz necessário para o entendimento dela pela população, bem como para os teóricos que refletem sobre a temática.

Nesse sentido, trabalhamos aqui com uma definição de fronteira que possui grande proximidade com as reflexões do sociólogo José de Souza Martins.

É fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora. (MARTINS, 1997, p. 13).

Na concepção de Martins, a fronteira ultrapassa em muito a tradicional definição construída pela História Diplomática e Militar. Para ele, a noção de fronteira comporta uma ampla gama de significados culturais, políticos e econômicos que se inter-cruzam na(s) sociedade(s) que a constrói historicamente; especialmente nas questões de etnicidade e relação com o “outro” o que nos leva diretamente às problemáticas identitárias, freqüentemente presentes nas pesquisas sobre o tema.

Procuramos mostrar, através desses conceitos, a estreita ligação entre identidade, fronteira e cultura da população em questão; por isso, levando em conta as mutações da historiografia contemporânea, buscamos novas formas de escrita da história que ultrapasse e redimensione o registro limitado aos acontecimentos políticos, diplomáticos e militares. A história cultural, entre outras coisas, comporta estes sentidos para quem pesquisa-a e escreve sobre, contribuindo para expandir e transfigurar o campo do historiador. Quanto a isso, Peter Burke diz que “... a expansão do campo do historiador implica o repensar da explicação histórica, uma vez que as tendências culturais e sociais não podem ser analisadas da mesma maneira que os acontecimentos políticos. Elas requerem mais explicação estrutural” (BURKE, 1992, p. 31).

A história tradicional, como querem algumas perspectivas políticas, acaba por diminuir o sentido das fronteiras. As teorias geopolíticas também compactuam com essas opções manipuladoras, percebendo em cada ponto um problema de hegemonia, especialmente relativo ao espaço e ao tempo que geram um país ou nação, o que busca evidenciar a fragilidade das culturas locais em detrimento desse complexo espaço fronteiriço.

Estas concepções tradicionais de fronteira muitas vezes acabam por influenciar e direcionar até mesmo os cientistas sociais. Lembremos a advertência de Campigoto, que conjuga as discussões da História Cultural no contexto das fronteiras para situar os agentes históricos, em especial as “pessoas comuns” que habitam este espaço.

A tese de que o Estado-nação esboroa as culturas locais evidentemente não se sustenta. Trata-se de um pressuposto aceito tacitamente pelos historiadores do social. Deriva da convicção de que “as relações de poder explicam” a epistemologia das ciências e todo o



fenômeno humano. Ora, se acreditamos que tais relações exercem tamanha virtualidade, até mesmo sobre os cientistas sociais, o que pensar das pessoas comuns, dos grupos locais, dos não letrados, dos semi-alfabetizados e daqueles que nem sabem utilizar os códigos da escrita? Forçosamente, o espaço destes excluídos aparece como uma região cultural débil e em extinção ou já suprimida. No máximo, as relações que estes sujeitos estabelecem com a fronteira adquirem o significado de espaço de resistência, conceito emprestado da física pela história política (CAMPIGOTO, In: SCHALLENBERGER (org.), p. 23, 2006).

Sinteticamente, Campigoto abre várias questões no seu sentido amplo de ver a fronteira, o que designa a cultura e o modo de vida das pessoas, e que tem um grande grau de importância no espaço fronteiriço, pois esses agentes não são neutros e muito menos devem permanecer apagados: são eles que provocam a dinamização da fronteira.

A compreensão desses agentes é fundamental; isso será possível por meio do enfoque das experiências das pessoas. O senso comum, nesse contexto, será levado em consideração, em conjunto com os pressupostos teóricos abordados sobre a fronteira e a cultura, na tentativa de mostrar a dinamização do espaço fronteiriço entre o Brasil e o Paraguai. É nesse sentido que nos posicionamos em relação à fronteira, como um espaço dinâmico de relações.

## **2.2 – Compreensões e experiências das pessoas**

As experiências das pessoas que vivem na fronteira devem ser entendidas como um modelo de respostas. Por meio da análise de suas narrativas percebem-se as suas vivências a todo o momento com “o outro”. Ou seja, a relação do simbolismo que é a fronteira permeia o estilo de vida dessas pessoas, embora elas não compreendam de maneira objetiva a complexa gama dos significados que envolvem a noção de fronteira de um modo mais amplo.

Como dissemos na introdução, as significações da fronteira, bem como a sua compreensão por parte da população, deram-se nesta pesquisa especialmente com o uso da metodologia da história oral; a partir dela, a coleta de entrevistas formou grande parte do *corpus* de fontes para fomentar e posteriormente desenvolver o trabalho escrito. As imagens utilizadas se dão no intuito de demonstrar essas alterações.

Reiteramos que a fonte oral é utilizada aqui com o rigor metodológico que toda fonte exige; preocupamo-nos com as pessoas a serem entrevistadas, a transcrição integral

das falas, a cessão dessas entrevistas ao nosso uso e finalmente com análises baseadas em diversos autores que trabalham com essa tipologia de fonte, bem como com severos questionamentos sobre as problemáticas que ela suscita.

As peculiaridades da fonte e sua relação com o tema e o espaço ora trabalhado também depreendeu grande cuidado e atenção, por se tratar de um lugar de relações tensas, onde na atualidade não se dá apenas um movimento de trabalhadores formais, mas um espaço que proporciona ampla margem de manobra para atividades ilícitas, como roubos, tráfico de drogas e entorpecentes, contrabando de mercadorias, brinquedos, cigarros e principalmente equipamentos de informática.<sup>16</sup> Trata-se, além do mais, de um lugar que é facilitador para a circulação de armas de ambos os países, servindo ainda como refúgio temporário de pessoas que por motivos dúbios ocultam-se da sociedade, retornando posteriormente na tentativa de inserção nas cidades ribeirinhas ou lindeiras, como são chamados os municípios margeados pelo Lago Internacional de Itaipu.

Permeiam também este ambiente de fronteira, atividades comuns para as populações ribeirinhas, como as colônias de pescadores que existem em vários municípios, e que buscam o sustento próprio e o comércio de pescados. Há ainda o tráfego de balsas e barcos que atravessam os limites dos dois países em pontos onde existe demanda de produtos agrícolas ou mesmo de pessoas. Os lugares mais comuns são as travessias entre Santa Helena e Puerto Índio, Porto Britânia em Pato Bragado e Marangatu, Porto Mendes e Puerto Adela, e, mais acima, entre Guaíra e Salto del Guairá; não desconsidero outros pontos de passagens, legais e/ou clandestinos, apenas evidenciei os que mais se destacam.

Dessa forma, podemos perceber que é um ambiente tanto de atividades lícitas de trabalho, quanto de formas ilícitas de ganhos que ocorrem nesse espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai.

Na entrevista com Neusa Probst, referente ao Lago Internacional de Itaipu, ela deixa transparecer, mesmo ou principalmente em suas reticências, uma série de

---

<sup>16</sup> Nos utilizamos das informações do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, realizado pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (Ritla) e que comporta dados entre os anos de 2004 e 2006 e foi divulgado no dia 29/01/2008. Ele mostra que as regiões de fronteira e ligadas ao desmatamento concentram os maiores índices de homicídios por habitante. Entre as sete primeiras cidades mais violentas, vale destacar que aparecem em primeiro lugar Coronel Sapucaia, que é limite brasileiro com o Paraguai na altura do Estado de Mato Grosso do Sul. E em quinto e sétimo lugares estão Foz do Iguaçu e Guaíra respectivamente, ambas localizadas no oeste do Paraná que fazem divisas com o Paraguai. Tais informações foram amplamente difundidas na imprensa nacional, tanto escrita quanto radiofônica e televisiva. Embora o período pesquisado pelo Mapa da Violência não compreende ao da totalidade do período da pesquisa aqui desenvolvida, podemos ter uma idéia do seu tenso ambiente social. (Cf.: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) acessado em 14/02/2008).

preocupações quanto às condições e situações fronteiriças. Segundo Neusa, aumentou principalmente os níveis;

(...) de violência, o que mudou de crime, vamos dizer assim. A gente antes estava comentando mesmo, assaltos que na época não aconteciam, depois [da construção do Lago] com essa mudança ali, aconteceu assaltos, vamos supor de agricultores. Depois. A gente vê aí atualmente pelos jornais, não é? Você tem muitas notícias do que acontece assim. Eu acredito que nessa parte de fronteira... É, eu, se for analisar a minha opinião, é que era bem melhor antes e na parte assim de Brasil e Paraguai; eu não posso falar também como que funciona, eu sei que é uma coisa assim meio complicada pra gente entrar nessa história assim, não é? Tem que ter um conhecimento pra você estar mesmo falando, assim eu já não tenho todo esse conhecimento pra estar falando; mas, na parte econômica, eu acho que piorou bastante; na parte assim também de mudanças não é? E essa fronteira assim, não é? Essa fronteira é complicado, porque você vê, você pega a dimensão que tem essa fronteira; você pega essa dimensão para você vê, a gente tem..., está aqui e fala: “ah ali é o Paraguai e aqui é Brasil”, não é? Só que tem muita coisa que você não tem conhecimento; então eu não sei se..., eu acredito que essa mudança e essa fronteira é meio complicada. (ENTREVISTA. NEUSA PROBST, 2007).

A entrevistada aponta alguns problemas, embora seja perceptível que há certo medo de adentrar em assuntos polêmicos que ocorrem às margens do Lago; esse conjunto de problemas é sintetizado na fórmula “*essa fronteira é meio complicada*”. A todo o momento notamos em sua fala a comparação entre o antes e o agora, que seria o contraste da vida social nessas fronteiras antes do alagamento e depois dele, e como isso se dá atualmente. O discurso é levemente crítico da situação atual, posto “*que era bem melhor antes*”.

O alagamento em partes significou para as pessoas dessa região uma mudança na própria imagem da fronteira. Conforme nos conta Neusa, antes do alagamento a largura do Rio Paraná, no espaço situado em Porto Mendes, era bem menor; “*eu acredito que mais ou menos assim uns 400 metros de largura, mais ou menos isso*” (IDEM). Atualmente, essa “dimensão”, como as pessoas mesmo tratam o Lago, teria aproximadamente 10 quilômetros de largura, uma grande alteração da área navegável.

Certamente, a alteração na imagem da fronteira, passando de um rio de aproximadamente 400 metros de largura, para um Lago de aproximadamente 10 quilômetros não explica de todo os acontecimentos que se dão em suas margens atualmente. Porém, em grande parte se dá pela boa navegabilidade, que é possível de ser feita e que antes depreendia muita prática e pontos específicos de atracar, como no caso do Porto Mendes Gonçalves. Hoje é possível atracar em qualquer lugar nas margens do Lago,

tanto no lado brasileiro como no paraguaio; isso facilita o fluxo de mercadorias, produtos e pessoas, ao mesmo tempo em que dificulta sobremaneira o policiamento e a fiscalização.



As imagens acima e abaixo mostram as mudanças da fronteira especificamente em Porto Mendes, distrito do município de Marechal Cândido Rondon. A primeira é uma fotografia a qual não foi possível definir o exato momento em que foi produzida, retrata as margens brasileiras de Porto Mendes Gonçalves vista do lado paraguaio, possivelmente nos anos 1950/60. Na parte inferior da imagem é possível ter uma idéia da largura do Rio Paraná e as dimensões de suas barrancas.

A segunda imagem é uma fotografia atual, produzida em 13 de março de 2007; nota-se minimamente a extensão do Lago Internacional de Itaipu e suas brandas margens em Porto Mendes; ao fundo temos a margem paraguaia vista do lado brasileiro.



As pessoas que vivem o cotidiano da cultura fronteiriça muitas vezes são os indivíduos que para a justiça situam-se “nas margens” da sociedade, seja como criminosos e contraventores ou como trabalhadores informais. Para a história, a experiência dessas mesmas pessoas contribui para mostrar a problemática das divisas, entendida não apenas como um marco limitador de territórios, regiões ou países, mas como algo inserido no processo histórico e permeado com suas tensas relações sociais.

Neste sentido, consideramos interessante retomar algumas especificidades da história oral e a liberdade que ela nos dá em inserir os agentes sociais em um contexto mais amplo e não apenas no “mundo limitado da fronteira” que eles vivem. Paul Thompson nos indica várias proposições e possibilidades ao trabalhar com a metodologia.

A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. (...) Propicia, sobretudo, fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário. O método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais; enfim, a reinterpretção do passado, pois segundo Walter Benjamin, qualquer um de nós é uma personagem histórica (THOMPSON, 1992, p. 19).

O autor considera todo e qualquer personagem como ator histórico, pois todas as pessoas, de uma forma ou de outra, fazem parte da história e atuam sobre ela. Com relação a esse ponto, trabalhamos na intenção de compor uma rede de informantes sobre as situações e condições de vida na fronteira. Uma rede fornece dados e informações que, articulados e colocados em série com outros registros, permite responder às questões problematizadas pela pesquisa.

Não entendemos a metodologia da história oral como um emaranhado de entrevistas pré-dispostas em locais diferentes e diversos, mas sim com a recolha consciente desses relatos tendo como meta responder a questões específicas. Buscamos tratar com o máximo respeito os nossos entrevistados, pois, para Thompson, “*a história oral é uma história construída em torno de pessoas.*” O autor direciona nosso olhar para percebermos a inserção das pessoas na história e, para tanto, é necessário atentarmos à problemática da memória, que é de fundamental importância para o andamento da entrevista e o posterior uso das narrativas individuais.

As memórias devem ser analisadas e observadas sob diversos ângulos, porque elas expressam inúmeros aspectos caracterizadores: pode expressar a cultura de um determinado grupo, a recordação de certas tradições, ou indiciar processos de construção de identidades sociais. Neste sentido, Michael Pollak traz importantes reflexões sobre a organização e a diversidade da memória.

A memória é seletiva (...) sofre flutuações (...) é fenômeno construído (...). Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 203-204).

A seletividade e a “inconstância” da memória<sup>17</sup> por muito tempo foram os alvos principais das críticas que a fonte oral sofreu; certamente, ela é seletiva, pois é impossível registrar mnemonicamente tudo o que ocorre ou ocorreu no transcorrer da história, ou de uma vida. Neste sentido, a mesma “acusação” pode ser imputada ao documento escrito, à imagem, à imprensa, em suma, a todas as tipologias de fontes documentais.

Antes de examinarmos algumas entrevistas, há que lembrar que a permanência das pessoas nas margens do Lago Internacional de Itaipu, na fronteira entre os dois países, geralmente se dá pela experiência de terem ido ao Paraguai, posteriormente voltado ao Brasil por causas diversas e permanecerem com vínculos de trabalho e principalmente de propriedade naquele país, permanecendo em trânsito nas fronteiras territoriais. Essa situação de nomadismo, itinerância e transitoriedade são marcantes em várias narrativas orais. Mas igualmente os elementos de fixação das pessoas, como a propriedade e os meios de produção, são elencados.

Na entrevista concedida pela agricultora Elizete T. Pancera destaca-se notoriamente as atividades de trabalho no Paraguai, ela atribui grande importância ao fato de possuírem terras no outro país; inicia dizendo que *“lá a gente tem terra da gente, as coisas da gente tudo, (...) lá a gente tem casa, tem terras, tem maquinários, tudo lá, temos moradia boa lá”* (ENTREVISTA. ELIZETE TEREZINHA PANCERA, 2003).

A propriedade de terras por parte de brasileiros no Paraguai, como já foi visto no capítulo anterior, é um fator decisivo para a sobrevivência de muitas famílias que moram no Brasil. Neste caso, nota-se que é um proprietário que cuida de seus afazeres em suas terras naquele país. A permanência do marido da entrevistada no país vizinho ocorre no sentido de dar conta do trabalho com a terra. Ambos atravessam periodicamente o Lago Internacional de Itaipu para estarem com a família em Porto Mendes. Segundo Elizete, *“Que nem agora o meu marido: agora que ele já plantou tudo, ele vem toda semana; senão, quando é época de plantio ou de colheita, ele fica lá até terminar vêm uma vez cada quinze dias. Mas eu vou pra lá, daí né, ajudar”* (IDEM).

A experiência de viverem entre os dois países não é algo excepcional para Elizete e seu esposo. Em Porto Mendes moram várias famílias que têm algum tipo de atividade no país vizinho, não apenas com propriedades de terras, mas de estabelecimentos comerciais,

---

<sup>17</sup> A analogia entre Memória e História Oral não é consensual entre os pesquisadores que trabalham com a metodologia; enquanto alguns defendem os pontos de afinidades na relação entre ambas, outros teóricos preferem destacar que elas não têm nada a ver uma com a outra. Essa discussão é atual, e não a aprofundaremos aqui.

bem como em outros ramos; mas a grande maioria é de proprietários rurais, ou de atividades direta ou indiretamente ligadas à agricultura.

O caso do gerente empresarial Marcelo de Almeida, ilustra bem essa outra atividade, ele reside no município de Guaíra e é gerente de uma empresa em Paloma, no Paraguai, há aproximadamente 18 anos. Nascido em Maringá, no norte do Paraná, desde jovem viu no Paraguai um bom local de trabalho; sua profissão está diretamente ligada à agricultura, com a revenda de implementos agrícolas, transportadora, processadora de sementes, insumos, entre outros bens e produtos necessários ao funcionamento do complexo agrícola no país vizinho.

O entrevistado narrando sua trajetória de vida, seus trabalhos e dias, dá-nos uma imagem da fronteira como essencialmente uma fronteira de trabalho entre os dois países; no entanto, sua narrativa nos leva a perceber outros valores neste mesmo espaço.

Pra você estar bem lá dentro [do Paraguai], você tem que respeitar o costume deles, a língua deles (...), [há que se ter ] o respeito mútuo (...). Conheço gente que entrou e ninguém gosta dele porque não sabe respeitar a cultura do pessoal (ENTREVISTA. MARCELO DE ALMEIDA, 2004, grifos nossos).

A atitude de respeito, que em muitos casos não parece importante, é adequada segundo o entrevistado para se manter boas relações no Paraguai. Ele nos oferece alguns exemplos, como pudemos perceber acima, mas a gama de aspectos a serem levados em consideração quanto a esse fator é ampla. As diferenças étnicas, lingüísticas, culturais, etc. entre brasileiros sulistas (a maioria eurobrasileiros) e paraguaios da fronteira (a maioria da etnia guarani), são em potencial e muitas vezes real fator de conflitos; daí a necessidade do respeito à cultura do outro como condição *sine qua non* de boas relações de reciprocidade.

Em outra entrevista, a agricultora Cleonice A. Menegotto conta sobre a saída da família de Tupãssi, no oeste do Paraná, a inserção no Paraguai e o posterior retorno para Porto Mendes, onde reside;

a gente ouvia falar muita coisa [do Paraguai]; mas depois, com o passar do tempo, quando eu fui viver lá, não né, nossa! A gente foi se acostumando como se hoje fosse assim, morar no Brasil (...); o outro lado é maravilhoso (ENTREVISTA. CLEONICE APARECIDA MENEGOTTO, 02/12/2003, grifos nossos).

No decorrer do relato de Cleonice, há a expressão de um sentimento de afinidade ao Paraguai, até mesmo pelo fato de dependerem da renda da propriedade no outro lado do Lago; faz questão de destacar sempre o trabalho e o sacrifício de estar longe do marido,

que continua no país vizinho e de tempos em tempos atravessa o Lago para se encontrarem, rever os filhos e participar da vida familiar.

Quando fala do *outro lado*, o discurso de Cleonice provoca a sensação ou o sentimento de extensão, como se, para além ou aquém das divisas, houvesse uma continuidade de um país com o outro; nessa narrativa, é como se já não houvesse nem o Brasil e nem o Paraguai, mas um terceiro lugar, independentemente de onde se reporta o discurso; ou seja, há uma mistura de dois países, formando um lugar alternativo composto por sentimentos e lembranças tanto de ausências quanto de presenças. Mas mesmo essas impressões são marcadas pelo sentimento da propriedade. Nas suas palavras: “*quando a gente está lá, a gente nem lembra que é Paraguai; lá a gente está... vamos dizer... no que é da gente. A gente está assim, não é? A gente se sente bem, como se estivesse aqui. Não existe diferença*” (IDEM). Quando questionada sobre a permanência dessa situação, ela responde que pretendem continuar com as terras no outro lado e morando no Brasil. Sobre este ponto de vista, percebe-se que há a homogeneização da fronteira como algo que existe e está entre o *aqui* e o *lá*, o *aqui* remetendo ao Brasil, e o *lá* remetendo ao Paraguai.

Outro ponto que mostra a peculiaridade fronteira no relato de Cleonice é a incidência forte do senso comum<sup>18</sup>, tanto na sua maneira de falar, quanto na interpretação que elabora sobre a situação, “*a principal dificuldade é a gente viver assim né, um longe do outro, que nem eu vivo aqui, praticamente assim, só com os meus filhos, e ele vive lá no trabalho*” (IDEM). Sob esta perspectiva, podemos entender a fronteira como um lugar que provoca a separação e por vezes a desagregação familiar, pois a própria casa deixa de ser um espaço comum, pois um cônjuge vive para cuidar do trabalho *lá*, e o outro para cuidar dos filhos *aqui*. Percebemos a fronteira como separação, como denota a autora Iara Regina Castello, pois a fronteira corresponde a espaços de dualidades.

A dualidade dos espaços de fronteira é uma característica bastante evidente, explicitada, de um lado pela necessidade de se estabelecer separações, em nome de uma diferença cultural e da preservação da soberania nacional e, de outro, pelas práticas sociais e trocas que, em face da proximidade física e dos interesses comuns, se estabelecem. A fronteira é, a um só tempo, área de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É, sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças, e do estabelecimento de novas realidades sócio-culturais (CASTELLO, 1995, p. 18).

---

<sup>18</sup> Tornou-se freqüente em nosso trabalho, uma vez que são pessoas simples, humildes, agricultores, pescadores e assim por diante.



Há uma variedade de compreensões quanto ao significado da fronteira, como percebemos em algumas narrativas orais acima citadas, e que permanecem questionamentos por essa fronteira ser tratada como a idéia de “lugar”, especialmente entre os dois países. Quanto a isso, as reflexões de Julie Cruikshank são interessantes, pois dão conta de mostrar as particularidades da oralidade no que se refere à idéia de lugar.

A tradição oral vincula a história ao lugar, mas também põe em xeque nossa noção do que seja realmente lugar. Em geral consideramos o lugar simplesmente como uma localização — um cenário ou um palco onde as pessoas fazem as coisas” (CRUIKISHANK, J. Apud. AMADO, J.; FERREIRA, M DE M. 1998, p. 162).

É nesse sentido que utilizamos o termo lugar, por se aproximar das idéias que a tradição oral passa de um agente a outro.

Sobre este aspecto é interessante assinalar que “(...) *as tradições orais podem contribuir para documentar a grande variedade de abordagens históricas em áreas do mundo onde documentos escritos ou são relativamente recentes ou nem sequer existem*” (IDEM, p. 149). No caso em questão, especificamente entre Brasil e Paraguai, na fronteira com o estado do Paraná, a contribuição dessa metodologia é relevante, pois a área de influência do Lago Internacional de Itaipu realmente é nova, remonta há um pouco mais de três décadas, e as chamadas “pessoas comuns”, em geral analfabetas, semi-alfabetizadas ou precariamente letradas, não deixam registros escritos de suas histórias de vida.<sup>19</sup>

As alterações na forma física da fronteira — que antes era o Rio Paraná e transformou-se no Lago — também fica evidente na fala das pessoas. Alguns entrevistados reconhecem a existência da fronteira, mas não conseguem defini-la. O ponto de vista de Sonia J. Vicente realça a complexidade do espaço fronteiro e a relativa incompreensão quanto a seus significados.

A fronteira ela existe, mas pra mim ela não existe, porque eu sou bem tratada aqui como sou bem tratada lá, não tem diferença. Para mim ela, se existe, vão ter que me explicar onde que ela está e o que significa, porque (risos) eu não sei ainda. A gente vive muito bem lá, muito bem tratado, com as pessoas, com os bras (interrompeu), paraguaios, autoridades paraguaios, não é? Aqui no Brasil também... a diferença, é..., é... A fronteira pra mim é o Lago né, a única coisa que separa, porque senão seria uma coisa só (ENTREVISTA. SONIA JANDIRA VICENTE, 2003).

---

<sup>19</sup> A fronteira entre Brasil e Paraguai sempre existiu nestas extensões na região oeste do Paraná; o que discutimos nesse ponto em específico é a sua transformação, passando de um Rio para um Lago. Essa mudança é historicamente recente, como apontamos anteriormente.

A confusão da entrevistada no tratamento da questão é peculiar, pois ao mesmo tempo em que a fronteira existe, já não existe mais para ela, ou quase deixa de existir; sob seu ponto de vista, este espaço é visto como unificador, porque separa e aproxima e não tem diferenças, a única diferença seria o lago. Logo, podemos entender que, se houvesse uma fronteira seca neste lugar, a diferença seria praticamente nenhuma, pois a compreensão não ocorre por falta de significados do que seja o lugar da fronteira, mas porque o Lago os separa.

Muitos dos entrevistados permanecem com interesses de voltar ao Paraguai, mesmo depois de estarem estabelecidos novamente no Brasil, pois houve uma “modernização” no país vizinho que auxiliou a vida dessas pessoas. Isso pode ser verificado, por exemplo, quando Sonia enfatiza que *“o valor de um alqueire de terra aqui, dá três ou quatro lá; então é a mesma coisa: a produção valorizou, nós temos luz elétrica, o conforto é o mesmo que tem aqui, a gente tem celular lá, a gente tem telefone. É a mesma coisa, a única dificuldade é o estudo das crianças”* (IDEM).

A modernização neste contexto é analisada por nós como um fator que veio a reduzir alguns problemas antes percebidos por eles como dificultadores. Acreditamos que estes aspectos não explicam as permanências ou os estabelecimentos integrais das famílias no país vizinho, pois ao mesmo tempo em que ressalta alguns aspectos que trazem maior conforto já surgem outros problemas, e estes são novamente questionados pela fonte.

Na fala da entrevistada supracitada, notamos que ela designa as menores diferenças e distâncias entre o Brasil e o Paraguai pelo “desenvolvimento” ou “progresso” deste último país; condições de vida e valores econômicos como o conforto, o preço da terra, das mercadorias produzidas e a educação escolar das crianças passam a ser os significados fronteiriços. O sentido do lado de *lá* não entra na esfera identitária, cultural, territorial, mas sim em uma escala de valores imediatos de educação e de patrimônio, assemelhando-se ou diferenciando-se do *daqui*, ou seja, nos parece haver uma equiparação de valores entre ambos.

Os sentidos locais de vivência perpassam os mesmos lugares sempre que as pessoas voltam de outras regiões do país. A experiência dessas pessoas, na grande maioria das vezes, mostra que a “mudança” não se deu da primeira vez ao Paraguai, mas existem sucessivas idas e vindas que compõem uma trajetória em “zigzag”. Na narrativa de Maria de Lurdes Berno, essas expressões aparecem a todo o momento.

Nasci em Palotina; me casei; com 27 anos fui para o Mato Grosso, e fiquei dois anos lá; voltei para Palotina, fiquei quase cinco [anos] ali; daí fui para o Paraguai. Ali a gente ficou quase sete anos; eu não, meu marido ta ainda lá; daí vim pra cá [para Porto Mendes], por causa do estudo da menina! Mas lá, lá pra nós o futuro é melhor, é melhor lá do que aqui (ENTREVISTA. MARIA DE LURDES PALUDO BERNO, 2003 grifos nossos).

Para Maria de Lurdes, há a diferenciação de estilos de vida, entre a vida dela e a do marido, pois se separaram em prol dos interesses da filha, que necessita estudar na pátria de origem, e não no lugar de destino; não obstante, ela ressalta que “*pra nós o futuro é melhor lá [no Paraguai]*”. É comum, na região de fronteira abordada por esta pesquisa, encontrar casais separados pela distância, um - geralmente o marido - cuidando dos interesses econômicos e financeiros na propriedade agrícola no Paraguai; e a esposa cuidando dos filhos ou até mesmo exercendo outras profissões no Brasil.

Essas características transitoriais nas regiões de fronteiras se sobrepõem aos breves espaços fronteiriços locais e adentram vários quilômetros de ambos os lados, afetando não apenas as estruturas familiares, mas também a estrutura social de que as unidades familiares fazem parte. Neste caso José de Souza Martins diz que:

A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é a local e visível. Ela se espalha por um amplo território, num raio de centenas de quilômetros, e é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária ainda que duradoura de pontos do espaço percorrido, os estudos sociológicos que tomam como referência uma localidade específica não apanham a realidade social mais profunda que dá sentido à existência dessa espécie de sociedade transumante<sup>20</sup> (MARTINS, 1997, p. 176).

É impossível abranger a totalidade dos espaços de fronteira neste estudo; mas é perceptível a intensa movimentação que ocorre não apenas de um país para outro, mas também o nomadismo dentro do Brasil, como no caso de Maria de Lurdes, acima relatado; o que não deixa de ser movimentos transumantes nas fronteiras, mas possuem outras particularidades. Esse tipo de movimentação ou itinerância aparece em outras entrevistas.

Ivete Allig, por exemplo, relata que: “*Eu nasci em Cascavel, e nós viemos morar em Medianeira. Em Medianeira moramos até meus dezoito anos; daí mudamos para Foz. Em Foz eu fiquei uns dois anos, depois voltei para o Paraguai, aqui na Gleba Seis (...).*” (ENTREVISTA. IVETE ALLIG, 2003). Citamos essas passagens na intenção de mostrar como

---

<sup>20</sup> Utiliza-se o termo “transumante”, que deriva de “transumanar”, ou seja, de dar natureza humana a certos movimentos emigratórios; um exemplo seria os rebanhos de carneiros que vão das planícies às montanhas e vice-versa.

há essa intensa mobilidade das pessoas já no interior do país, passando por várias cidades ou mesmo estados, antes de ir ao Paraguai; ocorre uma migração interna em busca de melhores condições de vida antecedendo a imigração, esta última aparecendo como o derradeiro recurso quando a própria nação ou “pátria” nada tem a oferecer.

Voltemos aos significados atribuídos à fronteira. Para esta entrevistada, o sentido de fronteira não existe a não ser um rio (lago), que para ela só atrapalha; não aparecem sentimentos, interesses, é como se com o costume tudo fica idêntico.

Para mim, o Brasil, o Paraguai, morar em Porto Mendes e morar no Paraguai, para mim é igual. Eu já estou acostumada tanto lá como aqui, não é? Então, não acho diferença nenhuma. Apesar das diferenças de língua..., apesar disso, apesar do rio que atrapalha também, não é? Porque se tivesse, digo, estrada, fosse fronteira seca! Vixi né! Aí não tinha diferença nenhuma quase. Mas eu já estou acostumada tanto lá como aqui! (IDEM).

Tornou-se comum levar a vida em qualquer que seja dos dois países, pois não existem grandes diferenças, a não ser um rio represado que atrapalha o deslocamento rápido e o idioma, a que ela relativamente já acostumou também; tirante essas especificidades da fronteira ora analisada, não importa muito onde é sua residência ou onde está vivendo. Percebe-se, na fala acima, que a fronteira aparece muitas vezes como uma barreira apenas física, como ocorre com o Lago Internacional de Itaipu; caso houvesse uma fronteira seca, outras evidências — como, por exemplo, o idioma falado — poderia nem sequer aparecer. José de Souza Martins nos alerta para o fato de que. “*É preciso distinguir no Brasil as fronteiras políticas, demográficas e econômicas, nem sempre essas são relacionadas entre si.*” (MARTINS, 1997 p.155). Ou seja, elas correm o risco de não serem mencionadas, pois não tem importância real na vida das pessoas, ou não são percebidas no cotidiano da vida vivida na transitoriedade.

As entrevistas tornam-se ferramentas para a investigação histórica do sujeito e seu mundo. Para Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, “*o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais*” (AMADO e FERREIRA, 1998, s/p). Essas técnicas de coleta de material revelam também pontos de vista individuais expressos na fonte oral, incorporando desta forma elementos e perspectivas ausentes de outras práticas históricas, porque através delas se revelam sentidos e sentimentos relacionados somente ao indivíduo, como as subjetividades, as emoções ou o cotidiano. As entrevistas aumentam ainda mais seu conteúdo sociológico e cultural quando investigam o indivíduo inserido no processo histórico e no seu círculo de relações sociais.

O fluxo de pessoas nas margens do Lago Internacional de Itaipu envolve indivíduos que vêm de diferentes lugares em busca de trabalho rentável; pescadores profissionais que vêm na extensão das águas bons pontos de pesca; mas, quanto à pesca, em geral as condições de trabalho não correspondem às expectativas. No Lago, os obstáculos para esses pescadores não são apenas de ordem natural, como ventanias, maretas<sup>21</sup>, tormentas, marés, ou ainda a dificuldade de se manterem em determinadas épocas do ano, quando os peixes não emergem à superfície das águas, levando em consideração a profundidade das águas em Porto Mendes. Os obstáculos são também, econômicos e sociais.

Para o pescador Miguel Pereira, 50 anos, oriundo de Naviraí, Mato Grosso do Sul, e residente há aproximadamente 25 anos em Porto Mendes, estes lugares de fronteira não dão oportunidade fácil de passagem para outros locais e também não oferecem empregos, embora sejam lugares maravilhosos em beleza natural e possuem boa infra-estrutura. Em seu relato, ele diz que “*morar aqui é bom, sossegado; aqui é bom, é beleza pra morar aqui, aqui não é ruim não.*” Mas, em contrapartida, as oportunidades econômicas são limitadas.

Só que é o seguinte: não tem emprego, não tem nada, não é? Aqui é só pra aposentado viver aqui dentro, os pescadores e os que trabalham com agricultura, e tirou disso aí acabou; que aqui não tem fábrica, não tem nada, aqui é fim de linha (ENTREVISTA. MIGUEL PEREIRA, 2003).

O significado de fronteira para o pescador é bastante claro: é como se ali fosse o *fim da linha*, pois não oferece condições de trabalho e emprego que muitos procuram; essas carências, para ele, decorrem dos limites impostos ao movimento, especialmente o movimento das pessoas: “*o povo vem aqui dentro, olha, dali pra lá já é Paraguai, não é? O pessoal vem dali, daqui tem que voltar pra Marechal Cândido Rondon, que não segue pra frente*” (IDEM). Quanto questionado sobre o que quer dizer a expressão *fim da linha*, o pescador busca novas interpretações para o sentido da fronteira.

Tem essa linha na fronteira, tem, tem essa linha. Agora aqui, essa divisa nossa aqui, é o Lago; aqui é o rio, do meio do rio pra cá é o Paraná, e do meio do rio pra lá já é Paraguai. E nós estamos pescando aqui, nós estamos indo pescar aqui dentro, tranquilo; chegou no meio do rio mais ou menos, aí nós temos que parar. No lado paraguaio, se nós não tiver liquidado tudo certinho, com os documentos do Paraguai, se nós atravessar, eles prende nós (IDEM).

---

<sup>21</sup> Espécie de pequenas ondas que se produzem especialmente em leitos de rios. Embora dificilmente ultrapassem um metro de altura, elas se tornam um problema para os pescadores que possuem pequenos barcos, geralmente frágeis e não suportam a violência das ondas.

Neste trecho da entrevista, notamos que o pescador dá vários sentidos à fronteira. Ele evidencia as barreiras burocráticas e diplomáticas dos limites territoriais de seu espaço de trabalho; até onde se pode ir para pescar, caso contrário corre o risco de perder seu produto caso a documentação não estiver em dia, o que mostra o sentido de *fim da linha* para ele.

Ainda é interessante perceber que, embora já se passem aproximadamente três décadas desde a inundação das margens do Rio Paraná para formar o Lago Internacional de Itaipu, muitas pessoas ainda se dirigem e se referem àquelas águas como o Rio Paraná. Ou seja, para os agentes que extraem das águas, mediante o trabalho, os frutos de seu sustento e de suas famílias, o Rio é algo presente e que se mistura com o Lago; ou seja, a memória e a lembrança guardam a presença do passado no presente.

A psicóloga social Ecléa Bosi, ao teorizar sobre os processos de lembrança, evidencia o caráter coletivo e mutante da memória, mesmo da memória individual.

A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na nossa infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

O pescador Miguel Pereira fala do Lago como se fosse o Rio Paraná; isso mostra que a construção da identidade de um trabalha na “exclusão” do outro. As imagens são diferentes, mas guardam suas semelhanças por se tratar, afinal, de água; mas suas discrepâncias são nítidas, porque lembra do passado fazendo a reconstrução com imagens e idéias de hoje e com as experiências do passado.

Os discursos trabalhados até o momento mostram a complexidade dos sentidos, das significações e até mesmo do simbolismo da fronteira, não apenas no sentido oficial de suas definições, como no caso de divisões territoriais e/ou políticas; mas também porque envolvem segmentos sociais diferenciados e que procuram demonstrar suas particularidades em relação a este espaço, seja em âmbito cultural, político ou social, cada qual denotando a singularidade idiossincrática da fronteira.

Para o trabalhador agrícola, há uma vasta rede de sentidos em uma fronteira; para as famílias separadas, esse sentido é outro; aos indivíduos que compactuam com atividades

ilícitas, será um significado totalmente diferente; aos pescadores, como vimos, os sentidos produzidos são outros. Ou seja, a interpretação da fronteira é muitas vezes determinada pela categoria, posição ou situação social e/ou pela classificação profissional dos agentes questionados.

Na intenção de promover um debate maior sobre a temática, procuramos privilegiar vários segmentos, independentemente da posição social ou de gênero. A fronteira é uma produção simbólica que responde ou corresponde aos interesses, às condições, as circunstâncias, aos valores e visões de mundo das pessoas envolvidas no processo histórico concreto de sua constituição. Com relação a essas produções simbólicas, Pierre Bourdieu diz que:

as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições sociais ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 2005, p. 11).

No caso da fronteira é perceptível que de certa maneira, ocorrem lutas por meio das quais os diferentes agentes sociais procuram fazer prevalecer seus interesses no local, estabelecendo e definindo seus sentidos a partir de uma visão individual, ou do coletivo de um grupo ou segmento específico. Nesse sentido, não se cria apenas uma versão para o local; há algo maior que busca aparecer no contexto pesquisado. Isto é, estes grupos inserem-se no cotidiano construindo o regional, não apenas nas margens do Lago Internacional de Itaipu, mas como municípios limítrofes, como uma região ribeirinha, ou ainda como um caminho ou uma rota turística no oeste do Paraná. Há uma identificação regional para a vivência dos grupos pertencentes a este espaço.

O historiador Valdir Gregory, com relação a esta construção simbólica, procura contribuir com reflexões sobre o processo de construção da região.

O regional [...] vem a ser uma construção baseada em alguns elementos escolhidos a partir de objetivos estabelecidos e da busca da configuração de espaços simbólicos. O regional é mais e diferente do que o local. E, como tal, as suas delimitações, os seus elementos constitutivos, os seus marcos simbólicos vão sendo construídos por e a partir de grupos inseridos em seus contextos vivenciais. Ou seja, identidades e memórias que compõem o regional são socialmente contextualizadas. (GREGORY. In: SCHALLENBERGER (org), 2006, p. 85).

Como exemplo, podemos citar o município de Santa Helena, que é conhecido por ter um espaço infra-estruturado para abrigar grandes eventos e comemorações, como é o

caso da praia artificial do Lago de Itaipu, que banha aquele município. Regionalmente, é conhecido como “*a terra das águas*”, por ter inundado aproximadamente 1/3 de seu território, e atualmente esse *slogam* funciona como um instrumento de marketing. Outros exemplos poderiam ser citados, mas incorreria em outros aspectos construtivos de identidade e memórias, como bem ressalta Gregory. Os elementos que atuam nessa construção assumem formas especiais de transparecer no produto social, bem como na reposição dos pressupostos, imbricando dialeticamente em uma forma especial de reprodução do capital, de lutas de classe intimamente ligados aos poderes econômicos e políticos neste espaço regional.

Ao trabalharmos com as entrevistas orais, notadamente há a percepção de sentidos que não aparecem em livros teóricos referente ao espaço fronteiro ou mesmo da dinâmica entre os países envolvidos.

A exaltação do Paraguai deriva de vários aspectos independentes da nacionalidade das pessoas que cederam seus relatos. Tomemos como exemplo a fala de Helena de Almeida Franz, nascida em Santa Rosa no Paraguai, mas residente em Guaíra; ao falar de Canindeyu e de Alto Paraná, ela resume de certa forma a vida de muitas pessoas que se deram bem no país vizinho, especialmente em relação à agricultura.

Essa região do Paraguai deu muita oportunidade pra gente, sabe. Eu acho que como pra minha família também como pras outras famílias (...); gente que veio do nada, do Paraná, do Rio Grande [do Sul], de Santa Catarina e ali nessa região, onde eu morava, hoje são milionários, hoje eles têm fortuna que nem eles sabem quanta terra eles têm (...). Paraguai não é só Ciudad del Este e Salto, tem tanta riqueza, tanta coisa boa que tu vê no Paraguai, que nessa parte os brasiguaios que estão lá, não viram no Brasil sabe? Não conseguiram achar, e que lá o país deu oportunidade, está todo mundo crescendo (...) (ENTREVISTA. HELENA DE ALMEIDA FRANZ, 2004).

A menção às famílias que obtiveram êxito econômico no Paraguai, e também a denominação de *brasiguaios*, é a maneira como a entrevistada os vê naquela região; fala especialmente sobre o poder de propriedade, o que dá o sentido de produção como símbolo de capital econômico; ou seja, são elementos que atuam na construção simbólica da região onde Helena morava e ali conseguiram se reproduzir enquanto agricultores ou grandes produtores.

Novamente se confirma aqui o fato de que os sentidos de fronteira para as pessoas que margeiam o Lago Internacional de Itaipu são diversos e diferentes. Ao longo das falas dessas pessoas foi possível estabelecer um diálogo que procurou perceber como a atuação



delas se dava em relação a estes significados. A vivência de pessoas tanto indo do Brasil ao Paraguai quanto no movimento inverso, pode tornar-se um esquema de estruturas da representação da realidade, articulado com uma estrutura social mais ampla existente na região. É o que Bourdieu define como produtoras de *habitus*.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidade associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas pré-dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizada de um regente (BOURDIEU, In: ORTIZ, 1994, p. 60-61).

Nesse sentido buscamos aqui brevemente estabelecer as diferenças individuais nas falas dos entrevistados, aprofundando esse diálogo nas significações e sentidos da fronteira com uma rede estabelecida de pessoas que vivem na região e participam desse complexo movimento fronteiriço; procuramos compreender essas falas como exemplos dados em modelos possíveis de serem detectados na construção da fronteira.

Gregory mostra a utilização desses conteúdos na tentativa de construir-se possíveis identidades locais e regionais; para ele, “*os mesmos conteúdos não são criados do nada. Em outras palavras, a construção de identidades ocorre a partir de vivências vividas. Há seleções, descartes, ênfases que interferem nestas construções ideológicas locais*”. (GREGORY, In: SCHALLENBERGER, 2006 p. 97). Todavia, esses emissores diluem-se em um tecido social mais amplo, emitindo suas próprias construções locais para o regional, aparecendo outros fatores, aspectos e agentes.

### **2.3 – A Itaipu atuando como um limite**

Ao falar sobre a Itaipu em nosso estudo, de modo algum atingiremos toda a complexidade que envolveu e envolve a maior Usina Hidrelétrica em geração de energia do mundo. Seja desde os seus primeiros projetos de análise do potencial das águas do Rio Paraná, sua construção, as polêmicas desapropriações e tratados, tanto com proprietários

rurais, urbanos e indígenas quanto com o Paraguai, ‘parceiro’ na obra, bem como no início de sua atividade geradora.

Itaipu foi um projeto pensado desde o início do século XX, embora sua execução se desse apenas na segunda metade do século com as políticas desenvolvimentistas e intervencionistas do Estado. Teve como principal objetivo o aproveitamento das águas do Rio Paraná para a geração de energia e a aproximação com o Paraguai para resolver questões da área de litígio que remonta à Guerra do Paraguai.

É relevante situar Itaipu em um contexto internacional, pois é um agente que permeia a pesquisa; ou seja, a discussão que se estabelece em torno da transitoriedade de pessoas na fronteira entre Brasil e Paraguai e os aspectos culturais e identitários que se apresentam nesse contexto são indissociáveis da construção e funcionamento da usina.

No decorrer de sua instalação, Itaipu passou de um projeto econômico de grande interesse em esfera internacional, para um projeto político implicando em complexas relações, desde seu espaço de contato até as relações no campo internacional envolvendo os dois países. A sustentabilidade do projeto não seria possível por parte apenas do Brasil; ela só seria viável em condomínio com o Paraguai.

Com a construção da barragem de Itaipu, houve o represamento do Rio Paraná, que se deu no lado brasileiro desde no município de Foz de Iguaçu, tendo como limite o município de Guaíra, no Paraná, e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul. No lado paraguaio, desde Ciudad del Este, no departamento de Alto Paraná, até Salto del Guairá, departamento de Canindeyu. Nos limites da represa se localizavam os Saltos das Sete Quedas, que, com o alagamento, ficaram encobertos pelas águas do reservatório da hidrelétrica, conhecido como o Lago Internacional de Itaipu.

No lado brasileiro foram atingidos 16 municípios<sup>22</sup>. O reservatório tem o equivalente a 170 quilômetros de comprimento, em um total de 1.350 km<sup>2</sup> de área, sendo 770 km<sup>2</sup> no lado brasileiro e 580 km<sup>2</sup> no lado paraguaio, com potência instalada de 12.600 MW.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Foz do Iguaçu, Santa Teresinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante do Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa, Guaíra e Mundo Novo.

<sup>23</sup> Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.

O interesse central não é mostrar as extensões que demanda o empreendimento energético entre os dois países, o que é relevante. Mas, sobretudo, trazer algumas evidências que mostram como ela contribuiu na dinâmica migracional, especialmente para os brasileiros com destino ao Paraguai. Itaipu não representou apenas o desenvolvimento que é enaltecido pela empresa, mas também foi causadora de grandes impactos ambientais, econômicos e sociais.



Fonte: www.itaipu.com.br

Conforme o historiador e geógrafo Tarcísio Vandelinde:

A construção do mega-projeto impactou profundamente a região oeste do Paraná provocando uma nova territorialização e rearranjos socioeconômicos. Ocorreram perdas irreparáveis de sítios arqueológicos, mas a perda emocional do espaço diante da arrogância e cinismo do discurso do progresso foi sem precedentes (VANDERLINDE. In: Prefácio LIMA, 2006, p. 29).

Quanto aos impactos ocasionados pela empresa, iremos nos ater especificamente sobre a questão das propriedades no lado brasileiro, uma vez que objetivamos minimamente mostrar a demanda de pessoas decorrente de sua implantação para o Paraguai, mais propriamente com as áreas desapropriadas.

*Quadro 04 – Propriedades urbanas e rurais desapropriadas*

Zona	Número de propriedades	Área (ha.)
Urbana	1.606	484.789
Rural	6.913	100.607.732
Total	8.519	101.092.521

Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.

Mais de 80% das propriedades desapropriadas estavam localizadas em áreas rurais. Estas compreendiam pequenas propriedades agropecuárias com menos de 20 alqueires cada uma; cultivavam em geral soja, trigo, milho, além de animais e cultivares de

subsistência como mandioca, feijão, arroz, hortaliças, etc. A demografia era bem uniforme ao longo da faixa. Itaipu conseguiu amigavelmente desapropriar quase todas as áreas; havia um grande número de questões jurídicas no tocante às propriedades que remontavam a outras datas e aspectos.<sup>24</sup>



As áreas urbanas correspondiam a postos de combustíveis, comércios e casas comerciais, clubes, escolas, igrejas, terrenos com benfeitorias, dentre outros. Os portos existentes se localizavam nas extensões urbanas e rurais, geralmente cercados por várias casas, caracterizando um

núcleo urbanizado. A desapropriação das áreas urbanas foi mais “tranqüila” que nas áreas rurais, as últimas contavam com movimentos organizados<sup>25</sup> para terem seus pedidos atendidos ou minimamente previstos pela empresa que fez as desapropriações.<sup>26</sup>

A imagem acima é do Porto Mendes, localizado no distrito de mesmo nome no município de Marechal Cândido Rondon, momento em que as águas do Rio Paraná subiam, com o fechamento da barragem formando o Lago Internacional de Itaipu.

Após termos idéia do número de propriedades e suas concentrações em detrimento as áreas urbanas e rurais no Brasil, bem como a mínima idéia do que ali se produzia, passamos a apresentar a população em números de atingidos na região oeste do Paraná.

#### *Quadro 05 – Municípios atingidos e sua população*

Municípios	Total da população	População atingida	Percentuais
Foz do Iguaçu	49.538	5.609	11,32
Guaíra	47.482	3.659	7,71
Marechal Cândido Rondon	63.458	10.600	16,70
Matelândia	35.473	70	0,20

<sup>24</sup> O oeste do Estado do Paraná é conhecido pela tardia ocupação agrícola de seu espaço; sendo assim, haviam questões não resolvidas no tocante a grilagens, ocupações, arrendatários, posseiros entre outras formas de uso da terra. Havia casos jurídicos que apresentavam problemas nesse sentido ou que ainda tramitavam nas varas locais ou regionais, foi uma das últimas fronteiras agrícolas a se cultivar e as medidas dessa conquista nem sempre foram amigáveis.

<sup>25</sup> Um exemplo era o Movimento Justiça e Terra; a Comissão Pastoral da Terra também se fazia presente nas reuniões. As principais questões levantadas giravam em torno da concessão de títulos e do preço das terras, que a empresa avaliava e pagava.

<sup>26</sup> A Itaipu designou a empresa MATRIX para desenvolver os trabalhos junto aos proprietários das terras a serem desapropriados.

Medianeira	45.216	1.540	3,41
Santa Helena	38.831	12.181	31,37
São Miguel do Iguaçu	36.436	8.639	23,71
Terra Roxa	55.268	146	0,26
Total	371.702	42.444	11,42

Fonte: Biblioteca da Itaipu Binacional / IBGE em articulação com o censo de 1975.

O quadro acima mostra os municípios e sua população total na época das desapropriações, bem como a população atingida. Em um breve balanço podemos constatar que, com exceção de Foz do Iguaçu houve uma redução demográfica nos municípios após a instalação de Itaipu, e esses números na atualidade ainda não se reverteram. Ou seja, após três décadas, esses municípios não tiveram uma retomada significativa do crescimento demográfico, e todos, com exceção de Foz do Iguaçu, possuem atualmente população numericamente inferior do que possuíam em 1982.

Logicamente não podemos citar Itaipu como a causa única das adversidades no oeste do Paraná; mas por algum tempo a usina agiu como limitadora no tocante ao crescimento populacional. E na atualidade esse limite remonta a questões fronteiriças, culturais e identitárias para as pessoas que habitam esse espaço, seja do lado brasileiro ou paraguaio.

O rastreamento das pessoas que saíram do oeste do Paraná em decorrência do alagamento não é uma tarefa fácil; mas podem-se apresentar alguns números que esclarecem a problemática desta pesquisa. Os dados abaixo elencados mostram os principais fluxos migratórios ocasionado pelas desapropriações da Itaipu.

*Quadro 06 – Principais destinos dos expropriados*

Local de destino	Percentual
Paraná	86,29
Mato Grosso	8,89
Santa Catarina	1,16
Paraguai	1,03
Rio Grande do Sul	0,76
Rondônia	0,76
Bahia	0,35
Pará	0,31
Amazonas	0,18
São Paulo	0,18
Minas Gerais	0,09

Fonte: Centro de Documentação da Itaipu Binacional, 1984.

Nosso foco de atenção aqui se dá em relação ao Paraguai; conforme a tabela, a grande maioria das pessoas permaneceu no Estado do Paraná, e, desses, cerca de 90% conseguiram propriedades no oeste do estado. Logo em seguida, há os que partem com destino ao Mato Grosso e Santa Catarina. O Paraguai é o quarto destino mais procurado para os expropriados de Itaipu. Não é um número tão significativo, se analisarmos o fluxo migratório da década de 1960 e 70, por exemplo. Temos, no contexto das desapropriações, poucas pessoas migrando ao país vizinho em decorrência do alagamento do Rio Paraná. É considerado como um baixo índice se levarmos em conta a proximidade espacial e a similitude das terras em qualidade e produtividade, que são fatores de atração no contexto anterior.

Ao mesmo tempo em que as comportas de Itaipu se fechavam para resolver em partes a demanda de energia elétrica, nascia outro problema que Julio José Chiavenato havia levantado, e que Ivone de Lima novamente ressalta sobre a situação do lado paraguaio. Segundo ela, *“foram 800 quilômetro de terras paraguaias inundadas, que desalojaram aproximadamente 20 mil pessoas (...). Interessante observar que 80% dos atingidos eram constituídos por migrantes brasileiros que haviam se aventurado em terras guaranis”* (LIMA, 2006, p. 374).

O problema é que o governo brasileiro se mantinha alheio quanto a isso, pois *“segundo a Constituição paraguaia, os estrangeiros não poderiam residir na faixa de fronteira”* (IDEM p. 375). Ou seja, a Itaipu surgia como uma obra governamental através da qual a população fronteiriça era prejudicada pela omissão do governo com os desapropriados no Paraguai, não lhes cabendo qualquer forma de movimento, pois eram reprimidos pela ditadura stroessniana.

Enfim, podemos situar Itaipu como um marco<sup>27</sup> na história do extremo-oeste paranaense e do leste do Paraguai. O tema é relevante e provocaria discussões amplas por meio das fontes de análise, surgindo posições favoráveis e contrárias ao empreendimento. Sobretudo, podemos afirmar que os mais prejudicados foram os municípios margeados pelo Lago Internacional de Itaipu, quando lhes foram submersos extensas faixas de terras produtivas, bem como seus municípios que ficaram descontentes com os preços oferecidos

---

<sup>27</sup> Alguns autores utilizam esse marco para falarem das cidades que permeiam a Itaipu, como muito bem faz Maria de Fátima Bento Ribeiro com relação a Foz do Iguaçu em sua obra *“Memórias do Concreto”*; mas, em geral, podemos articular especificidades a toda a região atingida por Itaipu.

por elas no processo de indenização; mas, por outro lado, veio a resolver outros problemas, em nível nacional.

Conforme Ivone Teresinha Carletto de Lima,

O Brasil estava preocupado com o seu desenvolvimento e, nesse processo, viu-se envolvido por questões diversas que deram destaque ao aspecto político. Na desencadeada busca pelo aproveitamento hidrelétrico dos saltos de Sete Quedas, depois de intermináveis e incipientes estudos, recebeu um projeto que indicava o desvio das águas para o lado brasileiro. Tentativa que avivou históricas contendas no vizinho Paraguai. Dentre as situações que teve que enfrentar foi a dos limites territoriais, onde Itaipu serviu como acalmador e solucionador da divergência. Algo que para o Brasil era incontestável, no entanto forjou momentos inflamados como o da ocupação militar que fez parte da política de segurança nacional e, igualmente, serviu como uma demonstração de poder. Entretanto, teve que reconhecer o direito às águas ao Paraguai (IDEM, p. 409).

Quando situamos Itaipu como um agente limitador entre Brasil e Paraguai, foi na intenção de mostrar seu papel no processo de fluxo migratório dos expropriados ao Paraguai; não que os baixos números momentâneos expliquem a complexidade do tema com a fronteira, mas que ainda funciona nas “divisas” internacionais, especialmente fomentando a variedade cultural e identitária dos dois povos.

Itaipu representa um marco na política ambiental em relação à construção de barragens, servindo atualmente como modelo nesse aspecto com seus vários programas de preservação. A partir de Itaipu questiona-se o impacto sobre o meio ambiente como custo de desenvolvimento e progresso.

Uma maneira para melhor percebermos Itaipu como agente nesse território seria o questionamento dos significados dela para os que foram desapropriados e para os trabalhadores que construíram a usina, pois se misturam atualmente, alguns sem propriedades desde então, e outros sem trabalho. Essas questões demandariam uma pesquisa específica sobre o tema em torno da memória dessas pessoas para mostrar a dimensão desses significados.

Os estudiosos têm salientado o fato de que a memória não é um receptáculo passivo, mas atua como uma força ativa, que molda e é dinâmica (cf. Samuel, 1997); o que ela “escolhe” sintomaticamente esquecer é tão importante quanto o que ela lembra; entre a lembrança e o esquecimento operam as vozes de sujeitos para manter uma memória.

#### **2.4 – A prática e a teoria em uma relação de habitus**

A proposta de trabalharmos o *habitus* social no ambiente de fronteira estimula questões históricas que não são percebidas na maioria das vezes. Elaboramos a discussão em torno de alguns operativos sociológicos com uma interpretação historiográfica dos agentes que permeiam a pesquisa. A abordagem é de caráter teórico e enfoca alguns autores, especialmente da sociologia, que buscam explicar e conceituar o *habitus*.

A sociologia produz teorias que proporcionam diálogos profícuos com as disciplinas nas áreas das ciências humanas; com a história isso não é diferente. Para trabalharmos as noções de *habitus*, o conhecimento das obras de Norbert Elias e Pierre Bourdieu é fundamental; esse contato, ainda que mínimo, ajuda-nos a pontuar nossas abordagens quanto à experiência das pessoas que vivem em trânsito constante nas fronteiras entre o Brasil e o Paraguai.

Nesse sentido, é importante assimilar conceitos como *habitus* social, configuração, processo e evolução, os quais estão interligados. As obras de Elias, em especial, destacam a relação entre os laços sociais e a consciência de si. Como destaca Helenice Rodrigues da Silva, “os indivíduos se relacionam entre si em razão dos laços de dependência recíproca constituídos pela própria sociedade. É, pois, sob o efeito dessa imbricação que os comportamentos sociais se modificaram” (SILVA, 2002, p.122). Apercebemo-nos, por exemplo, que a cultura e a identidade de indivíduos e grupos sociais são elementos que sofreram a influência da transformação da fronteira na relação com os migrantes, tanto brasileiros quanto paraguaios.

O conceito de *habitus* social, formulado por Elias, permite compreender melhor a relação entre indivíduo e sociedade no ambiente fronteiriço, por estar próximo da idéia de estrutura social da identidade, a qual foge da necessidade de opção entre indivíduo e a sociedade. Para o autor, cada homem apresenta um caráter específico que partilha com os outros membros da sociedade. Esse caráter seria o hábito social do indivíduo, o qual lhe daria a identidade que o distingue dos demais membros da coletividade.

O conceito de *habitus* em Elias não é totalmente definido, mas se constrói a partir da teoria do *processo civilizador*. Neste processo se dão as relações entre grupos sociais, as chamadas relações de força; estas se ligam e se opõem, colocando os indivíduos em estruturas de campos de força, equilíbrio e competição, relacionando-a diretamente ao contexto da fronteira.



A idéia de processo parte de modelos que evoluem em conjunto, substituindo a noção de causa, como por exemplo, nas relações de poder. Helenice Rodrigues da Silva diz que é possível perceber a relação existente entre o indivíduo e a sociedade.

O pensamento de Norbert Elias, sem dúvida, rompe com a falsa dicotomia entre perspectivas deterministas, que negam toda possibilidade de invenção ou de criação por parte dos agentes, e com o postulado idealista de uma criação fundada numa invenção livre do sujeito, que afirma a independência total do sujeito em relação às estruturas sociais (IDEM, p.125).

O conceito de configuração implica a idéia de que existem duas imagens, a do indivíduo e a da sociedade, está rompida. Para Elias, o poder é formado por relações no interior do mundo social, parecendo um jogo, no qual existe a relação entre “eu” e “ele” ou “nós” e “eles”. Existe uma interação em grupos com instabilidades, em movimento; dessa forma, “*o conceito de mudança social é assim substituído pelo conceito de configuração*” (IDEM, p.124).

Ao vincularmos o indivíduo em cadeias de interdependências, inserindo-o em configurações sociais diversas, entendemo-lo como resultado do processo, e que sofreu mudanças em sua personalidade, permitindo o processo de evolução funcional. É o que se dá na fronteira após a transformação do Rio Paraná em Lago Internacional de Itaipu.

Algumas dessas configurações sociais são percebidas no relato de Sonia J. Vicente ao falar de como as pessoas agem nesse contexto às margens do Lago.

Eu, muitas vezes fui maltratada aqui, eu até digo que isso seja racismo, por ser, brasiguaião, como que se isso fosse uma doença, contagiosa né, comprei muita bronca aqui por causa disso, normalmente brasiguaião se é..., que come mandioca. É brasiguaião, são mal vestidos. Brasiguaios não usam perfume. Esse tipo de coisa, que chateia a gente (ENTREVISTA. SONIA JANDIRA VICENTE, 2003).

Nesta perspectiva, compreendemos cada indivíduo como singularidade dentro de um grupo, e que possui uma personalidade interagindo com os demais; mas seu *habitus* social é construído em meio à sua relação com os meios culturais. O *habitus* pode ser considerado tanto como uma identificação pessoal quanto servir de marca distinguindo o indivíduo dos demais.

Não percebemos que haja este tipo de tratamento com indivíduos por pertencerem a um grupo distinto, como no caso aqui com os brasiguaios; isso que a entrevistada deixa transparecer em seu relato não é comum, embora não descartemos a existência de certas

antipatias de um grupo para com indivíduos de outros grupos. Quanto a isso há uma visão essencialmente obscura desse complexo movimento polifônico dos grupos ao longo do tempo.

Para Norbert Elias.

A abordagem de uma figuração estabelecidos-outsiders<sup>28</sup> como um tipo de relação estática, entretanto, não pode ser mais do que uma etapa preparatória. Os problemas com que nos confrontamos numa investigação como essa só se evidenciam quando se considera que o equilíbrio de poder entre esses grupos é mutável e compõe um modelo que mostra, pelo menos em linhas gerais, os problemas humanos — inclusive econômicos — inerentes a essas mudanças (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 36).

O *habitus* tem múltiplas facetas, por apresentar um entrelaçamento ambíguo de configurações, o que permite entendê-lo como um sistema. Nessa perspectiva comprova-se a premissa de não poder pensar as idéias desvinculadas da história da sociedade; a evolução da racionalização precisa necessariamente andar de mãos dadas com as transformações sociais. Com seu modelo interpretativo constituído na percepção das configurações sociais a que chama de sociedades e as personalidades dos indivíduos, Elias nos permite entender a idéia de evolução e desenvolvimento social. Assim, objetiva-se “*sublinhar a originalidade de uma teoria que começa a ser introduzida na pauta de preocupações dos cientistas sociais brasileiros*” (MALERBA, 1996, p. 88). E, acrescentemos, é um modelo que pode contribuir para desenvolver-se este vasto campo das representações fronteiriças.

Elias atribui a uma mudança no *habitus* — ou hábito social, como ele por vezes o nomeia — fruto da curialização da sociedade guerreira, o surgimento do terreno propício para o distanciamento crescente entre o homem e a natureza — ou, em outras palavras, para uma crescente objetivação do mundo. Investigando a construção da estrutura social da psicologia, num ensaio seminal sobre a relação do equilíbrio nós-eu, em que procura superar a falsa dicotomia ou o princípio gerador entre indivíduo e sociedade, Elias [...] sugere em que campo de entendimento deve-se enquadrar o conceito de *habitus* (MALERBA, 2000, p. 214).

Em nossa intenção de “desdobrar” as matizes teóricas do *habitus* em Elias, notamos que a complexidade de uma sociedade torna seu *habitus* cada vez mais

---

<sup>28</sup> Os termos *estabelecidos* e *outsiders* correspondem ao título da obra de Norbert Elias e John L. Scotson. Os *estabelecidos* de maneira geral correspondem a um grupo social que habita um espaço há vários anos, apresentando-se como residentes a mais tempo naquele espaço social. Os *outsiders* de maneira geral são as pessoas que vêm de fora e passam a viver no mesmo espaço social. Essa classificação é genérica e não representa uma diferenciação entre os grupos, seja em relação à etnia, classe social, cargos empregatícios, entre outras possíveis diferenças.

discrepante. Isso depende, em parte, dos níveis de integração do indivíduo com o seu grupo; nesse sentido, o pertencimento à sociedade juntamente com o caráter coletivo da personalidade individual humana tem como finalidade o desempenho do *habitus* social. “Elias concebe a possibilidade de transformações do *habitus* decorrentes de mudanças históricas, as quais incidem sobre a hierarquia das posições” (IDEM, p. 217).

Pierre Bourdieu é outro autor que faz reflexões interessantes ao conceituar a teoria de *habitus*; inicia considerando suas capacidades criadoras, ativas, conscientes e inconscientes dos agentes em ação num campo e estabelecendo uma cumplicidade ontológica com o mundo. Conforme Malerba, Bourdieu pondera a idéia de que o

*habitus* talvez melhor se defina como os limites de ação, das soluções ao alcance do indivíduo em uma determinada situação social concreta. É, portanto, um produto da história que produz práticas individuais e coletivas e que estabelece os limites dentro dos quais os indivíduos são ‘livres’ para optar entre diferentes estratégias de ação (IDEM, p. 216).

A relativa liberdade de ação dentro desses limites é perceptível no contexto fronteiro entre Brasil e Paraguai. Na fala do pescador Miguel Pereira podemos notar a ação e os limites da ação.

Lá [Paraguai] é o seguinte: as coisas deles é o que vale não é? Você vai lá, faz uma roça, é tudo teu conhecimento, é o que eles pagam, tudo bem assim né, qualquer coisa; quem faz a lei é eles mesmos, não..., não tem aquele negócio de dono; se você compra um pacote de açúcar, chega lá, tem que pagar de novo pra atravessar para o Paraguai; é desse jeito, tudo é meio de ganhar dinheiro; mas aqui é a mesma coisa, é, tanto faz você vive aqui como no Paraguai; quer dizer, é melhor ainda no Paraguai que aqui, com certeza tem muitas coisas mais barato que aqui (ENTREVISTA. MIGUEL PEREIRA, 2003).

Aspectos relevantes de análise são evidenciados no discurso acima, a questão do trabalho, da lei, da propriedade, da economia e, por último, da moradia. A ação dos agentes em trânsito na fronteira mostra peculiaridades permeadas pelos limites em outro país. Mesmo que *lá* seja melhor de viver, ou que *lá* se encontram mercadorias mais baratas.

Na compreensão de Bourdieu, é representado assim o mundo social em forma de espaço, com base na diferenciação ou na distribuição num conjunto que atua no universo social.

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço (...). Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades

atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 2005, p.134).

Notamos que os valores se dão em variáveis diferentes e pertinentes como em um espaço multidimensional de posições; os agentes distribuem-se neste espaço de uma maneira ou de outra; Bourdieu assim descreve o campo social da ação. O antropólogo e sociólogo Loïc Wacquant deixa transparecer a sua preferência pelo modelo proposto por Bourdieu, inserindo a discussão no debate filosófico, bem como assegurando a renovação sociológica do conceito. Para Wacquant, a teoria do *habitus* de Bourdieu mostra

uma noção mediadora, que nos ajuda a revogar a dualidade que há no senso comum entre o individual e o social, capturando a interiorização da externalidade e a externalização da internalidade, ou seja, a maneira pela qual a sociedade é depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou, ainda, capacidades treinadas e propensões estruturadas de pensar, sentir e agir de um determinado modo, as quais então as orientam em suas respostas criativas às restrições e solicitações do meio em que se encontram (WACQUANT, 2004, p. 12).

Certamente Norbert Elias e Pierre Bourdieu são os maiores expoentes a refletirem sobre o conceito de *habitus*; nossa intenção aqui não é comparar ou identificar semelhanças e diferenças entre os dois autores, mas operacionalizá-los na tentativa de entender a ação de determinados sujeitos no campo fronteiro entre o Brasil e o Paraguai. Ambos são plausíveis de serem utilizados no decorrer da pesquisa; embora haja vários pontos comuns em suas teorias, há outras tantas questões divergentes, não obstante, o que marca sem dúvida esses dois autores são as suas longas discussões acerca do tema no decorrer de suas vidas; e talvez o que marca de maneira mais evidente as diferentes concepções são os contextos em que aplicam suas teorias.

Concordamos com as suposições de Jurandir Malerba quanto a isso.

Uma dificuldade suplementar que emerge quando se intenta comparar ambas as matrizes repousa no fato de que, se em Elias é possível encontrar uma unidade orgânica e conceitual na obra produzida ao longo de mais de seis décadas, em Bourdieu, é detectável uma permanente inquietação, que se manifesta na contínua revisão que opera em seus conceitos, e em sensíveis nuances nesses conceitos ao longo da carreira intelectual desse autor (...). Elias concebe a possibilidade de transformações do *habitus* decorrentes de mudanças históricas, as quais incidem sobre a hierarquia das posições. Por isso, seu conceito de campo é mais flexível do que o de Bourdieu: trata-se de uma rede de relações estruturadas em espaço de posições, mas aberta e constantemente trabalhada pelas contingências históricas, que fazem o papel de variáveis exógenas e que, por certo, transformam a hierarquia das posições (MALERBA, 2000, p. 213-217 ).

Assim, a teoria de *habitus* brevemente discutida aqui a partir da leitura de Elias e Bourdieu, traz uma propensão às ponderações de Norbert Elias, sem, todavia, descartar as reflexões de Pierre Bourdieu, pois Elias contempla de maneira mais flexível as contingências históricas na complexa discussão social na fronteira.

## **2.5 – Questões acerca do nacionalismo paraguaio**

Trabalhar com o sentimento das pessoas em torno de um tema complexo como são as relações sociais internacionais entre populações dos países latino-americanos, não é uma tarefa fácil de ser levada a efeito. Brasil e Paraguai não apresentam apenas números, não são hipóteses calculáveis que demonstram os problemas entre ambos; já pudemos perceber que há uma intrincada rede decorrente de demandas como questões fronteiriças, econômicas, culturais, políticas e sociais que estão especialmente ligadas aos movimentos populacionais.

Discutir estas abordagens tendo como foco a população paraguaia torna a pesquisa ainda mais instigante; entender a gama de significados de uma outra nação tendo como destino preocupações internacionais que refletem diretamente no Brasil é incorrer em possibilidades múltiplas de equívocos. Nossa intenção é atrelar alguns pontos que aparecem especialmente na cultura paraguaia, bem como outras possibilidades no meio agrícola do país vizinho, tendo como local a fronteira com o Brasil.

É importante pontuarmos algumas considerações sobre o conceito de nação, embora o eixo central da discussão não se aproxime de uma tentativa de postular o que realmente seja nação, nacionalismo ou mesmo consciência nacional; é preciso, não obstante, mostrar nosso entendimento sobre essa questão. Certamente a amplitude do tema demandaria uma reflexão mais demorada e aprofundada, o que não fazemos aqui. Quanto a isso, as colocações de Eric Hobsbawm são pertinentes ao contexto estudado.

Fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBBSAWM, 1994, p. 19-20).

O autor toca em um ponto essencial quanto ao entendimento da nação vista não apenas por governos ou ativistas de certos movimentos nacionalistas, mas sim pelas

peças comuns que são difíceis de serem descobertas enquanto formadores dessa nação. Ou seja, a nação deve ser compreendida com outras exigências que ficam além dos espaços territoriais que ela transpõe; a associação de fenômenos como as condições administrativas, técnicas, políticas, econômicas, culturais, entre outras, compõe o substrato que permeia o conceito de nação.

Nesse sentido, utilizamos o termo *visto de baixo* como pertencente a uma história que não faz parte apenas dos grandes escalões nacionais de um país, visto, sobretudo pelas pessoas que permeiam o tema de pesquisa, as chamadas pessoas comuns. Para os estudos históricos, essa perspectiva proporciona um sentido rico de análise. Para Jim Sharpe.

A história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento de existência de sua história (SHARPE, In: BURKE, 1992, p.59).

Os ambientes fronteiriços contêm uma multiplicidade de idéias, indivíduos e grupos que atribuem valores diferenciados aos sentidos de nação; a ambigüidade do tema possibilita, quanto a esses atores sociais “de baixo”, deixar transparecer a inovação que os historiadores buscam para as novas significações.

Utilizamos o conceito de nação neste espaço fronteiriço fazendo alusão a Hobsbawm, que mostra-nos a fragilidade do tema, quando escreve a história da nação ocidental moderna sob a perspectiva da margem da nação e do exílio de migrantes. Nas palavras do autor, “*A identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos. Em meu julgamento, esta é hoje uma área dos estudos nacionais na qual se precisa urgentemente de reflexão e pesquisa*”. (HOBBSAWM, 1994, p. 20).

Procuramos operar uma aproximação dessas teorias com a fronteira entre os dois países, para mostrar um pouco além do que nos permitimos traçar. Parafraseando Homi K. Bhabha, seria mais ou menos como perceber *onde algo começa a se fazer presente*; é nesse sentido que a fronteira se torna um lugar a partir do qual possui um movimento dissimilar ao da articulação ambulante. Assim sendo, as idas e vindas não obedecem a modelos elaborados nem quando se propõem à uma explicação política ou econômica, tendo-as como maneira mais fixa de percepção, essas proposições ultrapassam simples compreensões, e especialmente em relação a ambigüidade cultural existente nestas vidas de

fronteira esse movimento se torna ainda mais polivalente de significação. Neste sentido Bhabha diz que:

o trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado como, refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p. 27).

Seguindo essa reflexão, ou aplicando-a ao nosso caso concreto, podemos inserir as fontes e suas narrativas neste espaço fronteiro ambíguo, sempre percebendo essa relação entre o *lá* e o *aqui*. Em suma, entendemos a fronteira como um espaço intercultural produzido, também, pelas pessoas comuns de ambas as nações, e não apenas pelas elites nacionais dos respectivos países. Os espaços interculturais são importantes de serem vivenciados na fronteira, mas a ocorrência desse diálogo raramente se dá, pois grupos maiores não buscam aproximações no interior do país vizinho.

Para o sociólogo Ramón Fogel,

Hay que haver um espacio intercultural de dialogo, pero se há cuándo son pocos que están em território paraguayo, dijo nun território controlado por paraguayos, entonces se dá esto dialogo intercultural, dijo a usted que los paraguayos asimilan pautas, tecnologias de los brasiguayos, de los brasileños, verdad? Y los brasileños se integran a la organización de los paraguayos coperan, pero no cuándo ocurre la expansión grupal (ENTREVISTA. RAMÓN FOGEL, 2006).

Fogel nos dá uma amostra plausível de como o diálogo intercultural pode acontecer no país vizinho. Certamente, a integração, as trocas e a assimilação de modos/hábitos entre os povos ocorrem, mas acentua especialmente que isso acontece no momento em que não há a evidência de expansão de grupos de migrantes brasileiros. Ou seja, o expansionismo resulta em uma força de repulsão aos diálogos interculturais para a população paraguaia.

Nesse sentido, podemos identificar a falta de uma maior interação entre os dois povos no Paraguai, porque a população nativa do país sente-se ameaçada pelo número excessivo de brasileiros existentes em determinados lugares na fronteira de seu país, “*entoces dijo que es preciso protegerse desse modelo en que 80 a 90% son brasileños, los brasileños son beneficiados digamos por este modelo*” (IDEM).

Pontua aqui o que queremos evidenciar sobre a ameaça sentida pelos paraguaios em certos locais, atrelando diretamente à questão nacionalista, de que são necessárias outras exigências para que sejam entendidos os sentidos de nação e nacionalismos. Como por exemplo, o que diz o sociólogo paraguaio, sobre a necessidade de um estreitamento no diálogo intercultural, que não pode deixar de ocorrer por causa do sentimento de ameaça por um grupo expansionista naquele país.

Nosso estudo, mais uma vez, buscou essa perspectiva paraguaia nos jornais daquele país, para minimamente mostrarmos alguns pontos em relação aos dois países sobre a questão nacional. O músico Victor Brítez, paraguaio que viaja pelo interior e cidades do país difundindo sua música, dá sua visão da situação na entrevista ao *Ultima Hora*.

Los brasileños no solo plantan soja transgénica sino que nos imponen su cultura en la frontera, su lengua, su dinero (...). Es un fenómeno que además de cultural, es político y económico. Es de anexión directa. Hoy resulta que el 80 por ciento de los dueños de tierra son brasileños. Obviamente se necesita una política contraria a eso y no creo que este gobierno pueda impulsar algo favorable en este sentido (ULTIMA HORA, 09/05/2004, p. 39).

Novamente percebemos aspectos que Hobsbawm destaca com relação à nação, de que são necessárias outras reivindicações para que esta seja percebida como entidade. Para o músico, aparecem vários aspectos que precisam ser revistos em nível político para serem resolvidos com relação ao grande movimento de brasileiros que moram atualmente no Paraguai.

Para o jornalista Arnaldo Alegre, é notável que a intromissão dos brasileiros no país vizinho contribui na geração de vários problemas, especialmente no tocante a propriedades de terras e sobre a questão de dinheiro que entram por suas mãos no Paraguai.

La penetración brasileña en nuestro territorio es cada vez más profunda, llegando ya a los departamentos de Caaguazú y Caazapá. Los colonos paraguayos adquirieron sus terrenos por 130 mil guaraníes la hectárea y los agro-empresarios del Brasil le ofrecen 10 millones de guaraníes por cada hectárea de su propiedad. Los campesinos se ven obligados a vender las tierras, aunque hay algunos que se resisten (ULTIMA HORA, 01/09/2003, p. 21).

Novamente, os aspectos de exigências variáveis se percebem no discurso do jornalista; no desenvolver da matéria, os apelos aos poderes políticos, especialmente ao governo federal paraguaio, surgem como uma maneira de tentar frear algumas atitudes



com relação à permanência de brasileiros no Paraguai. Nesse sentido, a presença brasileira é vista como uma invasão a nação paraguaia, uma vez que expulsa os camponeses de suas terras.

Em outra oportunidade, percebemos que a opinião editorial do jornal *Ultima Hora*, de Assunção, corrobora com o que estamos discutindo em relação à presença de brasileiros no Paraguai.

El Estado debe ocuparse de los problemas generados por la descontrolada afluencia de colonos brasileños a nuestro país. La presencia masiva de inmigrantes brasileños en las zonas fronterizas y en gran parte del territorio nacional tiene considerables consecuencias económicas, sociales y políticas, y plantea complejos problemas de asimilación cultural, impacto ambiental, de uso de la tierra, de desplazamiento de la población campesina, de legalidad y de soberanía. Es sencillamente inconcebible que el Estado paraguayo continúe sin una política que comprenda esa realidad y regule ese proceso migratorio que ya lleva más de cuatro décadas (ULTIMA HORA, 19/09/2003, p. 24).

Como as demais passagens acima, o editorial também chama a atenção para variáveis incomuns de notar a atuação de “outros” na nação, vários tipos de compreensão de perda são notadas nos discursos. Um ponto particular a ser percebido aqui é a cobrança para com o Estado ou Governo; uma questão peculiar que o editorial deixa transparecer é a legalidade dessa ação no país vizinho, bem como a soberania paraguaia em relação ao movimento populacional.

Outras questões aparecem nos periódicos paraguaios e poderiam ser discutidas aqui, mas nos levariam a outros propósitos; nesse momento, privilegiaremos apenas as manchetes de alguns periódicos que também contemplam a causa nacional.

O jornal *Tempos del Mundo* traz as matérias “*La penetración brasileña en el Paraguay es imparable: ¿Integración... o expulsión?*” (TEMPOS DEL MUNDO, 04/09/2003, p. 02). Continua com “*Modelos productivos tradicional y mecanizado ¿Coexistencia o enfrentamiento?*” (TEMPOS DEL MUNDO, 19/02/2004, p. 02). E ainda a matéria sobre “*Los Brasiguayos*” (TEMPOS DEL MUNDO, 04/03/2004, p. 02).

O jornal *ABC Color* também mostra algumas preocupações quanto à questão nacional em suas manchetes. Por exemplo, dizem que “*No existe proceso colonizador, sino penetración económica*” (ABC COLOR, 07/04/2004, p 16). Outra manchete evidencia a questão camponesa, relacionada com a propriedade de uma brasileira; segundo o jornal, “*Campesinos sin tierra volvieron a invadir propiedad de una brasileña*” (ABC COLOR 26/05/2004, p. 19). Há também a preocupação com o meio ambiente no Paraguai “*Se abre*

*dialogo en busca de solución al grave problema ambiental: brasileños se comprometen a reparar el daño ecológico*” (ABC COLOR 24/09/2003, p. 14).

O periódico *Ultima Hora* reforça o espírito invasor e dominador dos brasileiros no Paraguai; segundo o jornal, “*Poder económico de agro-empresarios del Brasil desplaza a carenciados productores paraguayos: penetración brasileña llega al centro del país y provoca éxodo*” (ULTIMA HORA 01/09/2003, p. 21). Em outra ocasião, relembram que “*Brasileños repitem el espíritu de los invasores bandeirantes*” (ULTIMA HORA, 03/09/2003, p. 22). E em relação aos aspectos culturais, afirmam que “*Los brasileños nos imponen su cultura*” (ULTIMA HORA, 09/05/2004, p. 39).

Essas passagens acima mostram, de alguma forma, que “*a consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas*” (HOBSBAWM, 1994, p. 21).

Procuramos buscar pessoas de diferentes setores e de diferentes formações que percebem os problemas in comuns do Paraguai e mostram tais aspectos nos meios de comunicação como os jornais. Entre eles estão cantores, jornalistas, editores, que pesquisam e escrevem sobre o tema nos periódicos.

Analisar, por meio da imprensa escrita, questões complexas como nação, consciência nacional e nacionalismo em um ambiente conturbado como a fronteira, comporta uma série de exames em vários sentidos, na busca por uma aproximação de idéias entre os problemas que ocorrem neste espaço e o que a imprensa deixa transparecer.

Nesse sentido, Benedict Anderson mostra a preocupação dos historiadores para com a atuação da imprensa.

Se o desenvolvimento da imprensa (...) é a chave da geração de idéias inteiramente novas de simultaneidade, ainda assim estamos simplesmente no ponto em que se tornam possíveis comunidades do tipo ‘horizontal-secular, transversal ao tempo’. Porque, dentro desse tipo, a nação se tornou tão popular? Os fatores envolvidos são obviamente complexos e variados (ANDERSON, 1989, p. 46).

Para encerrar a discussão em torno desses aspectos complexos e variáveis o que caracteriza a ambigüidade referente às questões nacionais, apresentamos as reflexões de Hobsbawm para evidenciar as atitudes da população paraguaia em relação à penetração brasileira em seu país. Segundo ele, “*o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo,*

*era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio”* (HOBSBAWM, 1994, p. 32).

Ao longo da pesquisa, foi inevitável não entrar nessas questões com os agentes que permeiam nosso estudo, ao que pudemos perceber as opiniões que essas pessoas comuns possuíam assemelham-se em grande parte com as teorias nacionalistas.

As demandas de idéias especulativas que se percebe nos discursos paraguaios na atualidade concebem o Brasil como um país imperialista. Essas idéias derivam de uma longa história, que procede desde a Guerra da Tríplice Aliança, na segunda metade do século XIX, momento em que se discutiu de maneira mais ávida as questões fronteiriças, especialmente de delimitações das fronteiras entre os dois países.

Uma vez definido tais limites, ambos os países incorrem em equívocos e de tal maneira em suposições até certo ponto conspiratórias que saem da alçada da historiografia. A população que vive nesse território fronteiriço alimenta tais suposições e relega tanto para o Brasil quanto ao Paraguai questões nacionalistas, sendo discutidos limites fronteiriços, soberania, cultura, território, identidade, idioma, moeda, enfim uma gama de anseios diretamente relacionado à consciência nacional. Entendemos que a formação dessas idéias, assim como dos Estados-nação na contemporaneidade, não se dá de maneira alguma de formas idênticas nem homogêneas.

Em um ambiente de fronteira, em que as relações entre as pessoas exigem significações diferentes para os distintos segmentos dos agentes que a permeiam, a noção de nação torna-se ainda mais complexa. Existe nesse intrincado território fronteiriço não apenas afinidades e contra-sensos entre as populações migrantes, mas também identidades híbridas e memórias em lutas. Grupos que apresentam e formam outros projetos de vida nesse espaço, aparecendo até mesmo como um terceiro indivíduo, o *brasiguai*, ultrapassando as meras questões diplomáticas entre Brasil e Paraguai. Não apenas por suas experiências únicas de vida, as memórias de brasileiros, paraguaios e brasiguaios devem ser entendidas como algo seletivo, mutante e em constante disputa nesse ambiente fronteiriço.

Uma vez definido tais limites, ambos os países incorrem em equívocos e de tal maneira em suposições conspiratórias que escapam da alçada de uma historiografia “realista”. A população que vive nesse território fronteiriço alimenta tais suposições e associa tanto ao Brasil quanto ao Paraguai interesses nacionalistas, sendo discutidos limites fronteiriços, soberania, cultura, território, identidade, idioma, moeda, enfim, uma gama de

anseios diretamente relacionado à consciência nacional. Entendemos que a formação dessas idéias, assim como dos Estados-nação na contemporaneidade, não se dá de maneira alguma de forma homogênea. Em um ambiente de fronteira em que as relações entre as pessoas exigem significações diferentes para os distintos segmentos dos agentes que o compõem, a noção de nação torna-se ainda mais complexa.

Existe nesse intrincado território fronteiriço não apenas afinidades e contrasensos entre as populações migrantes, mas também identidades híbridas e memórias em luta. Diversos grupos se constituem com diferentes projetos de vida, aparecendo até mesmo como um terceiro personagem entre o brasileiro e o paraguaio, o *brasiguai*; essa realidade complexa e mutante ultrapassa as questões meramente diplomáticas entre Brasil e Paraguai: ela comporta não apenas trajetórias e experiências únicas de vida, como também, de modo indissociável dessas mesmas trajetórias e experiências, um conjunto de memórias que devem ser entendidas como seletivas e em constante disputa nesse ambiente. As questões de cultura e identidade plasmam a constituição dessas memórias, como veremos a seguir.

### III – CULTURA E IDENTIDADE

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer ‘*nós*’, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem referem coletivamente como ‘*eles*’. (ELIAS, 2000, p.37-38).

O presente estudo aborda características peculiares aos dois países; mas, sobretudo, busca apurar um fenômeno que muitos percebem como a perda da hegemonia cultural paraguaia, ou mesmo a *desnacionalização identitária* de sua população. O entendimento dessa questão se dá sob a perspectiva de que há uma cifra equivalente de trocas, ou seja, de idas e vindas de brasileiros ao Paraguai e vice-versa. O que tentamos mostrar é que o percentual de brasileiros no país vizinho é grande no período recortado para a pesquisa, assim estaria havendo um processo de verdadeira ocupação e colonização brasileira de extensas áreas fronteiriças do território paraguaio.<sup>29</sup>

Em 1977, Domingo Laino publicou o livro *Paraguai: fronteiras e penetração brasileira*. Na versão espanhola dizia que:

não se pode observar sem preocupação o fenômeno que gera a expansão brasileira sobre os limites fronteiriços paraguaios: suas terras, seus recursos naturais, sua moeda, sua divisa, seu idioma, seus costumes, se encontram dentro de um acelerado processo de desnacionalização (LAINO, 1979, p. 07).

Na década de 1980, as preocupações de setores da sociedade paraguaia diziam respeito não apenas a um problema agrário que durante muito tempo se manteve sufocado pelo autoritarismo do governo ditatorial, e que nos últimos anos encontrara forças e resistência para eclodir; mas, sobretudo, problematizavam situações concretas da realidade fronteiriça, desde a infiltração estrangeira até a desidentificação ou a colonização cultural dos paraguaios.

---

<sup>29</sup> As estatísticas do período estudado por nós apresentam aproximadamente 10% de brasileiros no Paraguai; são várias as fontes que apontam nessa direção, embora apresentem números diferentes umas das outras, também acreditamos nessa estimativa de aproximadamente 450 mil brasileiros. Por outro lado há uma cifra equivalente de paraguaios no Brasil, mas devido as grandes extensões territoriais e demográficas eles não aparecem com tanto destaque como ocorre com os brasileiros no Paraguai.

O discurso do sociólogo paraguaio Ramón Fogel no final de 2006, praticamente após três décadas, mostra que essas preocupações persistem. Em seu relato sobre a questão, o sociólogo considera que o

Brasil es lo país más poderoso, es el país que más se expandió em toda la región, y entonces eso hace que facilmente nos colonicen; consiguen viren a integrarse a nuestro meyo cómo inmigrantes, si no vienem a colonizarnos haja que sosgladien las divisiones (...). Bueno, prolongan la dinámica de Brasil, la dinámica prolongada de Brasil, este es un fator important (...). Brasil es más poderoso de la región y nosotros estamos bastante vulnerable nesta asinmetria; esto hace que este tenga la tendencia a colonizarnos, y a esteriotiparnos (ENTREVISTA. RAMÓN FOGEL, 2006).

Fogel externaliza aspectos múltiplos da interferência brasileira no Paraguai; faz ver que a “colonização” brasileira do Paraguai fortalece a representação do Brasil como uma potência regional, fazendo valer a sua dinâmica no país vizinho, havendo um prolongamento ativo da sociedade e da cultura brasileira em terras paraguaias. Sobretudo, aponta a construção de estereótipos que sustentam essas divisões, pois os brasileiros tendem a estereotipar a população paraguaia por causa da vulnerabilidade do seu país. Com efeito, essa estereotipia, como tem presenciado, alude a diferenças econômicas, étnicas e históricas que supostamente atestariam a “superioridade” dos brasileiros sobre os paraguaios. Entre outros fatores, o que fica evidente é a preocupação do sociólogo com a falta de harmonia, coesão, proporções regulares, enfim não há igualdade e simetria nas relações entre Brasil e Paraguai.

Nesse contexto, muitos são os fatores presentes, compreendendo até mesmo um sentimento xenófobo bastante acentuado. Esse sentimento pode representar, em uma parte da população local, certo desprezo e medo por uma população que não se integrou de fato à sociedade paraguaia, mas que também não é integrante da sociedade brasileira. Essa ambigüidade identitária, ou identidade ambígua, dos brasiguaios é motivo de dificuldades classificatórias e, em conseqüência, gera certo desconforto para com a sua presença no país. Laino mostra sua preocupação quanto a isso, ao dizer que “*o território de quase toda a fronteira do país com o Brasil está sob o domínio de sociedades e pessoas de nacionalidade brasileira*” (LAINO, 1979, p.35). Isso leva a cultura brasileira a prevalecer em vários aspectos sobre a cultura paraguaia.

A referência ao grande número de brasileiros no Paraguai é constante em várias fontes por nós utilizadas; tomamos aqui o exemplo do periódico *Ultima Hora*, em que o

Embaixador brasileiro no Paraguai, Luiz Augusto de Castro Neves, refere-se aos números de imigrantes brasileiros. No jornal, o embaixador

reconoce que no hay registros estadísticos precisos, pero las informaciones que maneja la diplomacia brasileña permite precisar el número de brasiguayos em aproximadamente 450.000 personas. De esta cantidad, el último censo solo conoce oficialmente 110.000 personas. Es decir, cerca de 340.000 están em situación ilegal (ULTIMA HORA, 27/09/2003, p. 26).

Na atualidade, o total de habitantes no Paraguai chega aproximadamente a 6,6 milhões de pessoas; portanto, esta quantidade de 450 mil brasileiros representa quase 7% do total. A grande maioria delas se concentra nos departamentos fronteiriços, ocasionando assim um superpovoamento de cerca de 80 a 90% de brasileiros em algumas cidades dos departamentos fronteiriços com o Brasil.

Conforme aponta o periódico paraguaio acima citado, há o reconhecimento desses números pelas autoridades, embora eles não aparecem nos censos populacionais; isso gera um problema ainda maior, porque se constata que a maneira como os brasileiros continuam adentrando as fronteiras paraguaias permanece na ilegalidade, como ocorreu na década de 1960, no início do movimento migratório àquele país. Ou seja, o movimento de população desrespeita as normas, acordos e a própria legislação instituída pelo direito internacional.

Nesse sentido, a observação de José de Souza Martins é interessante para pensarmos essa ocupação, pois o sociólogo leva em conta os elementos de estratificação e relação social que permeia o processo histórico. *“Os agentes humanos do deslocamento e ocupação da fronteira estão hoje divididos em classes sociais ou em grupos étnicos, contrapostos por conflitos mortais pela terra. As mentalidades são outras, como são outras as relações sociais”* (MARTINS, 2002, p. 664). O autor apresenta um mapa violento em muitos desses deslocamentos, o que não comporta uma maior discussão nesse momento, mas que já destacamos anteriormente.

De modo geral, a situação apresenta problemas semelhantes ao que ocorreu em outros países, quando um determinado grupo manteve e impôs uma estrutura cultural distinta ao ocupar um espaço, representando uma ameaça à identidade local enquanto grupo étnico. Pode-se notar melhor esse ponto nas palavras de Horácio Capel, para quem,

la llegada de fuertes cifras de inmigrantes puede provocar muchas veces sentimientos de miedo y rechazo. Los llegados pueden generar desempleo, sobrepoblación, aumento de la marginación, conflictos culturales cuando son tan numerosos que amenazen la identidad cultural del grupo receptor (CAPEL, 2001, s/p).

Não é o caso de refletir sobre a permanência de costumes sem alterações, mas sim como é feita a integração social e cultural no país vizinho, integração esta diretamente ligada a questões identitárias. As principais diferenças que se estabeleceram entre os migrantes brasileiros naquele país, em grande parte já vinham sendo historicamente construídas no Brasil, especialmente as diferenças entre nortistas e sulistas; ao migrarem para o Paraguai, essas e outras diferenças culturais continuam a se produzir, ou a se reproduzir.

Para Martins, isso permite conhecer melhor

quais são os limites à disseminação da vida privada na fronteira e quais são as dificuldades a que a vida cotidiana saia dos limites estreitos da rotina e do costume para se desdobrar no que se poderia propriamente chamar de expressões da cotidianidade (MARTINS, 2002, p. 681).

Percebe-se que estamos em face de processos históricos e sociais nessa transitoriedade fronteiriça.

A integração à sociedade paraguaia respondeu a pautas distintas, dependendo do volume de indivíduos e famílias que compunham os grupos migrantes e suas comunidades em um ou outro contexto regional, bem como a posição que esses mesmos grupos assumiram na respectiva estrutura social. Observa-se uma tendência geral à manutenção da cultura de origem, impondo-se a identidade do migrante sobre os tênues fatores de mudanças culturais.

A tendência de manutenção de traços culturais teve lugar preferentemente nas regiões de fronteira e nas comunidades em que predominavam grupos de ascendência européia, fenômeno característico do sul do Brasil. De fato, percebemos isso na região sul do departamento de Alto Paraná, que possui mais de 80% dos habitantes oriundos do sul do Brasil. Nessa zona da fronteira, os elementos da cultura destes grupos sul-brasileiros se mantêm com grande força frente aos de outros grupos étnicos, sejam do norte do Brasil, ou mesmo grupos de paraguaios.

Quanto à essa permanência e imposição de costumes aos paraguaios, Fogel nos dá um parecer importante de suas análises sobre o assunto. Nas palavras do sociólogo, A discriminação de paraguaios por brasileiros constitui um caso *sui generis* na literatura sociológica.

Nosotros somos minoria en la Argentina y nos discriminan; somos minoria en España y nos discriminan; somos minoria en Itália, en Estado Unidos; a nosotros nos discriminan en



nosso proprio país, verdad? Pero, siendo todavia la mayoria, es un caso unico en la literatura que yo conosco e que tengo leido. He gastado mucho de mi tiempo leyendo y no encontré un caso de un país cuyo habitantes son tan discriminados en su proprio país por inmigrantes extranjeros; este es un caso único. (ENTREVISTA. RAMÓN FOGEL, 2006).

A vulnerabilidade paraguaia e o prolongamento das dinâmicas nacionais brasileiras dentro do país vizinho fazem com que se ultrapassem as tendências culturais, identitárias e étnicas. Ao analisar as fontes, é perceptível o fenômeno narrado pelo sociólogo e como se dão as ações degradantes em relação aos habitantes paraguaios, pois eles sofrem a falta de uma melhor ou maior integração; isso tudo é fruto de um erro inicial do modelo stroessnista de ocupação em seu próprio país, pois impulsionou a discriminação juntamente com o crescimento demográfico, agrícola e econômico. Esse fato atesta o que se pontuou mais acima, que há em muitos aspectos uma falta de simetria entre os dois povos.

Esse processo é visto como sendo o resultado da política migratória implantada pelo governo ditatorial paraguaio; a política dirigida impulsionou a imigração indiscriminada, permitindo o povoamento de novas colônias, em praticamente sua totalidade, por brasileiros, e com uma diminuta participação da população paraguaia. Nem mesmo com equiparações numéricas posteriores, que tentaram re-equilibrar as proporções populacionais, nem mesmo isso alterou as atitudes discriminizantes dos brasileiros para com os paraguaios.

No departamento de Canindeyú, a situação quanto ao predomínio de fatores culturais trazidos pelos imigrantes brasileiros também segue um processo semelhante, especialmente em relação ao idioma, pois de cada dez pessoas, oito freqüentemente falam o português no cotidiano.

É importante percebermos que nas comunidades situadas mais ao norte de Alto Paraná e de Canindeyú, a interação com a sociedade receptora criou um ambiente socio-cultural mais aberto, que se dá em grande medida por ser um local de maior equilíbrio existente entre os distintos grupos sociais e étnicos de migrantes, não havendo um predomínio tão grande e evidente como no sul de Alto Paraná.

Segundo estimativas extra-oficiais, na colônia de Katueté havia na década de 1970 em torno de 60% de imigrantes brasileiros sobre o total da população. Nos anos posteriores, essa relação se equilibrou ainda mais, contribuindo para uma mediação mais igualitária entre os povos. Na atualidade, percebe-se que existe uma interação mais intensa

em Katueté, que pode ser considerado um exemplo de integração e união, não existindo ali grandes diferenças entre brasileiros e paraguaios, pois há uma luta por interesses em comum. Segundo a escritora e professora Fernanda Feliú de Soto, um exemplo disso se deu no momento em que a população lutou pela emancipação de Katueté. Houve grande entrosamento, união política e cumplicidade entre os cidadãos, para que a emancipação se tornasse possível. Alguns defendem que Katueté é o lugar onde melhor se deu a integração entre brasileiros e paraguaios, dentre todas as regiões fronteiriças (Cf.: FELIÚ DE SOTO, s/d. p. 75).

Experiências como essas mostram que a interação em uma comunidade, num determinado contexto local, entre grupos sociais e étnicos diferentes se torna mais aberto e dinâmico quando envolve uma ação coletiva, sustentada em interesses e motivações amplas, e que se localizam acima dos interesses e valores específicos dos grupos ou setores isoladamente. O sentido de comunidade mostra que há um reforço identitário em relação ao local onde estão residindo, bem como uma aproximação cultural com os povos originários ou já existentes no local.

Nesse sentido, para Stuart Hall,

a idéia de cultura implícita nas “comunidades de minoria étnica” não registra uma relação fixa entre Tradição e Modernidade. Não permanece no interior de fronteiras únicas nem transcende fronteiras. Na prática, ela refuta esses binarismos. Necessariamente, sua noção de “comunidade” inclui uma ampla gama de práticas concretas. Alguns indivíduos permanecem profundamente comprometidos com as práticas e valores “tradicionais” (...). Para outros, as chamadas identificações tradicionais têm sido intensificadas (...). Para outros ainda, a hibridização está muito avançada — mas quase nunca num sentido assimilacionista. Esse é um quadro radicalmente deslocado e mais complexo da cultura e da comunidade do que aqueles inscritos na literatura sociológica ou antropológica convencional (HALL, 2003, p. 75-76).

O caso da luta em comum em Katueté que uniu nativos e imigrantes, fez com que se alcançasse a autonomia distrital e municipal, nesse processo de luta política, muitas diferenças e rivalidades foram — ao que parece — deixadas de lado, criando-se um ambiente propício a trocas e assimilações culturais mais intensas e simétricas, conjuntura que perdura até a atualidade.

Sem dúvida, os processos de convivência interétnica são complexos e estão expostos a contradições de todo tipo, a marchas e contra-marchas. De qualquer forma, esses momentos de grande interação ou integração comunitária na vida cotidiana marcam, no espaço local, situações importantes. De modo geral, a lógica complexa desse tipo de

processo evidencia uma maior difusão das pautas culturais dos atores sociais em maior número.

É compreensível que em praticamente todas as comunidades, tanto rurais quanto urbanas, em que os imigrantes são maioria, observa-se uma ampla difusão de “sua” cultura. Esta constatação se aproxima da realidade de qualquer uma das colônias de Alto Paraná, em grande parte de Canindeyú e também de Concepción. Em todas elas é notável a utilização corrente do idioma português no dia-a-dia, no comércio, nas ruas, nas casas, bem como uma massiva penetração dos meios de comunicação brasileira como emissoras de rádio e televisão, em uma dinâmica que projeta as festas, as atividades artísticas, culturais e até mesmo as campanhas eleitorais de algumas cidades fronteiriças do lado brasileiro, entre outras práticas.

Não podemos negar que esforços são feitos para que haja uma maior integração dos dois povos, especialmente onde as zonas de fronteira são repletas de imigrantes brasileiros, em alguns lugares chegando a mais de 90%. Os agentes religiosos das igrejas são de extrema importância nesse contexto, pois buscam facilitar e estimular a interação e a integração entre os distintos setores e grupos comunitários; mas nem sempre os fatores destinados a tais aspectos religiosos obtêm por vezes os resultados esperados.

Por exemplo, em Santa Rosa, no departamento de Alto Paraná, e em Katueté, no departamento de Canindeyú, observa-se um importante esforço das Igrejas Católica e Luterana por integrar as comunidades brasileira e paraguaia, não apenas no campo religioso e ecumênico, como também nas ações dentro da comunidade.

O que primeiramente percebemos é que há resistência à uma possível perda da identidade brasileira em solo vizinho, enquanto cidadãos brasileiros. Isso se reflete em várias práticas sociais cotidianas, como por exemplo, de fazer os Registros de Nascimento dos filhos recém-nascidos no Brasil, isso quando não se faz os partos em alguma cidade fronteiriça no lado brasileiro.

Há problemas que aumentam os desafios de uma maior interação; percebe-se que muitos brasileiros que possuem condições monetárias mais favoráveis enviam seus filhos para estudar no Brasil, ou mesmo os agricultores que enviam suas esposas para acompanharem os filhos por algum tempo nos estudos no lado brasileiro. Isso ocorre em grande parte por falta de centros educativos mais “desenvolvidos” no Paraguai, ou mesmo pela inexistência de uma continuidade educacional nas colônias paraguaias, ou ainda pelas

dificuldades relacionadas à aprendizagem das crianças no idioma e cultura estrangeiras, dada a própria inexistência de uma integração mais sólida e efetiva.

Notamos a preocupação com os estudos das crianças em diversas entrevistas realizadas com pessoas que moram ou moraram no Paraguai e que atualmente estão no Brasil. Elizete T. Pancera relata diz que morou

dezoito anos no Paraguai; eu morava no Paraguai, tenho terras ainda lá; [hoje] moro aqui, vim aqui por causa das crianças, estudar, só por isso [...]. Dai já faz dois anos que eu passei pra cá, para as crianças estudarem, que lá não tem como, têm aula mas é... eles não aprendem, não é, as crianças. Os professores não ensinam as crianças lá, por isso que nós mudamos pra cá; foi só o estudo. (ENTREVISTA. ELIZETE TEREZINHA PANCERA, 2003).

Percebemos que há juízos de valor para com o sistema educacional paraguaio, em que o senso comum supera as reais formas de aprendizagem existentes naquele país. Em outra entrevista, Maria de L. P. Berno nos dá seu parecer sobre sua condição aqui no Brasil; ela narra que veio *“pra cá por causa do estudo da menina; mas lá, lá pra nós o futuro é melhor lá do que aqui [...] É que lá só tem até a sexta [série], daí não tinha mais lá; e a gente veio pra cá, pra ela estudar.”* (ENTREVISTA. MARIA DE LURDES PALUDO BERNO, 2003, grifos nossos).

No discurso da entrevistada supra citada, a preocupação com a continuidade nos estudos da filha se mostra presente, uma vez que no Paraguai havia apenas até a sexta série. Somado a isso surgem outros fatores que, segundo as fontes, tornam a aprendizagem um tanto quanto difícil para os descendentes de brasileiros no Paraguai. Quanto ao idioma, há uma difusa resistência a aprender e bem utilizar esta língua “estranha”; quanto ao sistema educacional, em geral os imigrantes brasileiros julgam que promovem uma educação escolar deficiente; eles responsabilizam os professores paraguaios sem maior formação — o que, diga-se de passagem, atualmente vem se alterando de maneira gradativa.

A experiência de vida das pessoas envolvidas diretamente nesse complexo processo de busca de interação é importante para nos dar uma visão mais ampla e profunda das circunstâncias sociais vividas nessas localidades paraguaias, bem como da memória coletiva que aí se produz.

Estamos perante um processo sócio-cultural complexo, de interação e integração. Necessariamente, ele requer certo tempo para que o transcurso comum atenda às expectativas dos dois povos, ou seja, além de algumas gerações; há também a questão

identitária arraigada nos imigrantes, e talvez seja esta uma das maiores barreiras a ser “vencida”.

Um dos principais problemas é o dilema que se percebe no imaginário dos imigrantes para com os camponeses. Este por vezes aparece como um dos obstáculos da interação social, pois os camponeses são marginalizados e em grande parte submetidos pelos imigrantes, especialmente por causa da exclusão, do acesso a terra, bem como, a precariedade nos trabalhos assalariados para com essa categoria.

Além do caráter estrutural, existe também a marginalização da índole cultural e ideológica, que consiste em diversas manifestações racistas, que os mais privilegiados sustentam em relação aos menos favorecidos. Este tipo de ação vem diminuindo e perde cotidianamente sua força. As comunidades brasileiras, nesse contexto onde os grupos de migrantes são equiparados, relativamente pouco maiores ou pouco menores que as comunidades nativas, vivenciam um processo de interação social mais aberto e dinâmico, especialmente onde existem vínculos de dependências entre os atores sociais.

As questões identitárias passam então por uma adaptabilidade cultural, permeando nesse conjunto, o idioma, a religião, a etnicidade, enfim uma ampla gama de costumes, hábitos, práticas e representações. Entendemos a identidade social erigida para comportar a sustentação das relações sociais, antropologicamente permite que a pessoa se torne similar a si mesmo e diferente dos outros, o que implica todo um sistema de representações do passado, de comportamentos de hoje e de formação de idéias para um possível futuro. A identidade cultural sendo a partilha de uma mesma essência entre os diferentes indivíduos. Em todos os casos percebe-se que a identidade não existe e não pode ser construída sem a diferença, isto é, sem o “*outro*”.

A diversidade é algo presente em todo território paraguaio, sejam etnias, línguas, moedas, educação, meios de comunicação, religiões, comidas, músicas, danças, costumes comunitários, questões políticas, entre outros, as relações entre brasileiros e paraguaios é um processo em pleno desenvolvimento.

### **3.1 – Cultura: reflexões acerca das fronteiras**

A análise sobre a fronteira nesse espaço não se dá especificamente como limite territorial como já denotamos. Procura refletir os diferentes aspectos de fronteiras, sejam

étnicas, políticas, territoriais, entre outras. Iremos nos ater aqui a discussão cultural que perpassa essas variadas conotações fronteiriças entre Brasil e Paraguai, aparecendo fatores comuns e incomuns da realidade fronteiriça na população que transita no espaço estudado.

Para minimamente entender a cultura refletimos sobre as questões da teoria da história cultural, que é imprescindível para a compreensão da pesquisa, e pensar nos vários teóricos que designam densos trabalhos para discutir a cultura, as práticas culturais ou ainda a história cultural no mundo acadêmico, elaboramos a discussão na intenção de situar os atores históricos no espaço social estudado.

Para abrir o diálogo teórico em torno da cultura, utilizo as idéias de Edward Tylor. Citar na íntegra Tylor é um tanto quanto complicado, pois suas definições são trabalhadas desde os primórdios do século XIX, e se encontram esparsas ao longo de sua obra, o que nos leva a parafrasear seus principais conceitos, sem deixar de lhe conferir as idéias essenciais aqui posteriormente discutidas.

Para este autor a cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, tanto no plano concreto ou imaterial, artefatos e objetos até idéias e crenças, compreendendo todo o complexo de conhecimento e toda a habilidade humana empregada socialmente, ou ainda o comportamento apreendido de modo independente da questão biológica.

A partir da constatação de Tylor, e sem descartar outras percepções sobre a cultura. Outras áreas das ciências humanas e sociais começam a trabalhar as dimensões culturais na humanidade, com a intenção de melhor compreender o comportamento social, tais como a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia, entre outras, mexendo até mesmo com as teorias evolucionistas que defendiam que todas as culturas passavam pelas mesmas etapas ou estágios em um desenvolvimento que se dá – para eles – desde uma fase primitiva até uma fase mais avançada.

A crítica à teoria evolucionista foi inicialmente elaborada por Franz Boas no início do século XX. Boas utiliza-se da aproximação entre História e Antropologia para explicar a diversidade cultural humana. A partir das análises de Boas a cultura não é vista mais de forma hierarquizada como queria a biologia. Ou seja, os comportamentos culturais não são predeterminados pela natureza, mas sim por conjuntos socialmente compartilhados de técnica, práticas, símbolos, valores.

Assim, não podemos mais falar em culturas atrasadas ou obsoletas, o que existe são diferentes culturas, todas com estruturas próprias que mudam. Em suma todas as

culturas são dinâmicas e muitas delas estão em interação como é o caso em grande parte das culturas de fronteira.

É comum atribuir o termo cultura para definir certa produção. Podemos falar de cultura erudita, cultura de massa, cultura popular e assim por diante, é importante atentar a esse fator, pois cada qual possui conceitos próprios e que determinam seus grupos sociais ativos.

Perceber os grupos sociais ativos na fronteira aproxima o diálogo das reflexões de Homi K. Bhabha. O autor se propõe a discutir esses *locais de cultura* a partir da fronteira, como um ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente, um momento de trânsito em que o espaço e tempo se cruzam para produzir figuras de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão, nos dando uma sensação de desorientação, formando dessa maneira os entre-lugares.

Aborda a complexidade multicultural refletindo sobre os deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, da migração pós-colonial e da diáspora cultural e política. E nesse sentido, é que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento dissimilar na transitoriedade, esse deslocamento pode ser utilizado no contexto Brasil e Paraguai.

Para Bhabha;

Mais uma vez, é o desejo de reconhecimento, “de outro lugar e de outra coisa”, que leva a experiência da história além da hipótese instrumental. Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como interação, a re-criação do eu no mundo da viagem, o re-estabelecimento da comunidade fronteiriça da migração. O desejo de reconhecimento da presença cultural como “atividade negadora” (...) afina-se com minha ruptura da barreira do tempo de um presente culturalmente conluiado (BHABHA, 1998, p. 29).

Entender o duplo discurso da ambivalência especialmente entre espaço e nação, isto é, a disseminação em um ambiente de duas esferas em movimento, abordando a cultura como ato presente, e cada vez que ocorre, toma posição na temporalidade efêmera que habita o espaço.

A discussão mais acentuada que Bhabha estabelece, se dá na diferença cultural, e é confrontada com uma disposição de saber ou com uma distribuição das práticas que existem lado a lado, designando uma forma de contradição social que deve ser negociado em vez de negado.

O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação da minoria, que resiste à totalização e introduz no processo de julgamento e interpretação cultural aquele choque repentino do tempo sucessivo, da significação, ou a interrupção da questão suplementar. Tal processo exige uma temporalidade cultural que é tanto disjuntiva quanto capaz de articular formas de atividades que são ao mesmo tempo nossas e outras.

Discutir a complexidade do conceito de cultura e sua localização em meio a movimentos que parecem acontecer naturalmente, como no caso com a migração e imigração entre Brasil e Paraguai, e no interior desse processo a presença de um terceiro “elemento” que é o brasiguai, para isso temos que definir as percepções da representação. Buscamos minimamente ao menos aqui mostrar como isso está presente na história e na sociedade, e seus níveis de abrangência na historiografia de modo geral.

Neste sentido Roger Chartier diz que:

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (...). Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas curtas – muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Muitas das escolhas metodológicas utilizadas por Chartier ao trabalhar as noções sociais das representações na cultura apóiam-se em grande medida no trabalho de Pierre Bourdieu, especialmente na *‘crítica social’*, pois a sociedade produz práticas e estratégias que se impõem, e estas não são discursos neutros, são antes de tudo colocadas em um campo de concorrências e de competições, fazendo com que se compreendam os mecanismos pelos quais os grupos impõem-se, ou tentam impor-se.

Nas nossas investigações sobre o espaço fronteiriço e as práticas culturais buscamos situar o espaço social que é o seu, ou seja, as especificidades do presente na cultura compreendendo-a interligada com as teorias da história cultural. Para Chartier

a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições



estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado (IDEM, p. 16-17).

Podemos compreender melhor a partir das postulações de Chartier a difusão das práticas culturais em um dado espaço, como no caso em análise, entre Brasil e Paraguai, entender os comportamentos que são partilhados pelo conjunto da sociedade, nem sempre de maneira igual de uns com outros, mas se praticam e se interiorizam entre os agentes sociais em trânsito na fronteira. A “função” da cultura nestes casos é entre outras coisas consentir uma adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive ensinando-a a seus descendentes.

A conceituação da cultura é variável e também um dos principais termos discutidos dentro das ciências humanas, várias ciências procuram desde o século XIX, limitar suas definições. A Antropologia, por exemplo, se constituiu enquanto disciplina científica em torno do conceito de cultura, mas as áreas são diferentes, os resultados são diversos, ocasionando visões múltiplas e até muitas vezes contraditórias, dentro de uma mesma disciplina. A interdisciplinaridade vem sendo de extrema importância nas reflexões do termo.

É interessante perceber como Robert Darnton fala desses desvios que assombram as mais diversas teorias, o termo cultura integra suas preocupações quando faz reflexões em um olhar interdisciplinar entre História e Antropologia o autor trata-a de

coisas que deslizam entre as categorias, que se encavalam nas divisões ou se espalham para fora das margens, ameaçam nosso senso básico de ordem. Solapam-nos o terreno epistemológico. Essas coisas são potentes e perigosas. E também possuem um nome, pelo menos na antropologia: são tabu (DARNTON, 1990, p. 290).

A cultura, a história cultural e as práticas culturais são amplos campos de pesquisas e perpassam as mais variadas áreas de análise em diferentes tempos e espaços, o que dá a impressão de um tabu, ou melhor, de um termo indefinido. Peter Burke em seu livro *“Variedades da história cultural”*, esclarece que *“não há concordância sobre o que constitui história cultural, menos ainda sobre o que constitui cultura (...), a história cultural não tem essência. Só pode ser definida em termos de nossa própria história”* (BURKE, 2000, p. 13).

Até o momento nossa intenção foi trilhar um caminho teórico sobre a cultura para posteriormente inseri-la nas práticas culturais por meio das fontes no ambiente de fronteira

entre Brasil e Paraguai, atentando às diferentes formas dessa construção ser elaborada cada qual com suas especificidades.

Incluimos as expectativas da pesquisa em sentido maior de análise de modo pelo qual se reconhecem as culturas por meio de projeções não apenas de identidade, mas também de alteridade, compactuando com as pretensões de Bhabha.

Talvez possamos agora sugerir que histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos – essas condições de fronteira e divisas – possam ser o terreno da literatura mundial, em lugar da transmissão de tradições nacionais, antes o tema central da literatura mundial. O centro de tal estudo não seria nem a soberania de culturas nacionais nem o universalismo da cultura humana, mas o foco sobre aqueles ‘deslocamentos sociais e culturais anômalos’ (BHABHA, 1998, p. 33).

Percebemos a intenção de um sentido maior a estes estudos culturais, especificamente aqui em que os brasileiros e paraguaios que estão nas fronteiras sofrem adendos dos dois países, assim sendo as práticas culturais se misturam ou se elaboram, isso se dá em grande parte na tentativa de recriar o *modus vivendi* de seu antigo local em um outro espaço, sejam brasileiros no Paraguai ou paraguaios no Brasil, motivando e alimentando uma ampla gama de variáveis culturais.

### **3.2 – Práticas culturais: multiplicação de variáveis**

O tratamento teórico acerca da cultura, da história cultural e das práticas culturais nos leva a uma discussão com variados e diferentes autores. Os discrepantes aspectos culturais perpassam as questões territoriais, sociais, políticas, étnicas. Enfim, a diplomacia das fronteiras enquanto espaço de limites controlados não são obedecidos quando falamos das dimensões culturais existentes nesses espaços de multiplicação de variáveis.

As práticas culturais existentes entre Brasil e Paraguai estabelecem-se também no campo simbólico, como costumeiramente encontramos em autores que discutem a temática. As análises das manifestações estão relegadas à interpretação dos símbolos por parte dos historiadores/pesquisadores que atuam nesses estudos.

Um exemplo é o historiador Peter Burke, que ao se debruçar sobre os estudos culturais no final do século XX e início do século XXI, em diferentes recortes pesquisados, seja na Europa ou na América Latina, frisa que:

o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras (BURKE, 2005, p. 10).

O cotidiano das pessoas que vivem no espaço fronteiro entre os dois países é algo que nos dá a imprecisão dos aspectos culturais e procuram fazer parte de um país ou de outro, pois a difusão de práticas entre os atores sociais não se limitam oficialmente como quer a História Diplomática.

Trabalharemos as práticas culturais obedecendo tanto ao que se localiza no campo das representações simbólicas, o que parece estar mais presente nas manifestações artísticas. E também o que ocorre na vida das pessoas diariamente, as manifestações cotidianas são essenciais para refletirmos e entendermos a difusão das práticas culturais no complexo movimento fronteiro.

Para mostrar isso, iniciamos com um exemplo que não se fixou propriamente na fronteira; utilizamos espaços inseridos no território paraguaio como a colônia de Santa Rita, onde existe uma grande parcela de imigrantes originários do Rio Grande do Sul. Na localidade há um Centro de Tradições Gaúchescas (CTG) denominado de Índio José. Trata-se de maneira geral de um clube social que mantêm as tradições culturais da região sul do Brasil, mais especificamente do Rio Grande do Sul.

Nas palavras do presidente do CTG de Santa Rita, esses centros existem por que.

nosotros adoptamos – pensando en el bien de la familia – un club, pensando en tener un local donde podamos confiar la diversión de nuestra familia (...) y cultivar la tradición gaúcha, que es una cosa seria. Se cultivan las cosas buenas de antiguo: la seriedad, la honestidad, el respeto...” (Relato do Presidente do Centro de Tradições Gaúchas CTG da Localidade de Santa Rita no Paraguai. *Citado por* GALEANO E YORE, 1994b, p.98).

Há a busca de valores para manter alguns costumes, o que percebemos na passagem acima denota como o cultivo de “*la tradición gaúcha*”, mesmo que estejam vivendo em um outro país, como é o caso dos CTG’s no Paraguai, que nasceram com os brasileiros naquele país.

As práticas culturais gauchescas do sul do Brasil se reproduzem nesse espaço em âmbitos variados e compactuam com a participação das pessoas mais influentes do Paraguai externalizando aspectos brasileiros como é o caso das vestimentas que obedecem certos rigores, como a bombacha e o vestido de prenda. A alimentação que é composta

basicamente com a carne assada, ou seja, o churrasco. Hábitos cotidianos que não obedecem simplesmente aos encontros nos clubes, mas que são compactuados entre os povos dos dois países como o chimarrão<sup>30</sup>, são alguns exemplos que mostram visivelmente que os costumes de um povo é compartilhado com o outro, logicamente não subentende-se uma totalidade.

Ao mesmo tempo em que notamos certas manifestações compactuadas entre brasileiros e paraguaios não podemos deixar de perceber que nem tudo se ajusta com facilidade. O Pároco de Naranjal faz suas observações em torno dos aspectos culturais entre os dois povos no Paraguai, mais propriamente na sua localidade.

Hay que decir no hay la integración de verdad. Hay una cultura totalmente diferente entre los paraguayos y los brasileños, la lengua es diferente, la tradición diferente, la fe diferente. Todo eso hace que, cuando hay un encuentro, una charla, todo el grupo está escuchando, está participando. Cuando hay una cena, puede ser que estén allí juntos, más terminada, brasileños e paraguayos... se separan. También está la mentalidad (...). Los brasileños conservan su tradición y cultura; los alemanes hablan el alemán en casa; los italianos y polacos un poco menos. Los paraguayos hablan en guaraní en casa (...) Después también está el nivel cultural y económico. Ellos (los paraguayos) piensan que los brasileños tienen plata, pueden pagar. Los paraguayos, no. (Relato do Pároco da localidade de Naranjal no Paraguai. *Citado por* GALEANO E YORE, 1994b, p.100).

Com certeza as diferenças e as dificuldades acerca da aproximação dos dois povos existem e é complexo como denota o Pároco, mas por outro lado existe um profuso folclore entre os dois povos, nas rodas de tereré<sup>31</sup>, as anedotas, os ditados populares, as lendas, as superstições, a carne assada, o chimarrão, entre outros, sendo lembrados por eles. Há uma mescla de valores diferenciados entre ambos que proporciona um rico repertório cultural de fácil assimilação por causa das raízes latinas terem bases calcadas nesses costumes, e em meio a isso tudo, há a proximidade territorial da fronteira.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma forte característica de ritmos musicais e de danças herdada dos paraguaios: um exemplo fácil de perceber é o ritmo da polca paraguaia que se difere em parte da polca européia, e é uma exigência habitual nos bailes da região.

Outro exemplo é o chamamé, que é percebido como um autêntico estilo gaúcho, essa dança é originária de Corrientes na Argentina e seu acesso ao Mato Grosso do Sul foi

---

<sup>30</sup> Em síntese, seria o costume de tomar água quente com a erva-mate.

<sup>31</sup> Em síntese, seria o costume de tomar água ou sucos gelados com a erva-mate.

através do Paraguai, sofrendo várias alterações, o que o deixa muito próximo de uma polca paraguaia, pois possui um ritmo mais tênue do que o chamamé argentino.

Poderíamos citar vários exemplos de alguns aspectos culturais da música e da dança que tem um estreito ‘diálogo’ em certas regiões entre Brasil e Paraguai e, em alguns casos entre outros países da América do Sul, como a Argentina. Ritmos como a palomita, a mazurca, a polca de carão, a dança do chupim, entre outras.<sup>32</sup>

O sentido das expressões atribuído à produção artística como mostramos com as influências paraguaias da dança, não descartam de maneira alguma os hábitos alimentares em comuns, as bebidas, as roupas, as festas, as religiões, etc. Enfim, há uma gama de aspectos culturais que resultam primordialmente da diversidade cultural vivida com intensidade pelos dois povos, independente do país em que estejam, pois a cultura é composta por uma estrutura própria que se modificam e são dinâmicas.

As trocas culturais entre brasileiros e paraguaios, ocorrem especialmente ao longo da fronteira; nesse espaço ela atinge de maneira mais evidente as pessoas e se misturam havendo uma mescla cultural maior. Em muitos casos, chega a influenciar a própria identidade de um povo, não que seja uma alteração identitária completa, mas ocorre em alguns aspectos. O que se percebe é que há uma cultura fronteiriça significativa.

Quanto a essa tentativa de entender a cultura fronteiriça Peter Burke trabalha-a como

uma idéia..., atraente. Pode-se até mesmo dizer que é atraente demais, porque encoraja os usuários a escorregar, sem perceber, dos usos literais aos usos metafóricos da expressão, deixando de distinguir entre fronteiras geográficas e fronteiras de classes sociais, por exemplo, entre o sagrado e o profano, o sério e o cômico, a história e a ficção (BURKE, 2005, p. 152).

Burke nos alerta para os vários sentidos de fronteiras culturais, o que é importante perceber aqui são os dois sentidos que buscamos discutir ao longo da pesquisa. Em primeiro lugar o que dificulta a transposição cultural na fronteira entre dois povos. Para ele *“há pelo menos alguns obstáculos físicos, políticos e culturais, inclusive a língua e a religião, que diminuem a velocidade dos movimentos culturais ou que desviam para canais diferentes”* (IDEM, p. 153). As barreiras culturais existem, mas não impedem o trânsito dessas manifestações.

---

<sup>32</sup> Para um aprofundamento maior sobre isso, ver Revista Arca, uma divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande de 1993 p. 61-64.

Seguindo as reflexões de Burke atentamos ao segundo sentido de fronteira cultural que é oposta à primeira. Para o autor é “*um lugar de encontro ou zona de contato. As fronteiras muitas vezes são regiões com uma cultura própria, claramente híbrida (...). Em suma, as fronteiras são, freqüentemente, palcos de encontros culturais*” (IDEM, p. 154).

Os relatos das pessoas; especialmente do lado paraguaio são confusos, momentos de apreensão; não apenas por parte das pessoas que margeiam o Lago, mas também de nossa parte. O gravador as vezes se torna um instrumento que dificulta um melhor entendimento entre pesquisador e população, isso nos levou a abandonar várias vezes o recurso da fonte oral para não prejudicar e/ou influenciar podendo alterar situações pela mudança repentina das pessoas frente ao “aparelho”.

O adendo cultural para a maioria das pessoas “comuns e simples”, característica da população fronteira, não é entendido como algo que influencie ou possa promover encontros ou desencontros entre os moradores, seja do lado brasileiro ou paraguaio. Percebemos situações importantes no trabalho de observação em campo e em conversas sem o gravador, situações que seria difícil de fazer com tamanha proximidade de percepções cotidianas se traduzindo em ações diárias tendo o gravador em nossa presença.

Ao contrário do entendimento das pessoas quanto a seus *hábitos*, costumes, tradições, enfim, os comportamentos culturais que estão inseridos em seu adendo cultural pudemos concluir como já presumíamos, que a cultura interfere na condução de suas vidas diariamente. Em algumas situações passam a acompanhá-los determinadas coisas e ocasiões adversas ao seu anterior cotidiano, podemos dizer até mesmo desconhecidas, e que muitas vezes os moradores insistem em discordar de aspectos visíveis que os influenciam no seu dia-dia.

Além das danças e músicas paraguaias que se reproduzem enquanto ritmos e estilos no Brasil como já mostramos, e também das influências que os CTG's criam no Paraguai. Percebemos que na fronteira, mais especificamente na altura das divisas com o Estado do Paraná com o Paraguai criam-se *hábitos* que eram incomuns às suas populações.

A predominância de migrantes europeus com forte característica gaúcha no oeste paranaense logicamente faz com que se reproduzem culturas que lhes agradem nesse espaço. Logo, essa migração se estende ao leste paraguaio onde notamos muitas dessas semelhanças noutro território, fica evidente para nós o surgimento de costumes nativos dos paraguaios no cotidiano desses migrantes e estes insistem em negar tais influências.

Um exemplo fácil de perceber é a ingestão de tererê pelos migrantes e seus descendentes no oeste paranaense. Há pouco tempo, não havia o hábito de tomar tal bebida. Esse costume por sua vez deriva dos paraguaios, muitos gaúchos negam a incidência da bebida entre os seus no Paraná e até mesmo aos que estão no Paraguai, mas comprovamos que especialmente nas estações quentes a prática ocorre entre eles. É interessante frisar que há alterações na maneira de preparo do tererê no Paraná onde a maioria das pessoas prepara-o com sucos e/ou ervas temperadas.

A difusão do tererê no oeste do Paraná se deu em grande escala nos últimos anos e está havendo uma procura ainda maior por parte da população para adquirir conhecimento e saber os *modos e maneiras* de elaborar e de ingerir a bebida. As pessoas passaram a adquirir ervas, cuias, bombas, compotas para água, diretamente no Paraguai e entre os paraguaios. Ou seja, há uma inserção da cultura paraguaia neste aspecto se enraizando fortemente no oeste paranaense, embora reconheçam que em alguns aspectos esse costume é reproduzido de maneira diferente até mesmo se adequando às realidades, necessidades e ao gosto das pessoas que praticam o *hábito*.<sup>33</sup>

O chimarrão não é tão comum para os paraguaios de origem como o tererê se tornou para os brasileiros nas regiões fronteiriças, mas há muitos paraguaios que gostam e diariamente separam o mate amargo para ingerir. Embora o chimarrão não tenha atingido a mesma popularidade e proporção como ocorreu com o tererê, não podemos negar que há incidência entre os paraguaios fronteiriços que também praticam o hábito.

Definir o que pode ou não pode ser uma prática cultural não é nosso intuito aqui, trabalhamos alguns fatores que possam nos auxiliar na compreensão desse movimento transitório na fronteira, não apenas de pessoas, mas escolhendo o que melhor conseguimos notar em suas vidas no cotidiano. Os hábitos alimentares sem dúvida compreendem uma ampla e importante gama de aspectos culturais entre as pessoas dos dois países.

O churrasco tendo por base essencialmente a carne assada é típico no sul do Brasil e em praticamente todo o sul da América do Sul. Compactam desse hábito outros países, o que colabora ainda mais para aumentar a incidência da característica dos pampas, onde a

---

<sup>33</sup> Num primeiro momento defendíamos a idéia da originalidade do modo de preparar, bem como dos ornamentos utilizados na ingestão da bebida. Posteriormente, percebemos que a idéia de originalidade não comporta a totalidade das explicações que buscávamos para entender este fenômeno. Ou seja, entendemos que os aspectos culturais são mutáveis e transitórios e sua disposição se ajusta ou se adapta ao ambiente e as pessoas que as cultivam. Nesse aspecto conseguimos transpor a idéia de transitoriedade que trabalhamos na pesquisa.

tradição da criação de gado é muito forte e comum, entre esses podemos citar o Uruguai e a Argentina.

Em relação a essa reprodução das práticas culturais e as alterações possíveis de ser elaboradas nessas manifestações, Bourdieu nos mostra um ponto de vista interessante na tentativa de destacar sua reação; há algumas idéias rígidas sobre as regras culturais desse autor que conforme afirma Peter Burke, ele:

examinou a prática cotidiana em termos de improvisação sustentada numa estrutura de esquemas inculcados pela cultura tanto na mente como no corpo. O termo *habitus* foi tomado do historiador de arte Erwin Panofsky, para designar essa capacidade de improvisação” (IDEM, p. 77).

Acreditamos que nesse caso não se trate ainda de uma *improvisação*, mas sim a reprodução de costumes se adequando entre seus praticantes. Com isso podemos dizer enfim que a diversidade é algo presente em todo território paraguaio, sejam comidas, músicas, danças, costumes comunitários. Poderíamos trabalhar com um leque ainda maior de possibilidades de práticas culturais atingindo até mesmo etnias, línguas, moedas, educação, meios de comunicação, religiões, questões políticas, entre outros. Mostrar outros lugares e suas especificidades dentro do Paraguai em relação à história cultural, cultura e práticas culturais, aumentando a complexidade do que estamos aqui discutindo, porém deixamos em aberto um processo que está em pleno desenvolvimento que são as relações entre brasileiros e paraguaios.

### **3.3 – O outro: análises pertinentes**

O outro é visto por nós neste contexto como aquele que pertence a outro local, outro lado, outro idioma, uma cultura diferente, outro grupo social, outra moeda, um país estranho, enfim obedece há uma gama de “*outras*” possibilidades. Trabalhamos em nosso estudo além do campo específico da pesquisa historiográfica as abordagens sociológicas e também com viés antropológico que oferecem a possibilidade de um diálogo profícuo em relação ao assunto trabalhado.

Ao discutir o outro, a abordagem antropológica nos auxilia nesse amplo campo de conceitos que teorizam a identidade, que se dá através do outro, a partir do momento em



que reconhecemos o outro. O filósofo e linguista Tzvetan Todorov ao trabalhar as questões identitárias diz que:

falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. O assunto é imenso (...). Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou só *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos. Este grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os 'normais'. Ou poder ser exterior a ela, uma outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes não compreendo, tão estrangeiros que chego a hesitar em reconhecer que pertencemos a uma mesma espécie (TODOROV, 1999, p. 03-04).

Todorov dá noção de sua ampla concepção sobre identidade neste breve trecho, e segue chamando a atenção para uma tarefa que se pretende discutir sem poder concluí-la, pois a “*questão do outro*” é difundida em aspectos variados tornando-se impossíveis considerações fechadas acerca do tema. Nosso interesse é aproximar as teorias identitárias com as fontes e o objeto em estudo, sem o objetivo de elaborar uma discussão acabada.

Não é possível rotular as pessoas que vivem em trânsito na fronteira entre Brasil e Paraguai, pois a amplitude de fatores que as leva a passarem periodicamente esses limites não são aspectos apenas de mera compreensão das atividades que elas exercem nos dois países, mas sim uma gama de possibilidades que se produzem tanto no lado brasileiro como no lado paraguaio. Podendo ser possibilidades agrícolas, monetárias, pessoais parentescas, culturais, enfim uma série de probabilidades.

Isso minimamente denota a dificuldade de estarmos situando teoricamente os atores sociais com os quais trabalhamos, mas por outro lado a perplexidade nos orienta na medida de introduzi-los nos espaços e tempos de pesquisa.

Queremos dizer que não depende apenas da identidade de cada agente – como se fosse possível de fazer – mas antes e, sobretudo da alteridade, pois compreendemos que há interações interdependentes entre os indivíduos, permitindo que se afirme a existência individual mediante esses contatos. A dificuldade de postularmos uma exata definição compatível de compreensão da identidade das pessoas que estão em trânsito entre os dois países passa evidentemente pela discussão da alteridade.

Assim sendo as reflexões de Homi K. Bhabha nos direcionam na intenção de assumir uma determinada imagem em meio a essas transformações, levando em consideração a identidade e a alteridade.

A questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia auto-cumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, será para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação (...), é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem (BHABHA, 1998, p. 76-77).

Sob o ponto de vista de Bhabha há incertezas que ameaçam o desmembramento entre os atores sociais, e a identidade se torna um problema limiar que marca tal fissura.

Quando atentamos para o fato de inserir os atores sociais em determinado espaço e tempo, estávamos nos referindo há um possível limite e definir termos da identidade que dependem de limites para serem construídas, inculcando em que são em relação ao que não são. Conforme Laclau alerta ao se referir às *emancipações*, quando diz que “*não se pode afirmar uma identidade diferencial sem distingui-la de um contexto, e no processo de fazer a distinção, afirma-se o contexto simultaneamente*” (LACLAU, 1996, citado por HALL, 2003, p. 85).

Essa foi nossa preocupação nos capítulos anteriores: na medida do possível deixar transparecer as delimitações da pesquisa e dos atores sociais, sendo brasileiros, paraguaios ou brasiguaios.

O sentimento de pertencimento das pessoas para com os países que permeiam nosso estudo na maioria dos casos se dá de forma confusa, pois há várias questões que se engalfinham na continuidade de suas vidas e vêm de outros tempos e outros episódios havendo a continuidade desses sentimentos.

Na entrevista com Ivete Allig esse intrincado sentimento fica expresso em sua fala em vários momentos. Na tentativa de tornar mais linear o discurso da entrevistada iniciamos nossa análise pelos membros mais antigos da família de Ivete, para posteriormente chegarmos até ela e entender a complexidade do trânsito fronteiriço.

Eu não sei se você ficou sabendo, claro que ficou sobre aquela guerra do Paraguai, (...) então a minha avó naquela época, ela fugiu, do Paraguai com meu pai, ele tinha uns quatro anos (...). Então a minha avó veio embora com ele, e meu avô ficou guerreando na guerra, só que meu avô, o pai do meu pai ele morreu na guerra. E minha avó conheceu um brasileiro em Cascavel e se casou com esse brasileiro (...). E minha mãe é Argentina, por que ela nasceu na Argentina, mas a minha, a minha avó que é mãe dela, ela é italiana, vinda da Itália, vinda da Itália e morou em Argentina (ENTREVISTA. IVETE ALLIG, 2003).

A entrevistada remonta uma trajetória dos antecedentes próximos da sua família, denotando a perturbação que encontramos no ambiente fronteiriço. Com base no discurso dela podemos questionar séries múltiplas de possibilidades identitárias, uma vez que seus pais e avós compreendem nacionalidades discrepantes, seja de nascimento ou de criação por ter sido levado de suas origens por ordens diversas.

Em outro momento Ivete se insere neste conturbado contexto familiar de que descende e resume a situação, ou seja, a conjuntura se torna ainda mais complexa. Ela narra da seguinte forma:

E eu sou de família paraguaia né, por que meu pai é paraguaio e minha mãe é Argentina..., e já eu sou brasileira porque nós nascemos no Brasil né, mas assim nossa terra de origem é o Paraguai... Eu me sinto mais brasileira né porque eu nasci no Brasil né, eu me sinto totalmente, sou brasileira né (IDEM).

O sentimento de pertencimento a um, ou outro país, e aqui até mesmo um terceiro país, deixa transparecer a complexidade que se estabelece nas questões nacionais. Ao mesmo tempo em que seus pais não são de mesma origem, a sua própria nacionalidade não compactua com nenhum de seus antecedentes paternos, fortalecendo a idéia de que *“eu me sinto mais brasileira porque eu nasci no Brasil”*. Neste caso, o pertencimento nacional não relega aspectos alguns congêneres de sua natureza, mas o fato de nascer em um determinado país.

A migração constante que se observa nos relatos de Ivete Allig mostra que a identidade não é passível de conceituações únicas, mas transborda a contingência de possibilidades como muito bem expõe a Antropologia. Os atores itinerantes nessa fronteira procuram relembrar suas raízes familiares e com isso as viagens migratórias perpassam nossos espaços de análise, e vão em direção a Argentina e até mesmo para países europeus. Mesmo que essas problemáticas compreendessem nacionalidades e países únicos a definição identitária não se explica de maneira satisfatória.

A entrevistada constrói sua identificação; ela se considera uma brasiguiaia, pois reside em Porto Mendes e o marido trabalha como tratorista em uma fazenda no Paraguai, ela passa periodicamente o Lago para encontrarem-se, ele da mesma forma faz a passagem. Ela está no Brasil há aproximadamente onze anos e acompanha os estudos das crianças nas escolas brasileiras.

Sobre ser brasiguiaia Ivete conclui que:

eu acho que as pessoas vêm você..., assim..., olha..., as pessoas no começo né, eu acho que eles achavam esquisito né? Mas como não..., tem bastante né, aqui nós falamos brasiguaios né, tem bastante brasiguaião aqui em Porto Mendes né, então, acabamos se acostumando e as pessoas também né, se acostumaram com essa vida dupla da gente né (IDEM).

A entrevistada se sente brasileira e também se reconhece como brasiguaiã e tem percepção plena de como as outras pessoas que estão *estabelecidas* nesse local as vêm, o que a leva dizer que as pessoas se acostumaram umas com as outras, os brasileiros com os brasiguaios e os brasiguaios com os brasileiros.

Ao trabalhar este grupo social na fronteira entre Brasil e Paraguai o historiador José A. Campigoto leva suas reflexões ainda mais longe em relação ao local fronteiriço e aos sentimentos de pertencimento.

Podemos dizer que neste lugar periférico, em que vivem e pelo qual transitam sujeitos excluídos da sociedade brasileira e paraguaia (...). Imbricações que compõem um espaço fundamental para compreendermos tal fenômeno em sua pluralidade. Além disso, trata-se de um desvio que nos permite perceber a existência de uma história desenvolvida para além do circuito fechado pela sociedade, porque é protagonizada pelos excluídos, por sujeitos que não se definem como brasileiros nem como paraguaios. História construída por tantos outros indivíduos e grupos tais como os contrabandistas, as prostitutas, os atravessadores, os fugitivos, os pescadores de águas oficialmente alheias, os indígenas rebeldes e outros transgressores de diferentes tempos (CAMPIGOTO. In: SCHALLEMBERGER, 2006, p.17-18).

É nesse ambiente conturbado e perigoso que a identidade brasiguaiã vai se constituindo e segue sendo reconhecida e se reconhece enquanto um grupo social diferente dos demais, em um intenso movimento de atores sociais que circulam cotidianamente por este logradouro que é o Lago Internacional de Itaipu. As relações entre estes grupos muitas vezes ofuscam uma enormidade de conflitos de outras ordens, mas seus intercâmbios vão se fortalecendo, subsistem e estreitam as variáveis culturais não apenas entre os dois países, mas também no interior de cada grupo existente neste espaço.

Outra entrevistada nos dá a mesma noção de pertencimento com o país de origem, nasceu no Brasil e após viver dezoito anos no Paraguai com o marido que possui propriedades naquele país; atualmente ela reside em Porto Mendes para acompanhar os filhos nos estudos. Segundo ela “*a gente nasceu também aqui no Brasil né, tem que ser brasileiro né*”. (ENTREVISTA. ELIZETE TEREZINHA PANCERA, 2003).

O sentimento de ser brasileira não apenas faz com que a escolha de um local para morar seja importante, como no caso aqui em que as propriedades ficam em um país e a moradia em outro, mas acompanham outros fatores como os estudos dos filhos, por exemplo.

Em outra oportunidade Helena, uma paraguaia que está residindo há quatro anos em Guaíra, deixa transparecer seus sentimentos nacionalistas de pertencimento àquele país. Ela inicia seu discurso da seguinte forma:

eu nasci em Santa Rosa no Paraguai, cidade que meu avô botou o nome, ele chegou de Santa Rosa no Rio Grande e deu o nome pra cidade, e eu fui uma das primeiras crianças que nasceram ali naquela cidade. Depois o meu pai e a minha mãe foram pra Capanema, ficaram lá, uns três ou quatro anos e voltaram denovo [novamente] pro Paraguai (ENTREVISTA. HELENA DE ALMEIDA FRANZ, 2004).

O fato de ser uma das primeiras crianças descendentes de brasileiros nascida naquela região do Paraguai faz com que a exaltação de seus avós e pais na “conquista” por estes espaços enalteça seu sentido de pertencimento ao Paraguai. Foi possível perceber isso também nos brasileiros que trabalham naquele país, mas que moram no Brasil.

Quanto à sua estadia no Brasil, Helena nos fornece um panorama de sentimentos para com o país vizinho. Em um relato emocionante ela diz que:

é muito difícil pra mim me acostumar aqui no Brasil, tá meio complicado ainda porque é..., é muito diferente sabe..., tudo é muito diferente e eu amo mesmo o Paraguai, é o meu país, eu to aqui só emprestando um pouquinho do Brasil, daí o dia em que eu puder voltar, eu vou voltar com certeza (IDEM).

No relato percebe-se que há mudanças que vão de uma identidade pessoal passando para uma identidade cultural, quando diz que não “*consegue se acostumar no Brasil*”. Esse sentimento consiste na partilha de uma mesma essência entre indivíduos diferentes. Ela não consegue construir uma forma de “encontros” com os outros, com o diferente. Isso serve tanto individualmente quanto para grupos.

As diferenças que os outros partilham não atuam nas especificidades próprias de Helena; *percebe-se* esses problemas com sociedades multiculturais, pois abarca diferentes grupos. Para Stuart Hall:

uma sociedade multicultural sempre envolve mais que um grupo. Deve haver um referencial no qual os conflitos mais graves de perspectiva, crença ou interesse podem ser negociados, e ele não pode ser de um grupo (...). A diferença específica de um grupo ou comunidade não pode ser afirmada de forma absoluta, sem se considerar o contexto

maior de todos ou “outros” em relação aos quais a particularidade adquire um valor relativo (HALL, 2003, p. 84-85).

Parafrazeando Laclau e Mouffe (1985) que refletem sobre a questão identitária em espaços multiculturais, podemos dizer que toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é *‘um efeito de poder’*. Devendo assim haver algo exterior a uma identidade. E *“esse exterior é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja ausência ou falta é constitutiva de sua presença”* (HALL, 1996b, citado por HALL, 2003, p.85).

A diferença em relação ao grupo onde está atualmente residindo leva Helena a esta sensação de desconforto com a constatação de não estar se acostumando em outro país. Existem carências por não se sentir pertencida enquanto sujeito àquele contexto espacial, fazendo com que haja conflitos evidentes em sua maneira de agir ou mesmo por não interagir nessa sociedade multicultural. Sobre isso Laclau diz que;

sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta. Cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termos de seus outros. Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva (LACLAU, 1996, citado por HALL, 2003, p. 85).

Ao estabelecermos breves discussões com relação ao “outro” adentramos o terreno da “diferença” levando em consideração Brasil e Paraguai e os atores sociais que permeiam nossa pesquisa no ambiente de fronteira, com isso chegamos a uma discussão estritamente filosófica da lógica da diferença que minimamente pontuamos aqui.

Neste sentido para Stuart Hall.

A lógica da *différance* significa que o significado/identidade de cada conceito é constituído(a) em relação a todos os demais conceitos do sistema em cujos termos ele significa. Uma identidade cultural particular não pode ser definida apenas por sua presença positiva e conteúdo. Todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites (HALL, 2003, p. 85).

Ao trabalharmos a *“questão do outro”* podemos perceber que não dá simplesmente para dizer que se vive no Brasil e trabalha no Paraguai, ou se vive no Paraguai e trabalha no Brasil, parecendo este ser um movimento fácil de entender. Há questões ocultas como percebemos brevemente acima, que não são plausíveis de percepção

para as outras pessoas, há também fatores visíveis como, por exemplo, as dificuldades de travessia para essas pessoas que se denominam brasiguaios.

Quem possui propriedades no outro país sente as dificuldades, os medos, os receios de atravessar periodicamente as águas do lago na fronteira. Cobram sem expectativas uma maneira melhor de fazer a travessia, como balsas maiores, barcos mais seguros e assim por diante, mas ao mesmo tempo sabem que essa melhoria é quase impossível de ocorrer, pois a própria questão aduaneira não permite que isso se efetue.

A travessia atualmente é feita em frágeis barquinhos ou mesmo rabetas como são conhecidas entre eles, e esses meios de comunicação fluvial criam sua própria dinâmica fronteiriça em um vai e vem intenso, fundam-se lugares de encostas especialmente no lado paraguaio onde fica melhor não apenas de desembarcar suas tralhas, mas que se aproximam de suas propriedades naquele país.

Ao questionar sobre os problemas da travessia, uma entrevistada demonstra bem a sensação de medo.

Atravessamos de barquinho, que pra atravessar tem um barco..., o vento ah! Quando tem vento ai é perigoso Deus me livre, eu não sou tão medrosa, mas as meninas não atravessam quando tem vento, elas não atravessam..., quando vem aquele vento que vira pra lá e pra cá é perigoso (ENTREVISTA. CLEONICE APARECIDA MENEGOTTO, 2003).

Cleonice nos dá a versão de quem atravessa às águas mais de uma vez por semana, os riscos não são apenas materiais por causa da fragilidade dos barquinhos, mas também as tempestades, chuvas e ventos se tornam obstáculos constantes nas travessias.

Nessa discussão intrínseca com os diálogos dos atores sociais e a identidade, detectamos que a memória dos entrevistados está em disputa entre os lugares, bem como há uma ampla gama de seletividade de escolhas entre as possibilidades postas em análise. A identidade apresenta certa hibridização e permanece em luta, pois se caracteriza um grupo que apresenta outros projetos e que se formam nesses espaços entre os outros grupos sociais, não há consenso de ideologias, transformando-se em memórias divididas e identidades fragmentadas, pois a idéia de nação perpassa questões unívocas e introduz temporalidades performáticas nesse entre-lugar que é a fronteira.

A fronteira que assinala a individualidade da nação interrompe o tempo autogerador da produção nacional e desestabiliza o significado do povo como homogêneo. O problema não é simplesmente a “individualidade” da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria, alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado *internamente*

pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais de diferença cultural (BHABHA, 1998, p. 209-210).

A articulação das discussões elaboradas nesse item transcorrem nos diversos fatores que Bhabha dispõe. A identidade fronteiriça está diretamente ligada às problemáticas nacionais, a alteridade se mistura com a heterogeneidade da população que transita nesse espaço. A simbiose fronteiriça compreende muito mais do que os aspectos divisórios e políticos como quer a História Diplomática, denotando a auto-geração de uma dinâmica própria desse espaço que compreende o “outro”.

### **3.4 – Supremacia Paraguuaia e a luta pela hegemonia cultural e identitária**

Ao falarmos em supremacia parece estarmos relegando um denominado povo ou local a uma forte dominação por parte de outra sociedade ou nação. Até certo ponto esse termo designa uma conotação de precedente violência em que imperam o poder ou a autoridade suprema de uma origem sobre outra. Podemos falar em supremacia territorial, supremacia populacional, supremacia política, cultural, social, identitária, entre outros. Ou seja, a preponderância dos diversos aspectos apontados estão inseridos em um espaço que busca hegemonicamente se firmar enquanto cultura e identidade nacional na fronteira paraguaia.

Embora o sentido literal de dominação dado à supremacia indica fatores verídicos de poder e autoridade, o território fronteiriço paraguaio não sofre – digamos assim – uma carga violenta de características ascendentes brasileira. A questão territorial e populacional em grande parte do leste paraguaio é predominantemente de brasileiros como já pudemos verificar anteriormente, com aproximadamente 80% da população nos Departamentos de fronteira, especialmente Alto Paraná e Canindeyu. Essa proporção se comprova nestes locais, bem como com as propriedades de terras onde os cultivares de soja e milho em grandes extensões se apresentam com traços caracteristicamente brasileiros desde os moldes de preparo da terra até a colheita dos grãos, essa peculiaridade é visível.

Politicamente há de se ter claro estas questões que são totalmente diferentes, em que costumeiramente se confundem as *influências* políticas de uma localidade, cidade,



região ou departamento, pelos *mandos* políticos que estão em vigência nesses locais, estas questões provocam equívocos por parte das pessoas.

Percebe-se nessas regiões uma recusa da população paraguaia especialmente sobre as influências brasileiras na política, a obviedade dessa questão é evidente, pela própria contingência brasileira nestes locais. E essa particularidade é confundida pelo poder de mando, onde as autoridades políticas são paraguaias, embora muitas vezes descendentes de brasileiros. O que ocorre são reivindicações de origem brasileira, por se tratar de uma superioridade populacional em relação aos oriundos, sendo assim, os anseios brasileiros em território estrangeiro fluem com maior intensidade do que urge a população paraguaia.

A questão dos interesses políticos locais está diretamente ligada ao contingente populacional; essa premissa é verdadeira e se reproduz não apenas por brasileiros na fronteira paraguaia, mas em qualquer lugar democrático. Onde houver uma maioria que se empenha em alcançar determinados objetivos em comum, haverá um poder político que estará desempenhando atividades, obras, serviços, normas em favor da comunidade requerente, indiferente da nacionalidade do poder de mando, com a grande comunidade brasileira e descendente essa premissa se configura no Paraguai.

Territorialmente, o continente Sul americano está com suas divisões definidas há várias décadas, a hegemonia nacional de cada país é reconhecida internacionalmente.<sup>34</sup> Embora haja grandes extensões de propriedades de brasileiros e descendentes naquele país, em hipótese alguma há riscos de novas discussões sobre as fronteiras entre Brasil e Paraguai. A nação paraguaia possui hegemonia territorial e política na América do Sul e a soberania paraguaia é indiscutível dentro desses limites.

A década de 1990 marcou discussões intensas e a criação de projetos de leis que estabelecem zonas de segurança nas fronteiras territoriais da República do Paraguai e criam reservas, aos paraguaios, à propriedade dos imóveis situados nessas zonas. Posteriormente, a essas discussões o Congresso Nacional sancionou com força de lei as zonas de segurança.

---

<sup>34</sup> Embora afirmamos a hegemonia de cada país na América do Sul, temos a consciência de que alguns fatos isolados vem mexendo com as divisas postas de seus territórios. Um exemplo disso ocorreu entre Brasil e Bolívia tendo como protagonista a questão da exploração de gás natural. Outro exemplo pode ser dado como a “invasão” colombiana no território equatoriano na busca pelos narco guerrilheiros das FARC’s. Ainda há a política venezuelana que vem provocando discussões excêntricas na América Latina. Ou seja, defendemos a hegemonia de todos os países, mas sabemos que alguns acontecimentos têm provocado distorções nesse sentido em nosso continente.

As atitudes das autoridades políticas paraguaias referente a tais projetos e leis estão em concordância com a vigência dessas leis em outros países como ocorre no Brasil e na Argentina que obedecem a cerca de 150 e 100 quilômetros de fronteiras respectivamente, enquanto o Paraguai promulga uma reserva de 50 quilômetros protegendo assim sua faixa fronteiriça com os demais países e garantindo a propriedade dos imóveis ali situados aos paraguaios.

A supremacia territorial paraguaia garante em forma de lei as discussões feitas naquele país e que vem de longa data sendo prevista já em 1940 pelo Estatuto Agrário. Porém na época surtiam vários efeitos até mesmo duvidando do sentido de um projeto de lei com tal demanda, mas que já tinha um conteúdo e uma forma consagrada pela legislação, sendo assim a legitimidade da lei nos anos 90 se dispõe não de um breve debate momentâneo, mas de ações que perpassam décadas.

É importante perceber que a Lei de Zona de Segurança não tem como objetivo afastar o Paraguai dos países vizinhos, ou mesmo fechar suas fronteiras, pois tal lei presumiu a integração internacional dos países sul americanos. Mas por outro lado mostra o sentido de prevenção a eventuais perigos contra a soberania nacional paraguaia, que podem se constituir de várias maneiras até mesmo pela proximidade e fragilidade de suas fronteiras diplomáticas.<sup>35</sup>

O comportamento social das pessoas que ocupam os espaços turbulentos da fronteira se dá de maneira normal. Os conflitos políticos dificilmente afetam os moradores diretamente; o país vizinho oferece os meios que auxiliam a população na saúde, no transporte, na educação e em outros setores dentro de suas possibilidades. Os moradores descendentes ou que vieram do Brasil procuram auxílio nos municípios brasileiros especialmente ajuda médica e também para dar continuidade aos estudos dos filhos.

As ações da população que conhece o funcionamento de órgãos de auxílio no lado brasileiro não prejudicam o Paraguai, pois elas retornam ao país. Se vieram buscar auxílio para saúde retornam medicadas, se buscam dar continuidade aos estudos, retornam como mão-de-obra especializada ou como profissionais aptos ao mercado de trabalho.

Em contrapartida, o Paraguai oferece inúmeras oportunidades de negócios e trabalho. A simbiose na região de fronteira entre os dois países especialmente entre as populações que permeiam o espaço é muito grande; o comportamento social das pessoas

---

<sup>35</sup> Referente ao Projeto de Lei; e sobre a Lei de Segurança das Fronteiras Territoriais, ver Anexo 01.

não compromete a supremacia política, territorial de nenhum dos dois países, e buscam a melhor maneira de sobreviverem na fronteira. A luta pela hegemonia não é seu objetivo.

Tendo em vista que as questões territoriais, políticas, populacionais e sociais compactuam de um espaço dinâmico na fronteira entre Brasil e Paraguai, em alguns locais com a predominância de um povo e em outros com a maioria de outro, os países tomam medidas protecionistas. Os países sul americanos buscam se proteger criando faixas, zonas ou espaços de segurança nacional em que suas leis vão ao encontro de interesses comuns especialmente no tocante à hegemonia dos espaços territoriais, mas nem sempre as pessoas que vivem nesses espaços aceitam, concordem ou cumprem tais normas.

A cultura e a identidade adentram estas questões com um diferencial, elas se reproduzem nesse mesmo espaço dinâmico vivendo praticamente em um *'sistema de transformações'* conforme argumenta o antropólogo francês Jean-Loup Amselle na obra de Peter Burke. As teorias do antropólogo comprovam minimamente o que buscamos mostrar neste complexo movimento fronteiriço; *“não há fronteiras culturais claras (...), e os indivíduos têm identidades fluidas ou múltiplas, distinguindo-se de diferentes “outros” de acordo com as circunstâncias. A identidade é continuamente reconstruída ou negociada”* (BURKE, 2005, p. 128).

O que buscamos mostrar ao longo da pesquisa e na medida em que ampliamos nosso olhar sobre as fontes e com a observação de campo vieram a se tornar mais paupável para nós as respostas às problemáticas que levantamos desde o princípio do estudo.

A argumentação de Amselle é um fator a mais que vem no auxílio de fazer perceber que os espaços dinâmicos da fronteira produzem grupos heterogêneos, sejam brasileiros no Paraguai, paraguaios no Brasil ou ainda o terceiro indivíduo que vem a ser o brasiguai. Não é uma perspectiva simplista que pode considerar grupos sociais, culturas e identidade como algo homogêneo, separados de um outro mundo, preso a suas particularidades, imóveis diante de uma circulação intensa. Ou seja, é improvável que a interetnicidade e a interculturalidade existente nesse espaço não atue sobre os agentes sociais que permeiam o complexo ambiente fronteiriço causando assim um *sistema de transformações*.

Não estamos propondo uma classificação para os diferentes grupos existentes, uma vez que isso seria praticamente impossível realizar, mas em hipótese alguma podemos abnegar-nos da compreensão dessa sociedade entendendo-a como uma multiplicação de variáveis. Algo em torno do que Lucien Febvre chamou de *“os materiais de idéias”*, com a

noção de representação coletiva, permitindo e conciliando imagens mentais com esquemas de categorias incorporadas que se estruturam internamente. Para Roger Chartier essa

noção obriga igualmente a remeter a modelação destes esquemas e categorias, não para processos psicológicos, sejam eles singulares ou partilhados, mas para as próprias divisões do mundo social. Dessa forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para termos estes esquemas confrontados e posteriormente qualificar as categorias ou grupos sociais é necessário a identificação de todas as figuras de representação tanto materiais quanto intelectuais, seus significados, objetos e atos devem ser considerados, organizando assim o conceito do mundo social em que vivem culturalmente e também seus aspectos identitários obedecendo aos mesmos esquemas.

No ambiente fronteiro, levando em consideração toda a complexidade em torno não apenas dos atores sociais, mas também do espaço, da ampla circulação e da multiplicação de aspectos ocupacionais a discussão sobre hegemonia cultural e identitária de um país para com outro, e vice-versa fica comprometida. Tais classificações não obedecem a espaços, leis e/ou políticas, como foi possível estabelecer acima, porque os adendos culturais e identitários rompem as divisas naturais e diplomáticas, estabelecendo uma identidade cultural fronteira dinâmica e que se reproduzem, se transformam, enfim, mudam as características categóricas e determinantes que conseguimos perceber em outras sociedades ou grupos sociais.

As produções neste espaço são livres e a distinção não se aplica a quem domina ou a quem é dominado gerando assim poderes supremos ou hegemônicos na fronteira, há sim uma pluralidade de eventos que decorrem especialmente da multiplicidade de diferenças que permeiam este lugar. Pierre Bourdieu diria-nos que:

na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e direto ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas). (BOURDIEU, 2005, p. 153).

O diálogo sobre a idéia de espaço social de Boudieu é assimilado no contexto fronteiriço por nós trabalhado. Na fronteira não é possível organizar um mundo social unidimensional pondo blocos, povos, culturas e/ou identidades em oposições. Nesse sentido, as questões econômicas, territoriais ou políticas são mais palpáveis para serem canalizadas. No contexto estudado a cultura e a identidade não compactuam desses enquadramentos.

A cultura e a identidade comportam uma ampla gama de simbolismos e estabelecem os significados de todas as suas manifestações deixam lacunas, e esses espaços não se preenchem pondo juízos de valores de um povo sobre o outro como um poder supremo ou hegemônico, especialmente em locais fronteiriços.

Os estudos culturais e identitários alimentam o relativismo acadêmico por tratar de análises profundas e que dependem em grande parte do trabalho de campo do pesquisador. Além disso, as teorias sobre os assuntos são variadas e interdisciplinares, o que nos leva há um depreendimento ainda maior. As maneiras de perceber as diferenças e similitudes são idiossincráticas; nosso ponto de vista sobre a hegemonia cultural fronteiriça obedece a essa ampla gama de fatores entendendo-a como um processo em permanente transformação, algo em torno do que Clifford Geertz na sua obra “*interpretação das culturas*” chama de “*descrição densa*”, enfatizando o significado.

### **3.5 – Processos históricos**

Brasil e Paraguai compartilham centenas de quilômetros em limites territoriais na América do Sul. Suas fronteiras mostram relações intensas desde outros tempos. Tendo em vista estas prerrogativas, apresentamos algumas questões que não se vinculam diretamente com a pesquisa ora desenvolvida, mas que insistiam em aparecer, em documentos, entrevistas e jornais, assim como autores que fazem tais discussões acerca desses outros temas.

Até a segunda metade do século XIX, a “história escrita” de Brasil e Paraguai não despertou maiores interesses aos pesquisadores. Também não eram nações protagonistas de grandes acontecimentos em âmbito mundial. Podemos considerá-las como nações irmãs no continente.

O que inicia de maneira mais proeminente e marca a história brasileira em detrimento à paraguaia e vice-versa foi a Guerra Grande, conhecida como a Guerra do Paraguai ou ainda a Guerra da Tríplice Aliança ocorrida entre 1864 e 1870; naquele contexto, a Tríplice Aliança era formada por Argentina, Brasil e Uruguai. A Guerra resultou em mudanças radicais especialmente para o Paraguai que sofreu grandes perdas, com sua população sendo dizimada em aproximadamente 75% (Cf.: CHIAVENATTO, 1990, p. 149/150/151).

Após a Guerra, já nos fins do século XIX, há um fluxo considerável de pessoas que ultrapassam os limites territoriais dos dois países, em grande parte por causa da exploração da erva-mate – *illex paraguayenses* – extraída das matas do Sul de Mato Grosso, ou Antigo Sul de Mato Grosso<sup>36</sup>. A erva-mate torna-se um dos principais produtos de exportação daquela região, no início sua produção é praticamente toda exportada para a Argentina, o movimento de pessoas nessa faixa fronteira se dá, pela experiência dos paraguaios no manuseio da erva-mate.

A aptidão dos paraguaios nesse trabalho é o legado de sua própria descendência indígena guarani. Agregado a herança cultural que é transmitida entre os povos que há vários séculos se utilizavam da planta, como chá, remédio, e posteriormente como um modo “cevado” de mate/tereré.

Nesse sentido, Gilmar Arruda afirma que.

A tradição foi legada pelos Guarani, que já utilizavam a erva mate antes dos conquistadores brancos chegarem e foi difundida, posteriormente, pelos jesuítas e suas missões a partir do século XVIII. (...) Ou ainda, a suposta adaptação do paraguaio revela a sua tradição cultural, o seu conhecimento e prática como ervateiros, cultivado por alguns séculos (...), demanda não só uma certa resistência *phísica*, como também uma certa prática (ARRUDA, 1997 p.86-88).

O contingente paraguaio em território brasileiro se dá também pela proximidade territorial levando em consideração que o oeste paranaense e o sul de Mato Grosso, nos fins do século XIX e início do século XX, ainda era um terreno pouco habitado, com fronteiras um tanto quanto “*questionáveis*”. As Companhias ervateiras, nesse contexto

---

<sup>36</sup> O historiador Paulo R. C. Queiroz, nos ensina que em 1977/78 há o desmembramento do Estado de Mato Grosso formando o Estado de Mato Grosso do Sul, a denominação Sul de Mato Grosso ou do Antigo Sul de Mato Grosso, é utilizada para designar a porção meridional do antigo Estado de Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul. Alguns historiadores e pesquisadores utilizam a sigla SMT, para designar o *Antigo Sul de Mato Grosso*.

especialmente a Mate Laranjeira empregavam milhares de trabalhadores paraguaios em solo brasileiro.

Ao falarmos que essas regiões eram pouco habitadas, de maneira alguma passamos a idéia de “*espaço vazio*”, mas sim, que havia pouca mão-de-obra nacional – brasileira – para ser utilizada nesses trabalhos. É interessante perceber que isso não ocorria apenas com a erva-mate, mas também com a extração da madeira, uma situação que começou a ser alterada nas primeiras décadas do século XX.

Conforme Gilmar Arruda.

A Lei de Nacionalização da mão-de-obra, no início dos anos 30, obrigou a Matte a contratar trabalhadores nacionais para tentar substituir os paraguaios que representavam a quase totalidade dos seus empregados. Com a colaboração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a empresa recrutou trabalhadores desempregados nas periferias das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (ARRUDA, 1997, p. 19).

Nem mesmo a medida do governo brasileiro conteve os trabalhadores paraguaios de lidarem com a erva-mate, pois era grande o número deles nos ervais brasileiros.

Valdir Gregory mostra o aspecto da mão-de-obra paraguaia, se reportando a extração da madeira no oeste paranaense. Quando diz que “*eram contratados os paraguaios, através de um líder de turma e combinava-se verbalmente o preço por metro cúbico de madeira abatida e preparada em toras e o preço por metro linear para a abertura dos carregadores*” (GREGORY, 2002, p. 133). Os trabalhadores paraguaios eram conhecidos como *mensus* e era a principal força de mão-de-obra nas *obrages*, nas barrancas do Rio Paraná.

Os paraguaios foram imprescindíveis nesse processo. Os trabalhadores vindos de São Paulo, Rio de Janeiro, do Nordeste, ou ainda do sertão do Paraná, na grande maioria não se “*adaptaram*” as condições de trabalho oferecidas pelas Companhias, incorrendo assim, na permanência mesmo que ilegal da maioria da mão-de-obra paraguaia. Mesmo depois da Lei de Nacionalização, que decorreu até os anos 1940, quando o governo permitiu a entrada de latino-americanos de países fronteiriços com o Brasil em território nacional.

As extensões e funcionamento de grandes propriedades que faziam divisas com o Paraguai no final do século XIX e na primeira metade do século XX são interessantes de perceber. A partir disso entende-se melhor o fluxo de pessoas e a dinâmica fronteiriça.

A companhia Mate Laranjeira, abrangia praticamente todo o cone sul do Estado de Mato Grosso e atuava no oeste paranaense. No Mato Grosso, segundo Virgílio Corrêa Filho, “em área de 1600 léguas quadradas, aproximadamente” (CORRÊA FILHO, 1925 p. 30). Ou ainda, quando o mesmo autor diz, que com a extinção do monopólio “a área arrendada não excederia de 400 léguas quadradas = 1.400.000 hectares” (IDEM, p. 84).

Os dados que Corrêa Filho nos dispõe na obra *À sombra dos Hervaes Matogrossenses*, mostram que as áreas da Companhia foram reduzidas praticamente em um terço, com a lei 725 de 24/09/1915, e tinha antes disso apenas no Mato Grosso em torno de cinco milhões de hectares de terras, para explorar a erva-mate. A Companhia auxiliou na modernização de cidades do interior, como Guaíra no Paraná, construiu portos fluviais, como Porto Mendes e fez estradas de ferro.<sup>37</sup>

No oeste paranaense havia a Fazenda Britânia, que estendia seus domínios por longas distâncias. Também havia o Império Allica, que conseguiu construir um pequeno porto<sup>38</sup> às margens do Rio Paraná e se misturava com essas imensidões verdes, explorando a erva-mate, a madeira e outros campos, na maioria das vezes com mão-de-obra paraguaia.

De acordo com Wachowicz.

Da sua diminuta propriedade onde estabeleceu seu porto, Allica estendia seus domínios para centenas de quilômetros para o interior, chegando a alcançar para leste e sul a região de Cascavel e para nordeste, Campo Mourão. Não se estendeu pelas barrancas do Paraná e Mato Grosso, porque encontrou como vizinho setentrional, a Companhia Mate Laranjeira. Por outro lado, sua propriedade legal não passava de um enclave dentro da chamada Fazenda Britânia, latifúndio da Companhia de Maderas del Alto Paraná. Expandiu-se então para leste. Sua principal linha era a que ia para Campo Mourão, com aproximadamente 350 quilômetros (WACHOWICZ, 1987, p. 63).

Com este breve levantamento de questões que apareceram ao longo da pesquisa foi possível mapear alguns dos grandes latifúndios no oeste paranaense, e o domínio quase que absoluto da Mate Laranjeira no cone Sul de Mato Grosso. Divisas próximas com o Paraguai, e que denotam o ativo trânsito fronteiriço e a inserção no interior do Brasil de

---

<sup>37</sup> Um exemplo foi a Ferrovia feita pela Companhia e que ligava os Portos de Guaíra com o Porto Mendes Gonçalves no Rio Paraná, com aproximadamente 70 km de extensão. Ela facilitava a transposição dos saltos das Sete Quedas, para posteriormente seguir destino com a navegação, bem como auxiliava na comunicação entre estes locais.

<sup>38</sup> O porto de Allica era denominado de Porto Artaza e ficava alguns quilômetros acima de Porto Britânia, atual município de Pato Bragado e um pouco abaixo de Porto Mendes, ou seja, estava na barranca do Rio Paraná entre dois grandes latifúndios. Não questiona-se se a Braviaco – o maior latifúndio da história do Paraná – tinha os reais conhecimentos da exploração de suas terras por Allica.



milhares de trabalhadores paraguaios; estes assuntos permeiam indiretamente a pesquisa. Não descartamos, em hipótese alguma, outros segmentos.

No final do século XIX e início do século XX, há uma demanda considerável de pessoas do Rio Grande do Sul, a maioria de descendência alemã de primeira geração que imigraram para o sul do Paraguai, mais propriamente para Encarnación, passando pela Argentina, culminando na transposição das fronteiras nacionais.

Destacar as correntes que se deslocavam entre os dois países, tiveram como intenção mostrar que os processos migratórios denotam um fluxo considerável de pessoas entre os dois países, que ocorre a longa data e em diversos locais ao longo das fronteiras Brasil e Paraguai. Bem como apontar práticas comuns entre os dois povos que ocorrem a mais de um século e meio percebendo a importância da mão-de-obra, dos saberes, a difusão desses conhecimentos entre os povos e que na atualidade continuam se reproduzindo, especialmente na cultura, na identidade e no trabalho fronteiriço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações giram em torno da tríade que pontuamos desde o início do texto e trabalhamos no decorrer dele, fomentado por várias tipologias de fontes no intuito de dar conta minimamente das problemáticas levantadas acerca da *cultura, identidade e fronteira*, com a limitação que cada conceito possui. Arriscando-nos em outras áreas, em uma discussão ligada a um grupo social que possui uma denominação, mas no qual nem todos os reconhecem ou se reconhecem como *brasiguaios*.

O objetivo de entender a transitoriedade das pessoas na fronteira entre os dois países nos fez perceber que esse limite não é simples de ser entendido como quer a História Diplomática ou mesmo o senso comum. Não se trata apenas de demarcar espaços territoriais, abrangência de mando político ou mesmo de linha divisória entre nações ou Estados, mas de compreender os sentidos da fronteira para os agentes que permeiam o espaço estudado.

Neste sentido, o espaço fronteiro é compreendido por nós como algo que se move juntamente com os grupos migratórios; não são apenas os indivíduos, os grupos, as marchas que se movem. As fronteiras, os Estados e as nações não são fixas, há uma modelação de aspectos de adaptação que percorre o habitus dos agentes sociais que buscam as fronteiras como meio de trânsito entre um lugar e outro, quando ela mesma não se transforma no meio de vida.

A fronteira é lugar dos encontros e desencontros, da proximidade e da lonjura, do conhecido e do desconhecido, da dificuldade e da facilidade, das idas e vindas, dos perdidos e encontrados, dos bons e dos ruins, do rico e do pobre. Enfim, obedece há uma gama de fatores que podem estar localizados nas fronteiras culturais, fronteiras étnicas, fronteiras de trabalho, fronteiras de crime, fronteiras territoriais, fronteiras matrimoniais, fronteiras políticas, fronteiras grupais, fronteiras familiares, fronteiras individuais, fronteiras naturais entre outras.

O sentido de fronteira altera-se de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo se reformulando e se transformando em um meio de vida, a dinâmica fronteira atinge variadas formas. Diferentes imagens foram construídas sobre ela no decorrer da pesquisa, não sendo possível denominá-la precisamente como algo fixo e/ou como significante singular; entendemos a fronteira como algo complexo e sua definição é dada pelos atores sociais que vivem em contato com ela.

A cultura por si só e como segundo elemento da tríade, possui uma extensa conceituação teórica. Em ambiente de fronteira expandem-se as prerrogativas atingindo uma dinâmica complexa e múltipla. As pessoas que vivem entre o Brasil e o Paraguai compartilham costumes, modos, maneiras, línguas, comidas, bebidas e até mesmo tradições. Muitas festas são para elas importante independente da nacionalidade: se são brasileiros no Paraguai ou paraguaios no Brasil, cultivam personagens, datas, eventos que são significativas ou possuem um valor simbólico para o 'seu' país, para o 'seu' povo.

O fenômeno de elevação dos valores culturais de um país em detrimento de outro e/ou de um povo em relação a outro, representa na atualidade uma força para que os valores nacionalistas tenham vigor. Entendemos que os arranjos culturais carregados com todo o seu complexo aparato de significantes estão diretamente ligados às ações de uma população, independente do lugar onde estão residindo.

As práticas culturais que foram possíveis percebermos e entendermos como uma maneira de melhor se adaptar no ambiente fronteiriço, é o modo por excelência da representação do *modus vivendi*, das pessoas que vivem ou sobrevivem em meio a transitoriedade fronteiriça.

Suas ações dão novas formas para um ambiente que se modela e se remodela a todo instante. Uma vez que a imagem não é alterada apenas como percepção da fronteira, mas sim, modificam os sentidos da fronteira de acordo com as práticas, os exercícios e as ações dos agentes sociais e sua demanda cultural atuante, como foi possível perceber por meio das práticas culturais, do adendo cultural existente e com a conceituação da história cultural.

O último elemento que forma a tríade é a identidade. Em nossa pesquisa o entendimento desse elemento considerado um dos pontos elevados dos estudos historiográficos na atualidade é feito diretamente em oposição ao outro. A questão identitária foi discutida em nossos estudos tendo como agente dinamizador para percepção especialmente da imprensa e do discurso oral que moldam o sujeito alvo da análise que é o brasiguai.

Para os especialistas e pesquisadores brasileiros que trabalham o tema, o brasiguai é compreendido como o migrante brasileiro que foi ao Paraguai e não conseguiu se reproduzir enquanto agricultor. Sofreu o desgaste de décadas de trabalho em terras estrangeiras e posteriormente retornou ao Brasil, fomentando as periferias das

cidades do oeste paranaense e/ou a população do movimento de trabalhadores sem terras, e por último ainda vive em condições precárias no país vizinho ou no Brasil.

Tal constatação é visível no estudo do geógrafo Luiz Carlos Batista, intitulado “*Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*”. O historiador Valdemir José Sonda em sua dissertação de mestrado denominada “*A emigração brasileira para Naranja – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995): um estudo de caso*”. E o denso estudo da antropóloga Márcia Anita Sprandel “*Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*”. Os estudos acima citados caracterizam por meio de pesquisas diferentes e com pontos novos de análise o que é o brasiguai; entre outros estes pesquisadores alcançaram a compreensão acima citada por nós.

Por outro lado, a maioria dos pesquisadores paraguaios salvo algumas exceções como o sociólogo Ramón Fogel compreendem como brasiguaios todos os brasileiros que foram ao Paraguai desde o início do movimento migratório que deriva do final da década de 1950, adentrando as décadas seguintes.

Outra percepção desse novo indivíduo que habita os dois países e é dinamizador do espaço fronteiro vem da imprensa, que amplia a noção de quem possa ser o brasiguai. Tanto a imprensa brasileira como a paraguaia não procuram especificar quem ele realmente seja aumentando a disposição de pessoas que queiram ou não, são introjetadas enquanto brasiguaios no cenário social.

Durante o desenvolvimento da pesquisa e com a agregação de vários pontos de vista, e por meio da compreensão do adendo cultural existente na fronteira, conseguimos atingir tanto a perspectiva brasileira quanto a paraguaia sobre quem vem a ser o brasiguai.

No momento de abirmos nossas ponderações sobre esse ator social, não nos situamos entre uma ou outra versão sobre o brasiguai, mas entendemos que houve e há ainda na atualidade uma ampliação do significado do termo desde as primeiras pesquisas que foram desenvolvidas no início da década de 1980 até os finais da primeira década do século XXI. Assim, o brasiguai compreende um terceiro elemento social entre brasileiros e paraguaios, independente dos fluxos migratórios que levaram descendentes de europeus do sul do Brasil para o Paraguai.

Na discussão identitária situamos o ator social, os pontos de vista são limitados. Acreditamos que não conseguimos pontuar com exatidão quem é o brasiguai, mas aumentamos o leque de compreensão sobre o ator social, seja para brasileiros ou para paraguaios. Entender e conhecer a gama de ações culturais decorrentes da transitoriedade

fronteiriça implica em alterações ou adequações identitárias. Afinal a identidade é forjada e não é isenta de adequações, que podem ser políticas, regionais, étnicas entre outras.

Nossa intenção com a pesquisa visou mostrar dois lados de uma questão polêmica no período estudado, ao passo que se desenvolvia conseguimos atrelar idéias, pontuar teorias, ponderar sobre as fontes e principalmente inserir brasileiros e paraguaios no interior de nossa pesquisa. As dificuldades enfrentadas em campo se deram pela adversidade com que grande parte da população paraguaia percebe a questão e ao mesmo tempo não “fala” sobre ela. Foram várias entrevistas e imagens produzidas e utilizadas, outro número igual não conseguimos fazê-lo, até mesmo pela desconfiança das pessoas sobre nós pesquisadores.

O ambiente de pesquisa às vezes era absolutamente pacífico com observações gratificantes e que nos renderam ótimas páginas de texto escrito, outras vezes éramos acuados com falácias esparsas e por indivíduos totalmente externos ao nosso trabalho e que além de não auxiliar em nada; atrapalhavam. As viagens ao interior do país vizinho eram antecedidas de certa cautela e de análises para o bom conhecimento dos locais a serem visitados e na maioria das vezes feito em conjunto de pessoas conhecidas das populações locais.

Não estabelecemos valor de juízo sobre uma ou outra tipologia de fonte utilizada, mas entendemos a fonte oral como uma representação. São visões de mundo dos indivíduos entrevistados e não pode e nem deve ser vista como falsificadora no momento em que contestam visões oficiais ou de outras fontes. Com isso, queremos dizer que o tema das migrações ou dos movimentos migratórios na historiografia é um assunto tradicional. Realmente não pode ser qualificado como tema não convencional como outras pesquisas elaboradas, mas trabalhamos este tema na intenção de produzir uma abordagem inovadora, especialmente por vincular outras tipologias de fontes e as perspectivas de dois países ou povos diferentes em relação há um mesmo assunto que é a transitoriedade.

Acima destacamos a história oral por que a entendemos como uma força de produção da identidade. Percebemos que a identidade está em constante luta e é híbrida. Por outro lado, temos na história oral outro aspecto que mexe diretamente com as excentricidades das falas das pessoas que é a memória. Percebemos a memória com amplo poder seletivo e no contexto estudado em freqüente luta.

Com isso chegamos a um ponto em que não conseguimos perceber ou notificar um consenso em relação aos agentes trabalhados no decorrer da pesquisa, não que esse fosse

nosso objetivo. Isso se dá por que a memória é dividida entre a seletividade e a disputa que quer aflorar, enquanto a identidade esta fragmentada nesses espaços por que é híbrida e está permanentemente em luta.

Procuramos trabalhar com as tipologias de fontes que contemplassem minimamente os objetivos da pesquisa, fazendo a relação dialética entre ambas. A retomada frequentemente dos recortes pesquisados no decorrer do texto, se deu na intenção de ter clara a historicidade do processo que está se desenvolvendo com a construção discursiva.

As escolhas são difíceis para um historiador elaborar, especialmente quando há um aprofundamento de estudos sobre o tema, percebemos várias falhas na pesquisa. A escolha da tríade *fronteira, cultura e identidade* contempla uma série de indagações sobre o assunto. Ao mesmo tempo há ausências no estudo de abordagens que auxiliariam à compreender melhor outros fatores, como por exemplo, a política e a economia que dariam suportes importantes para o desenvolvimento das questões.

Enfim, podemos considerar que as dinâmicas migracionais se constituíram num dos fenômenos mais relevantes e perceptíveis da realidade brasileira na fronteira nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. E vem ao longo de suas ocorrências alterando a relação homem, espaço e sociedade no imaginário social, em estreita concatenação entre cultura e identidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 1989.

ALVES, José Luiz. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: n. 15, abril 1997.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARCA: Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande. Nº 4, Campo Grande: Sergraph, 12/1993.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: EdUEL, 1997.

BARRETO, Maribel. *Código Araponga*. Asunción: Uninorte, 2005.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332. ,

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EdUSP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAPEL, Horácio. *Inmigrantes extranjeros en España. El derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grande expectativas y duras realidades*. Escripita Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, nº 81, 01/02/2001, acessado em 15/07/2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. “História e Imagem: os exemplos da Fotografia e do Cinema”. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história – Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARTER, Michael; GALEANO, Luis A. *Campesinos, tierra y mercado*. Asunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1995.

CASTELLO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados. In: HAUSEN, Ênio Costa, LEHNENE, Arno Carlos (orgs.) *Prática de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: EdUFRGS: Instituto Goethe/ICBA, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. 24ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena: Assoeste, 1988.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas matogrossenses*. São Paulo: Editora São Paulo, 1925.

CORTÊZ, Cácia. *Brasiguaios: os refugiados desconhecidos*. São Paulo: Brasil-agora, 1992.

CORTÊZ, Cácia; SILVA, Edsom; TAQUES, Luiz. *A travessia do rio dos pássaros: ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema – MS*. Belo Horizonte: Segrac, 1985.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueotipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Teoria cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, vol. 2.

FELIÚ, Fernanda. *Los Brasiguayos: Canindeyú – Zona Alta*. Asunción: Imprenta LEO S.R.L. s/d.

FOGEL, Ramón. *Los campesinos sin tierra en la frontera*. Asunción: Estilo Gráfica, 1990.



\_\_\_\_\_. *Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción*. Asunción: Imprenta Cromos S.R.L., 2001.

\_\_\_\_\_. *Estructura social y procesos políticos*. Asunción: Servi Libro, 2005.

\_\_\_\_\_; RIQUELME, Marcial (org.). *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Ed. CERI – Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

\_\_\_\_\_. *La cuestión socioambiental en el Paraguay*. Asunción: Ceri, 2006

FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

GALEANO, Luis A.; YORE, Myriam. *Poder local y campesinos*. Asunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1994a.

\_\_\_\_\_. *Migrantes Brasileños en Paraguai: principales problemas y demandas*. Assunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1994b.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: Revista Brasileira de História – *Memória, História, Historiografia*: Dossiê Ensino de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 13, n. 25/26, 09/1992 – 08/1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabarra, 1989.

GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAINO, Domingo. *Fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global, 1979.

LAINO, Rafaela Guanes. *Familias sin tierra en Paraguay*. Asunción: Ed. Intercontinental e Ñanduti Vive, 1993.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LIMA, Ivan. *A fotografia e a sua linguagem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento (1930-1984)*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2006.

MALERBA, J. “Sobre Norbert Elias”. In: Malerba, J. (org.). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

MALERBA, Jurandir. “Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: \_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 145-203.

\_\_\_\_\_. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 25-40, jan./dez. 1993.

MEDINA, Mário M. (Bispo Responsável). *Migrantes Brasileños en Paraguay: principales problemas y demandas*. Asunción: Ediciones y Arte S.R.L., 1994.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL PORTO, Sérgio (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2 ed. Brasília: EdUNB, 2002.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

OSORIO, Helen. *Et alli* (Orgs). “Espaço Platino: Fronteira Colonial no século XVIII” In: *Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: EdUFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: SCT – CNPq – FINEP, vol. 5, n.10, 1992.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. “Temores e Esperanças: O Antigo Sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro”. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIQUELME, Quintín. *Los sin tierra em Paraguay: conflitos agrarios y mivimiento campesino*. Buenos Aires: Clacso, 2003.

RÜDIGER, Francisco. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

SAMUEL, Raphel. “Teatros da Memória”. In: *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP). São Paulo, n. 14, 1997.

SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Nilma (orgs.). *Antropologia e História: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

SPRANDEL, Márcia Anita. “Fronteiriços e Brasiguaios: na história de Mato Grosso do Sul”. In: *Revista Arca*. Campo Grande, nº 04, pp. 82-85, 12/1993.

VERDECCHIA, José Miguel A. *Algunas consideraciones sobre las condiciones de êxito y fracaso em asociaciones cooperativas campesinas em el Paraguay*. Asunción: Ed. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1989.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACQUANT, Loïc. “Mapeando o Habitus”. In: *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*. Vol. 02 nº 02, Jan/Jun 2004. Goiania: Ed. UCG, 2004.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

### **Teses e dissertações:**

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: A imigração brasileira no Paraguai*. Fortaleza, 2005. (Tese Doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

ALMEIDA, Nivalcir Pereira de. *O modo de vida dos brasileiros em Yby Yau: os Brasiguaios*. 1994 (Monografia de especialização em História da América Latina). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 1994.

BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. 1990 (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CAMPIGOTO, José Adilçom. *Hermenêutica de Fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2000 (Tese Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SONDA, Valdemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná – Paraguai (1973-1995): um estudo de caso*. 2003 (Dissertação de Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. 1992 (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

## **FONTES**

### **Documentos:**

Constituição Nacional da República do Paraguai, 1967.

Constituição Nacional da República do Paraguai, 1992.

### **Entrevistas:**

ENTREVISTA. Cleonice Aparecida Menegotto (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 21 min. (sonorização). Nasceu em Autônia no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Elfride Else Rediss (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Marechal Cândido Rondon: 26/05/2004: 38 min. (sonorização). Nasceu em Monte Carlo na Argentina, é aposentada e reside em Marechal Cândido Rondon no Brasil.

ENTREVISTA. Elizete Terezinha Pancera (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 13 min. (sonorização). Nasceu em Vitorino no Paraná, é agricultora e do lar, atualmente reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Helena de Almeida Franz (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Guaíra: 06/02/2004: 26 min. (sonorização). Nasceu em Santa Rosa no Paraguai, é agricultora e do lar, reside em Guaíra no Brasil.

ENTREVISTA. Irineu Zimpel (Digital) Produção: Leandro Baller, São Clemente: 03/11/2007: 20 min. (sonorização). Nasceu em Três Passos no Rio Grande do Sul, é agricultor e reside em Santa Helena no Brasil.

ENTREVISTA. Ivete Allig (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 36 min. (sonorização). Nasceu em Cascavel no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Marcelo de Almeida (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Guaíra: 16/01/2004: 34 min. (sonorização). Nasceu em Maringá, atualmente reside em Guaíra no Paraná, é gerente de uma empresa de implementos agrícolas em La Paloma no Paraguai.

ENTREVISTA. Maria de Lourdes Paludo Berno (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 12 min. (sonorização). Nasceu em Palotina no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Miguel Pereira (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 38 min. (sonorização). Nasceu em Naviraí no Mato Grosso do Sul é pescador, reside atualmente em Porto Mendes no Brasil.

ENTREVISTA. Neusa Probst (Digital) Produção: Leandro Baller e Marcelo Zeni, Porto Mendes: 24/03/2007: 52 min. (sonorização). Nasceu em Porto Mendes, é Funcionária Pública em Porto Mendes, município de Marechal Cândido Rondon no Brasil.

ENTREVISTA. Ramón Fogel (Digital) Produção: Leandro Baller, Assunção: 15/12/2006: 38 min. (sonorização). Nasceu no Paraguai, é Sociólogo e Advogado no Paraguai.

ENTREVISTA. Sonia Jandira Vicente (Fita Demo Tape) Produção: Luíza Mandotti, Porto Mendes: 02/12/2003: 27 min. (sonorização). Nasceu em Três Barras no Paraná, é agricultora e do lar, reside em Porto Mendes no Brasil.

### **Fotografias:**

Fotografia de uma frase de manifestação em Assunção.

Fotografia de Porto Mendes possivelmente das décadas de 50/60.

Fotografia atual de Porto Mendes.

Fotografia do Porto Mendes Gonçalves de 1982.

### **Jornais:**

**“Cómo se pasó del enfrentamiento a la cooperación en Puerto Índio.”** Andrés Colmán Gutiérrez. ULTIMA HORA, 01/10/2003, p. 18.

**“Santa Rita no parece Paraguay: ‘aprendí de los brasileños a trabajar en serio.’”** Andrés Colmán Gutiérrez. ULTIMA HORA, 23/09/2003, p. 07.

**“Los brasileños nos imponen su cultura: ‘Victor Pato Brítez habla de los 24 años de Tetãgua, resaltando la ausencia de una política de defensa de nuestra identidad’”.** Mario Rubén Álvarez. ULTIMA HORA, 09/05/2004, p. 39.

**“Labriegos exigen que se erradique el cultivo de la soja y que se suspenda su exportación.”** Roque González Vera; César Martínez. ABC Color, 08/01/2004, p. 16.

**“Campesinos se enfrentan a policías para impedir fumigación de soja.”** Redação. ABC Color, 21/01/2004, p. 15.

**“Fumigadores son llevados a juicio oral para responder por una muerte.”** Marcelo Ameri. ULTIMA HORA, 10/10/2003, p. 19.

**“Técnicas mecanizadas de cultivo contribuyen a la pérdida gradual de la riqueza del suelo.”** Editorial. LA OPINIÓN, 27/07/2001, s/p.

**“El Estado paraguayo nunca tuvo ni tiene una política de desarrollo rural: ‘Odilón Espínola, Secretario general de la FNC’”.** María Angélica Ramos. 01/11/2004, p. 19.

**“El nuevo Código Agrario no les sirve a los campesinos: ‘declaraciones de dirigente de la MCNOC.’”** Editorial. LA OPINIÓN, 27/27/2001, s/p.

**“La democracia no es viable en una sociedad hundida en la ignorancia.”** Roque González Vera. ABC Color, 29/04/2004, p. 22.

**“Campesinos ocuparán latifundio si el Gobierno no entrega tierra.”** Cristino Peralta Bernal. ABC Color, 21/04/2004, p. 16.

**“Hay más de 80% de brasileños en los departamentos de la frontera:** ‘investigación del sociólogo Marcial Antonio Riquelme’”. Andrés Colmán Gutiérrez. ULTIMA HORA, 20-21/09/2003, p. 26.

**“Penetración brasileña llega al centro del país y provoca éxodo.”** Arnaldo Alegre. ULTIMA HORA, 01/09/2003, p. 21.

**“La cuestión de los inmigrantes brasileños.”** Editorial. ULTIMA HORA, 19/09/2003, p. 24.

**“¿Integración... o expulsión?:** ‘La penetración brasileña en el Paraguay es imparable.’” Maria Diaz de Vivar. TEMPOS DEL MUNDO – PY, 04/09/2003, p. 02.

**“¿Coexistencia o engrentamiento?:** ‘Modelos productivos: tradicional e mecanizado.’” Maria Diaz de Vivar. TEMPOS DEL MUNDO – PY, 19/02/2004, p. 02.

**“Los ‘brasiguayos.’”** Editorial. TEMPOS DEL MUNDO – PY, 04/03/2004, p.02.

**“No existe proceso colonizador, sino penetración económica:** presencia brasileña en el Paraguay.” Roque González Vera. ABC Color, 07/04/2004, p. 16.

**“Brasileños se comprometen a reparar el daño ecológico:** se abre dialogo en busca de solución al grave problema ambiental.” Redação. ABC Color, 24/09/2003, p. 14.

**“Campesinos sin tierra volvieron a invadir propiedad de una brasileña.”** Pablo Medina. ABC Color, 26/05/2004, p. 19.

**“Brasileños repiten el espíritu de los invasores bandeirantes.”** Arnaldo Alegre. ULTIMA HORA, 03/03/2003, p. 22.

**“Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país:** embajador brasileño dice que una franja de seguridad fronteriza será discriminatória y de contramano con la historia.” Andrés Colmán Gutiérrez, ULTIMA HORA, 27/09/2003, p. 26.

## **ANEXOS**



**Proyecto: Zona de Seguridad en las Fronteras Territoriales de La Republica y reserva a los paraguayos la Propiedad de los inmuebles situados em dichas zonas.**

Asunción, mayo de 1990.

Señor  
Waldino Ramón Lovera, Presidente  
Honorable Cámara de Senadores  
E. S. D.

Tengo la honra de dirigirme al señor presidente y por su intermedio a los demás miembros del Senado de la Nación, con el propósito de presentar el Proyecto de Ley (Art. 154 de la Constitución Nacional y Art. 106 del Reglamento Interno) **“Que establece Zonas de Seguridad en las Fronteras Territoriales de La Republica y reserva a los paraguayos la Propiedad de los inmuebles situados em dichas zonas”**.

Razones vinculados con la supervivencia de campesinos sin tierras y factores de orden socio-económico obligan a que en nuestro país sean consagradas normas que busquen la protección de los más necesitados que precisamente hoy, se encuentran en zonas cercanas a nuestra fronteras. Si a ello se agrega las cuestiones relacionadas con la defensa nacional y la seguridad de La República, se llega a la definitiva conclusión que es de imperiosa necesidad que este Proyecto de Ley reciba favorable acogida por parte del Congreso.

El Proyecto que se acompaña establece que serán consideradas **“Zonas de Seguridad”** las áreas territoriales situadas en las fronteras terrestres y fluviales de la República, en un ancho de cincuenta kilómetros, y reserva la propiedad de los inmuebles rurales situados en ellas, a los paraguayos.

Al mismo tiempo dispone que los inmuebles rurales del Estado, que integran el patrimonio del Instituto de Bienestar Rural, situados en las **“Zonas de Seguridad”** sean destinados exclusivamente a la colonización oficial con paraguayos. Esta norma no constituye una novedad para nuestro país. En alguna medida se encontraba prevista por el Estatuto Agrario de 1940 por las autoridades del entonces Instituto de Reforma Agraria. Quiere decir, que de aceptarse la tesis contenida en el Proyecto no haría otra cosa, que volver a dar fuerza legal en forma más amplia y concreta, a un principio que ya fuera consagrado por nuestra legislación hace cincuenta años.

El Proyecto encomienda a la Dirección de impuesto inmobiliario, en colaboración con el Instituto de Bienestar Rural, la confección del catastro de los inmuebles situados en las **“Zonas de Seguridad”** y dispone que dicho catastro este permanentemente a disposición de las Fuerzas Armadas de la Nación, para los fines de la defensa nacional. La elaboración de este catastro por parte de la dirección de Impuesto Inmobiliario ya se encuentra a estudio del Poder Ejecutivo, según lo expresara el señor Ministro de Hacienda.

Por otra parte, el Proyecto otorga a los extranjeros propietarios de inmuebles ubicados en las **“Zonas de Seguridad”** que no se encuentran racionalmente explotadas, un plazo de dos años para transferir a los paraguayos y los que así no lo hicieren sus inmuebles quedan sujetos a expropiación. Para este caso, se aseguran las indemnizaciones correspondientes, de acuerdo con lo dispuesto por el Art. 156 del Estatuto Agrario (Ley 854).

El Proyecto presentado consagra normas adecuadas a la realidad paraguaya, que por lo demás en sus aspectos fundamentales se encuentran en vigencia en países limítrofes como la Argentina y el Brasil, pero con alcances muchos más estrictos que los contenidos

en este Proyecto. Es que sin perjuicio de La hermandad que nos une a nuestros vecinos y a las cordiales relaciones que con ellos mantenemos y la necesidad de una integración regional, es indispensable para nosotros, por un lado mantener la paz social asegurando tierras a nuestros campesinos, y por otro lado hacer que nuestra frontera se encuentren a las que han establecido nuestro vecinos, mucho más poderosos, que nosotros, para resguardar sus fronteras con el Paraguay.

Por lo demás, no podemos olvidar la lección de la historia universal en cuanto al peligro que entraña la colonización territorial de fronteras, con ciudadanos extranjeros que eventualmente pueden constituir un medio de penetración que atente contra la soberanía nacional.

En el aspecto sócio econômico, es fácil comprender que las tierras más rica y mejor situadas, deben ser adjudicadas a los paraguayos. De lo contrario corremos el riesgo de que el país se desarrolle para beneficio exclusivo de empresários extranjeros, mientras a los paraguayos solo lês reste la oportunidad de ingresar al proletariado rural, de tan triste suerte en toda América Latina.

Termino esta breve exposición de motivos, recordando en ‘este Honorable cuerpo que el proyecto adjunto, ya fue aprobado, por el Senado’, en las ultimas semanas del período legislativo pasado, pero que por falta de tiempo no fue remitido a la Cámara de Diputados.

Dios guarde a Vuestra Honorabilidad.

Rodolfo A. Gonzáles Garabelli  
Senado Nacional

**Ley: Que establece Zonas de Seguridad en las Fronteras Territoriales de La Republica y reserva a los paraguayos la Propiedad de los inmuebles situados em dichas zonas.**

**El congreso de la nación paraguaya sanciona con fuerza de Ley:**

Art. 1° Créase La “comisión Nacional de Zonas de Seguridad”, cuya misión será, velar por los intereses de la defensa nacional y la seguridad de las fronteras terrestres y fluviales del país. Asimismo esta Comisión se avocará a planificar una política poblacional con ciudadanos paraguayos, en las zonas de fronteras.

Art. 2° Las áreas territoriales situadas en las fronteras terrestres y fluviales les de la República, en un ancho de cincuenta kilómetros serán consideradas “Zonas de Seguridad”.

Art. 3° Los extranjeros, y las personas jurídicas integradas total o parcialmente por estos no podrán ser propietarios de inmuebles rurales situados dentro de las “Zonas de Seguridad”.

Art. 4° Los inmuebles rurales privados del Estado y los demás que integran el patrimonio del Instituto de Bienestar Rural, situados dentro de las, “Zonas de Seguridad”, serán destinados exclusivamente a la colonización oficial con beneficiarios paraguayos del Estatuto Agrario, salvo que se les atribuya el fin de parques nacionales o reservas ecológicas. Si es beneficiaria una firma cooperativa, ésta deberá estar integrada solo por paraguayos.

Art. 5° “La Comisión Nacional de Zonas de Seguridad” estará integrada por: Un representante del Ministerio de Relaciones Exteriores; un representante del Ministerio del Interior; un representante del Ejército; un representante de la Armada Nacional; y un representante del Instituto de Bienestar Rural. Presidirá la misma el representante del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Art. 6° Las personas mencionadas en el Art. 32 de esta ley, tendrán un plazo de dos años a partir de su promulgación, para transferir a paraguayos los inmuebles de su propiedad, situados dentro de la “Zona de Seguridad”, siempre que dichos inmuebles no se encuentren racionalmente explotados.

Art. 7° A los efectos de la presente ley, entendiéndose por explotación racional del cultivo de la tierra de acuerdo con su capacidad agrológica y condiciones del mercado, admitiéndose la existencia de bosques en extensiones apropiadas para la conservación de los recursos naturales y como reserva ecológica. En caso de establecimiento ganaderos, la explotación racional implicará la existencia de campos de pastoreo apropiados para tal finalidad, con aguadas suficientes y alambradas debidamente instaladas. La extensión de dichos campos deberán estar proporcionada a la cantidad de ganado existente en el lugar de propiedad e los titulares de los inmuebles.

Art. 8° A partir de la vigencia de la presente ley ningún propietario, poseedor, tenedor o responsable directo o indirecto de la administración de un inmueble rural situado en las “Zonas de Seguridad” de frontera podrá suscribir contrato alguno vinculado a su explotación, uso, goce o tenencia, sea por el título que fuere, con persons que no sean paraguayas.

Art. 9° Los escribanos públicos o quienes ejerzan funciones, notariales no podrán autorizar escrituras de transferencia de dominio de inmuebles situados dentro de las “Zonas de Seguridad” ni de contrato alguno que implique su explotación indirecta, sin la previa y fehaciente comprobación de la nacionalidad paraguaya de la persona natural o de los integrantes de la persona jurídica adquirente. La escritura mencionara los documentos mediante los cuales se haya acreditado la nacionalidad.

Art. 10° La Dirección de Impuesto inmobiliario en colaboración con el Instituto de Bienestar Rural procederá al catastro de todos los inmuebles situados en las “Zonas de Seguridad”. Dicho catastro estará permanentemente a disposición de las Fuerzas Armadas de la Nación para los fines de la defensa nacional.

Art. 11° Las boletas de pago de impuesto inmobiliario y los certificados de registro catastral de los inmuebles situados en las “Zonas de Seguridad” llevarán impreso un sello con la leyenda “Zona de Seguridad”.

Art. 12° El Registro General de la Propiedad no procederá a la inscripción de ninguna escritura traslativa de dominio hecha en contravención con lo dispuesto por esta ley 854.

Art. 13° Sin perjuicio de las facultades del Congreso Nacional, el Instituto de Bienestar Rural, por si o por intermedio de la Comisión Nacional de “Zonas de Seguridad”, podrá solicitar la expropiación de los inmuebles cuyos propietarios no cumplan con lo dispuesto por el Art. 62 de la presente ley.

Art. 14° Las indemnizaciones de los inmuebles expropiados conforme al artículo serán aboandas de acuerdo con lo dispuesto por el artículo 156 del Estatuto Agrario (Ley 854).

Art. 15° Los gastos que demande el funcionamiento de la Comisión Nacional de Zonas de Seguridad, serán previstos en el Presupuesto de Gastos de la Nación.

Art. 16° El Poder Ejecutivo reglamentará la presente ley dentro de los sesenta días de su promulgación.

Art. 17° Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Dada en Sala de Sesiones de la Honorable Cámara de Senadores de la Nación, a los diez y nueve días del mes de diciembre del año un mil novecientos ochenta y nueve.

Alberto Nogués  
Presidente de la Cámara de Senadores

Gustavo Díaz de Vivar  
Secretario Parlamentario

SANTA ROSA DESDE AYER, 70 ORGANIZACIONES SOCIALES SE MANIFIESTAN Y EXIGEN PRESENCIA DE AUTORIDADE

# Sampedranos no quieren ser una colonia brasileña

En rechazo a la presencia de empresarios brasileños en la zona, los pobladores de San Pedro se manifiestan desde ayer en forma indefinida.

Carlos Marcelo Aquino  
Santa Rosa

**María Angélica Ramos**  
Las organizaciones sociales, campesinas y eclesiales sampedranas rechazan convertirse en una "colonia brasileña", tal como manifestaron ayer cuando en forma masiva se movilizaron en Santa Rosa del Aguaray para exigir al Gobierno una serie de reivindicaciones sociales por un departamento más sano y soberano.

La convocatoria, que es por tiempo indefinido, comenzó ayer con una concentración general en el patio de la iglesia de Santa Rosa, donde, tras un acto central, el contingente, compuesto por unas 3.000 personas, realizó una marcha por la ruta III, y hoy, desde las 8, cerrarán el cruce.

José Ledesma, intendente de la localidad de Guayaybí, integrante del Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía, compuesta por 8 departamentos del país, aseguró que el Gobierno es ineficaz para contener el masivo ingreso de empresarios brasileños en San Pedro.

Los manifestantes rechazaron el hecho de que el Segundo Departamento está siendo invadido en forma agresiva por los brasileños que cultivan soja, "matando a la gente con los agrotóxicos".

Ernesto Benítez, dirigente campesino de la zona, también resaltó la unidad en el departamento y anunció que seguirán exigiendo al Gobierno que cumpla con todas las promesas hechas, ya que en un año nada hizo.

Los representantes de 70 organizaciones de San Pedro pidieron la presencia del ministro del Medio Ambiente por la contaminación, deforestación y depredación de los recursos naturales de la zona; y del ministro de Obras Públicas para la pavimentación del tramo Nueva Germania-San Pedro del Ycuamandyyú de la ruta XI, que ni siquiera fue licitada aún.

Las organizaciones sociales y campesinas también piden la presencia en el lugar del presidente del Parlamento, a quien solicitan una ley para evitar el uso de agrotóxicos en los cultivos extensivos, y del ministro del Interior, para pedir seguridad en la zona.

Al exigir la presencia del ministro de Agricultura, Liberato Bracho dijo que en General Resquín ellos no van a permitir la siembra de soja y aseguró que están unidas todas las



Los pobladores del Segundo Departamento elevan en forma constante sus exigencias al Gobierno.



## Asfaltado es urgente en la zona

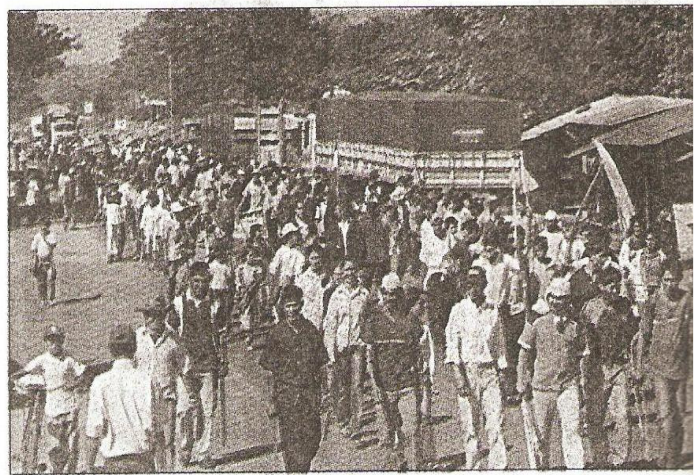
La ruta XI Juana María de Lara, que parte de Santa Rosa y va hasta Puerto Antequera, fue dividida en tres tramos para su pavimentación. Hasta el momento, fueron adjudicadas las obras en los tramos comprendidos entre Antequera y San Pedro, de unos 14 kilómetros; y de Santa Rosa hasta Nueva Germania, de unos 35 kilómetros. Queda pen-

diente el tramo San Pedro y Nueva Germania, de 35 kilómetros, que los sampedranos reclaman para que la obra vial beneficie realmente al departamento. Con ese tramo no asfaltado quedan aisladas varias comunidades importantes del departamento e incluso la capital departamental continuará en el estancamiento.

organizaciones de la zona para impedirlo. La movilización está organizada por el frente conformado en "defensa de la vida y de la soberanía del departamento y del país". Para hoy prevén cierre, por tiempo indefinido, de la ruta III.

Otro de los puntos exigidos es la entrega de tierras a las familias que no las tienen, por lo que esperan al presidente del Instituto de Bienestar Rural, ingeniero Erico Ibáñez, además del gobernador, Jorge Céspedes, para dialogar sobre las posibles soluciones.

**PRIVATIZACIONES.** La manifestación, sin embargo, también exige que sea derogada la Ley 1.615 de privatizaciones de las empresas públicas, además de la inmediata promulgación de la ley sobre la tarifa social a favor de los usuarios de los servicios públicos.



La última manifestación fue en la semana pasada.

PUENTE KYJHÁ INMIGRANTE RECONOCE QUE HUBO EXCESOS EN LA DESTRUCCIÓN DE BOSQUES

# "Nací en Brasil, pero quiero pasar el resto de mi vida en Paraguay"

Paulo Luis Buttini llegó de Palotinas hace 22 años. Sus hijos nacieron aquí, y ya aprendieron a hablar en guaraní.

Andrés Colmán Gutiérrez

Puente Kyjhá, Canindeyú  
"¡Grande oferta! Terra muito barata, para exploração agrícola no Paraguai" (¡Gran oferta! Tierra muy barata para explotación agrícola en el Paraguay), rezaba un llamativo aviso publicado en varios diarios brasileños, en los años 70.

En la ciudad de Palotinas, Paraná, Brasil, el joven agricultor Paulo Luis Buttini lo leyó con mucho interés. Era la oportunidad que andaba buscando. Inmediatamente llamó al teléfono de la inmobiliaria. Así, tras un breve trámite, se hizo propietario de 300 hectáreas de tierras en un lugar lejano, cuyo nombre le resultaba muy difícil de pronunciar: Puente Kyjhá, Canindeyú.

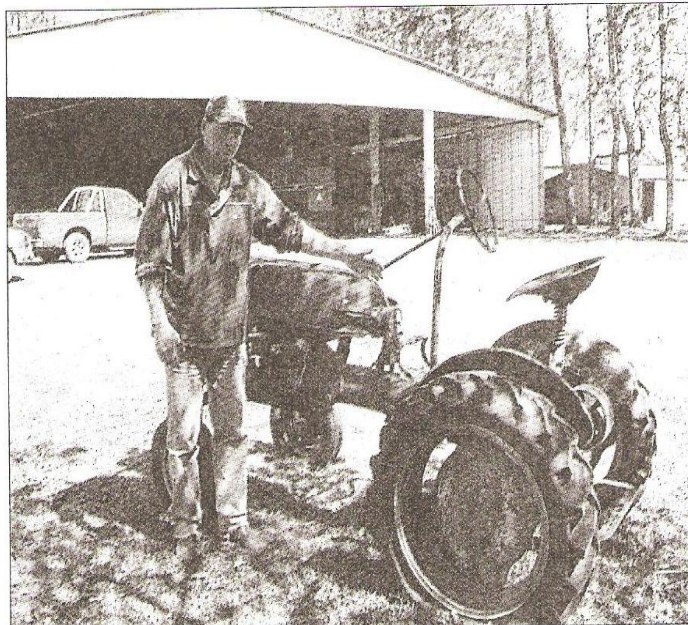
"Llegué hace 22 años. Cuando eso, todo era monte, un lugar casi impenetrable. Tuvimos que hacer mucho sacrificio para hacer rozado y plantar menta, que en esa época era lo que más se compraba. Así comenzamos. Ahora está de moda la soja", dice Buttini, hoy convertido en un próspero productor sojero de Puente Kyjhá, socio fundador de la pujante Cooperativa Multiactiva de Producción, Consumo y Servicios Al-

borada Ltda. (Cooperalba).

A la entrada de su finca ha ubicado un antiguo tractorcito movido a gasolina, ya totalmente obsoleto, junto a las enormes y modernas cosechadoras y sembradoras. "Este es uno de los primeros tractores que usaron los inmigrantes pioneros. Lo rescaté del olvido, para convertirlo en pieza de museo, algo que demuestre a nuestros hijos el sacrificio que tuvimos que pasar para que ellos puedan tener un mejor futuro", cuenta. Buttini tiene tres hijos, todos ya nacidos en el Paraguay. "Sí, mis hijos son paraguayos. Estudian en la escuela parroquial de La Paloma. Hablan guaraní, yo no lo pude aprender. Lo entiendo, aunque me cuesta hablar. Aun así, me siento paraguayo. Nací en el Brasil, pero quiero pasar el resto de mi vida en el Paraguay, a no ser que con todo este debate que hay en contra de los inmigrantes, se genere algún problema y tengamos que marcharnos. Sería una lástima", admite.

**CONFLICTO CULTURAL.** Buttini es hijo de inmigrantes italianos que llegaron al Brasil a mediados del siglo XX y se establecieron en Palotinas. Dice que entiende perfectamente las dificultades para aceptar a quienes tienen una cultura y una mentalidad distintas.

"Hay diferencias entre agricultores inmigrantes y campesinos paraguayos. Nosotros tenemos un espíritu de aprovechar la tierra y buscar el progreso. Por eso algunos quieren comprar más y más tie-



Paulo Luis Buttini, con el tractorcito pionero, en su finca de Puente Kyjhá.

CLAUDIO PRIETO

rras, y se produce un conflicto. Veo que a muchos paraguayos no les gusta tanto trabajar en el campo, prefieren poner un comercio, vivir en la ciudad. Aquí hay un asentamiento campesino, llamado San Juan, donde a varios paraguayos se les dio tierra y ya la han vendido casi toda. Ahora están en el centro de Puente Kyjhá, sin oficio, sin

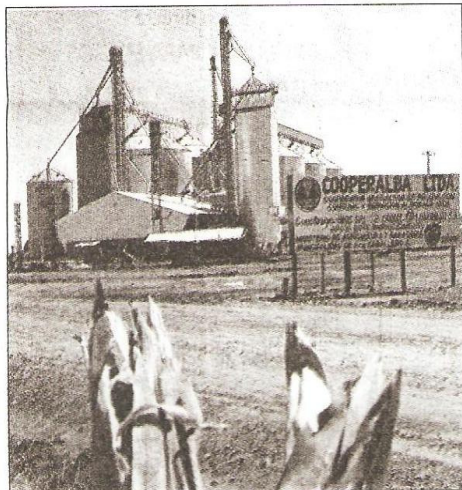
profesión. Es lamentable", señala.

También reconoce que a muchos inmigrantes se les ha ido la mano en destruir bosques para establecer campos mecanizados. "Aunque no es solo culpa de los brasileños. Yo recorrí casi todo el país, he visto que también los campesinos paraguayos destruyen mucho el medio ambiente. Aho-

ra, por suerte, hay una nueva generación de brasiguayos con más conciencia de proteger el suelo, con plantío directo, reforestación, conservación de caminos y cursos de agua. Es algo que tenemos que enfrentar juntos, inmigrantes y no inmigrantes, porque a este país tenemos que levantarlo entre todos", sostiene Buttini.

COOPERALBA UNA PRÓSPERA COOPERATIVA, EJEMPLO DE INTEGRACIÓN ECONÓMICA Y CULTURAL

## Enseñan a colonos paraguayos a plantar soja mecanizada



Local de la cooperativa, en Alborada.

A. C. G.

Alborada, Canindeyú  
Desde lejos se ven los silos plateados, levantados al cielo como enormes monumentos, en medio de la vasta planicie de terreno mecanizado para el cultivo de soja.

El local de la Cooperativa Multiactiva de Producción, Consumo y Servicios Alborada Ltda. (Cooperalba) es como una ciudadela futurista en medio del desierto. Un decorado de ciencia ficción entre el mar de tierra roja.

La organización tiene dos años de vida y cuenta con 64 socios, de los cuales 60 son colonos inmigrantes brasileños, y apenas cuatro de ellos son "paraguayos puros", es decir, no migrantes. Emilio Peralta, el presidente de Cooperalba, es uno de ellos.

"Esta cooperativa es, precisamente, un buen ejemplo de que la integración es posible. Aquí,

EL EJEMPLO



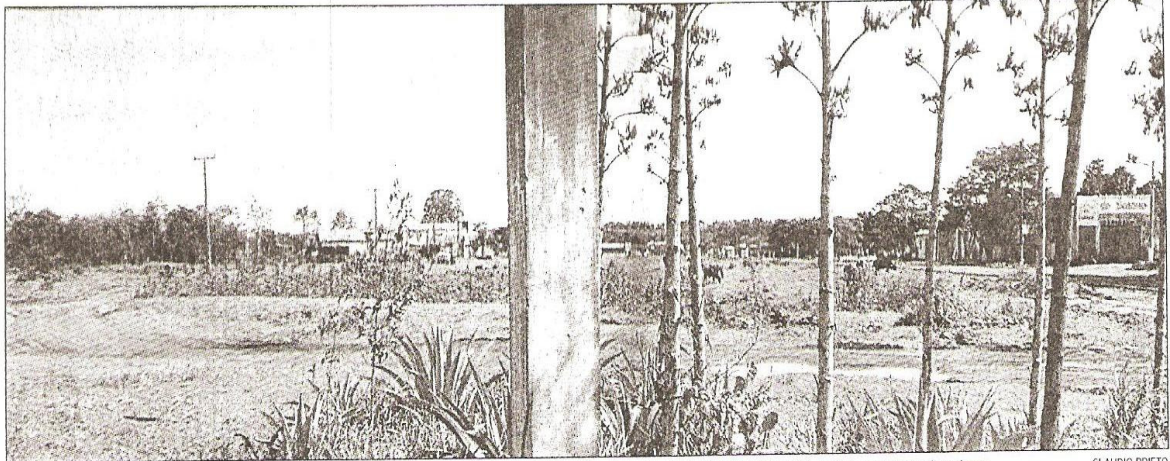
■ Emilio Peralta, presidente de Cooperalba, es hijo de Carmelo Peralta, uno de los legendarios pioneros fundadores de la ciudad de Salto del Guairá. "De mi padre aprendí a respetar y a apreciar el esfuerzo de los inmigrantes. Creo que ellos están haciendo un gran aporte a la economía del país", señala.

aunque los paraguayos seamos minoría, no existen diferencias. Todos tenemos los mismos derechos, trabajamos en forma armónica y aprendemos unos de otros. Gracias a eso, en estos dos años ya

hemos cultivado 12.000 hectáreas de maíz y hemos producido 40 millones de kilos de soja en la última siembra", cuenta.

**SOLIDARIDAD.** Lo más interesante, según explica Peralta, es que los inmigrantes brasileños, desde la cooperativa Cooperalba, han ayudado a una comunidad de campesinos paraguayos, moradores del asentamiento San Juan, a cambiar sus formas de cultivo, incorporando nuevas tecnologías para dedicarse también a la siembra de la soja mecanizada.

"Los paraguayos estamos aprendiendo a romper nuestras limitaciones, para incorporar a esta forma de agricultura más moderna, que nos ayude a progresar. En San Juan les hemos ayudado a los campesinos a formar su propia cooperativa, llamada Minga San Juan", destaca.



La desigual frontera seca. A la izquierda, Pindoty Porã (Paraguay), tierra y olvido. A la derecha, Sete Quedas (Brasil), asfalto e infraestructura.

CLAUDIO PRIETO.

EMBAJADOR BRASILEÑO DICE QUE UNA FRANJA DE SEGURIDAD FRONTERIZA SERÁ DISCRIMINATORIA Y DE CONTRAMANO CON LA HISTORIA

## “Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país”

“Si hay voluntad política, podemos regularizar la situación de los migrantes brasileños”, plantea Luis Augusto de Castro Neves.

**ANDRÉS COLMÁN GUTIÉRREZ**

“Es un número mágico”, admite el embajador de Brasil, Luiz Augusto de Castro Neves, al referirse a la cantidad de inmigrantes oriundos de su país en el Paraguay. Reconoce que no hay registros estadísticos precisos, pero las informaciones que maneja la diplomacia brasileña permite precisar el número de brasiguayos en aproximadamente 450.000 personas. De esta cantidad, el último censo solo reconoce oficialmente a 110.000 personas. Es decir, cerca de 340.000 están en situación ilegal.

Es la primera vez que el embajador brasileño cuantifica y acepta hablar largamente sobre este tema, que se ha vuelto conflictivo, mediático y polémico. “Es un tema que nos preocupa, porque se maneja en base a mitos y prejuicios que no tienen mucho que ver con la realidad. Estamos dialogando con las autoridades paraguayas, planteando un trabajo conjunto para regularizar la situación. Todo dependerá de la voluntad política que exista al respecto”, dice.

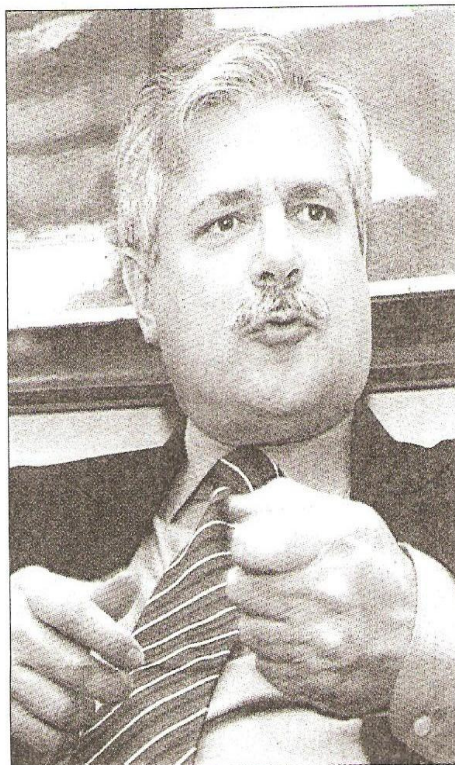
**HISTORIA.** De Castro Neves niega que la masiva presencia de brasileños en el Paraguay haya respondido a algún plan expansionista de Itamaraty, ni a una presunta política de “fronteras vivas”.

“El gobierno de Stroessner, en sus inicios, estaba más volcado hacia Argentina, por la afinidad con el general Perón. Cuando Perón fue derrocado, los militares argentinos que lo suceden tienen cierto enfrentamiento con Stroessner, lo cual es aprovechado

por el presidente brasileño, Juscelino Kubitschek, que le ofrece a Paraguay el puerto franco de Paraguaguá, la construcción del Puente de la Amistad y de la carretera internacional. Así, Stroessner sale de su política pendular y se vuelca hacia el Brasil”, relata.

Admite que el régimen stronista y también los sucesivos gobiernos alentaron la venida de brasileños al Paraguay. “En estos últimos años, debido a la crisis económica, a la inseguridad jurídica, y a penosos episodios como el intento de soborno de parlamentarios como Julián Sosa a colonos brasileños, muchos han preferido regresar al Brasil. Hubo una importante cantidad de migrantes que volvieron”, señala.

**CONFLICTOS.** El diplomático sostiene que la mitad de los migrantes ya son ciudadanos paraguayos, porque han nacido aquí, o porque han adquirido la nacionalidad paraguaya, aunque haya que avanzar más en la integración cultural. Dice que los problemas entre empresarios sojeros y campesinos paraguayos, con denuncias de compras masivas de tierra, que causan despoblación y éxodo de comunidades, son también “producto de la crisis económica del Paraguay, que por siete años consecutivos registra una caída del Producto Interno Bruto. Eso trae inseguridad y



Embajador brasileño, Luiz Augusto de Castro Neves. CLAUDIO PRIETO.

conflicto social”.

En cuanto a las denuncias sobre daños al medio ambiente, dice que no es culpa de los brasileños solamente. “A muchos campesinos paraguayos se les da tierra y se los deja sin asistencia ni infraestructura. Entonces empiezan a vender toda la madera, empobrecen la tierra y luego, un lote que consiguieron del IBR o lo compraron a 180 mil guaraníes la hectárea, lo venden a 10 millones la hectárea, generalmente a un brasileño. Pero estos inmigrantes, al contrario de lo que se cree, mejoran el medio ambiente, porque recuperan el valor del suelo y hacen reforestación”, enfatiza.

**FRANJA FRONTERIZA.** Sobre el proyecto de ley, aún latente, de establecer una franja de seguridad en la frontera, donde se prohíba que los extranjeros tengan tierra, considera que “en caso de aprobarse, sería discriminatorio y de contramano a la historia, al espíritu de integración que buscamos con el Mercosur”.

Reconoce que Brasil tiene una ley parecida, que data de 1927, pero ya no se aplica. “Hay muchos paraguayos que tienen propiedades en la frontera brasileña. Conozco a un paraguayo que tiene 50 inmuebles en Foz de Yguazú, y no hay ningún problema”, concluye.

### Declaraciones de monseñor Gavilán le causaron “perplejidad”

Las declaraciones crítica contra los inmigrantes brasileños, como la del obispo de Coronel Oviedo, monseñor Juan Bautista Gavilán, quien los acusó de ser “herederos de la bandeirantes” en su afán expansionista, le causaron “perplejidad” al embajador Luiz Augusto de Castro Neves, según confie-

sa a Última Hora. “En la democracia todos tenemos derecho a opinar y a tener discrepancias, pero hay declaraciones que me causan perplejidad, porque no se basan en la realidad, sino en prejuicios”, refiere.

“Sobre la opinión de monseñor Gavilán, un pastor que debería

defender la concordia, la solidaridad y actuar según una ética cristiana, su forma de hablar es algo agresiva a mi juicio. He hablado con otros obispos paraguayos y tienen una posición distinta”, agrega.

El embajador insiste en hallar “una salida constructiva” al pro-

blema. “Queremos que los inmigrantes brasileños sean buenos ciudadanos paraguayos, que cumplan la ley, trabajen, se formalicen y contribuyan al desarrollo de este país, y a eliminar gradualmente las asimetrías de bienestar a los dos lados de la frontera”, aclara.

# ACTUALIDAD

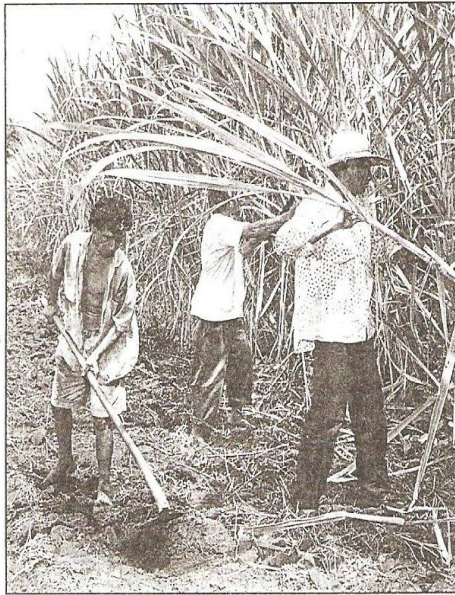
*Las relaciones exteriores del Paraguay se han caracterizado por mantener vínculos de buena vecindad y fomentar actividades sociales.*

LA PENETRACIÓN BRASILEÑA EN EL PARAGUAY ES IMPARABLE

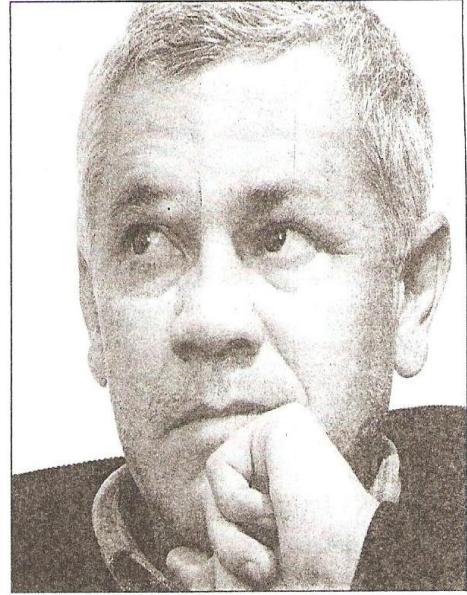
## ¿Integración... o expulsión?

**Congresistas paraguayos han manifestado su preocupación por la cuestión del acceso a la tierra en territorios de frontera, tanto de la Región Occidental como de la Oriental. El avance de colonos brasileños en la línea agrícola Este del Paraguay, podría impulsar la aprobación de una ley que instale una franja de seguridad. Para algunos, el fenómeno produce un avasallamiento cultural mientras que otros creen que el Estado paraguayo debería integrarlos porque son el sector productivo más próspero del país.**

POR MARIA DÍAZ DE VIVAR



**MEDIANO PLAZO.** Es posible que los brasileños en el Paraguay sean los que más riqueza aporten.



**SOBERANÍA.** Para Roberto Paredes, los inmigrantes brasileños ya invadieron nuestra frontera.

La situación de conflicto entre campesinos sin tierra paraguayos e inversionistas extranjeros brasileños, no debería ser minimizada ni tampoco tratada desde un nacionalismo ingenuo. Más bien replantea la necesidad de políticas que abarquen tanto las relaciones exteriores como los asuntos internos, pasando por una reforma agraria y la cobertura de servicios e infraestructura básicos que den solución a las necesidades de los habitantes de esas regiones.

La ministra de Relaciones Exteriores Leila Rachid sostiene que el avance de los inmigrantes brasileños hacia el país en busca de tierras para el cultivo no será un motivo para empañar las buenas relaciones del Paraguay con el Brasil.

Un intercambio positivo bilateral y regional con todos los países limítrofes y con quienes conforman el MERCOSUR, será la tónica del gobierno actual. "Se buscarán armonía y solución, porque cuando hay conflictos y desencuentros, generalmente los países con mayores carencias y limitaciones reciben el

### Avance incontenible

Roberto Paredes (50) es periodista y docente universitario. Ha escrito varios libros, entre los que se destaca una trilogía sobre la historia política del Paraguay entre 1989 y 2001. Acaba de presentar su más reciente trabajo sobre el Periodismo de Investigación, una especialidad en la cual se ha desarrollado profesionalmente.

Para el entrevistado, quien realiza un estudio sobre los "brasiguayos", hay plena conciencia de que los departamentos limítrofes con el Brasil están literalmente invadidos por inmigrantes del mencionado país. "Dentro de las propias Fuerzas Armadas, la oficialidad más lúcida es plenamente consciente de que la integridad territorial del Paraguay, prácticamente, no ha sido protegida. La problemática de los 'brasiguayos' necesita de una respuesta adecuada, a no ser que se quiera correr el riesgo de enfrentar situaciones hasta incontrolables ya que dan pie a la emergencia y fortalecimiento de sentimientos nacionalistas a veces extremos," comenzó diciendo el periodista.

Las relaciones exteriores del Paraguay —entiende Paredes— se han caracterizado por mantener vínculos de buena vecindad y fomentar actividades sociales. Esto es así porque el Paraguay no tiene una política de Estado con relación a estos temas.

"Por otro lado, se necesita promover que el Paraguay registre buena sintonía con el Brasil, con quien tiene otros negocios muy grandes como el caso de Itaipu, donde actualmente se está hablando de condonar la deuda de este país con la hidroeléctrica binacional. También se proyecta construir un segundo puente sobre el río Paraná. A falta de políticas inter-

nacionales con relación al problema de los "brasiguayos", el gobierno actual trata de apagar un eventual incendio y no atizar el nacionalismo extemporáneo," agregó.

Consultado acerca de si la expansión brasileña implica una pérdida de identidad nacional por el hecho de que los colonos se comunican y estudian en el idioma portugués, comercian en reales, cantan el himno del Brasil y conservan su cultura original, Paredes consideró que esto seguirá ocurriendo mientras que en el Paraguay no haya una política que dé respuestas a los problemas de los paraguayos y de los "brasiguayos". "La mejor política exterior tanto para el Paraguay como para los demás países es la de ser el socio menor del Brasil en la región, sin confundir esto con un avasallamiento de la soberanía porque eso sería un nacionalismo ingenuo. Ser ubicado es entender las asimetrías ya que romper con los países grandes es perder financiamientos necesarios," insistió.

Para el entrevistado, la cuestión requiere una política de Estado que solamente la pueden dar grandes estadistas que entiendan claramente cuáles son los intereses inmediatos y de largo plazo para el país.

"Desde el punto de vista estratégico, al Paraguay le conviene integrar a esta población de 'brasiguayos'. Esto se lograría si les ofrecieramos infraestructura adecuada, educación y salud de calidad, servicios que llenen sus expectativas. Pero dado que el Estado ya ni responde a las necesidades de la población paraguaya, mucho menos tiene condiciones de satisfacer las necesidades de los 'brasiguayos'. Entonces ellos reciben apoyo del gobierno del Brasil para atender sus necesidades," sintetizó. ♦



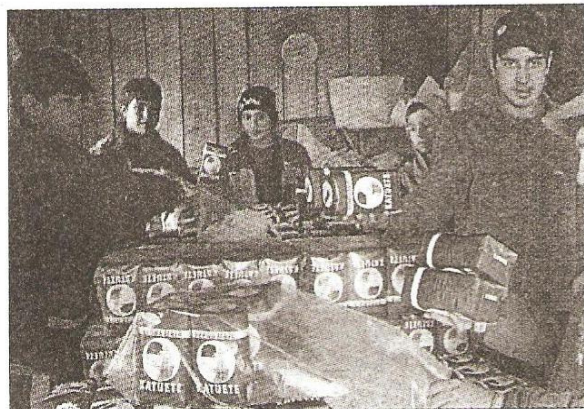


Katuete, creada por un 99% de brasileños. La escuela agrícola es como una "isla" para jóvenes campesinos.

CLAUDIO PRIETO

EN KATUETE UNA ESCUELA AGRÍCOLA BUSCA RESCATAR DE LA MISERIA A LOS CAMPESINOS

# "Muchos brasileños se llevan la riqueza y no dejan nada"



Alumnos producen su propia yerba mate, orgánica y ecológica.

C. PRIETO

## EL ABANDONO



■ Roberto Probst (foto), director de la Escuela Agrícola de Katuete, llama la atención sobre el paulatino abandono en que el Estado paraguayo está dejando a las escuelas agrícolas. "El presupuesto que nos daban se redujo de 427 millones de guaraníes a 103 millones. En la realidad se desembolsa una mínima parte, de contramano a las necesidades de un país agropecuario", destaca.

En una colonia creada casi en un 99% por inmigrantes, los jóvenes campesinos parecen extranjeros en su propia tierra.

**Andrés Colmán Gutiérrez**  
Katuete, Canindeyú

Han llegado desde humildes y precarios asentamientos campesinos, muchos sin saber leer y escribir. Parecen extranjeros en su propia tierra. Cuando caminan por las calles de Katuete, su tez oscura contrasta con la de los jóvenes lugareños, que en su mayoría son rubios y de tez pálida, hijos de inmigrantes brasileños, que a su vez son hijos de inmigrantes alemanes. Pero los 78 alumnos de la Escuela Agrícola Katuete aseguran que no hay discriminación.

"Cuando en 1980 iniciamos es-

ta escuela agrícola, nuestra idea era ayudar a los campesinos pobres, sean paraguayos o brasileños, que se estaban asentando en esta zona y no estaban haciendo el uso más adecuado de los recursos de que disponían. Pero hoy, la mayoría de los que tienen dinero en esta zona, son los brasileños. No hay muchos paraguayos con plata. Los inmigrantes están comprando todo, están invadiendo todo", dice el ingeniero Roberto Probst, técnico y religioso de la Congregación Evangélica de Katuete, director de la escuela agrícola privada.

Si bien Probst también es descendiente de inmigrantes, es bastante crítico con respecto a la presencia masiva de los terratenientes brasileños en toda la zona de Canindeyú, Alto Paraná, Amambay, Itapúa y otros departamentos.

"No hay que engañarse. Yo creo que muchos de los extranjeros que han comprado tierras en el Paraguay no aportan mucho al país, porque ni siquiera viven aquí. Para ellos, esto no es un aporte, sino un negocio muy lucrativo", destaca.

El técnico refiere que estos inversores extranjeros "vienen, derriban grandes extensiones de montes vírgenes, destruyen el medio ambiente, avasallan a los campesinos paraguayos con ofertas tentadoras para comprarles sus tierras, produciendo un éxodo cada vez mayor. Cultivan grandes extensiones de soja y trigo en forma mecanizada, le sacan el jugo a la tierra, se llevan toda la riqueza y no dejan nada. Cuando ha dejado de ser negocio, simplemente lo dejan y se van", destaca.

**LA OTRA CARA.** El ingeniero Roberto Probst sostiene, sin embargo, que hay que ser justos y saber distinguir a la hora de abordar el tema de los migrantes brasileños. "Así como hay muchos brasileños puramente especuladores, también hay muchas familias de migrantes que han venido para quedarse, que ya tienen hijos y nietos paraguayos. Son los brasiguayos, con quienes hay que trabajar en la búsqueda de una verdadera integración", dice.

En la Escuela Agrícola Katuete, los jóvenes campesinos llegan en su mayoría sin ninguna base escolar, y pueden cursar hasta el bachillerato técnico agropecuario.

La institución busca "alertar a los alumnos y a la sociedad acerca de los problemas ambientales; promover una producción agropecuaria y forestal con una orientación ecológica, identificando y difundiendo métodos de producción sostenibles".

Pero, por sobre todo, la escuela busca evitar el éxodo rural, que cada vez se acentúa más, con la extensión de la frontera agrícola por parte de los colonos inmigrantes sojeros, que avasallan con dinero o con productos agrotóxicos a los pequeños agricultores paraguayos.

Entre múltiples actividades, los jóvenes cultivan yerba mate y la elaboran en forma prácticamente artesanal. La yerba, registrada con la marca Katuete, de carácter ecológica y orgánica, es vendida en los comercios de la zona. Lo anecdótico es que uno puede ver con frecuencia a los colonos inmigrantes "brasiguayos" consumiendo con orgullo un tereré con yerba Katuete.

Autorizo a reprodução parcial e/ou integral deste trabalho.

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

---

Leandro Baller